

WANDERLEY FLORÊNCIO GARCIA

**ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA RAC:
O Orçamento Participativo no Correio Popular**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Administração da Informação

Linha de Pesquisa: Produção e Disseminação da Informação

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Mansor de Mattos

CAMPINAS
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t020 Garcia, Wanderley Florêncio.

G216o Organização da informação no centro de documentação da RAC : o orçamento participativo no Correio Popular / Wanderley Florêncio Garcia. - Campinas: PUC-Campinas, 2007.
243p.

Orientador: Fernando Augusto Mansor de Mattos.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Inclui apêndices e bibliografia.

1. Ciência da informação. 2. Serviços de informação. 3. Centros de documentação. 4. Sistemas de recuperação da informação. 5. Orçamento-programa. 6. Busca bibliográfica em linha. I. Mattos, Fernando Augusto Mansor de. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Autor (a): GARCIA, Wanderley Florêncio

**Título: “ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA RAC:
O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO CORREIO POPULAR”**

Orientador (a): Prof. Dr. Fernando Augusto Mansor de Mattos

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

Data: 17/12/2007.

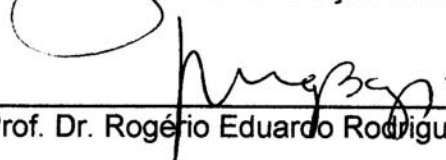
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fernando Augusto Mansor de Mattos



Profa. Dra. Maria das Graças Conde Caldas



Prof. Dr. Rogério Eduardo Rodrigues Bazi

*Aos meus pais,
Vicente e Luiza*

*Ao meu amor,
Angela*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Mattos, que desde o início acreditou no propósito desta pesquisa e que contribuiu decisivamente para que ela se concretizasse.

Ao amigo Prof. Dr. Rogério Bazi, que teve importantíssima colaboração durante todas as fases desta pesquisa e que soube cobrar sempre, como fazem os verdadeiros amigos.

À amiga Profa. Dra. Ivete Cardoso Roldão, pelo estímulo inicial e pelo apoio em diversas fases deste projeto. Considero-a madrinha deste trabalho.

À amiga Izalene Tiene, pela coragem de implantar o Orçamento Participativo em Campinas e pelas valiosas conversas sobre o OP, e às pessoas que com ela batalharam pela participação popular.

Aos meus colegas mestrandos, pelas amizades criadas, pela troca de informações, conhecimentos, angústias e alegrias.

Aos professores e funcionários do Mestrado em Ciência da Informação da Puc-Campinas, pela dedicação em momentos tão difíceis.

Aos meus amigos que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho, entre eles, Gilberto Roldão, Juliana Sangion, Lindolfo Alexandre de Souza e DJota.

Aos meus colegas da Unimep e da FESP, que souberam compreender este momento e me apoiaram para a conclusão desta dissertação.

Aos familiares meus e da Angela, que me apoiaram, ajudaram e souberam compreender minhas ausências nestes dois últimos anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa que possibilitou a realização desta pesquisa.

A todos aqueles que me ajudaram com textos, dicas, sugestões e palavras de estímulo.

Finalmente, à minha amada Angela, por seu amor, compreensão, dedicação e apoio que me deu durante esta jornada.

RESUMO

Este estudo analisa a organização da informação e os mecanismos de busca do Centro de Documentação Jornalística (Cedoc) da Rede Anhangüera de Comunicação (RAC) em Campinas. Analisa também se o Cedoc pode ser um instrumento para perpetuar as características de manipulação e de persuasão da empresa jornalística. Por meio de observação indireta, a pesquisa analisou o funcionamento do Cedoc da Rede Anhangüera de Comunicação (RAC), grupo empresarial que publica o jornal Correio Popular, em Campinas, interior de São Paulo. Também foram analisados os textos recuperados no Centro de Documentação publicados no Correio Popular entre 2001 e 2004 sobre o programa Orçamento Participativo, implantado pela Prefeitura de Campinas. O estudo foi feito com base na análise retórica e nos padrões de manipulação da imprensa descritos por Abramo. O Centro de Documentação é um espaço onde ocorre um processo comunicacional, pois tem como características a retroalimentação da informação e a capacidade de tornar perene a produção jornalística, que é efêmera. O estudo identifica problemas para a recuperação da informação no Cedoc, provocada pela utilização de vários e insuficientes métodos de tratamento dos documentos. O trabalho também demonstra que o Cedoc reforça a atuação da imprensa enquanto “aparelho privado de hegemonia”, conforme apontado por Gramsci.

Palavras-chave: Ciência da Informação, Comunicação, Centro de Documentação, Orçamento Participativo.

ABSTRACT

This study analyzes the information's organization and the search mechanisms of the Journalistic Documentation Center (Cedoc) from *Rede Anhangüera de Comunicação (RAC)*, in Campinas. It also analyzes if Cedoc could be an instrument to perpetuate the journalistic company's manipulation and persuasion. By means of indirect comment, the research analyzed *how Rede Anhangüera de Comunicação (RAC)*'s Cedoc works. RAC is a news group that publishes the periodical paper *Correio Popular*, in Campinas, São Paulo state. This work also analyses the texts retrieved in Documentation Center that were originally published in the *Correio Popular* between 2001 and 2004, about the program *Orçamento Participativo*, implanted by the city hall of Campinas. The study was made on the basis of the rhetorical analysis and in the standards of press manipulation described from Abramo. The Documentation Center is an place where a communication's process runs, therefore it has as characteristic the information's feedback and the capacity to turn the journalistic production from ephemeral to perennial. The study identifies problems noticed in order to retrieve information from the Cedoc, caused by using several and insufficient methods on document handling. This work also demonstrates that, just like the paper itself does with its readers, Cedoc tries to convince users that the facts had happened the way they are registered. In such a way, it is concluded that the Documentation Center strengthens the press performance while "private device of hegemony", as pointed for Gramsci.

Keywords: Information Science, Communication, Documentation Center, *Orçamento Participativo*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.	Esquema da Teoria Matemática da Comunicação.....	27
Figura 2.	Processo Documental.....	28
Figura 3.	Circuito da comunicação e memória.....	28
Figura 4.	Retroalimentação da informação.....	31
Figura 5.	O Processo Documental	34
Figura 6.	Interesses empresariais e a recuperação da informação.....	44
Figura 7.	Fórmula de Brookes.....	64
Figura 8.	Pirâmide de Fluxos e Estoques.....	65
Figura 9.	O processo de comunicação num serviço de informação.....	67
Figura 10.	O ciclo da Informação.....	67
Figura 11.	Estrutura do Estado segundo Gramsci.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Elementos de retórica em “Falta de verba trava Orçamento do PT”.....	134
Quadro 2.	Elementos de retórica em “Orçamento Participativo põe Segurança como 7ª prioridade”.....	138
Quadro 3.	Elementos de retórica em “Prefeitura define cronograma de obras do OP”.....	142
Quadro 4.	Elementos de retórica em “Líder de camelôs representa comércio e indústria no OP”.....	147
Quadro 5.	Elementos de Retórica em “Orçamento para 2003 prevê mais verbas para Saúde e Educação”	153
Quadro 6.	Elementos de retórica em “Segurança e Cultura atrasam obras previstas no OP este ano”	159
Quadro 7.	Elementos de retórica em “Morosidade no OP agrava problemas com as chuvas”	164
Quadro 8.	Elementos de retórica em “Prefeitura barganhou para barrar CEI do OP na Câmara”	169
Quadro 9.	Elementos de retórica em “Prefeita nega explicação sobre desvio de verba do OP”	175
Quadro 10.	Elementos de retórica em “69% dos campineiros desconhecem o OP”.....	181
Quadro 11.	Elementos de retórica em “Uso do OP na reposição de aulas gera polêmica”	187
Quadro 12.	Elementos de retórica em “OP pode ficar incompleto, admite Prefeitura”	192
Quadro 13.	Elementos de retórica em “Izalene aumenta verba para obras do OP em ano eleitoral”	199
Quadro 14.	Elementos de retórica em “Falhas na execução mudam diretrizes do OP”	206
Quadro 15.	Elementos de retórica em “Manobra no Orçamento favorece publicidade”	212
Quadro 16.	Elementos de retórica em “Futuro prefeito herdará conta de R\$ 30 mi do OP”.....	217
Quadro 17.	Elementos de retórica em “OP da habitação conclui só 30 de 103 demandas”	221

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Investimentos decididos pelo OP em Campinas.....	104
Tabela 2.	Quantidade de textos sobre OP e Orçamento localizados no site do Correio Popular.....	123
Tabela 3.	Quantidade de textos sobre OP e Orçamento localizados no site do Correio Popular, sem ocorrência de duplicidade.....	124
Tabela 4.	Reportagens do Correio Popular sobre o OP selecionadas para análise.....	127

LISTA DE SIGLAS

AAN	Agência Anhangüera de Notícias
APJ	Associação Paulista de Jornais
Cedoc	Centro de Documentação
CEI	Comissão Especial de Inquérito
CEPPOP	Coordenadoria Especial de Participação Popular e Orçamento Participativo
COP	Conselho do Orçamento Participativo
FCC	<i>Federal Communications Commission</i>
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OP	Orçamento Participativo
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RAC	Rede Anhangüera de Comunicação
RMC	Região Metropolitana de Campinas

SUMÁRIO

Introdução	13
1 Centros de documentação Jornalística	21
1.1 Cedocs jornalísticos como espaço de comunicação.....	25
1.1.1 Retroalimentação: característica fundamental de um Cedoc jornalístico.....	29
1.2 Finalidades e Funções do Cedoc.....	33
1.2.1 Aquisição e seleção da informação	35
1.2.2 Análise, síntese e representação.....	37
1.2.3 Armazenamento.....	39
1.2.4 Busca, recuperação e difusão da informação.....	40
1.3 Persuasão e manipulação nos Cedocs Jornalísticos.....	41
1.3.1 Manipulação na utilização dos títulos	44
1.4 A documentação jornalística no Brasil	45
1.4.1 A evolução tecnológica nos Cedocs	47
1.4.2 Internet e Intranet nos Cedocs.....	51
1.4.3 Análise dos documentos e informação eletrônica.....	53
2 Informação e Conhecimento	55
2.1 A criação do conhecimento segundo a Ciência da Informação	64
2.2 Da informação ao conhecimento	66
3 Hegemonia e imprensa	69
3.1 Hegemonia e senso comum	73
3.2 A fabricação do consentimento.....	76
3.3 Imprensa como partido político	81
3.4 Representação da realidade nos Cedocs	84
3.4.1 Matéria-prima do historiador	86
4 Correio Popular e Orçamento Participativo	92
4.1 Campinas no início do século XXI	92
4.2 Orçamento Participativo em Campinas.....	95
4.2.1 Histórico e conceituação do OP.....	95
4.2.2 A experiência de Campinas	102
4.3 A RAC em Campinas.....	106
4.3.1 Breve histórico do Correio Popular	107

4.3.2	Correio Popular no início do século XXI	109
5	O Cedoc da RAC	111
5.1	Funcionamento do Cedoc.....	112
5.1.1	Aquisição e seleção	114
5.1.2	Análise, síntese e representação.....	115
5.1.3	Armazenamento.....	116
5.1.4	Busca, recuperação e difusão.....	117
5.2	Classificação do CEDOC.....	119
5.3	O Orçamento Participativo no Cedoc da RAC	121
5.3.1	Processo de busca por matérias e artigos.....	122
5.3.2	Análise das matérias recuperadas no Cedoc	127
5.3.2.1	Baixo índice de investimento	132
5.3.2.2	A segurança pública no Orçamento Participativo	136
5.3.2.3	O cronograma de aplicação das verbas do OP	140
5.3.2.4	A presença dos camelôs no OP.....	144
5.3.2.5	Entrega da proposta orçamentária para 2003.....	151
5.3.2.6	Atrasos nas obras	155
5.3.2.7	O OP e as chuvas.....	161
5.3.2.8	As suspeitas sobre o OP	167
5.3.2.9	A hipótese do desvio de verba.....	173
5.3.2.10	O desconhecimento acerca do OP	177
5.3.2.11	O OP como instrumento pedagógico na educação formal.....	184
5.3.2.12	A falta de recursos para o OP	189
5.3.2.13	O OP em ano eleitoral	196
5.3.2.14	As mudanças no último ano.....	202
5.3.2.15	O incremento de verbas.....	210
5.3.2.16	A herança do OP	214
5.3.2.17	A complexidade da habitação	219
	Considerações finais	224
	Referências	229
	Glossário.....	240
	Apêndice A – Matérias recuperadas em papel e microfilme no Cedoc	241
	Apêndice B – Matérias recuperadas pelo site do correio popular.....	242

INTRODUÇÃO

Um Centro de Documentação (Cedoc) de empresa jornalística é o espaço onde são armazenados textos, imagens, publicações que contam a história do veículo jornalístico e da comunidade onde está inserido. É um local de referência para jornalistas, pesquisadores, estudantes, que encontram informações valiosas sobre o cotidiano da cidade, da região, do país e do mundo. O arquivo de um jornal conta, a cada dia, a história recente. Em um Cedoc podem ser armazenados e recuperados centenas de documentos diariamente.

Os Centros de Documentação Jornalística têm, segundo Pérez e Sebastián (2000, p. 39), como principais tarefas aquisição-seleção, análise-síntese-representação; armazenamento-recuperação e difusão da informação. São espaços onde ocorre um processo de comunicação à medida que o processo documental culmina em um ciclo comunicativo (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998). E no processo de comunicação, tentam persuadir o usuário de que a informação de que dispõem é verdadeira. Portanto, a persuasão é uma de suas características (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994).

O acervo contido num Cedoc jornalístico traz informações que podem ser utilizadas para que a história de uma cidade seja contada, mas é uma história parcial, narrada de maneira fragmentada no dia-a-dia e sob o ponto de vista da empresa. Estes arquivos, à medida que são utilizados, reproduzem as características dos veículos de comunicação que armazenam.

Esta pesquisa tomará como objeto de estudo o Centro de Documentação da Rede Anhangüera de Comunicação (RAC), grupo empresarial que publica o jornal Correio Popular, principal órgão de imprensa escrita de Campinas, no interior de São Paulo.

Toda a produção de um jornal é armazenada em seu Centro de Documentação para uso dos próprios jornalistas dos veículos e também de pesquisadores externos. Portanto, uma notícia publicada em um jornal hoje, poderá

servir de fonte de informação no futuro para os jornalistas e também para aqueles que queiram estudar ou relatar fatos históricos.

Esta pesquisa tem como objetivo descrever e analisar o processo de sistematização e organização das informações e os mecanismos de busca no Centro de Documentação da RAC. Além disso, este trabalho tem como objetivo específico compreender se – e como – um Cedoc pode perpetuar a manipulação da informação e a visão de mundo da empresa jornalística, reforçando o papel da imprensa de colaborar na manutenção de uma classe hegemônica dirigente na sociedade.

A revisão bibliográfica trará, à luz da Ciência da Informação, conceitos de informação, conhecimento e documentação. Para isso, serão consultados autores como Jaime Robredo (2003), Tefko Saracevic (1996), W. Boyd Rayward (1997), Yves Le Coadic (1994) e Aldo Albuquerque Barreto (1999). Os estudos de autores espanhóis sobre Centros de Documentação Jornalística também guiam parte do trabalho, como Inmaculada Chacón Gutiérrez (1995), Antonio Hernández Pérez e Mercedes Caridad Sebastián (2000) e Antonio García Gutiérrez (1998).

A reflexão sobre o papel da imprensa¹ na construção da hegemonia em uma sociedade também fará parte deste trabalho, a partir dos estudos de Antonio Gramsci. Segundo a visão gramsciana, a imprensa faz parte desta direção intelectual e moral que detém a hegemonia e busca mantê-la na sociedade. O Cedoc jornalístico também contribuiria no mesmo sentido. Gramsci (2000, p. 254-5) compreende o Estado de duas formas: uma delas é o Estado no sentido estrito, que reúne os aparelhos de coerção e repressão (burocracia, polícia, justiça). A outra forma é o Estado integral que reúne não só os aparelhos estatais de coerção e repressão, mas também as organizações da sociedade civil que objetivam a conquista da hegemonia e do consentimento dos governados. O Estado integral,

¹ Será usado nesta pesquisa o termo *imprensa* para se referir não só a veículos jornalísticos impressos, mas ao conjunto que reúne também os eletrônicos (rádio, TV e internet). Quando a referência se fizer apenas em relação a veículos impressos, isto ficará claro por meio de expressões como *jornal impresso*. Por vezes, também será usada a expressão *mídia* para se referir ao conjunto dos meios de comunicação de massa (*mass media*).

para Buci-Gluckmann (1980, p. 128-9) é formado pelo “conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade”.

É necessário também utilizar outras referências que permitam aprofundar o estudo sobre a capacidade dos centros de documentação jornalística em contar a história a partir de determinado ponto de vista e, principalmente, em favor de uma classe dirigente na sociedade. O lingüista norte-americano Noam Chomsky (1992, 2003), com seu conceito de *fabricação do consentimento*, ajudará nesta tarefa.

A imprensa trabalha, como definiu Ribeiro (1995, p. 11), as representações sobre a atualidade e constroem uma “idéia de história” em dois níveis: presente (leitura imediata) e futuro (leitura do passado). Na leitura cotidiana, o jornal informa seu público dos fatos acontecidos no dia anterior, fazendo uma leitura quase que imediata do presente. No entanto, a busca pelos arquivos do jornal, presentes nos centros de documentação, é feita uma leitura do passado, de acordo com o ponto de vista da publicação e, em última instância, do proprietário da empresa, quando esta é de caráter privado.

A pesquisa no arquivo do jornal não remete o pesquisador diretamente ao passado, mas a uma representação dele, segundo o ponto de vista da empresa jornalística, a depender dos parâmetros de busca definidos pelo Cedoc. É possível encontrar nas páginas dos jornais armazenados, não os fatos, mas representações ou versões destes fatos históricos, segundo a ótica do jornalista ou da empresa jornalística.

Embora seja comum o descarte dos jornais pela maioria dos leitores, estes são recolhidos e organizados em centros de documentação e em hemerotecas para uso futuro. Os acervos jornalísticos – inclusive revistas – são muito utilizados para pesquisas, sejam elas acadêmicas, científicas, profissionais ou escolares. Pesquisadores de história, em 1995, utilizavam os meios de comunicação, em especial os jornais, como fontes de informação em 70% dos trabalhos (RIBEIRO, 1995, p. 36-7).

Logo, o Cedoc armazena informações que mais tarde permitirão a releitura da história, construída a partir de uma representação dos fatos do passado, e não a partir dos fatos propriamente ditos. O jornalismo cria uma concepção de mundo no cotidiano e o Cedoc permite a reprodução desta visão de mundo ao longo de sua existência, à medida que as informações produzidas no dia-a-dia das redações sejam recuperadas e reutilizadas.

A Rede Anhangüera de Comunicação (RAC), grupo que publica o Correio Popular, afirma em sua página na internet (RAC, 2007) que o periódico é lido por 70% dos leitores de jornal de Campinas (281.866 pessoas), segundo a pesquisa Ibope - Easy Media 3/06. A circulação diária é de 42.000 exemplares, chegando aos domingos a 55.000 distribuídos entre assinantes e compradores nas bancas. De acordo com o grupo editor, o público do Correio Popular é “altamente qualificado e possui grande identificação com este veículo de altíssima credibilidade.” (RAC, 2007). Assim, é possível imaginar que o público a que o editor se refira esteja compreendido entre as classes econômicas A e B principalmente, alcançando também parcelas da classe C.

Nesta dissertação, o recorte escolhido foi o conjunto de documentos do Correio Popular possíveis de serem recuperados no Cedoc da RAC que fizessem referência ao Orçamento Participativo (OP), nome dado a um programa de democratização da elaboração da Lei Orçamentária Anual da Prefeitura de Porto Alegre, em 1989, na época governada pela primeira vez pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A experiência de Porto Alegre, apesar de ser a mais conhecida, não foi a pioneira. Já na década de 1970, modelos semelhantes de participação popular foram implantados em diferentes administrações municipais, administradas no geral pelo MDB/PMDB (PIRES, 2001, p. 37-47). Em Campinas, o Orçamento Participativo foi implantado em 2001 pela Prefeitura, no primeiro ano da gestão petista (2001-2004). O tema começou a ser debatido na cidade no segundo semestre do ano anterior, quando o partido e seu então candidato a prefeito, Antonio da Costa Santos, conhecido como Toninho, colocou a implantação do programa como uma das principais plataformas de seu plano de governo. A coordenação do

programa ficou a cargo da vice-prefeita Izalene Tiene, também do PT, que assumiu a prefeitura em setembro de 2001, após o assassinato de Toninho.

O Orçamento Participativo tinha duas instâncias principais de tomadas de decisão: as Assembléias Populares (regionais e temáticas) e o Conselho do Orçamento Participativo (COP), com representantes eleitos pelos participantes das Assembléias abertas a toda a população. No OP, o Conselho e as Assembléias decidiam como e onde seriam gastos os recursos destinados a investimentos da Prefeitura de Campinas no ano seguinte. A partir de 2005, com o fim da gestão petista, o programa deixou de ter caráter deliberativo e passou a ser consultivo. De acordo com Pires (2001, p. 64), o Orçamento Participativo é também “uma oportunidade ímpar para transportar as contradições de uma sociedade de classes para o âmbito de um dos centros nervosos do Estado capitalista” e uma forma de “desprivatizar o público”. Portanto o OP vai além de mudar a forma de elaborar o Orçamento Público, provoca uma mudança das relações políticas, incita a uma mudança na sociedade.

Durante os quatro anos da gestão petista na Prefeitura, era sensível o descompasso entre as assembléias, que reuniam centenas de pessoas e a cobertura do Correio Popular, que ignorava os encontros. O jornal publicava diversas matérias com teor crítico em relação ao programa e tinha-se a sensação, na época, de que a participação popular vista no OP não chegava às páginas do jornal. Esta impressão, sem dúvida, motivou a definição dos recortes desta pesquisa.

Desta forma, foi analisado o acervo do jornal Correio Popular existente no Cedoc da RAC que trate especificamente do Orçamento Participativo da Prefeitura de Campinas entre os anos de 2001 e 2004. Pelo seu caráter inovador e por sua intenção de transferir a lógica da democracia representativa para a democracia participativa, o OP é um programa serve aos propósitos deste trabalho para a análise do perfil hegemônico do acervo da RAC.

Esta é uma pesquisa exploratória que permitirá um conhecimento maior da relação de um Cedoc com a construção de hegemonia. Para Gil (2002, p. 41), este tipo de estudo tem “como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.” De acordo com a classificação de Lakatos e Marconi (2001, p. 186), será uma pesquisa de campo, por procurar “informações” e “conhecimentos” sobre o problema analisado neste estudo. Para as autoras, a pesquisa de campo consiste na “observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”. Foi utilizada a observação indireta intensiva para compreender o funcionamento do Cedoc da RAC, no primeiro momento deste estudo, tendo por base as atividades definidas por Pérez e Sebastián (2000, p. 37): aquisição-seleção, análise-síntese-representação, armazenamento-recuperação e difusão da informação. Nesta etapa da pesquisa identifica-se como a informação circula no Centro de Documentação e como recuperá-la.

O segundo momento será de análise de documentos contidos no Centro de Documentação, no caso desta dissertação, as reportagens² do Correio Popular sobre o Orçamento Participativo. Foram selecionados 17 textos, que representam 20% de todo o material recuperado a partir do Cedoc. Esta etapa se guiará pelos padrões de Manipulação de Abramo (2003) e da análise retórica para identificar o poder persuasivo das informações publicadas pelo jornal.

No primeiro capítulo desta pesquisa é feito o resgate bibliográfico acerca dos centros de documentação e em especial dos Cedocs jornalísticos, com atenção especial aos trabalhos de Antonio García Gutiérrez (1998), Antonio Hernández Pérez e Mercedes Caridad Sebastián (2000) e Inmaculada Chacón Gutiérrez (1994). A retroalimentação da documentação, que para os autores tem como melhor exemplo os Cedocs jornalísticos, aponta para a importância do tema a ser estudado. É Chacón Gutiérrez quem trabalha com a idéia de que os Centros de Documentação

² Esta pesquisa considera reportagem o texto jornalístico que aborda com relativa profundidade um tema ou fato. Por questões de estilo também pode ser utilizado, eventualmente, o termo matéria, que também é compreendido como texto jornalístico, embora menor e menos aprofundado.

Jornalística também são persuasivos, pois tentam nos convencer de que podemos confiar nas informações que acessamos neles. Os Cedocs são estruturados para que as solicitações dos usuários sejam atendidas de forma que eles possam acreditar que a informação desejada foi encontrada em sua busca e que se refere ao acontecimento passado. Também neste capítulo é apontada a interdisciplinaridade da Ciência da Informação, o que permitiu a esta pesquisa, nos demais capítulos, buscar autores e referências de outras áreas.

Conceitos-chave na Ciência da Informação, conhecimento e informação são tratados no capítulo 2, que busca a fundamentação teórica para o trabalho, começando com as definições de informação. Esta parte da pesquisa terá como referência os estudos de Jaime Robredo (2003), Tefko Saracevic (1996), W. Boyd Rayward (1997), Yves Le Coadic (2004) e Aldo Albuquerque Barreto (1999, 2002), entre outros

O terceiro capítulo trará as noções de hegemonia e senso comum segundo a visão de Antonio Gramsci. O controle social de uma classe sobre a outra depende do consenso, do uso dos aparelhos do Estado, no sentido amplo, que inclui além dos mecanismos tradicionais do Estado (força, aparatos jurídicos), instrumentos da sociedade civil, como a igreja, a escola e a imprensa. Parte-se então, não da imposição, mas da conquista dos dominados pelos dominantes. Noam Chomsky observa esta conquista durante a segunda metade do século XX, a partir de uma imprensa controlada por grandes corporações com grandes interesses econômicos interferindo no conteúdo jornalístico. É o que ele chama de fabricação do consentimento.

Pela importância que os Cedocs jornalísticos possuem, será também estudada a relação existente entre história e imprensa, tendo por base trabalhos da jornalista e historiadora Ana Paula Ribeiro. Se é a narrativa que constrói o discurso e a linearidade histórica, os veículos de comunicação têm papel primordial na construção desta narrativa.

No quarto capítulo é apresentado o contexto em que esta pesquisa é realizada, com uma leitura sobre a situação político-econômica do município de Campinas e a realização do Orçamento Participativo. Também neste que capítulo será apresentada a RAC e como o grupo empresarial do setor de comunicações se insere na cidade.

Os resultados dos trabalhos de pesquisa estão no quinto capítulo. Em primeiro lugar, há uma análise do funcionamento do Cedoc da RAC. Em seguida, as análises dos padrões de manipulação e retórica do material colhido no Cedoc, tendo como foco a cobertura dada pelo Correio Popular ao Orçamento Participativo.

Por fim, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

1 CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO JORNALÍSTICA

É comum as empresas de comunicação guardarem cópias das edições dos veículos que publicam como forma de preservação de sua própria história e da história da localidade onde estão inseridas. Porém, apenas a guarda das publicações antigas, como em um depósito, sem preocupar-se com o correto armazenamento e a posterior recuperação das informações, faz com que estas informações sejam inúteis, pois não será possível acessá-las quando se desejar. Este era um problema recorrente nas empresas jornalísticas brasileiras e Machado (2001, p. 1) comenta que “ao longo de mais de duzentos anos a história dos arquivos das empresas jornalísticas tem se confundido com a acumulação centralizada de recortes de edições antigas de periódicos e revistas”. O desenvolvimento das empresas jornalísticas e a necessidade de maior adequação no trato com as informações históricas produzidas cotidianamente por um jornal diário fizeram com que os arquivos, ou os morgues¹, se transformassem em Centros de Documentação, que serão estudados neste capítulo.

Mais do que um amontoado de jornais velhos guardados, o Cedoc têm sob sua guarda a documentação jornalística, definida por Galdón Lopez (1989, apud PÉREZ; SEBASTIÁN, 2000, p. 38) como

o modo informativo que tem por objeto a valorização, seleção, classificação e armazenamento para seu posterior uso de textos e referências sobre idéias, fatos, juízos e opiniões, com a finalidade de elaborar a informação jornalística e/ou difundir informação documental de base jornalística (tradução nossa²).

¹ Sinônimo de necrotério, morgue é o jargão jornalístico para arquivo, segundo Machado (2001, p. 1).

² el modo informativo que tiene por objeto la valoración, selección, clasificación y archivo para su posterior uso de textos y referencias sobre ideas, hechos, juicios y opiniones, con el fin de elaborar la información periodística y/o difundir información documental de base periodística.

Chacón Gutiérrez (1994, p. 22-3) observa que os Centros de Documentação Jornalística analisam os documentos novos que chegam constantemente³ e devem ajudar os usuários, em geral jornalistas e pesquisadores, a encontrar a informação que desejam.

Os Centros de Documentação Jornalística são utilizados fundamentalmente pelos profissionais da informação, como apoio ao seu trabalho jornalístico diário – elaboração de *back-ground*, de dados anteriores, contextualização de fatos -, e também, em alguns casos, por pesquisadores sociais que encontram em tais Centros uma fonte fundamental para a pesquisa de fatos do passado. (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 24, tradução nossa⁴).

Não há um padrão de Centro de Documentação Jornalística, uma vez que cada empresa de comunicação adota métodos e procedimentos diferentes para selecionar, armazenar, e recuperar os documentos jornalísticos. Mas uma classificação dos principais modelos de Cedocs se faz necessária para compreender suas funcionalidades. Chacón Gutiérrez (1994, p. 26-7) apresenta uma proposta de classificação em função de diferentes quesitos:

- a) Tecnologia utilizada: Conectados e não conectados a uma rede de informática;
- b) Propriedade: oficiais e privados;
- c) Publicidade: Públicos, semipúblicos e secretos;
- d) Permanência dos recortes: permanentes e temporários ou transitórios;
- e) Imprensa analisada: Geral (jornais e revistas nacionais e estrangeiros), internacional (alguns jornais e revistas nacionais e estrangeiros), nacional

³ Dependendo da periodicidade da(s) publicação(ões).

⁴ Los Centros de Documentación Periodística son utilizados fundamentalmente por los profesionales de la información, como apoyo a su labor periodística diaria - elaboración de *back-ground*, datos antecedentes, contextualización de hechos..-, y también, en algunos casos, por investigadores sociales que encuentran en dichos Centros una fuente fundamental para la investigación de hechos del pasado.

(apenas jornais nacionais), local (somente jornais locais), particular (apenas o próprio jornal);

f) Linguagem utilizada: de acesso livre (palavras-chave) e de acesso controlado (tesauro⁵, lista de descritores livres, lista de autoridades);

g) Ramo de atividade da empresa: de veículos impressos, de rádio, de televisão, de organismos oficiais, de serviços.

Quanto ao ramo de atividade, o que interessa a esta pesquisa são os Centros de Documentação Jornalística de veículos impressos. Os Cedocs jornalísticos tratados aqui serão sempre uma referência àqueles de veículos impressos, salvo quando houver referência explícita a outra classificação.

Para compreender o funcionamento de um Cedoc jornalístico, é necessário compreender as particularidades da Documentação Jornalística que, segundo Pérez (1992, p. 86-7, apud CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 20-1), é a parte da Documentação que tem por objeto:

- a) O estudo das regras para os critérios de valoração e seleção das informações do presente que tenham vocação para perdurar;
- b) O estudo dos processos de organização e análise documental;
- c) O estudo das formas de difusão das mensagens documentais.

⁵ Segundo a UNESCO (1973, apud IRENE BRASIL; et al, [2002?], p. 5) “Tesauro é um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente cobrindo um domínio específico do conhecimento. Pode ser definido, também, segundo sua função, como um dispositivo de controle terminológico usado na tradução da linguagem natural dos documentos, dos indexadores ou dos usuários numa ‘linguagem do sistema mais restrita’”.

Para Chacón Gutiérrez (1994, p. 21), Documentação Jornalística é tanto o conjunto de documentos e dados usados para produção de notícias, como o processo de documentação da notícia e a própria ciência que estuda este processo.

No âmbito da Ciência da Informação não se pode restringir a noção de documento apenas a suportes em que informações são registradas, como o papel, ou meios eletrônicos, sejam eles arquivos de computador, recursos de áudio e vídeo gravados, entre outros. Também não se deve generalizar a ponto de identificar tudo, qualquer objeto, como um documento.

No final do século XIX e início do Século XX, Paul Otlet já considerava como documento e documentação toda informação que pudesse ser armazenável e recuperável, superando então a distinção entre documento e objeto (BUCKLAND, 1991). Todo objeto que carregasse em si uma carga informativa, armazenado e passível de recuperação deveria ser considerado um documento.

Guimarães (2003, p. 101) explica que há quatro concepções para o termo documento:

[...] meio de prova (tal como ocorre, por exemplo, no Direito Processual), materialização de um fato (como nos documentos que revelam atos administrativos), suporte de informação (tal como tratado na Catalogação, por exemplo) ou registro e base para geração de novos conhecimentos (incorporando a idéia de conhecimento registrado, como aborda a área de organização do conhecimento).

O que interessa a esta pesquisa, e à Ciência da Informação, é a noção de que documentos são “[...] entendidos em sua concepção mais ampla, enquanto suportes informacionais de qualquer ordem” (GUIMARÃES, 2003, p. 101).

Documento é, portanto, tudo aquilo que contém informação que pode ser armazenada, organizada e acessada posteriormente. Páginas de jornais e de revistas e fotografias podem ser consideradas documentos que interessam à análise dos Centros de Documentação Jornalística e são as suas fontes. Chacón Gutiérrez

(1994, p. 290-2) afirma que há diferenças entre “fontes de Documentação” e “Documentação como fonte”. Esta é a utilização da documentação como material de pesquisa por parte dos usuários, enquanto aquela é composta pelos documentos que serão analisados e selecionados para arquivamento. Para a autora, as fontes de Documentação podem ser próprias, (publicações da própria empresa) e alheias, que se dividem em:

- a) livros de referência (dicionários, enciclopédias, atlas);
- b) índices de publicações periódicas;
- c) seleção de diários e revistas de interesse geral;
- d) outros materiais.

1.1 Cedocs jornalísticos como espaço de comunicação

Devido à variedade de documentos que contém e a diversidade de seus usos, o Centro de Documentação deve ser visto como um elemento integrante de um processo comunicativo, que é o Processo Documental. Não deve-se pensar apenas na noção de arquivo, algo imobilizado que serve apenas para guardar informações antigas. Jornalista, pesquisador e professor, García Gutiérrez (1998) aponta para a necessidade de compreender a documentação como uma disciplina social e que tem uma dimensão midiática por possuir os meios para difusão massiva de informações. Para o autor, a documentação dispõe de mecanismos para fazer chegar informações ao usuário, assim como os meios de comunicação de massa, seja rádio, TV ou veículos impressos. Assim, o Centro de Documentação cresce em importância, pois deixa de ser apenas o espaço para guarda do material e passa a

ser uma forma de acesso e disponibilização de informações, como é o próprio jornal que ele armazena. Deixa de ser o *morgue*, um depósito de notícias velhas e mortas, e tem vida com a reutilização das informações que contém.

Chacón Gutiérrez (1994, p. 1) salienta que não é apenas a seleção e a análise de documentos que devem chamar a atenção dos pesquisadores. O caráter de transmissão da informação, ou seja, o caráter comunicativo também deve ser analisado, pois dá aos Centros de Documentação um caráter de “fonte” de informação.

López Yepes (1996) entende que se a informação documental pode ser transmitida por meio de “difusão coletiva”, ela deve ser considerada como um modo de comunicação social. O autor entende por “modo” a forma de comunicar do ponto de vista teórico e o meio é o “fator tecnológico ou material” da comunicação.

Chacón Gutiérrez (1994, p. 45) considera que

a Documentação tem sido considerada como um modo de comunicação, como um processo intelectual de seleção e análise de documentos. Mas se transforma em meio de comunicação quando é considerada como fonte de informação, capaz de produzir uma resposta no usuário. Transforma-se em meio quando sua finalidade não é apenas conservar e acumular informações, mas sim difundir-las a todos que procuram o Centro de Documentação. A Documentação Jornalística se converte também em meio de comunicação quando se difunde o conteúdo dos documentos secundários⁶ que foram usados para documentar as notícias. A Documentação é um modo de comunicação, mas também é um meio. (tradução nossa⁷).

⁶ Em um Centro de Documentação Jornalística, o documento primário é a notícia que chega para ser armazenada. O documento secundário é a representação da notícia armazenada.

⁷ La Documentación ha sido considerada como un modo de comunicación, como un proceso intelectual de selección y análisis de documentos. Pero se convierte en medio de comunicación cuando es considerada como fuente de información, capaz de producir una respuesta en el usuario. Se convierte en medio cuando su finalidad no es sólo conservar y acumular informaciones, sino difundirlas a todo aquel que se acerque al centro de documentación. La Documentación Periodística se convierte también en medio de comunicación cuando se difunde el contenido de los documentos secundarios a través de las noticias que los han usado para documentarse. La Documentación es un modo de comunicación pero también es un medio.

O Cedoc pode então ser compreendido como um espaço onde se dá um processo comunicacional, que se baseia na Teoria Matemática da Informação, de Shannon e Weaver (fig 1). Em 1948, Shannon propôs uma fórmula, que no ano seguinte recebeu a contribuição de Weaver. Os autores apontam a emissão de uma mensagem por uma fonte, por meio de um canal transmissor, utilizando-se de um sinal, que é recebido pelo destinatário. Nesse processo, pode haver a interferência do ruído que prejudica a recepção perfeita da mensagem.

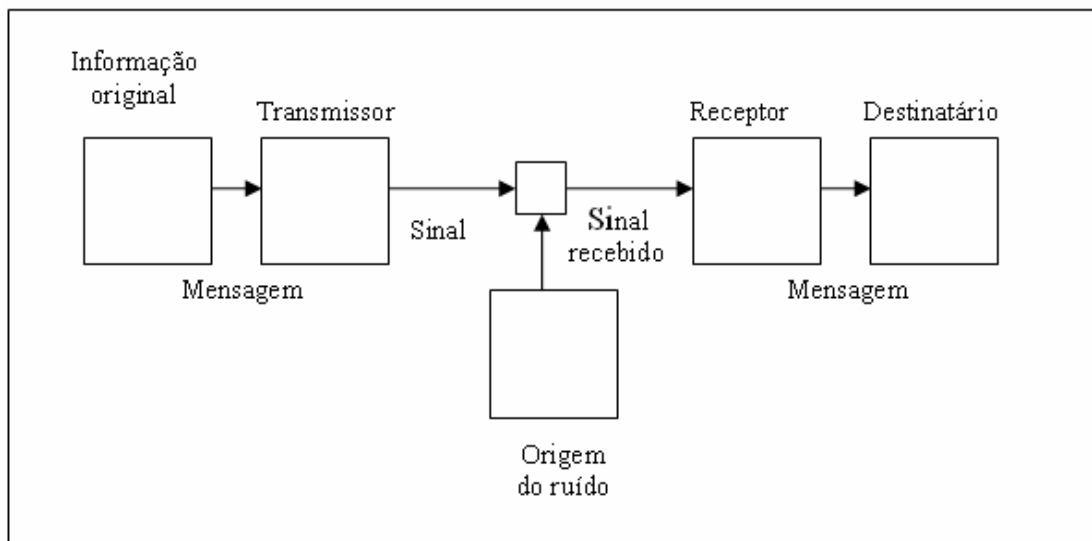


Figura 1. Esquema da Teoria Matemática da Comunicação (SHANNON, 1948)

García Gutiérrez (1998) afirma que “o processo documental não tem sentido senão for para culminar em um ciclo comunicativo” (tradução nossa⁸). O autor descreve o processo comunicativo realizado no processo documental (fig. 2) apontando que o documentalista⁹ é o emissor; a mensagem é o produto ou discurso documental; o código é a linguagem de representação; o meio é a infra-estrutura telemática; e os receptores são os usuários.

⁸ [...] el proceso documental no tiene sentido sino es para culminar un ciclo comunicativo.

⁹ Documentalista é o profissional especialista em lidar com documentos. Documentarista é o profissional que realiza documentários. Esta distinção é importante fazer para evitar utilizações errôneas ao se referir a uma ou a outra profissão.

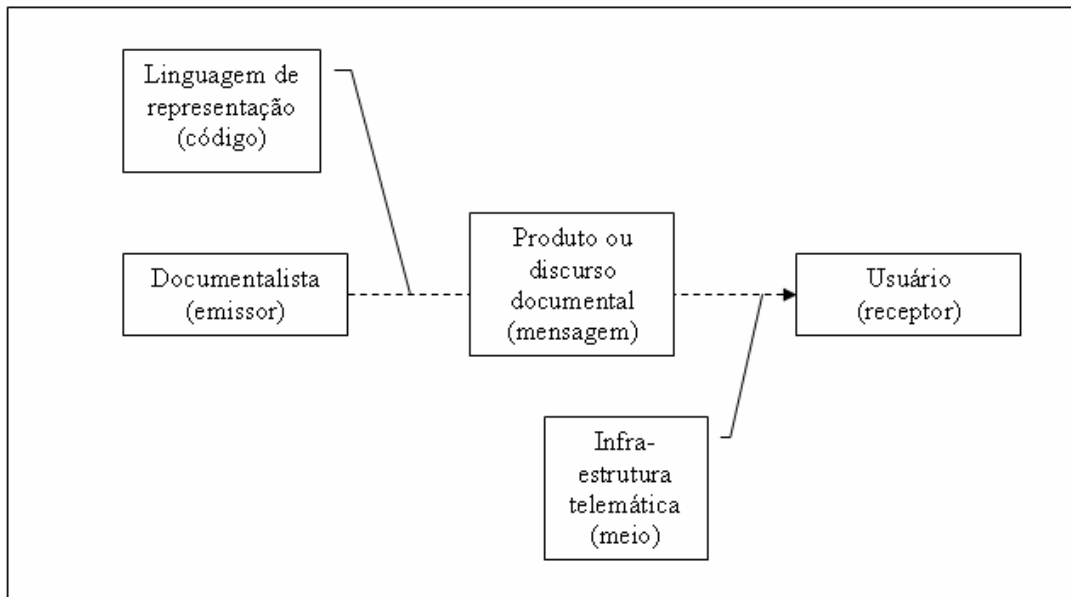


Figura 2. Processo Documental. Adaptado de García Gutiérrez (1998)

Galdón Lopez (1989, p. 8, apud CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 34) acrescenta à fórmula matemática da comunicação elementos de memória que são característicos dos Centros de Documentação. Esta proposta contém, além do emissor, mensagem e receptor, os elementos de memória: seleção, busca, eliminação e conservação.

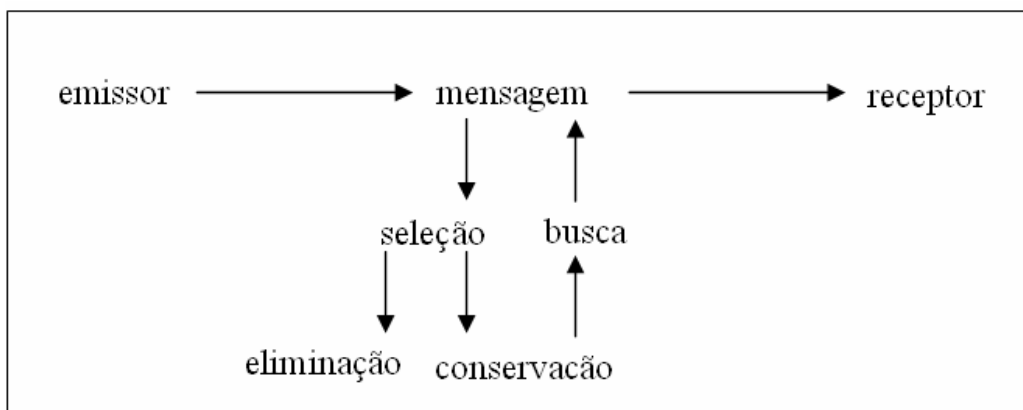


Figura 3. Circuito da comunicação e memória (GALDÓN LOPEZ, 1989, p. 8, apud CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 35)

Compreendendo que o Processo Documental é também um ato de comunicar, Chacón Gutiérrez (1994, p. 293) apresenta as seguintes definições de informação, conhecimento e documentação: “[...] a informação supõe um conhecimento novo, a comunicação a transmissão de um conhecimento e a documentação a comunicação

da informação que se encontra em suportes documentais” (grifos da autora, tradução nossa¹⁰).

Nesse caso, entende-se documentação como o Processo Documental e não apenas como um conjunto de documentos armazenados. Por ser *processo*, carrega em si uma *ação* que é o ato de *comunicar informações*.

1.1.1 Retroalimentação: característica fundamental de um Cedoc jornalístico

Os modelos baseados na teoria matemática da informação, como o proposto por García Gutiérrez (1998) ou o apresentado por Galdón Lopez (1989), são importantes para demonstrar a relação entre os processos documental e comunicativo. No entanto, são demasiadamente simples por ignorarem uma característica peculiar e fundamental dos Centros de Documentação Jornalística, que é a retroalimentação. A informação produzida pelo veículo de comunicação é selecionada e armazenada no Cedoc e pode ser recuperada por um jornalista e reprocessada em uma nova reportagem (PÉREZ; SEBÁSTIAN, 2000, p. 41-2). Essa capacidade de retroalimentação faz com que uma informação possa ser reutilizada e transmitida ao público mais de uma vez e modifica uma importante característica dos jornais: a perecibilidade.

Com intervalo de 24 horas entre uma edição e outra, o jornal diário é um produto perecível da sociedade moderna. Cada edição nova torna obsoleta a anterior e as notícias desta já não interessam mais aos leitores desejosos por novidades. O jornal de hoje torna velho o de ontem e amanhã ambos serão

¹⁰ [...] la información supone un conocimiento nuevo, la comunicación la transmisión de un conocimiento, y la documentación la comunicación de la información que se encuentra en soportes documentales

descartados pelos leitores. Porém, o caráter perecível do jornal desaparece à medida que a produção jornalística passa a ser utilizada como fonte de informação pelos próprios jornalistas. Mas não só por eles, pois da Documentação Jornalística também fazem uso gestores públicos e privados, historiadores, estudiosos e pesquisadores e o grande público em geral (AMARO, 1991, p. 38).

Com a utilização da Internet e redes internas dos Cedocs para a realização de pesquisas em acervos jornalísticos, a Documentação Jornalística ganha importância crescente, ao mesmo tempo em que a perecibilidade das notícias diminui. Da mesma forma como a sociedade consome cada vez mais informações jornalísticas – substituídas por outras mais novas a cada dia, a cada hora – também crescem as possibilidades de consulta aos registros anteriores.

Há dois fortes movimentos neste início de século XXI marcado por transformações tecnológicas. O primeiro afeta diretamente o fazer jornalismo, que é a diminuição do tempo de vida útil do produto jornalístico enquanto novidade. O outro demarca a importância crescente que o mesmo produto tem ao se tornar documento histórico armazenado e facilmente recuperável.

Em 1991, quando a internet era restrita e redes *on line* com bases de dados para consultas jornalísticas inexistiam no Brasil, Amaro (1991, p. 39) já percebia o aumento da demanda pela documentação jornalística:

Nesse sentido, o caráter de perecibilidade da notícia¹¹ desaparece, mediada por um novo produto: informações documentárias ou, especificamente, informações documentárias jornalísticas. [...] Nessa perspectiva, podemos dizer que a recolocação da notícia no mercado, proporcionada pela Documentação Jornalística, constitui-se no segundo momento de fragmentação, ou seja, a própria notícia é, nesse processo, fragmentada sob a forma de informações documentárias.

Chacón Gutiérrez (1994, p. 32-3) salienta que o Processo Documental existe para que haja o “reaproveitamento” da informação e que a “informação transmitida” se converte em “fonte de informação”. Desta forma, é possível propor nesta

¹¹ Notícia é a narrativa jornalística de um fato recente, inédito, de interesse público.

pesquisa um modelo espiral do Processo Documental Jornalístico (fig. 4), em que a comunicação se dá em mão dupla e que uma interfere na outra.

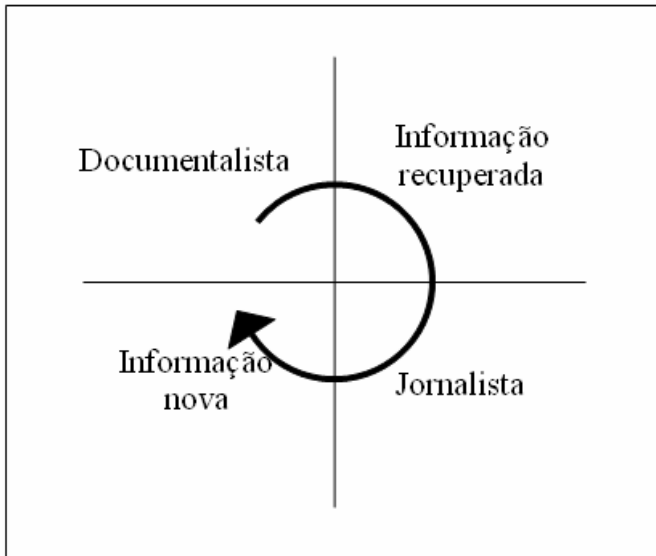


Figura 4. Retroalimentação da informação

O documentalista recupera uma informação e a fornece ao jornalista para a composição de um texto novo, gerando uma nova informação que será também armazenada no Cedoc e poderá posteriormente ser recuperada para a elaboração de um novo texto.

Apesar do auxílio ao jornalista na construção de novos conteúdos, a Documentação não tem relação direta com os fatos nem com a realidade e o documentalista depende da credibilidade e confiabilidade da fonte (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998). Não cabe, portanto, ao documentalista verificar a veracidade da informação. Esta função cabe ao jornalista que a produz.

García Gutiérrez y Lucas Fernandez (1987, p. 36, apud CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 202) apontam o caráter de consolidação dos dados contidos no Centro de Documentação, mesmo que não sejam comprovados ou contenham erros e informações falsas.

[...] A informação cotidiana pode dar margem à dúvida, mas a documentação assenta cátedra sobre os dados consultados,

inclusive, em médio prazo. É pouco habitual que um usuário apressado verifique a documentação que obteve em um banco de dados; a urgência é um fator corrente neste tipo de demanda [jornalística] (tradução nossa¹²).

Não há, portanto, garantias de que a informação reutilizada, e que vai fazer parte da nova reportagem, é *correta* ou *fiel à realidade*¹³. A informação retroalimentada pode conter virtudes e defeitos e não caberá ao documentalista estabelecer juízo de valor ou verificar sua confiabilidade. Assim, se não houver checagem da informação recuperada por parte do jornalista ao compor uma nova reportagem, o erro poderá ser repetido inúmeras vezes. No entanto, entre os objetivos de um Cedoc em uma empresa jornalística não está o de perpetuar os erros, mas contribuir para aumentar os acertos nos novos textos, como será visto na seção 1.2, sobre as finalidades e funções do Cedoc.

A informação *errada* ou *falsa* não é a única distorção possível, mas também a informação parcial, ou que reflete apenas um ponto de vista sobre o mundo, pode ser reaproveitada. Chacón Gutiérrez (1994, p. 61) alerta que o reaproveitamento das informações jornalísticas pode contribuir para a manutenção do *status quo* e para a construção da hegemonia.

Quando existe um consenso social sobre algo, então essa sociedade está construindo uma realidade. Mas que parte da sociedade impõe as normas para que esse consenso se produza? São as elites dominantes, através dos meios de comunicação, que estão em condições de estabelecer e de legitimar as regras que representam à ordem institucional. São os meios de comunicação, com sua política de seleção de temas, que constroem a realidade, limitando o acesso a determinados personagens e mediatizando os conteúdos de acordo com seus interesses. (tradução nossa¹⁴)

¹² [...] La información cotidiana puede dar margen a la duda, pero la documentación sienta cátedra sobre los datos consultados, incluso a medio plazo. Es poco habitual que un usuario apresurado verifique la documentación que ha obtenido en un banco de datos; la urgencia es un factor corriente en este tipo de demandas”

¹³ O uso do itálico é uma opção para destacar que são conceitos subjetivos e que não se pretende aqui discutir quando uma informação é correta, fiel, falsa ou errada.

¹⁴ Cuando existe un consenso social acerca de algo entonces esa sociedad está construyendo una realidad. Pero, qué parte de la sociedad impone las normas para que ese consenso se produzca?, son las élites dominantes, a través de los medios de comunicación, las que están

Essa *representação da realidade* é alcançada por meio de instrumentos de persuasão e manipulação, que acontecem não só nas redações, mas se reproduzem, com características próprias no interior dos Cedocs, Isto será estudado na sessão 1.4, mas antes é necessário compreender as finalidades e funções dos Centros de Documentação.

1.2 Finalidades e Funções do Cedoc

Mais do que guardar a história do jornal, o Cedoc passou a ter outras finalidades, diretamente ligadas à produção jornalística como “ajudar os redatores a compor suas notícias com exatidão, veracidade e contexto” (PÉREZ; SEBASTIÁN, 2000, p. 37, tradução nossa¹⁵). Os novos textos deveriam ser produzidos com auxílio de informações estocadas sobre o que acontece no mundo, enquanto novos fatos acontecem no local da publicação. Galdón López (1989, apud PÉREZ; SEBASTIÁN, 2000, p. 38) afirma que os Centros de Documentação têm quatro finalidades :

- a) Comprobatória-verificativa: evitar erros de redação, de sintaxe e ortográficos, dispondo de dicionários, enciclopédias e outros documentos de referência;
- b) Preparatória: fornecer dicionários, enciclopédias e base de dados que fornecerão informações para que o jornalista se prepare antes de fazer uma cobertura ou escrever uma reportagem;

en condiciones de establecer y de legitimar los roles que representan el orden institucional. Son los medios de comunicación, con su política de selección de temas, los que construyen la realidad limitando ei acceso a determinados personajes y mediatizando los contenidos de acuerdo a sus intereses.

¹⁵ [...] ayudar a los redactores a componer sus noticias com la exactitud, veracidad y contexto[...].

c) Completiva: oferecer dados necessários para explicar causas e conseqüências, relações de tempo e espaço e significado dos acontecimentos;

d) Orientadora ou ideológica: fornecer informações sobre as posições do veículo a fim de orientar sobre a linha editorial.

Segundo Pérez e Sebastián (2000, p. 38), o Cedoc jornalístico tem quatro funções, divididas de acordo com as atividades desenvolvidas nele: a) aquisição e seleção; b) análise, síntese e representação; c) armazenamento e d) busca, recuperação e difusão da informação (fig 5). Cada etapa será discutida nas próximas sessões.

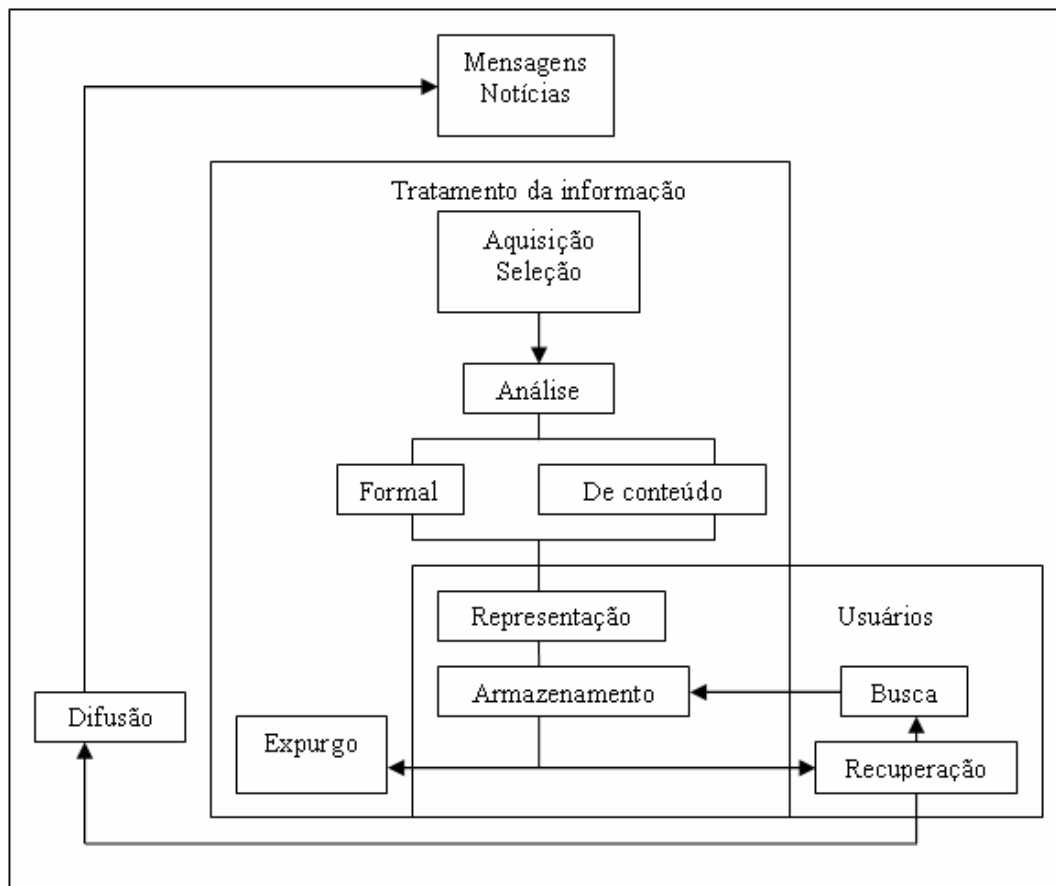


Figura 5. O Processo Documental (PERÉZ; SEBÁSTIAN, 2000, p. 42)

1.2.1 Aquisição e seleção da informação

Um Centro de Documentação Jornalística trabalha com informações dos mais diversos temas e também com fontes das mais variadas. Um diário de uma grande cidade traz um conjunto de textos sobre economia, política, cultura, esportes, problemas da cidade, segurança pública, entre vários outros. A quantidade e a variedade de informações reunidas num só dia são muito grandes e fornecem ao Cedoc um caráter enciclopédico (PÉREZ; SEBÁSTIAN, 2000, p. 40). A organização deste vasto material é um dos grandes desafios do Cedoc.

Não bastasse o grande volume de informações internas (do próprio veículo) que chegam ao Cedoc, Pérez e Sebastián (2000, p. 45-6) afirmam que o documentalista deve preocupar-se também com a aquisição e seleção de informações de fontes externas. Esta aquisição se dá por meio de compras, permutas ou doações e geralmente são de enciclopédias, dicionários e biografias, além de relatórios anuais de empresas e órgãos públicos e privados. A cada novo material que chega ao Cedoc, o documentalista deve fazer sua análise, síntese e registro na base de dados para que fique disponível para o usuário.

Para Chacón Gutiérrez (1994, p. 311) quanto maior o número de fontes (internas e externas) presentes em um Cedoc, maior é a sua confiabilidade. Com mais fontes, existirão mais pontos de vistas contemplados no Centro de Documentação e isto significa “menor limitação na recuperação documental”.

Não é possível armazenar tudo o que outros veículos publicam, mesmo atualmente, na primeira década do século XXI, com o uso das tecnologias digitais. Por isso, o documentalista deve selecionar quais informações externas poderão ser úteis e devem ser armazenadas no Cedoc. Assim, são atribuídas à informação três características que devem orientar a decisão entre armazenamento e expurgo – ou descarte (PÉREZ; SEBÁSTIAN, 2000, p. 46-7):

- a) redundância – notícias que se repetem em diferentes veículos sem variações no tratamento que justifiquem o armazenamento de mais de uma versão para o mesmo fato;
- b) tratamento desequilibrado das notícias – notícias que em um veículo tiveram espaço pequeno podem ser descartadas se outro veículo abordou o mesmo fato de maneira mais completa;
- c) obsolescência – uma notícia importante hoje pode ser considerada irrelevante no futuro.

Para facilitar este expurgo, os Cedocs podem criar arquivos intermediários que ajudarão a evitar o armazenamento de informações redundantes, permitirão selecionar as notícias que tiveram tratamento mais adequado e possibilitarão o julgamento posterior quanto à importância da notícia (PÉREZ; SEBÁSTIAN, 2000, p. 46-7). Também interfere nesta seleção o fato de o documentalista carregar valores ideológicos que orientam suas atitudes e criam filtros como: “o usuário, interesse do usuário, relevância, pertinência, novidade, perdurabilidade, redundância e demanda documental”. (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 125-7).

A aquisição e a seleção das fontes internas podem dar-se pela chegada dos documentos ao Cedoc, seja pela edição impressa, seja pelo sistema eletrônico, que armazena as notícias ao mesmo tempo em que são liberadas para a produção do jornal em papel. A seleção depende da política de cada empresa, mas é possível que toda a produção do veículo próprio da empresa seja armazenada no Cedoc, tanto para recuperação e uso pelos próprios jornalistas, quanto para registro da história da publicação.

Após a aquisição, a informação passa pelo processo de análise para que seja armazenada de forma a permitir uma recuperação rápida e eficiente.

1.2.2 Análise, síntese e representação

No que diz respeito à etapa seguinte à aquisição e seleção da informação, García Gutiérrez (1992, p. 28, apud CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 12-3), afirma que a análise é o reconhecimento e desestruturação do texto e a seleção do que foi proposto pelo autor. A síntese é a condensação do texto em função da importância dos seus conteúdos e a “priorização dos temas essenciais”. Já a representação é a tradução dos conceitos contidos no texto para a linguagem documental.

Pérez e Sebastián (2000, p. 48-53) afirmam que a primeira fase desta etapa é a análise formal, em que o documentalista identifica “elementos externos essenciais” como título, autor, data da edição, características físicas. Essa catalogação pode ser mais completa se for utilizada uma lista de palavras-chave ou um tesauro.

Na fase seguinte, o documentalista não se preocupa mais com os aspectos externos, mas com os internos da notícia. Assim, deve identificar o essencial do texto: “pessoas físicas e jurídicas, objetos, temas, fatos, situações, ações, lugares e datas pelos quais mais tarde um jornalista pode desejar recuperar a informação” (PÉREZ; SEBÁSTIAN, 2000, p. 51). O resultado desse processo de identificação dos elementos essenciais é a síntese da notícia, geralmente composta por palavras-chaves, descritores ou resumo. Será esta síntese que passará a representar o texto no sistema do Cedoc e que permitirá a sua recuperação.

Chacón Gutiérrez (1994, p. 10) define como documento primário os originais que chegam ao Centro de Documentação para análise e possível armazenamento. Já o documento originário da análise, resultado do Processo Documental, é chamado de secundário. A autora propõe que a produção do documento secundário, que irá representar o primário – a notícia – no Centro de Documentação deve conter “TODOS os acontecimentos que compõem a notícia” (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 105, grifo da autora). Desta forma, o usuário conseguirá localizar o documento quando pesquisar por qualquer um dos aspectos da notícia.

O texto primário, mesmo que conte com forte dose de denotação, pode conter também aspectos conotativos que não poderão ser encontrados facilmente no texto. Para Chacón Gutiérrez (1994, p. 131-43), a solução para este problema é a produção do texto secundário que reflita as conotações presentes no texto secundário. Mas a autora aponta um novo problema: a presença da “visão de mundo”, da ideologia do documentalista interferindo no texto primário para a produção do secundário e assim ele torna-se “co-autor anônimo” do novo documento. É responsável pelo que ele contém e também pelo que não contém. No entanto, esta responsabilidade é “diluída” nos bancos e bases de dados onde estão registrados os textos secundários. “O usuário não questiona quem e como produziu esses dados, pois lhe interessa o dado em si mesmo” (tradução nossa¹⁶)

Há também a possibilidade de que o próprio texto seja a sua representação, pois os sistemas informatizados já permitem a recuperação de informações utilizando o texto completo. Pérez e Sebastián (2000, p. 52) ponderam que há defensores de que o texto completo é a melhor representação do texto, e que isto permite economia de tempo e recursos na tarefa de catalogação. Os motores de busca utilizados na *web* demonstram que é possível trabalhar com grandes quantidades de textos completos. Mas quando a base de dados cresce, o número de resultados indesejados e ruídos também aumenta significativamente. Um destes problemas se refere ao uso de figuras de linguagem, que podem criar ruídos que seriam evitados com o uso de palavras-chave, descritores ou o resumo.

A dificuldade na localização com textos completos pode ser melhor compreendida tomando como exemplo a ironia do jornalista e colunista da Folha de S. Paulo, Elio Gaspari, que chama o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de “FFHH” e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “Nosso Guia”. Uma busca utilizando os nomes dos presidentes (atual e ex) não levaria a alguns textos do colunista. É o caso do artigo *A Câmara quer criar o Bolsa Gazeta*, publicado em 8 de julho de 2007 em que Lula é citado:

¹⁶ El usuario no se cuestiona quién y cómo ha producido esos datos, le interesa el dato en sí mismo.

[...] Os deputados que defendem o Bolsa Gazeta não se dão conta de que o Congresso brasileiro vai ladeira abaixo. Isso no governo de um cidadão que em 1993 acusou a Câmara de reunir "300 picaretas". **Nosso Guia** não mudou de opinião, apenas aprendeu a lidar com o G-300. [...] (GASPARI, 2007, grifo nosso)

Mais à frente, o citado é Fernando Henrique Cardoso:

[...] Se ninguém fizer nada, a Capes esterilizará oito bolsas anuais de pós-doutorado que mantém no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Cebrap. Cada bolsa paga R\$ 3.000 mensais ao pesquisador e o programa tem 20 anos de sucesso. O ministro Fernando Haddad corre o risco de agredir uma iniciativa da instituição criada por **FFHH** em 1969¹⁷. [...] (GASPARI, 2007, grifo nosso)

O caso acima é um exemplo de problemas que podem ocorrer com a utilização de apenas texto completo como forma de representar o próprio texto e o trabalho do documentalista ainda é necessário nesta etapa de atividades dos Cedocs jornalísticos.

1.2.3 Armazenamento

É o processo de estocagem dos documentos jornalísticos. Pode ser físico (com a guarda de documentos em papel) ou digital. O armazenamento digital trouxe inúmeras vantagens para os Centros de Documentação. A primeira e mais visível é a economia de espaço, com a substituição do papel por arquivos digitais gravados em mídias eletrônicas que ocupam muito menos espaço. O documento do jornal pode ser armazenado de duas formas: a página inteira como imagem ou os textos separados, que podem ser vistos e impressos independentemente do formato original em que apareceram. Pérez e Sebastián (2000, p. 54) lembram que os meios de armazenamento nos Cedocs evoluíram das pastas que continham recortes dos

¹⁷ Fernando Henrique Cardoso foi um dos professores universitários que no final dos anos 60 criou o Cebrap.

jornais, para o microfilme, discos ou fitas magnéticas e discos óticos. Podem ser citados também o uso de servidores de rede, que armazenam os dados em discos rígidos de alta capacidade.

1.2.4 Busca, recuperação e difusão da informação

Pérez e Sebastián (2000, p. 54-5) afirmam que em um Centro de Documentação Jornalística, a necessidade de informação pode-se dar por duas formas: por pedido e difusão (antecipação de um pedido). Os pedidos podem ser indagatórios, com perguntas curtas para verificação de um dado específico, ou verificativo, para confirmação de que um dado específico está correto, ou ainda temáticos, que são os mais complexos e difíceis de atender por quatro motivos:

Primeiro, por atuar como intermediário, [o documentalista] deve ser capaz de compreender o que realmente está solicitando o jornalista. Segundo, deve tratar de representar no sistema de busca as frases ou palavras que melhor ajustem aos termos que se utilizaram durante a fase de representação dos documentos. Terceiro, possivelmente a tarefa de busca requer consultar mais de uma fonte de informação. Quarto, muitas vezes o próprio documentalista é o encarregado de fazer uma seleção do que considera que mais se ajusta ao pedido ou até realizar um pequeno informe explicando o que encontrou para que o jornalista determine se deve continuar a busca, ou não (PÉREZ; SEBÁSTIAN, 2000, p. 55-6, tradução nossa¹⁸).

¹⁸ Primero, como actúa de intermediario, debe ser capaz de comprender lo que realmente le está solicitando el periodista. Segundo, debe tratar de representar en el sistema de búsqueda las frases o palabras que mejor se ajusten al los términos que se utilizaron durante la fase de representación de los documentos. Tercero, posiblemente la tarea de búsqueda requiera consultar más de una fuente de información. Y cuarto, muchas veces el propio documentalista es el encargado de hacer una selección de lo que considere que más se ajusta a la petición o incluso de realizar un pequeño informe explicando qué ha encontrado para que el periodista determine si se debe seguir buscando o no.

O trabalho de recuperação foi, por muito tempo, exclusivo do documentalista, pois somente ele tinha acesso às informações e às linguagens estruturadas dos arquivos. Com o advento das tecnologias digitais e o desenvolvimento das redes, em especial internet e intranets, o jornalista conseguiu acesso direto aos documentos e sua necessidade por um intermediário diminuiu e, em alguns casos, desapareceu. Essa mudança permite ao documentalista dedicar-se mais às tarefas anteriores à recuperação, em especial, à representação.

1.3 Persuasão e manipulação nos Cedocs Jornalísticos

Embora o Centro de Documentação tenha como função ajudar o jornalista a produzir uma nova notícia com exatidão e veracidade, isto não significa a impossibilidade de manipulação dos conteúdos, alerta Chacón Gutiérrez (1995). Para a autora, se o processo jornalístico manipula as informações que produz, os Centros de Documentação são reprodutores desta manipulação e refletem os mesmos interesses que têm os veículos jornalísticos.

Chacón Gutiérrez (1994) argumenta que a persuasão é um dos fatores que interferem na confiança depositada pelos usuários nos Centros de Documentação Jornalística. A Documentação é duplamente persuasiva, pois, se considerada como um espaço onde se dá um processo de comunicação, representa uma segunda etapa do Processo Documental. A autora leva em consideração a noção de que todo ato de comunicação é um ato de persuasão. Reboul (1998, p. XV) argumenta que todo discurso é persuasivo, mesmo aqueles que se declaram objetivos.

O discurso jornalístico é considerado persuasivo por Chacón Gutiérrez (1994, p. 177-8), pois a autora considera persuasivas as estratégias jornalísticas de fazer com que os leitores saibam dos acontecimentos recentes e para isso é necessário

fazer com que os leitores acreditem na notícia. É portanto, necessário convencê-los de que o fato descrito de fato aconteceu.

O distanciamento, ou estranhamento, do jornalista do seu texto é apontado por Chacón Gutiérrez (1994, p. 178-9) como uma estratégia persuasiva. Estranhamento é a ausência do autor no seu texto, como se dele não tivesse participado. Isso seria alcançado por meio de técnicas jornalísticas e não ocorre por acaso. A autora cita o manual de estilo do jornal espanhol *El País* que aconselha aos jornalistas a utilizar verbos na forma ativa e no tempo presente para aproximar a ação do leitor. E também orienta aos redatores que “devem permanecer totalmente à margem daquilo que contam”. Desta forma, o uso da primeira pessoa não é permitido. Expressões como “poderia”, “não se descarta”, “ao que parece”, “possível”, “provável” também devem ser evitadas. E o título deve ser “claro e certo” para transmitir “credibilidade” à informação, ou seja, fazer crer.

A busca pela objetividade, pelo caráter de isenção e a intenção de demonstrar ao leitor e usuário que o discurso reflete exatamente a realidade que pretende narrar ou descrever acontece na produção de vários textos, tanto os textos históricos como os jornalísticos e por fim, os textos utilizados na documentação.

Na Documentação utiliza-se o “discurso histórico” (enunciados assépticos narrados em terceira pessoa, presente histórico, formas impessoais...), isto é, se produz um “estranhamento” do sujeito enunciadador. O documentalista não aparece como tal sujeito e se produz a sensação de que o texto funciona por si mesmo. Logo, nos documentos sobre a atualidade se produz um duplo ‘estranhamento’, primeiro o do jornalista em relação ao leitor, depois o do documentalista em relação ao usuário. (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 142, tradução nossa¹⁹)

García Gutiérrez (1990, apud CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 143) afirma que o documentalista é um elo na cadeia de produção da informação e cabe a ele

¹⁹ En Documentación se utiliza el “discurso histórico” (enunciados asépticos narrados en tercera persona, presente histórico, formas impersonales...), es decir, se produce un “extrañamiento” del sujeto enunciadador, el documentalista no aparece como tal sujeto, sino que se produce la sensación de que el texto funciona por sí mismo. Luego en los documentos de actualidad se produce un doble ‘extrañamiento’, primero el del periodista con respecto al lector, después el del documentalista con respecto al usuario.

“sacralizar” a informação ao selecioná-la para armazenamento. O uso de novas tecnologias amplia a impressão de “asepsia” provocada pelo computador no usuário, como se não houvesse interferência humana e subjetiva na notícia que ele recupera em um Centro de Documentação Jornalística. Esta falsa sensação de “asepsia” tende a levar o usuário a considerar o documento recuperado como verídico.

Chacón Gutiérrez (1994, p. 179-200) conclui que, se o jornalista é “o historiador da história recente” e que usa da persuasão para que seus textos tenham credibilidade junto ao público, o documentalista também é capaz de persuadir e manipular ao transmitir aos documentos secundários os conteúdos persuasivos. A autora afirma que também o documentalista se estranha ao seu texto, embora, vários fatores afetem o trabalho do documentalista, pois ele não exerce sua função de maneira “objetiva e asséptica”. Dentre esses fatores, a autora assinala “os princípios editoriais da empresa, seus próprios princípios ideológicos e morais e o contexto sociocultural”. O usuário, ao consultar o Centro de Documentação, “compartilha com o documentalista o objeto cognitivo que este lhe proporciona (o documento secundário) e admite, primeiro que é pertinente, e depois que é verdadeiro” (tradução nossa²⁰).

Só é possível recuperar aquilo que foi selecionado e somente será selecionado aquilo que é de interesse da empresa (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 203-6). O usuário, sem conhecer os critérios de seleção, está limitado aos interesses e valores empresariais para conseguir acesso às informações e para a autora isto já é uma forma de manipulação. O usuário não pode verificar os dados oferecidos por um Centro de Documentação Jornalística e se submete a uma dupla manipulação: do documento primário, realizada pelo jornalista, e do documento secundário, produzida pelo documentalista.

²⁰ [...] comparte (se adhiere) con el documentalista el objeto cognitivo que éste le proporciona (el documento secundario) y admite, primero, que es pertinente, y segundo que es veraz.

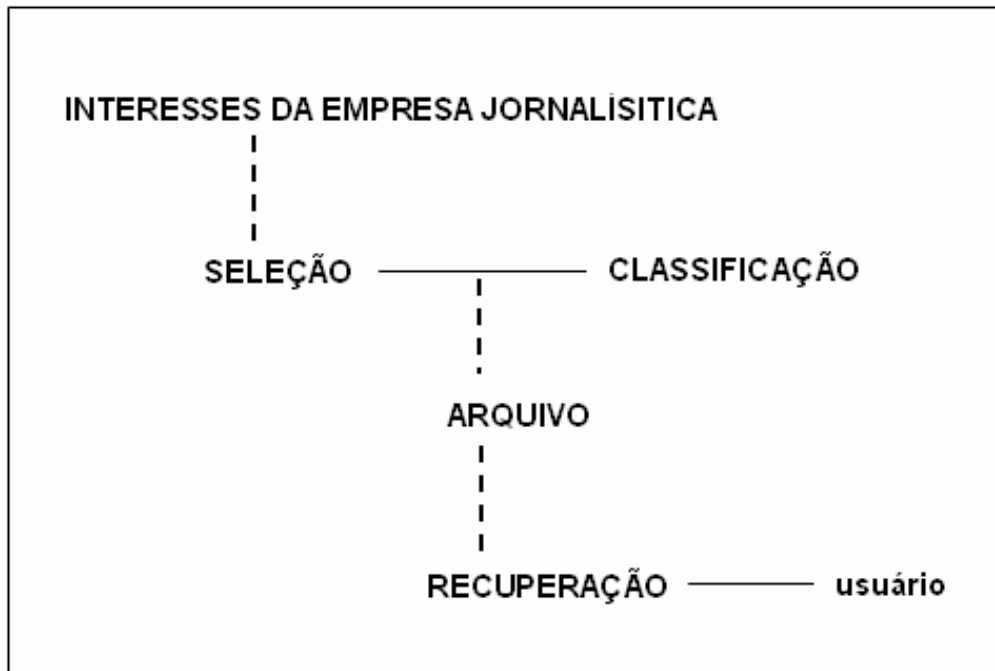


Figura 6. Interesses empresariais e a recuperação da informação (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 204).

As possibilidades de manipulação na fase de seleção se resumem: em transmitir informação previamente selecionada pela imprensa e ao processo de seleção de fontes e dos textos. “Se a notícia é um ‘ente ideológico’ que tende a perpetuar as estruturas sociais estabelecidas por uma elite dominante, o documento secundário que gera a análise dessa notícia também será um ente ideológico que perpetua tais estruturas” (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 204-5, tradução nossa²¹).

1.3.1 Manipulação na utilização dos títulos

Chacón Gutiérrez (1994, p. 276-8) analisa as possibilidades de manipulação quando se utiliza o título da reportagem ou artigo como resumo para posterior

²¹ Si la noticia es un “ente ideológico” que tiende a perpetuar las estructuras sociales establecidas por una élite dominante, el documento secundario que genera el análisis de esa noticia, también será un ente ideológico que perpetúe dichas estructuras.

recuperação. A adoção dessa prática pode trazer resultados positivos em alguns casos, pois o título deveria refletir a principal idéia do texto. Porém, há títulos que são “sensacionalistas” e não refletem adequadamente o assunto do texto. Mas, em ambos os casos, a manipulação é possível, pois por mais que o título reflita a principal idéia de um texto, não será capaz de refletir “todos os aspectos da notícia”. Há outro fator que é a forte ligação dos títulos com a linha editorial dos jornais. Os resultados da utilização do título como resumo são as seguintes:

- a) Limitam a recuperação;
- b) Reduzem as possibilidades de recuperação do documento primário;
- c) Transmitem as manipulações dos títulos sensacionalistas;
- d) Os títulos são controlados pelos interesses da empresa jornalística e seus valores ideológicos.

A utilização do título deveria ser uma alternativa de busca, mas não deve constituir a única possibilidade, pois refletirá sobremaneira a manipulação que o texto primário já sofreu durante a edição da página do jornal. O uso do título é, portanto, uma possibilidade de manipulação e persuasão mas não a única, pois, como visto anteriormente, a mensagem do Processo Documental é persuasiva e esse processo se modificou ao longo do tempo como será visto a seguir.

1.4 A documentação jornalística no Brasil

Machado (2001) elaborou um interessante estudo sobre os centros de documentação jornalística no Brasil e seu papel atual. O autor faz um resgate

histórico da evolução e transformação dos arquivos de jornal em centros de documentação. As mudanças substanciais nos arquivos de empresas jornalísticas começaram no Brasil no início do século XX. A partir dos anos 1930, quando aumentou a procura dos jornalistas por informações publicadas anteriormente, o arquivamento deixou de ser executado por pessoas sem qualificação, dando lugar “a um serviço de documentação coordenado por arquivistas profissionais, especialistas na coleta e gestão de dados”.

Vários fatores contribuíram para isso e um deles foi o desenvolvimento das empresas jornalísticas. O outro foi o surgimento e fortalecimento da profissão de arquivista de periódicos, ou documentalista. A constatação de que um arquivo organizado de forma a facilitar a recuperação da informação permitia uma produção jornalística de melhor qualidade fez com que os investimentos aumentassem nos arquivos e resultou, mais tarde, em sua transformação em Centros de Documentação. Esta busca pelo aprimoramento no trato com as informações já publicadas se destinava a “atender à exigência por veracidade, eqüidistância e respeitabilidade, que demandavam seus leitores” (MACHADO, 2001).

O autor afirma que em uma mesma empresa havia mais de um arquivo, cada um deles especializado de acordo com a divisão departamental da empresa e da redação²². A centralização do arquivo foi um passo importante, quando as empresas descobriram que era melhor ter apenas um arquivo bem administrado que vários arquivos sem um sistema adequado de recuperação das informações. Machado (2001) acredita que esta centralização deve dar lugar novamente à descentralização, mas não um retorno ao modelo antigo. Agora, é a rede digital que abre espaço para um novo tipo de organização dos arquivos jornalísticos. As transformações dos Cedocs ao longo do século XX até o início deste século estão marcados pelo processo de desenvolvimento de novas tecnologias informacionais.

²² Espaço onde trabalham os jornalistas na produção de textos e páginas de jornais.

1.4.1 A evolução tecnológica nos Cedocs

A evolução tecnológica – em especial nos segmentos de informação e comunicação – tem mudado radicalmente o papel dos arquivos e Centros de Documentação no interior das empresas jornalísticas. Do morgue às redes, as transformações foram em geral favoráveis ao fortalecimento do setor responsável pela memória das empresas jornalísticas.

Desde o século XIX, quando o jornalista descobre a cidade como campo de cobertura, o mundo circundante pauta a mitologia da profissão, como demonstra o conhecido bordão: lugar de repórter é nas ruas. (...) Nas empresas jornalísticas a prioridade fica por conta da articulação de redes externas de captação de informações. (MACHADO, 2004).

Principalmente nas grandes cidades, o jornalista substituiu em partes sua presença na “rua”, ou seja, no espaço externo à redação onde o fato acontece, em favor de uma cobertura realizada por telefone. O advento da internet também interferiu nesta mudança de atitude do jornalista. Ao mesmo tempo em que o celular lhe permite contatos por telefone mesmo quando está fora da redação – ou seja, na rua – o acesso à rede pode lhe fornecer valiosas informações. Assim, o profissional depende de um computador para ter acesso a informações por e-mail, a *web* e também ao acervo do jornal em que trabalha para compor seus novos textos. Daí surge uma nova necessidade: um Centro de Documentação que dê conta de atender a essa nova demanda dos jornalistas.

As transformações tecnológicas dentro dos Cedocs jornalísticos são divididas por Hernández (1999, apud PÉREZ; SEBÁSTIAN, 2000, p. 59) em quatro fases:

- a) Cortar, colar e colocar em pastas (1954-1972);
- b) Microfilmagem e grandes bases de dados de imprensa (1973-1982);

- c) CD-ROMs e as primeiras bases de dados próprias (1983-1992);
- d) Texto completo e interconexão de sistemas (1993-1997).

Os estudos de Hernández a respeito das fases acima na Espanha podem ser levados em consideração também no Brasil, embora as datas não sejam exatamente as mesmas, pois a evolução tecnológica, segundo Mattos (2003), ao contrário de permitir maior igualdade, tornou o mundo mais assimétrico, entre aqueles que têm e os que não têm acesso à tecnologia. Para o autor, a “convergência de renda” entre diferentes países, que seria promovida pela globalização, é um “mito” e a globalização promove “assimetria e desigualdade”. Também dentro do Brasil, a evolução tecnológica pode ampliar a desigualdade.

A informação tem papel cada vez mais decisivo, no âmbito empresarial, como recurso produtivo nos processos de maior valor adicionado dos setores de ponta do capitalismo mundial. A concorrência inter-capitalista entre empresas de mesmo setor de atividade se manifesta em grande medida pela busca e pela manipulação contínuas da informação e de sua transformação em conhecimento e inovação. (MATTOS, 2003, p. 104, nota)

A evolução tecnológica não ocorre de maneira uniforme e nem atende a todos ao mesmo tempo. Estas diferenças acontecem tanto em nível global, como internamente, no Brasil, entre as diferentes empresas. Há variações na velocidade em que as mudanças são implantadas e esta diferença promove exclusão daqueles que não se atualizaram do grupo daqueles que se atualizaram tecnicamente.

É a primeira fase organizativa, que marca a mudança do antigo arquivo para um Centro de Documentação que dá prioridade à busca e recuperação da informação. Nesta fase, os primeiros esforços de informatização no interior das empresas jornalísticas se dava na composição e impressão das páginas. Tanto redação quanto os centros de documentação usavam ainda processos manuais e mecânicos.

Os documentalistas se limitavam a cortar as notícias que selecionavam e as armazenavam em pastas com as quais faziam

dossiês temáticos, uma prática ainda muito usada. O problema principal era a localização e o armazenamento: uma notícia podia armazenar-se em várias pastas. (PÉREZ; SEBÁSTIAN, 2000, p. 60)

O tempo de recuperação era alto e a necessidade de espaço, muito grande. Fazia-se necessária a realização de expurgos, eliminando notícias que perdiam o interesse ao longo do tempo.

Na segunda fase surgiram as primeiras bases de dados referenciais. Apesar de as notícias continuarem sendo armazenadas em pastas, havia suas representações nas bases de dados, o que facilitava sua localização e recuperação. Uma das soluções para o problema do espaço foi a adoção do microfilme. Este novo suporte, porém, não resolvia um dos sérios problemas, o da recuperação da informação, que deveria depois ser convertida novamente para papel para que pudesse ser utilizada.

Nos Cedocs, as bases de dados próprias começaram a surgir no início dos anos 80 e os índices impressos passaram para o formato informatizado, marcando o início da terceira fase. O alcance dos Cedocs foi ampliado com a utilização de bases de dados externas com acesso remoto. Vários títulos passaram a ser armazenados em formato digital, gravados em CD-ROMs²³. Eram os casos de bibliotecas, dicionários, relatórios. O CD-ROM permitia a economia de espaço e facilitava o expurgo: ao chegar uma nova versão de uma publicação, facilmente podia-se descartar a anterior.

No final dos anos 1980, que começam a surgir sistemas com texto completo, com a digitalização de notícias. Mas os Cedocs continuavam funcionando de forma independente e desconectada da redação e esta ainda não tinha acesso direto aos textos armazenados. Era o documentalista quem ainda selecionava as notícias, analisava, introduzia a referência na base de dados e guardava o original em uma pasta. (PÉREZ; SEBÁSTIAN, 2000, p. 62-3)

²³ CD-ROM é a sigla de Compact Disc – read-only memory, um disco ótico capaz de armazenar informações digitalizadas em diversos formatos. A gravação é definitiva e não pode ser apagada ou substituída. Os formatos mais comuns são os CD-ROMs de 650 megabytes e de 700 megabytes.

Quando as redações adotam os computadores na composição das notícias, a digitalização dos acervos torna-se uma etapa natural. O computador pessoal se consolida em diversas áreas do trabalho jornalístico, a informação passa a ser produzida em formato digital e as redes e interconexões de sistemas permitem acesso remoto às informações. Surgem nesta fase a arquitetura e os sistemas abertos em rede.

Durante esta etapa, a maioria dos sistemas das redações adota mudanças que tendem a permitir a interconexão de sistemas: redações e centros de documentação unem-se, tecnologicamente falando. Os centros de documentação jornalística são agora capazes de captar e armazenar diretamente a produção digital do jornal (PÉREZ; SEBÁSTIAN, 2000, p. 64, tradução nossa²⁴)

A digitalização e a interconexão não põem fim aos sistemas anteriores, ao contrário, permitem a coexistência de diferentes formas de armazenar as produções jornalísticas: as pastas são mantidas, também as bases de dados referenciais que permitem o acesso ao original (em papel ou eletrônico); o acesso a base de dados externas também continua, porém pela internet; continua-se utilizando o CD-ROM para armazenamento de informações e mais tarde (final da década de 1990 e início dos anos 2000) também é adotado o DVD-ROM²⁵.

Nas primeiras experiências com texto completo, os documentos eram armazenados como imagens e não no formato de textos. Assim, ainda se utilizavam bases de dados referenciais como no sistema de microfilme. Mais tarde, as notícias passaram a ser armazenadas com atributos de texto, o que gerava novas formas de busca, uma delas, a de texto completo.

²⁴ Durante esta etapa la mayoría de los sistemas redaccionales adoptan cambios tendentes a permitir la interconexión de sistemas: redacciones y centros de documentación quedan unidos, tecnológicamente hablando. Los centros de documentación periodística son ahora capaces de captar y almacenar directamente la producción digital del periódico.

²⁵ DVD-ROM é a sigla para Digital Versatile Disc, disco ótico com o mesmo tamanho do CD-ROM, porém com maior capacidade. O formato mais comum utilizado no Brasil é o DVD-5, com capacidade de 4,7 gigabytes.

1.4.2 Internet e Intranet nos Cedocs

O desenvolvimento da internet fez com que os jornalistas usassem a rede para acessar fontes externas e levou também à idéia de que as informações internas podem ser buscadas da mesma forma. Isto favoreceu a criação das intranets e a participação dos documentalistas nesse processo.

A digitalização da informação faz desaparecer o meio físico, instaurando uma nova forma de fazer jornalismo, a qual pressupõe atualização instantânea dos bits na forma de textos, gráficos, imagens, animações, áudio, vídeo - os recursos da multimídia (BARBOSA, 2002, p. 11).

Em sua dissertação de mestrado sobre jornalismo digital e informação de proximidade, Barbosa (2002, p. 24-5) faz um breve resgate da evolução do jornalismo digital brasileiro. O Grupo Estado foi o primeiro a prestar serviços pela internet, com um link para a Word News, de Washington. O Jornal do Comércio de Recife lançou, ainda em 1995, um serviço próprio, por meio do Gopher, um sistema que permite acesso apenas a textos por meio de rede de computadores. O primeiro diário a lançar uma edição completa na *web* foi o Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1995. Na seqüência vieram Folha de S. Paulo, O Globo, Zero Hora e Estado de Minas. Estas publicações digitais ainda eram versões eletrônicas do jornal impresso. O Brasil Online, lançado pelo UOL²⁶, em 1996, foi o primeiro *site* de notícias em “tempo real” do país.

Silva Júnior (2001, p. 3-4), distinguiu três estágios do jornalismo brasileiro na *web*: o transpositivo, o perceptivo, o hipermidiático. O transpositivo foi a fase inicial, a partir da metade da década de 90, quando a internet passou a ser explorada comercialmente no Brasil. Nesta fase, a formatação e organização dos jornais na *web* seguiam o modelo impresso. O segundo estágio, o perceptivo, mantém ainda as principais características da fase transpositiva, no entanto, há maior uso das

²⁶ Universo Online, <http://www.uol.com.br>.

tecnologias que surgem e a utilização de uma nova organização da notícia em rede que começa a se diferenciar da organização nos jornais impressos. Por fim, a fase hipermidiática leva à convergência entre suportes diferentes e a “disseminação de um mesmo produto em várias plataformas e/ou serviços informativos” Seis anos após os estudos de Silva Júnior, a fase hipermidiática se aprofunda, com a convergência cada vez maior de diferentes mídias circulando pela *web*, muitas vezes em um mesmo veículo. Os portais UOL e Terra²⁷, por exemplo, reúnem conteúdos em hipertexto²⁸, fotos, vídeos e áudio.

As transformações pelas quais passaram os jornais, levaram também às mudanças nos centros de documentação. Para Machado (2001),

um dos pontos nevrálgicos para o futuro das publicações digitais é superar a arquitetura centralizada dos arquivos, uma vez que a Rede mesma assume a função de arquivo vivo e descentralizado. Para tratar, concentrar e compartilhar os fluxos de conhecimento se necessita um conjunto de mecanismos capazes de, ao mesmo tempo, recolhê-los e arquivá-los.

O autor defende que a descentralização dos arquivos por meio de sistemas modernos trará mais resultados tanto para a empresa jornalística, quanto para o usuário, seja ele o próprio jornalista, o pesquisador acadêmico ou o leitor/audiência. Novos mecanismos de buscas devem ser alcançados, utilizando-se de arquivos descentralizados pela rede, armazenados ininterruptamente, na mesma velocidade que as informações são produzidas e disponibilizadas.

A descentralização exige, no entanto investimentos e a criação de um novo paradigma de organização dos Centros de Documentação. O que pode parecer dispendioso para a empresa jornalística, pode resultar em compensações financeiras, pela utilização comercial da rede de informações.

²⁷ <http://www.terra.com.br>

²⁸ Textos ligados por hiperlinks, construídos de maneira não linear, que rompem com a linearidade da leitura.

A estrutura relacional possibilita a elaboração de uma política eqüitativa dos custos de manutenção. Como é, ao mesmo tempo, mais complexa e fácil para manipular que a árvore hierárquica e cerrada dos suportes convencionais, a Rede incrementa a rentabilidade dos recursos disponíveis no conjunto dos meios. (MACHADO, 2001).

Pérez e Sebastián (2000, p. 66-7) lembram que a obtenção de informações é o que consome mais tempo do jornalista para produzir um texto e que este tempo pôde ser reduzido com o acesso à internet e à intranet. São necessárias fontes confiáveis, para que o jornalista possa chegar rapidamente às informações e por isso ele espera que os documentalistas os guiem para a obtenção de informações de maneira ágil e confiável.

A tarefa de recortar e colar perde sentido uma vez que toda a produção jornalística já está acessível em base de dados digital com texto completo. Cabe ao documentalista a tarefa de colaborar na tarefa de busca e de recuperação da informação, desde que os processos de seleção, análise e armazenamento da informação sejam automatizados de forma a permitir uma recuperação rápida e eficiente.

1.4.3 Análise dos documentos e informação eletrônica

Papel antes delegado ao documentalista, a catalogação pode ser entregue aos sistemas eletrônicos. Pérez e Sebastián (2000, p. 70-1) afirmam que a análise de documentos é uma etapa que pode ser superada, pois quando o jornalista cria seu texto, o sistema já é capaz de armazenar informações como autor, data de publicação, título, além de armazenar o texto completo. Resta ao documentalista a análise de conteúdo, etapa em que os sistemas informatizados ainda enfrentam dificuldades para resolver todos problemas. Os sistemas fazem suas buscas “em função de coincidências morfológicas e não semânticas”. Desta forma, os autores

defendem que a representação da informação jornalística ainda depende da análise de conteúdo, com normalização e adequação a um tesauro ou lista de palavras-chave.

O documentalista do início do século XXI já pode ser poupado de tarefas bastante trabalhosas, que os sistemas eletrônicos substituíram com grande qualidade. Algumas delas, como selecionar, cortar, catalogar e armazenar notícias, podem ser feitas totalmente por meios eletrônicos e automatizados. Porém, a tarefa intelectual segue a mesma, afirmam Pérez e Sebastián (2000, p. 74): indexar. E para esta tarefa é necessário compreender o texto jornalístico para extrair dele suas principais idéias.

Há avanços também para automatizar estas funções. Textos em HTML permitem a utilização de marcas que possibilitam a inserção de metadados que não interferem na forma como os textos são apresentados na tela. Os metadados, acrescentados no arquivo do texto, mas invisíveis para o leitor, permitem a redução dos ruídos nas buscas

As transformações afetam a importância do Cedoc na sociedade. Os acervos, antes acessados apenas por aqueles que se dirigiam à sede do jornal, já podem ser consultados de maneira ampla, por todos os interessados, desde que seu conteúdo esteja disponível na *web*. Os arquivos deixam de ser subproduto para ser um novo produto da empresa jornalística. Ao mesmo tempo em que isto pode garantir maior democratização no acesso à informação, pode também representar maior poder de persuasão por parte da empresa, pois o usuário não acessará apenas o conteúdo produzido diariamente, mas todo o conjunto de notícias construído ao longo do tempo. O usuário terá mais acesso às informações e ao conhecimento gerado diariamente, conceitos que são o eixo do capítulo seguinte.

2 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Este capítulo se propõe a demarcar as definições de informação e conhecimento no campo da Ciência da Informação, que estabelecem os marcos conceituais do que foi estudado no capítulo anterior sobre os Centros de Documentação Jornalística. Será possível identificar como, no centro das discussões teóricas a respeito da Ciência da Informação é possível identificar as discussões sobre os Cedocs que compõem o eixo desta pesquisa.

O primeiro ponto desta análise diz respeito à natureza interdisciplinar da Ciência da Informação, descrita por Saracevic (1996) e por Le Coadic (2004). Para Saracevic (1996), as relações interdisciplinares da Ciência da Informação são mais desenvolvidas em quatro campos: Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva e Comunicação. O autor reconhece que há outros campos onde as relações com a Ciência da Informação ocorrem. A diferença de formação dos profissionais que se dedicam a estudar e a buscar soluções para os problemas da Ciência da Informação é a base desta interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade foi introduzida na CI pela própria variedade da formação de todas as pessoas que se ocuparam com os problemas descritos. Entre os pioneiros havia engenheiros, bibliotecários, químicos, lingüistas, filósofos, psicólogos, matemáticos, cientistas da computação, homens de negócios e outros vindos de diferentes profissões ou ciências. Certamente, nem todas as disciplinas presentes na formação dessas pessoas tiveram uma contribuição igualmente relevante, mas essa multiplicidade foi responsável pela introdução e permanência do objetivo interdisciplinar na CI. (SARACEVIC, 1996, p. 48)

Há divergências quanto às disciplinas, mas concordância com o caráter interdisciplinar, na obra de Le Coadic (2004). O autor compreende que a Ciência da Informação nasceu da biblioteconomia, museoeconomia, documentação e jornalismo. Assim, torna-se claro o interesse da Ciência da Informação pelos centros de documentação jornalística. Le Coadic argumenta ainda que as relações são muito

mais abrangentes que as existentes entre estas quatro disciplinas e traça um mapa das relações interdisciplinares, composto por psicologia e ciência cognitiva, economia, direito e política, sociologia e etnologia, telecomunicações e eletrônica, informática, história, entre outros campos do conhecimento.

Esta interdisciplinaridade permite transitar por diversos ramos do conhecimento na elaboração desta pesquisa. Analisar o Centro de Documentação de uma empresa jornalística e o poder que ele terá de construir, quando utilizado, uma imagem do passado conforme o interesse de uma classe ou grupo político-econômico exige reflexões sobre Centro de Documentação, documentos e as informações neles contidas.

É necessário, portanto, distinguir qual ou quais definições de informação são estudadas nesta pesquisa. O termo informação é compreendido de diversas maneiras em função do ramo do conhecimento em que é utilizado. Na Ciência da Informação há definições de vários autores que interessam a este trabalho.

Buckland (1991) considera a existência de três principais definições para o termo “informação”: informação-como-processo, informação-como-conhecimento e informação-como-coisa.

A primeira definição “informação-como-processo” busca no processo comunicacional a explicação. Dessa forma, informação significa *o ato de informar*, tendo relação bastante próxima das ciências da comunicação. Esse conceito pressupõe a existência do emissor e do receptor da informação, que é levada por um determinado meio.

A segunda definição, “informação-como-conhecimento” refere-se àquilo que é “percebido” no processo comunicacional. É o conhecimento que a informação leva ao ser transmitida. Compreende uma análise mais parcial e detalhada do termo, uma vez que lida com o processo de uso da informação por parte do receptor, ou usuário. Embora exista, o emissor neste caso não se faz presente na análise.

Finalmente o conceito de “informação-como-coisa”, um objeto, algo que carrega conteúdo informativo. É a definição que Buckland (1991) defende como a que interessa à Ciência da Informação. O autor diferencia “informação-como-coisa” das demais por ser tangível. “Se você pode tocar ou mensurar algo diretamente, isto não é conhecimento, mas deve ser alguma coisa física, possivelmente informação-como-coisa” (BUCKLAND, 1991, p. 352, tradução nossa¹).

Os sistemas de informação se utilizam desta informação tangível para funcionarem. É a “informação-como-coisa” que é manipulada, armazenada, operacionalizada e recuperada em sistemas, estejam eles em uma biblioteca ou em um computador. Desta forma, Buckland (1991) traz uma relação de “coisas” que podem ser incluídas no rol de “informação-como-coisa”: dados (registros armazenados em computador); textos e documentos (artigos, cartas, formulários, livros, periódicos, manuscritos e registros escritos em papel, microfilme e em formato digital); objetos (fósseis, artefatos humanos, prédios).

Em busca da informação como sua preocupação maior, o documentalista belga Paul Otlet (RAYWARD, 1997) encontrou o “bit”, a informação mínima contida no documento que deveria ser identificada para ser devidamente acessada, independentemente do acesso ao documento como um todo. Ao bit, Otlet chamava de “princípio monográfico”. Seria essa a forma de isolar a informação do processo comunicacional e da formação do conhecimento. Mas na visão de Otlet, a informação se separa inclusive do objeto que o suporta. Informação não é mais o livro, nem mesmo o documento. É apenas uma unidade deste, que pode ser separada, isolada, armazenada e recuperada independente de seu suporte original.

A idéia era “destacar” o que o livro misturava, para reduzir tudo que fosse complexo a seus elementos e reduzir a uma página cada um deles. Páginas aqui são folhas ou fichas no formato adotado. Otlet usa o termo “livro” no sentido genérico significando texto impresso. Ele sugere que os “repertórios” – na terminologia moderna, os atuais bancos de dados – que ele e seus colegas desenvolviam proporcionavam um “meio prático de dividir fisicamente o livro de acordo com a divisão intelectual das idéias”, retirando as

¹ If you can touch it or measure it directly, it is not knowledge, but must be some physical thing, possibly information-as-thing.

peculiaridades autorais que obscureciam o que havia de novo e importante no que era apresentado. (RAYWARD, 1997, p. 295, tradução nossa²).

No entanto, a tentativa de Buckland de separar a informação para estudá-la na Ciência da Informação não dá conta de problemas que dizem respeito à informação. Por mais que ela seja armazenada e tornada disponível enquanto coisa, sua recuperação e uso envolvem as compreensões de processo e conhecimento.

Latour (1996, apud CAMPOS; GOMES, 2005), diz que

[...] A informação não é um signo, mas uma relação estabelecida entre dois lugares, o primeiro que vem a ser uma periferia e o segundo que vem a ser um centro, com a condição de que entre os dois circule um veículo que freqüentemente chamamos de forma mas que, para insistir em seu aspecto material, eu chamo de inscrição. [...] O que é então a informação? É o que os membros de uma expedição devem levar consigo a fim de que um centro possa obter a representação de um outro lugar. Por que passar pela interpretação de um veículo, de um desenhista, por que reduzi-lo ao escrito, por que simplificá-lo a ponto de antecipar apenas algumas amostras? Por que simplesmente não transportar o lugar, em sua integridade, para o centro? [...] Ora, a informação permite justamente que se conserve a forma sem ter que se embarçar na matéria. [...] Vê-se que a informação não é uma "forma" no sentido platônico do termo, mas uma relação muito prática e muito material entre dois lugares, onde o primeiro negocia o que o deve ser negociado com o segundo para que seja possível observá-lo e agir à distância sobre ele. Em função do progresso das ciências, da freqüência das viagens, da exatidão dos desenhistas, da amplitude das taxionomias, da envergadura das coleções, da riqueza dos colecionadores, poder-se-á antecipar mais ou menos matéria e carregar com mais ou menos informação veículos de maior ou menor confiabilidade. Assim, a informação não é um signo, mas um 'carregamento' colocado em inscrição cada vez mais portáteis e exatas, relativas a uma variedade cada vez maior de matérias. [...]

Campos e Gomes (2005) resumem, desta forma, que “[...] a informação não se configura como um objeto, mas antes de tudo é um processo de transporte do

² The idea was to "detach" what the book amalgamates, to reduce all that is complex to its elements and to devote a page to each. Pages here are leaves or cards according to the format adopted. Otlet is here using the term "book" in a very general sense to mean printed text. He suggested that the "repertories" –in modern terminology, the databases current – that he and his colleagues were developing provided "a practical means of physically dividing the book according to the intellectual division of ideas" and obviating authorial peculiarities that obscured what was new and important in what was being presented.

mundo fenomenal para um meio/veículo onde o mundo possa ser diminuído, materializado, sintetizado, se tornando concreto [...].

Portanto, informação não pode ser considerada apenas como objeto. É necessário entendê-la como algo que transporta sentido, representações do mundo fenomenal, o mundo real conhecido. A informação só é compreendida quando traz significações para quem a acessa e utiliza. Sem esta significação, não pode existir a informação e nem o processo de informar ou de tornar algo conhecimento. É preciso haver entre o usuário e a informação, um mapa de códigos para que a informação não seja apenas uma *coisa* ou “signo”, como prefere Latour, sem dizer nada ao usuário. A análise do Centro de Documentação interessa, portanto, o Processo Documental e não apenas o documento ou a informação nele contida.

Le Coadic (2004, p. 4) relaciona informação ao conhecimento. Embora admita a necessária compreensão de que informação deva ser registrada em um objeto, ou coisa, o autor não a dissocia da noção de conhecimento. “A informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. O autor não distingue a informação-como-conhecimento da informação-como-coisa, que formam um todo que não se separa.

A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. (LE COADIC, 2004, p. 4)

Não há informação apenas como objeto, sem que seja uma representação de outro objeto, ou evento, fenômeno. “[...] O objetivo da informação permanece sendo a apreensão de sentidos ou seres em sua significação, ou seja, continua sendo o conhecimento; e o meio é a transmissão do suporte da estrutura” (LE COADIC, 2004, p. 4). Para o autor, o objeto é “portador” da informação, mas não é a informação em si. Informação é conhecimento “registrado”.

Mas o que seria então o conhecimento? O autor o define como uma estrutura de conceitos ligados por suas relações a respeito de determinado assunto. Isto é nossa imagem do mundo. Ao se deparar com uma situação em que desconhece algo, o indivíduo se encontra em um “estado anômalo de conhecimento”, conforme definido por Belkin (1980, apud Le Coadic, 2004, p. 8-9). A solução para este estado anômalo é a busca pelo conhecimento contido em uma informação que, somada àquele que já possui, produzirá um novo conhecimento.

A busca por informação por parte da sociedade, que pressupõe a chamada informação necessária (*desired information*), implica na intenção de obter conhecimento para que, a partir dele, se realize uma ação ou alguma atividade (INGWERSEN, 1992). Portanto, a informação é a base para a atividade social e o desenvolvimento da sociedade. Não basta que um sistema de recuperação seja capaz de fornecer informações. É necessário suprir o usuário de uma maneira preocupada com a qualidade que a ele é oferecida pelo sistema.

Belkin (1978, apud INGWERSEN, 1992), destaca cinco áreas de interesse da Ciência da Informação:

- a) transferência da informação em sistemas de comunicação cognitivos e humanos;
- b) noção de informação desejada;
- c) efetividade de sistemas e transferência de informação;
- d) relação entre informação e gerador;
- e) relação entre informação e usuário.

Para Ingwersen (1992) , estas cinco áreas podem ser estudadas isoladamente ou combinadas umas com as outras.

A função do Centro de Documentação Jornalística está ligada às relações que os jornalistas (geradores) têm com a informação que produzem e que servirá de matéria-prima para o Cedoc e também da relação que os usuários (os próprios jornalistas, pesquisadores e público em geral) terão com a informação já armazenada e acessada. E este acesso só se efetivará quando houver o desejo do usuário e se chega à noção de informação desejada.

Ligada à noção de que o que interessa à Ciência da Informação são as relações que os agentes sociais (geradores e usuários) têm com a informação armazenada, Tálamo (2004) afirma que

informação é sempre fluxo e para o sujeito ela funciona como troca com o mundo exterior, o que lhe confere seu caráter social. Assimilada, interiorizada e processada por um sujeito específico, ela é a base para sua integração no mundo, propiciando ajustes contínuos entre o mundo interior e o mundo exterior.

Tálamo (2004) também destaca a ação social da informação e sua capacidade de gerar conhecimento quando acessada:

Na sociedade contemporânea, os atores precisam de conhecimento não só para sobreviver como também para fazê-lo da melhor forma possível. Apenas o sujeito pode gerá-lo, o que significa que o conhecimento é uma ação humana. Esta ação concretiza-se através de um ritual, um trajeto. Neste sentido, entende-se o conhecimento como resultado da ação do sujeito sobre a informação.

É intrínseca a relação entre informação e conhecimento e é impossível estudar a primeira sem trabalhar ao mesmo tempo com o segundo, ou o contrário. Informação e conhecimento estão sempre juntos, embora seja importante compreender sua diferença para os estudos em Ciência da Informação.

Barreto (1999) afirma que a informação é a “a estação anterior ao conhecimento. “A informação há que deixar a beleza do cristal entesourado para consumir-se na chama das individualidades semânticas e de percepção.” Ele defende que a Ciência da Informação deva não só se preocupar com a geração, mas avançar sobre o acesso e o uso da informação em uma “ação de comunicação”

(BARRETO, 1999). É levar a Ciência da Informação a estudar o processo comunicativo dos Cedocs e não aprisioná-la nos estudos do armazenamento.

Não é feito aqui um resgate histórico linear de como o conhecimento foi tratado ao longo dos séculos, em especial na filosofia, embora algumas das mais marcantes contribuições são apontadas para colaborar na compreensão do conhecimento para a Ciência da Informação.

Os primeiros registros a respeito da preocupação em compreender o conhecimento surgem na idade antiga, com os filósofos gregos. Na Grécia, entre os séculos VIII e VII a.C., o nascimento da *polis* foi o passo marcante para uma nova visão do saber. A evolução da sociedade grega, que deixa a mitologia e passa a viver num ambiente coletivo que busca a racionalidade favorece as novas discussões racionais. A existência da *ágora* (praça pública) cria uma nova dimensão de público e privado e há uma nova noção política, gerida pela *palavra*, sem a dependência das vontades divinas. “O saber deixa de ser sagrado e passa a ser objeto de discussão”, afirmam Aranha e Martins (1986, p. 35). As autoras identificam ainda um outro processo de evolução à medida em que a ação do homem, antes colada ao mundo, passa a ser elucidada pela razão e assim o homem vive em pensamento aquilo que pretende criar (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 117).

No século XVII d.C. duas grandes correntes epistemológicas surgem: o racionalismo, representado fundamentalmente por René Descartes (1596-1650) e o empirismo, que teve como um dos expoentes John Locke (1632—1704).

Descartes busca “uma verdade primeira que não pode ser posta a dúvida” (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 117) e assim estabelece o “método da dúvida” (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 27). O *eu* de Descartes é puro pensamento e o ser pensante é a única certeza, “penso, logo existo” (*cogito, ergo sum*). O ser que pensa é independente da matéria, do corpo. “Assim, só a mente, e não os sentidos, pode obter o verdadeiro conhecimento quanto às coisas externas” (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 27).

Locke opõe-se a Descartes e seu pensamento funda o empirismo britânico. Aranha e Martins (1986, p. 170) explicam que o pensador acredita na existência dos objetos da natureza, independente da percepção sensorial. Os objetos têm, portanto, duas qualidades:

- a) primárias, como a solidez, a extensão, a configuração, o movimento, o repouso e o número;
- b) secundárias, que são a cor, som, odor, sabor, que provocam percepções sensíveis no sujeito.

A partir destas qualidades, o sujeito consegue elaborar idéias simples, baseadas na sensação. E por meio das análises destas idéias simples, o ser humano chega às idéias complexas, resultantes da reflexão.

É no século XVIII que as críticas ao empirismo e ao racionalismo se fundem em uma nova linha de pensamento filosófico. Aranha e Martins (1986, p. 177) destacam que Immanuel Kant (1724-1804) critica a visão de que tudo o que o homem conhece vem dos sentidos, mas também não concorda com a visão de que o conhecimento se desenvolve exclusivamente do próprio homem. Para ele, o “conhecimento é constituído de *matéria* e *forma*. A matéria dos nossos conhecimentos são as próprias coisas, e a forma somos nós mesmos.”

A problematização a respeito do conhecimento na filosofia não termina com Kant e diversos pensadores, em diferentes escolas que surgiriam mais tarde, continuam travando a discussão sobre o conhecimento humano. Mas Kant estabelece pela primeira vez uma visão que mais tarde poderia interessar à Ciência da Informação: a compreensão da necessidade de reunir corpo e mente para a elaboração do conhecimento.

Já na sociedade contemporânea, o liberal Karl Popper (1902-1994) afirma que todo o conhecimento surge de um problema:

Se é possível dizer que a ciência, ou o “conhecimento” começa por algo, poder-se-ia dizer o seguinte: o conhecimento não começa de percepções ou observações ou de coleção de fatos ou números, porém, começa mais propriamente de problemas. Poder-se-ia dizer: não há nenhum conhecimento sem problemas; mas, também, não há nenhum problema sem conhecimento. Mas isto significa que o conhecimento começa da tensão entre conhecimento e ignorância. Portanto, poderíamos dizer que não há nenhum problema sem conhecimento; mas, também não há nenhum problema sem ignorância. (POPPER, 1978, apud ROBREDO, 2003, p. 15).

A ignorância ou o problema aos quais Popper se referem podem ser entendidos como o estado anômalo do conhecimento, estudado na Ciência da Informação (Belkin 1980, apud LE COADIC, 2004, p. 8-9). É esta ausência de conhecimento, esta necessidade da informação que leva o usuário a procurar o Cedoc, em busca do conhecimento registrado anteriormente, e que será utilizado novamente para produzir novo conhecimento.

2.1 A criação do conhecimento segundo a Ciência da Informação

Le Coadic utiliza a “equação fundamental da Ciência da Informação” proposta por Brookes, para compreender a construção do novo conhecimento.

$$C + \Delta C = C'$$

↑
IΔ

Figura 7. Fórmula de Brookes (LE COADIC 2004, p. 9)

De acordo com a equação, a mente humana já tem algum conhecimento sobre algo. Ao ter contato com outro conhecimento, por meio de uma informação, forma-se o novo conhecimento, que não é nem o anterior, nem o que estava registrado em forma de informação, nem mesmo a soma dos dois. É um novo conhecimento, diferente de todos, apesar de ser resultado de uma combinação deles. Pode-se compreender que esta fórmula é aplicada infinitamente, num processo espiral em que o novo é a base para a formação de um outro conhecimento à medida em que, por meio de informações, outros conhecimentos são assimilados pela mente.

Barreto (2002) avança ao tentar esquematizar como no interior da mente se processa não só conhecimento, mas também as informações, a inteligência e o saber, como é visto na figura 8.

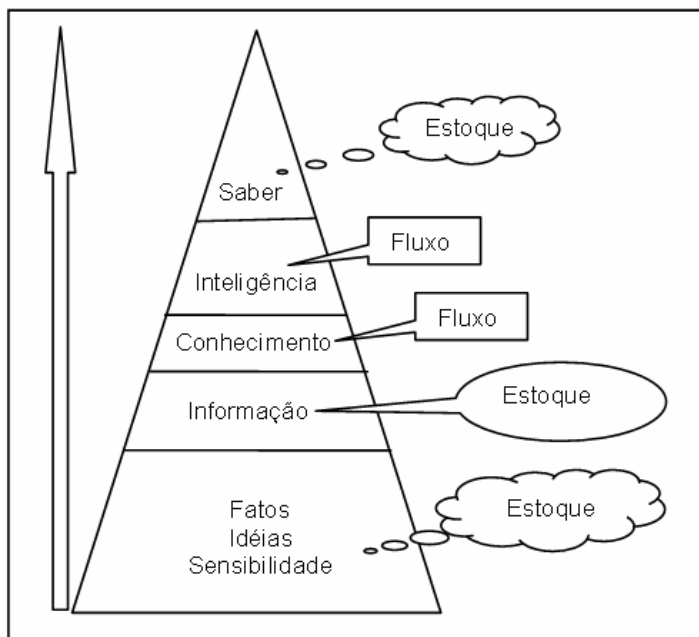


Figura 8. Pirâmide de Fluxos e Estoques (BARRETO, 2002)

Para Barreto (2002), ao nascer, o ser humano carrega um estoque de fatos idéias e sensibilidades. No interior da mente, estes se transformam em informação, ainda como estoque. Quando estas são processadas, tornam-se “fluxo de acontecimentos, isto é, uma sucessão de eventos, que se realizam fora do estoque, na mente de algum ser pensante e em determinado espaço social”. A inteligência,

para o autor, é “a introdução dinâmica de um conhecimento assimilado na realidade do receptor”, portanto é uma “ação social, política, econômica ou técnica”. Inteligência extrapola os limites da mente e avança sobre a vida social do indivíduo e suas relações com os demais. O conhecimento resultante destas ações sociais e que se solidifica na mente, passa a ser o *saber*, agora sim, na forma de estoque e não mais como fluxo. Apesar de cristalizado, não é estanque, pois pode ser trazido novamente à tona para ser re-elaborado. Quanto aos estoques de informação externos ao ser humano, Barreto (1999) afirma que

o estoque de informação não produz, por si só, qualquer conhecimento. As informações armazenadas em bases de dados, bibliotecas, arquivos ou museus possuem a competência para produzir conhecimento, que só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte (os estoques) e o receptor.

Para Barreto (1999), é nesta passagem da informação (estoque) para o conhecimento (fluxo) que são transformados os cristais em chamas que irão levar ao desenvolvimento da sociedade.

2.2 Da informação ao conhecimento

Informação tem como característica estar externa ao indivíduo que possui o conhecimento. A comunicação é o veículo, ou o processo, que leva a informação ao sujeito. Por fim o conhecimento é enriquecido com a nova informação adicionada.

A conversão da *informação* em *conhecimento*, sendo este um ato individual, requer a análise e a compreensão da informação, as quais requerem, por sua vez, o conhecimento prévio dos códigos de representação dos dados e dos conceitos transmitidos num processo de comunicação ou gravados num suporte material. Ou seja, a incorporação de novas informações recebidas ao acervo individual de conhecimentos, mediante a mobilização dos recursos

psicossomáticos adequados, é um ato (ou um processo) individual, natural, humano, que independe da tecnologia (ROBREDO, 2003, p. 12)

A informação, segundo Robredo (2003), se encontra inicialmente em uma fonte e mais tarde chega ao entendimento do receptor ou usuário, passando por “uma série de processos: codificação, passagem através de um canal e decodificação”. Abaixo, segue o modelo (fig. 9) proposto por Robredo para a transferência da informação.

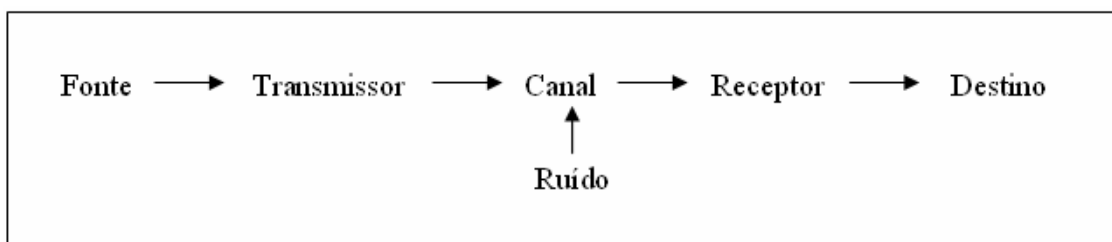


Figura 9. O processo de comunicação num serviço de informação (ROBREDO, 2003, p. 18)

Le Coadic (2004, p. 9) faz uma analogia entre a transferência de informações e o modelo econômico clássico, onde a produção é substituída pela construção de conhecimentos; a distribuição dá lugar ao processo de comunicação; e o consumo passa a ser o uso da informação para a construção do novo conhecimento. O autor destaca que, ao contrário do modelo linear apresentado acima, os três processos – construção, comunicação e uso – se alimentam reciprocamente.

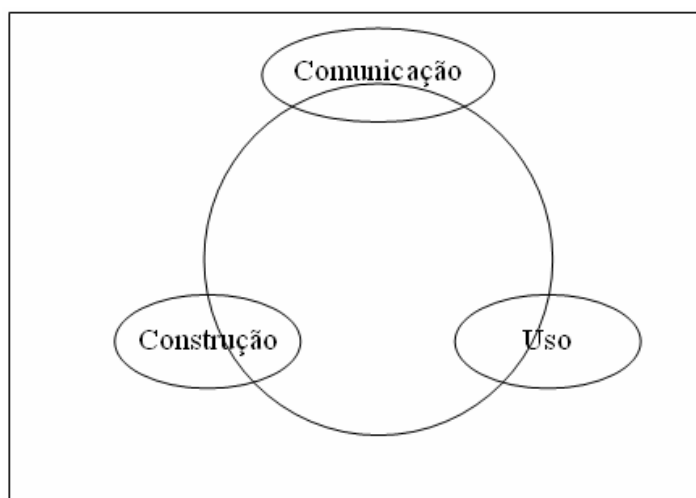


Figura 10. O ciclo da Informação (LE COADIC, 2004, p. 10)

Para que a informação se converta em conhecimento, é necessária a sua codificação pelo produtor e a decodificação pelo usuário. Ao transformar um conhecimento em informação, o produtor utiliza-se de códigos aceitos socialmente. São estes mesmos códigos que, reconhecidos pelo usuário, permitirão a compreensão da informação para que ela possa ser assimilada e assim fazer parte da construção de um novo conhecimento. Kevin McGarry (1999, p. 11) afirma que “a informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável” e que deve ter “alguma forma de veículo. Este veículo deve possuir um atributo essencial para que possa ser compreendido pelo receptor”. A linguagem é o “veículo fundamental da comunicação humana”, conforme escreveu McGarry (1999, p. 17):

[...]a *linguagem é um sistema*, uma rede de relações definidas comparável à nossa orquestra. É um sistema de signos e símbolos, orais e escritos, usados por membros de uma sociedade de maneira relativamente uniforme de modo a evocar significado.

Aranha e Martins (1986, p, 11) dizem que a linguagem só existe na racionalidade, pois a relação entre objeto e representação é arbitrária e fruto da razão. Afirmam as autoras que a linguagem é

um dos principais instrumentos na formação do mundo cultural, pois é ela que nos permite transcender a nossa experiência. No momento em que damos *nome a qualquer objeto da natureza, nós o individualizamos, o diferenciamos do resto que o cerca*; ele passa a existir para a nossa consciência (grifo das autoras).

É preciso mais que o conhecimento da linguagem para que os indivíduos possam partilhar informações e conhecimento, é necessário possuir “uma base comum de conhecimentos que permita reconstituir os contextos de cada nova enunciação” (Gómez et al., 2001, p. 27). Portanto, resgatando a fórmula de Brookes (fig. 7), é necessário o conhecimento prévio que servirá de base para a assimilação da informação e para a produção do novo conhecimento.

3 HEGEMONIA E IMPRENSA

A difusão da informação por meio da imprensa e pelos Cedocs jornalísticos geram novos conhecimentos que não são neutros nem desinteressados. Antonio Gramsci (2000, 1978, 1995) apontou, já nos anos 1930, que a imprensa é uma das instituições da sociedade civil que trabalha para a construção e consolidação da hegemonia de uma classe dirigente sobre as demais. Estudar esta função hegemônica da imprensa é fundamental para compreender a atuação do Cedoc jornalístico como instrumento de reprodução da visão de mundo da empresa jornalística.

Gramsci (1891-1937) inovou o pensamento marxista ao criar uma teoria que dá nova definição à noção de sociedade civil e coloca como sua principal função a construção da hegemonia. Gramsci percebeu a complexidade da Itália nas primeiras décadas do século XX e formulou uma “teoria marxista *ampliada* do Estado” (COUTINHO, 1985, p. 59). Político, jornalista e cientista político, Gramsci divide o bloco histórico¹ em estrutura e superestrutura. A primeira é definida por ele como a base material, ou seja, as relações econômicas na sociedade. No nível superestrutural estão as funções desempenhadas pelos atores sociais: a sociedade política, que representa o Estado (no sentido estrito), e suas funções de dominação e coerção (burocracia, polícia, justiça). Lado a lado com a sociedade política, Gramsci coloca a sociedade civil com as funções de construção da hegemonia, direção e busca do consenso e do consentimento.

¹ Bloco histórico pode ser entendido como as relações de toda ordem presentes numa sociedade em um determinado momento, ou então, como “a relação entre estrutura e superestrutura, entre teoria e prática, entre forças materiais e ideologia” (Zangheri, 2006).

Estado			
	sociedade política	+	sociedade civil
funções:	ditadura	+	hegemonia
	coerção	+	consenso
	dominação	+	direção
base material:	aparelhos		aparelhos
	coercitivos	e +	“privados”
	repressivos		de hegemonia

Figura 11. Estrutura do Estado segundo Gramsci (COUTINHO, 1985, p. 63)

O conceito de Estado, que não seria composto simplesmente pela máquina estatal dirigida pela sociedade política, é ampliado por Gramsci. A sociedade civil também integra o Estado, no sentido amplo, e suas organizações são, portanto, “aparelhos privados de hegemonia” (COUTINHO, 1985, p. 62). Gramsci compreendeu que na sociedade europeia das primeiras três décadas do século XX, observando em especial o fascismo italiano, não havia possibilidade de uma classe se sobrepôr a outra (e manter esta sobreposição) apenas por meio da dominação. O fascismo havia chegado ao poder na Itália como “um movimento reacionário com base de massas” (COUTINHO, 1985, p. 59) e não seria razoável, portanto, conceber que o controle da sociedade por uma classe dirigente se dava apenas no âmbito da coerção e da força estatais. É o convencimento das massas por parte da classe dominante² que chama a atenção de Gramsci. Este convencimento dava-se pelos “aparelhos privados de hegemonia” que movimentavam “o mundo ideológico”: escola, igreja – para ele, as duas maiores –, jornais, revistas, atividade editorial, instituições escolares privadas (GRAMSCI, 1989, p. 29). São aparelhos que estão fora da estrutura administrativa e burocrática do Estado (sociedade política) e que operam no âmbito da sociedade civil.

Para explicar o que é “mundo ideológico”, Gramsci (1989, p. 16) define ideologia como

² Dominante é a expressão utilizada pelo pensamento marxista até então, que compreende que uma classe (burguesa) domina a outra (trabalhadora). Em seus escritos na década de 1930, Gramsci apresenta a noção de classe dirigente e identifica elementos sutis de controle e direção e não apenas os de dominação.

o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas.

A concepção, ou visão de mundo, é a maneira como todas as atividades da vida são vistas, é a reunião de conceitos que orientam a percepção dos acontecimentos e que se manifestam em ações e palavras do indivíduo, da coletividade, ou das instituições do Estado e da sociedade civil.

Coutinho (1985) explica que Gramsci percebeu as mudanças em seu tempo em relação aos estudos anteriores de Karl Marx e Friedrich Engels e de Vladímir Lenin e por isso deu tanta importância à sociedade civil na compreensão da organização da sociedade capitalista. Para o autor, Gramsci

opera numa época histórica e num âmbito geográfico no qual já se operou uma maior conscientização (ou “ampliação”) do fenômeno estatal. Ele se esforçou por dar teoricamente conta de uma intensa *socialização da política*, que resultou – entre outras coisas – da conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos políticos de massa, da ação efetiva de numerosos e potentes sindicatos profissionais e de classe. (COUTINHO, 1985, p. 58-9)

A autonomia da sociedade civil em relação ao Estado, no sentido estrito, dá a estas instituições “legalidade própria” e condição de mediar a “base econômica e o Estado em sentido estrito” (COUTINHO, 1985, p. 62).

A reunião entre o poder de coerção e a construção da hegemonia dá ao Estado, no sentido amplo, o que Gramsci chama de *supremacia*. São duas as expressões da supremacia de uma classe dirigente sobre as demais: “um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também com a força armada, e é dirigente dos grupos afins ou aliados” (GRAMSCI, 1978, p. 276).

A direção hegemônica difere da dominação não apenas pelo uso da força, mas também pelos resultados que traz. Enquanto a dominação impõe as condições que a sociedade deverá seguir, a direção busca a concordância e isto não é

conseguido de maneira completa e homogênea. Buci-Gluckmann (1980, p. 128-9) afirma que o Estado integral

pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a sociedade, a maneira como ela poderá realizar sua “hegemonia” ainda que ao preço de “equilíbrios de compromisso” para salvaguardar seu próprio poder político, particularmente ameaçado em períodos de crise.

Gramsci (1978, p. 224) percebe que na sociedade, apesar da hegemonia, está sempre presente certa tensão social e que não existe estabilidade total, pois há “divisão de poderes”, resultado “da luta entre a sociedade civil e a sociedade política” com “equilíbrio instável das classes”.

Portanto, o reforço da ideologia dirigente deve ser permanente para a manutenção da sociedade sob a direção da mesma classe. Portelli (1977, p. 28) salienta que Gramsci vislumbrou três organismos como “instituições máximas da sociedade civil” e, portanto, as mais importantes na divulgação e propagação da ideologia: a igreja, a escola e “as organizações de imprensa”, esta última compreendida como imprensa e edição, que abrangem “totalmente o domínio da ideologia (livros e revistas científicas, políticas, literárias...) e seus degraus (livros e diários para a ‘elite’, para vulgarização popular...)”.

Ainda neste grupo, o autor lembra que Gramsci reúne também as bibliotecas, os círculos e clubes. Em outra passagem, Portelli (1977, p. 35) cita ainda museus, teatros e “até os jardins zoológicos” como aparelhos de hegemonia e divulgação de ideologia. Neste caso, é bom destacar que o autor faz uma análise dos aparelhos estatais, utilizados não como instrumentos de coerção e força, mas atuando no âmbito da sociedade civil, ou seja, no campo do convencimento e da hegemonia. O mesmo vale, portanto, para estas mesmas instituições, como museus, arquivos, centros de documentação e bibliotecas da iniciativa privada direta ou por meio de fundações sem fins lucrativos. Nestes casos, a divisão entre sociedade política e civil, proposta por Gramsci não pode ser feita de maneira determinante. Os elementos de uma se inserem na outra e vice-versa.

A direção hegemônica pressupõe mecanismos mais complexos que a dominação. Gramsci alerta que “parte da massa” dirige o “todo” e que a parte dirigente é ainda subalterna a um grupo com maior poder de direção. Portanto, a direção não se dá diretamente, mas indiretamente e abre espaço para os *aparelhos privados de hegemonia*, que não estão necessariamente ligados aos mais altos escalões das classes dirigentes. A direção é feita em escala, obedecendo a uma hierarquia. Gramsci faz uma distinção dentro da “massa”, compreendendo-a não como uniforme e estanque, mas heterogênea e em constante transformação.

Portelli (1977, p. 23) afirma que a ideologia se propaga ao mesmo tempo em que a hegemonia se desenvolve e a classe dirigente cria “camadas de intelectuais” especialistas em um ramo da ideologia. “Os diferentes ramos da ideologia, qualquer que seja sua aparente independência, constituem as diversas partes de um mesmo todo: a concepção de mundo da classe fundamental.”

Assim, a hegemonia é disputada no âmbito das classes sociais e não é exclusiva de partidos políticos ou de governos. A disputa acontece em todos os âmbitos da vida social e, portanto, também na imprensa e em seus braços, como os Cedocs.

3.1 Hegemonia e senso comum

Compreender a disputa hegemônica na sociedade significa colocar o indivíduo em constante luta com os valores e princípios sociais. Não é fácil se opor aos valores hegemônicos, mesmo quando deles se tem consciência.

É preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior [...] ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo

de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo [...]? (GRAMSCI, 1989, p 12).

Gramsci, em suas anotações na prisão fascista italiana, vê a questão acima como fundamental para compreender a hegemonia e o senso comum. Faz uma ligação com a filosofia, ao afirmar que todos os seres humanos são “filósofos” uma vez que pensam sobre si mesmos, embora reconheça a diferença entre o filósofo “simplório” e os “profissionais” ou “técnicos”. Ao pensar sobre a própria existência, o ser humano pode utilizar-se apenas das concepções de mundo pré-existentes em seu meio social, fazendo parte da massa acrítica. O senso comum para Gramsci é a concepção do mundo enraizada na sociedade e a filosofia é a “crítica e a superação” desta concepção e equivale ao “bom senso”. A tomada de consciência racional que superasse o senso comum levaria à criação do bom senso. Gramsci entende que ao perceber que faz parte de uma força hegemônica, o indivíduo dá o primeiro passo em busca da “autoconsciência”.

Na filosofia, destacam-se notadamente as características de elaboração individual do pensamento; no senso comum, ao invés, as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular (GRAMSCI, 1989, p. 18, nota).

Mas as diferenças entre filosofia e senso comum não são estanques. Para Gramsci, toda filosofia pode tornar-se senso comum, desde que tenha uma ligação com a vida prática e seja aceita pelo conjunto da sociedade. É neste contexto que se trava a disputa hegemônica. De um lado, uma concepção de mundo estabelecida e conservadora. De outro, uma filosofia que se propõe inovadora e transformadora da sociedade (que para Gramsci levaria ao comunismo). Desta luta pode ser mantido o senso comum pré-existente ou pode nascer uma nova concepção de mundo, embora diferente daquela criada pelos intelectuais, inaugurando uma nova fase hegemônica.

Se ela (filosofia) afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um

progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1989, p. 20)

Gramsci (1989, p. 27) percebe no poder da propaganda³ a forma de popularizar uma nova filosofia e fazê-la se tornar parte do senso comum. Usa como exemplo a doutrinação religiosa que repete “infatigavelmente a sua apologética, lutando sempre e em cada momento contra argumentos similares.”

A conquista das massas para uma nova concepção política, dependeria de duas ações principais:

- a) repetição dos argumentos;
- b) elevação intelectual das “camadas populares” para criação de “elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos”.

Observa-se neste ponto a proximidade com as ações de partidos comunistas, dos quais Gramsci foi um dos principais formuladores teóricos da primeira metade do século XX.

A obtenção da hegemonia da classe dirigente depende da ação dos intelectuais em diversos níveis em funções variadas na sociedade. E há o reforço da sociedade política, do Estado no sentido estrito, para que o pensamento hegemônico seja aceito na sociedade.

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dados pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina

³ Propaganda para Gramsci não se limitava à ferramenta de meios de comunicação de massa conhecidos hoje, mas a propaganda no sentido lato de divulgação e propagação de idéias.

dos grupos que não “consentem”, nem atua nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1978, p. 11)

Gramsci dá uma dupla contribuição com sua análise; primeiro, faz uma leitura crítica da sociedade capitalista e amplia a visão marxista sobre aspectos sociais e ideológicos. Por outro lado, cria uma teoria que vai orientar partidos comunistas de todo o mundo da forma como conquistar uma sociedade, não apenas no campo das armas, mas no campo ideológico.

A ameaça para a hegemonia da classe dirigente será, na visão de Gramsci (1980, p. 8), a formação de uma vontade coletiva nacional popular, num movimento antagônico ao da elite política, econômica e social. “Toda a história, a partir de 1815, mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva deste gênero, para manter o poder ‘econômico-corporativo’ num sistema internacional de equilíbrio passivo.”

Uma análise mais recente acerca do papel dos meios de comunicação na busca do consentimento é feita pelo lingüista norte-americano Noam Chomsky, como será visto a seguir.

3.2 A fabricação do consentimento

Se Gramsci (1980, p. 8) citou o poder “econômico-corporativo” nas primeiras décadas do século XX na Itália, mais de meio século depois Chomsky (1992, p. 24) tratou da “ideologia estatal-empresarial”, ao analisar o predomínio dos interesses econômicos sobre o Estado, no caso, o Estado norte-americano. Para o autor, esta ideologia está enraizada na mídia dos Estados Unidos e o Estado dedica-se a servir o poder econômico e os grandes grupos empresariais. Para manter a política de

defesa dos grandes interesses privados, o Estado lança mão da “fabricação do consentimento”, ou seja, obtém o consentimento por parte da população em geral a partir de mecanismos artificiais de convencimento. E para isso a mídia, com as características próprias daquele país (privada e altamente concentrada em oligopólios, como pressupõe o pensamento neoliberal), cumpre papel determinante na “fabricação” e na conquista do consentimento. A influência norte-americana sobre o mundo, em especial a América Latina, justifica a importância desta análise para compreender o exercício da hegemonia na sociedade ocidental do século XXI.

Chomsky (1992, p. 17), usa concepções de Ginsberg (1986) para comentar a mobilização da opinião pública com o objetivo de ampliar o poder do Estado:

O “mercado das idéias”, elaborado durante os séculos XIX e XX, dissemina com eficácia as crenças e as idéias das classes superiores ao mesmo tempo em que subverte a independência ideológica e cultural das classes inferiores. [...] Ainda que os cidadãos do mundo ocidental possam equiparar ao mercado com a liberdade de opinião, a mão oculta do mercado pode ser um instrumento de controle quase tão potente como o punho de ferro do Estado. (tradução nossa⁴).

As afirmações de Chomsky, feitas em 1988, já destacavam a alta concentração da mídia norte-americana, antes, portanto, de duas mudanças legais de grande impacto. A primeira foi a aprovação, em 1996, pela *Federal Communications Commission* (FCC), do *Telecommunications Act*, que revogou em grande parte *Communications Act*, de 1934. Em 2003, a FCC aprovou alterações no *Telecommunications Act*, entre elas, Godoi (2004) aponta como as mais importantes:

- a) Os sinais de uma estação de televisão podem chegar a 45% das residências e não mais a 35%;

⁴ El “mercado de las ideas”, elaborado durante los siglos XIX y XX, disemina con eficacia las creencias y las ideas de las clases superiores al tiempo que subvierte la independencia ideológica y cultural de las clases inferiores. [...] Aunque los ciudadanos del mundo occidental suelen equiparar al mercado con la libertad de opinión, la mano oculta del mercado puede ser un instrumento de control casi tan potente como el puño de hierro del estado.

- b) Nas cidades médias e grandes foi liberada a propriedade cruzada, em que um mesmo grupo pode ter televisão e jornais;
- c) Foram reduzidas as restrições para que numa mesma localidade um grupo pudesse ter mais de um canal de televisão.

A concentração da mídia nos Estados Unidos se tornou ainda maior a partir do relaxamento das restrições. Segundo Godoi (2004), “80% dos jornais, no ano 2000, estavam nas mãos de cadeias de mídia (eram 1,4% em 1900); 3 cadeias de rádio controlam 70% do mercado e 4 redes de televisão controlam 75% do mercado”. McChesney (2000) cita a grande concentração midiática nas mãos de corporações gigantes que reúnem não apenas a imprensa, mas toda produção audiovisual, cultural e de entretenimento (filmes, livros, músicas, jornais, revistas, TVs, rádios). A indústria do jornalismo, que se consolidou no período de 1960 a 1980, reduziu-se a “meia-dúzia” de empresas líderes, com monopólio dos diários nas metrópoles e também com pequenos jornais nos subúrbios. Houve um agrupamento que levou a estes monopólios locais (MCCHESENEY, 2000, 17-8).

A concentração da propriedade da mídia nas mãos de grandes grupos privados, que também estão presentes em outros ramos de atividade, fortalece a ideologia “estatal-empresarial” norte-americana. O conglomerado que defende esta visão ideológica é o mesmo que fornece informações diariamente ao público, num papel constante de fabricação do consentimento.

[...] Os principais meios de comunicação – em particular os meios de elite que estabelecem os programas que os demais podem imitar – são grandes empresas que “vendem” públicos privilegiados a outras empresas. Não poderia ser surpresa o fato de que a imagem do mundo que apresentam reflete as perspectivas e os interesses dos vendedores, dos compradores e do produto. (CHOMSKY, 1992, p. 17, tradução nossa⁵).

⁵ Los principales medios de comunicación – en particular, los medios de élite que establecen el programa que los demás suelen seguir – son grandes empresas que “venden” públicos privilegiados a otras empresas. No podría constituir una sorpresa el hecho de que la imagen

Ramonet (2004) argumenta que a nova configuração dos conglomerados de mídia leva ao tratamento da informação como mercadoria e não mais como condição necessária para o debate democrático. Cada grande conglomerado pretende fornecer ao indivíduo toda a informação de que ele precisa: notícias, lazer, cultura, serviços profissionais, informações financeiras e econômicas. Consumindo informações de uma mesma fonte, o indivíduo também passa a ser consumidor das tecnologias do mesmo grupo: telefone, TV e internet. Desta forma, a informação consumida deve ser aquela que diz respeito aos interesses dos grandes grupos que controlam o oligopólio e a quem o Estado está a serviço.

Para Bolaño (BOLAÑO; HERSCOVICI, 2003), a concentração dos grandes grupos de mídia, incrementada com o surgimento de novas tecnologias, não cria um novo setor no capitalismo, mas permite a reorganização do capitalismo, com grande poder econômico nas mãos dos conglomerados midiáticos.

Chomsky e Herman (1988, apud CHOMSKY, 1992, p. 20) afirmam que nos meios de comunicação norte-americanos há um “modelo de propaganda” que estabelece o comportamento da imprensa mediante os poderes estatal e empresarial “estritamente inter-relacionados”, que apóia os privilégios estabelecidos e limita o debate e a discussão nos temas em que há conflitos com estes mesmos poderes. Chomsky (1992) cita uma série de estudos comparativos sobre o comportamento da imprensa americana, fundamentalmente em relação à política externa para comprovar a existência deste modelo. Omissão de fatos, tratamento diferenciado para situações semelhantes, ausência de criticidade são apontados como mecanismos utilizados para a “fabricação do consentimento” em diversos momentos da história recente dos Estados Unidos. Em palavras de Gramsci, são estratégias da sociedade civil para a manutenção da hegemonia.

Por meio deste modelo de propaganda, mesmo a crítica aos governos, é superficial, pois atinge aspectos táticos e não questões mais profundas e ideológicas. Numa democracia, mesmo que capitalista, o debate não pode ser

del mundo que presentan reflejara las perspectivas y los intereses de los vendedores, los compradores y el producto.

silenciado, mas deve ser “mantido em limites adequados” para “reforçar o sistema”. Na mídia, a controvérsia pode existir desde que dentro dos “pressupostos que definem o consentimento das elites”, colaborando com a doutrina existente e aumentando a impressão de que “reina a liberdade” (CHOMSKY, 1992, p. 65). Mas a liberdade é a de mercado.

Não é novidade o convencimento como forma de obter consentimento e Chomsky encontra uma referência a esse objetivo de 1928, feita por Edward Bernays, considerado pelo autor a “figura principal da indústria das relações públicas” norte-americana.

A manipulação consciente e inteligente dos hábitos e opiniões organizados das massas é um componente importante da sociedade democrática. [...] São as minorias inteligentes que precisam servir-se da propaganda, de maneira contínua e sistemática. (BERNAYS, apud CHOMSKY, 2003, p. 545-5).

Hobsbawn (1995), ao analisar a democracia representativa na primeira metade do século XX, também trata da obtenção do consentimento como uma das condições para o funcionamento de regimes democráticos.

A própria democracia apóia-se nesse consentimento, mas não o cria, a não ser pelo fato de que nas democracias bem estabelecidas e estáveis o próprio processo de eleição regular tende a dar aos cidadãos – mesmo da minoria – a impressão de que o processo eleitoral legitima os governos que produz. (HOBBSAWN, 1995, p. 140)

Analisando a imprensa mundial, Chomsky (1992, p. 33) a divide em três modelos distintos:

a) modelo de oligopólio das grandes empresas, com alta concentração dos veículos de comunicação nas mãos de alguns grupos empresariais e sem participação democrática popular.

b) modelo estatal, em que o governo é controlador dos veículos. A maior ou menor dependência dos veículos em relação ao governo depende do sistema político em vigor.

c) Política democrática de comunicações, modelo que ainda precisa ser experimentado pode ser uma esperança e um temor. De acordo com os interesses e crenças do observador, pode tornar-se um grande avanço democrático ou uma grande ameaça às instituições.

Para Chomsky (1992, p. 33-4), o modelo oligopolista é o padrão desejado pelas democracias capitalistas, que têm nos Estados Unidos sua principal referência. Proporções devem ser respeitadas para transpor estas análises para o Brasil quando se analisa os meios de comunicação regionais no interior do país. No entanto, algumas questões parecem ser possíveis de trazer para a realidade brasileira. O modelo de concentração norte-americana tende a se reproduzir também no Brasil, embora em escala infinitamente reduzida.

Estudos sobre o comportamento da imprensa no Brasil, que serão vistos a seguir, se relacionam com os conceitos de hegemonia e busca do consentimento, por meio do papel educador da mídia e de sua atuação enquanto órgão da sociedade civil que atua na esfera política.

3.3 Imprensa como partido político

Existem três condições (DE LIMA, 2001, p. 193) para que a hegemonia possa ser exercida por um segmento dirigente. A primeira é a ocidentalização da sociedade “com alto grau de socialização da política”, ou seja, a presença de um Estado que não se impõe apenas por meio da força coercitiva, mas por meio da

sociedade civil e seus instrumentos que “elaboram/difundem as ideologias (escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, mídia, etc.)”. Outra condição é de que a dominação não pode ser exercida por quem não é “dirigente, isto é, sem que detenha o consentimento da maioria da população”. A terceira e última condição é justamente a possibilidade de oposição às anteriores, ou a “permanente possibilidade de que classes ou frações de classe protagonizem disputas internas (intra-hegemônicas) e/ou externas (contra-hegemônicas) pela direção e pelo consenso”. Encontra-se aqui o caráter de equilíbrio instável presente na sociedade hegemônica.

Carvalho (2004, p. III) lembra que a imprensa “funciona como um braço do Estado, atuando na formação do consenso em torno do projeto político que representa os interesses da classe dominante e dirigente, sob direção do grupo no poder de Estado”. O papel da imprensa seria o de educador, considerada por Gramsci função intrínseca ao Estado integral ou hegemônico. Carvalho (2004, p. 3) afirma que o Estado

necessita sempre de lograr um consenso dos dominados, consenso que ele educa. A educação para esse consenso ocorre pela via legal-burocrática do aparelho de Estado – sociedade política – mas também, e principalmente, através das organizações ditas privadas da sociedade civil. Trata-se de governo com o consentimento dos governados, de um consenso organizado sob certa concepção de mundo.

Gramsci argumenta que os partidos políticos, responsáveis pela ocupação e controle do Estado no sentido estrito, se dividiram em facções e operam de diversas maneiras no conjunto da sociedade, o que inclui a imprensa. De Lima vai além e identifica na imprensa brasileira no final do século XX o papel de orientar a política e substituir os partidos políticos na função de mediar as relações entre candidatos e eleitores nas campanhas eleitorais. Para o autor,

a mídia tem desempenhado outras funções que, tradicionalmente, eram atribuídas aos partidos políticos, tais como: (a) definir a agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública, (b) gerar e transmitir informações políticas, (c) fiscalizar a ação das administrações públicas, (d) exercer a crítica das políticas públicas,

(e) canalizar as demandas da população junto ao governo. (DE LIMA, 2001, p. 191)

A fragilidade partidária brasileira favorece esta substituição dos partidos pela mídia.

No Brasil, embora a crise dos partidos ainda seja tema controvertido, existe razoável consenso sobre a histórica inexistência de uma tradição partidária forte consolidada. Torna-se, assim, mais fácil o exercício pela mídia de algumas das tradicionais funções dos partidos [...] (DE LIMA, 2001, p. 192).

Na década de 1980, Abramo (2003, p. 44-5) já alertava para a atuação partidária dos veículos de comunicação e traçava uma série de características comuns entre partidos políticos e imprensa, das quais pode-se destacar a tentativa de conduzir a sociedade para a conservação de algumas instituições e transformações de outras.

Se os órgãos [de imprensa] não são partidos políticos na acepção rigorosa do termo, são, pelo menos, agentes partidários, entidades parapartidárias, únicas, *sui generis*. [...] Deixam de ser instituições da sociedade civil para se tornar instituições da sociedade política (ABRAMO, 2003, p. 46).

Nas palavras de Meditsch (1992, p. 31), o jornalismo “recebe uma inflexão ideológica segundo a visão dos intermediários, dos veículos ou dos indivíduos que o produzem. O Jornalismo também trafica, ao reconstruir o mundo, uma concepção sobre o mundo”.

Para Abramo (2003, p. 23-4), “a maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade”. O autor chama esta transformação de manipulação e afirma que

a relação entre a imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real. (ABRAMO, 2003, p. 24)

A construção da realidade pela imprensa não se dá apenas naquilo que é cotidiano e atual. Dá-se também no plano histórico, na compreensão dos fatos ao longo do tempo. É isto que será estudado na próxima seção.

3.4 Representação da realidade nos Cedocs

García Gutiérrez e Lucas Fernandez (1987, p. 26, *apud* CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 3) dizem que os arquivos dos jornais “constituem as memórias vivas da história recente”. Chacón Gutiérrez (1994, p. 4) afirma que a documentação jornalística “constrói o passado”, pois “acumula” as informações publicadas pelos meios de comunicação, que são os responsáveis pela construção do presente.

O “caráter permanente” do documento faculta o processo de transformação de “verdade informativa” em “verdade histórica”: com o passar dos anos, as informações que se conservam na base de dados de um Centro de Documentação Jornalística tendem a ser consideradas como “fatos verídicos” (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 8, tradução nossa⁶).

Para Chacón Gutiérrez (1994), o processo de seleção e análise no Cedoc não tem mais por objetivo informar sobre o presente, mas permitir que o documento possa ser utilizado no futuro como apoio para a redação de novas notícias e para a pesquisa de fatos ocorridos no passado. Chacón Gutiérrez (1994, p. 64) afirma que enquanto os meios de documentação “constroem a realidade”, os Centros de Documentação Jornalística “constroem o passado” e a Documentação pode refletir “um modelo de sociedade que não corresponde à realidade” e

⁶ El “carácter permanente” del documento faculta el proceso de transformación de “verdad informativa” en “verdad histórica”: Con el paso de los años, las informaciones que se conservan en la base de datos de un Centro de Documentación Periodística, tienden a ser consideradas como “hechos verídicos”.

prossegue “se o mundo está limitado pela linguagem, então, a própria linguagem determina a realidade”.

O discurso documentalizado, para Chacón Gutiérrez (1994, p. 66-7), representa o discurso de “um determinado grupo social” e um “modelo social, ou científico, ou cultural”. Referindo-se à documentação jornalística, a autora argumenta que esta constrói o passado e representa “um modelo social e cultural, determinado pelo grupo social dominante que controla o mundo da informação”.

Não será qualquer documento jornalístico que contribuirá para a construção do passado, da memória coletiva. Chacón Gutiérrez (1994, p. 67) salienta que “para que a documentação possa construir o passado é necessário que o documento goze de um carácter permanente e que seja considerado como tal por seus possíveis usuários” (tradução nossa⁷). A autora salienta o poder que o Centro de Documentação Jornalística tem de transformar as notícias em algo permanentemente verdadeiro. O documento selecionado para o armazenamento no Cedoc recebe uma chancela de “verdadeiro” por ter sido escolhidos pelo documentalista como correspondente à “realidade” (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 68).

A autora faz uma interessante diferenciação entre jornalista e documentalista: “o jornalista constrói a história recente”. Já ao documentalista cabe a tarefa de arquivar e conservar esta história para uma possível consulta. (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 71).

A Documentação Jornalística, testemunha e testemunho da história recente, se converte com o passar dos anos em uma **FONTE** inestimável para a pesquisa histórica, os futuros pesquisadores recorrerão a estes Bancos de Dados em busca de fatos históricos e, portanto, verídicos” (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, 141, grifo da autora, tradução nossa⁸).

⁷ Para que la Documentación pueda construir el pasado es necesario que el documento goce de un carácter permanente y que sea considerado como tal por sus posibles usuarios.

⁸ La Documentación Periodística, testigo-testimonio de la historia reciente, se convierte con el paso de los años en una FUENTE inestimable para la investigación histórica, los futuros

A história se utiliza dos fatos históricos e o historiador trabalha sobre grandes espaços de tempo. Já os jornalistas se prendem ao tempo definido pela própria circulação do veículo e se utilizam da seleção e difusão dos fatos atuais.

[...] O documentalista de atualidades adota duas atitudes diante da verdade dos documentos: primeiro, como leitor do documento primário, sanciona a “verdade informativa” que o documento contém; depois, como emissor do documento secundário converte essa “verdade informativa” em verdade histórica. (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994, p. 156, tradução nossa⁹)

A colaboração do jornalismo para a recriação de uma visão histórica seria mais limitada se não existissem os Centros de Documentação como espaço de armazenamento e recuperação dos documentos. Por meio dos Cedocs a imprensa perpetua de maneira organizada e acessível, as informações que produz e a realidade e visão de mundo impressos em suas páginas.

3.4.1 Matéria-prima do historiador

O senso comum coloca História¹⁰ e imprensa em oposição. Se o senso comum define História como “a ciência que estuda os fatos do passado” (RIBEIRO, 1995, p. 16), a imprensa por sua vez é o registro cotidiano, do presente. Há, de fato, grandes diferenças entre história e imprensa. Schlesinger observa que o trabalho

investigadores acudirán a estos Bancos de Datos en busca de hechos históricos, y por tanto verídicos.

⁹ [...] El documentalista de actualidad adopta dos actitudes frente a la verdad de los documentos: primero, como lector del documento primario, ha de sancionar la “verdad informativa” que éste contiene; después, como emisor del documento secundario convierte esa “verdad informativa” en “verdad histórica”.

¹⁰ Há duas noções de História, como observa Borges (1980, p. 44-45). Uma é a “história-acontecimento” ou “história-processo”, ou seja, o conjunto de fatos passados sobre os quais há interesse histórico. A outra noção é a de “História-conhecimento” a ciência que estuda a “história-acontecimento”.

cotidiano da imprensa parece abolir a idéia de que os fatos acontecem uns em consequência dos outros.

“Existe (...) um conjunto de ligações causais, entre as condições de mercado, dentro do qual a notícia é produzida, o próprio sistema de produção, o conceito de tempo dos produtores, e o produto. A notícia, como surge diariamente, e como é concebida, está em oposição radical à história. De facto, o sistema de ciclos ao longo do dia noticioso tende para a abolição da consciência histórica, criando uma perpétua série de primeiros planos, à custa do aprofundamento e do background. Em termos filosóficos, poderíamos argumentar que a obsessão por uma particular extensão do tempo (o dia) vem sobrecarregar a consciência da seqüência.” (SCHLESINGER, 1977, p. 189, apud SAID, 1998, p. 28)

Porém, há muitos pontos de convergência entre História e imprensa. É na conceituação entre presente e passado que ambas se encontram, pois a diferença entre o que passou e o que é atual não se dá apenas pela noção temporal. Ribeiro (1995, p. 22), afirma que o “presente é definido pela operação histórica (e pela consciência comum), como **atualidade**” e o que permite a diferença entre a atualidade do que já não é mais atual (o passado) é a “noção de **mudança**, de **transformação**” [grifos da autora].

A História preocupa-se em estudar os fatos históricos, ou seja, fatos que estabeleçam “inúmeras relações com outros eventos, considerados num encadeamento causal” (RIBEIRO, 1995, p. 17) e que estejam relacionados às mudanças e transformações sociais.

Por sua vez, a imprensa não ignora sua ligação com a História. São vários os casos em que veículos de comunicação remetem seu trabalho à história (passado) e não apenas à atualidade (presente). O jornal *O Globo*, em 1994, lançou uma campanha publicitária com o slogan *O jornal é a história de seu tempo* (RIBEIRO, 1995, p. 112). Bem antes, entre as décadas de 1940 e 1960, o *Repórter Esso* se autodefinia, no rádio e na TV, como *testemunha ocular da história*. Já no século XXI a *Rádio Bandeirantes* utilizava o slogan *Se a Band não deu, o fato não aconteceu*. Veículos de comunicação brasileiros têm consciência do seu papel na construção do

que será a História do país. Papel que está ligado à importância que o historiador dá aos registros.

O historiador trabalha sempre a partir de um objeto material (as fontes) para construir o seu objeto teórico: os fatos históricos. Transforma as matérias-primas (já socialmente trabalhadas) em produtos, obras da historiografia. Desloca, assim, as informações de uma região da cultura (os arquivos, as coleções, as recordações pessoais, etc.) para uma outra (a História). (RIBEIRO, 1995, p. 21).

A imprensa é o registro cotidiano e será, no futuro, uma das matérias-primas do historiador. Ribeiro (1995, p. 11) afirma que são dois os tempos da imprensa: o presente, que faz a leitura dos fatos cotidianos imediatos; e o futuro, que faz a leitura do passado. O historiador busca nos arquivos dos jornais a matéria-prima de que precisa. Faz da documentação jornalística a história, faz do registro do presente, uma versão do passado.

O uso da documentação jornalística pelos historiadores foi identificado por Ribeiro por meio de uma pesquisa realizada pela autora em 1995, quando analisou os trabalhos apresentados no I Encontro Nacional de Pós-graduandos em História, na Universidade Federal Fluminense. Dos trabalhos, 181 tinham como recorte o século XX e 72% deles (131) tinham como fonte primária os meios de comunicação, em especial os jornais (RIBEIRO, 1995, p. 36-7).

Em outro trabalho a autora destaca o papel da imprensa para a construção da memória social:

A formalização e o registro da memória social, mesmo não sendo a função social primeira do jornalismo, acabam sendo sua função secundária, uma espécie de efeito colateral extremamente importante, inclusive no próprio processo de legitimação social de sua função “principal”. (RIBEIRO, 1999).

Said (1998) reafirma a capacidade que os meios de comunicação dão a determinados grupos sociais de aglutinar poder na sociedade:

é a partir das atividades desenvolvidas pelos veículos de comunicação que determinados grupos sociais legitimam-se historicamente, sobretudo no momento em que a globalização cultural e econômica e a multiplicação do número de meios de comunicação reescrevem o processo de reestruturação pelo qual devem passar os Estados e a Sociedade Civil. (SAID, 1998, p. 24).

A construção histórica é parte fundamental para a construção de memória social. Para Le Goff (1982, p1), memória é a capacidade de conservar determinadas informações e atualizar impressões e informações, que o indivíduo compreende como passado. É a noção do passado que mantém a coesão social. Os grupos sociais somente são mantidos por meio da construção da memória, que não é exclusiva da História, pois a memória social, portanto coletiva, se constitui num instrumento de poder.

[...] A memória coletiva constituiu um ponto importante na luta pelo poder de direção das forças sociais. Passar a apreender a memória e o esquecimento é uma grande preocupação das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. O esquecimento, o silêncio da história são reveladores destes mecanismos da manipulação da memória coletiva (LE GOFF, p. 1982, p. 4, tradução nossa¹¹).

É na memória coletiva que uma comunidade se forma e se mantém. Esta memória coletiva, segundo o Dicionário das Ciências Históricas, “aparece quando as mesmas lembranças, vividas ou transmitidas, voltam de maneira repetitiva e quando elas são apresentadas como propriedade específica da comunidade” (BURGUÍÈRE, 1993, p. 256-7). São os grandes fatos da vida cotidiana que marcam a memória coletiva. Datas, detalhes, fatos conexos ao fato principal são esquecidos ou por seleção do essencial ou por ocultação. “A memória é terrivelmente simplificadora: ela se organiza em torno de um acontecimento fundador, os fatos anteriores ou posteriores sendo assimilados a este ou esquecidos” (BURGUÍÈRE, 1993, p. 257).

¹¹ [...] la memoria collettiva ha costituito un'importante posta in gioco nella lotta per il potere condotta dalle forze sociali. Impadronirsi della memoria e dell'oblio è una delle massime preoccupazioni delle classi, dei gruppi, degl'individui che hanno dominato e dominano le società storiche. Gli oblii, i silenzi della storia sono rivelatori di questi meccanismi di manipolazione della memoria collettiva.

Se nas sociedades anteriores ao século XX, a memória era construída por meio da tradição oral, a partir do estabelecimento dos meios de comunicação de massa, o principal “lugar” da memória passou a ser a mídia (RIBEIRO, 1999, p. 26).

Os meios de comunicação, neste século, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detêm o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância. (RIBEIRO, 1999, p. 27)

Nora (1995) afirma que a sociedade no final do século XX já possuía um presente com “sentido histórico” e isto se deve à atuação dos meios de comunicação de massa. A partir do desenvolvimento da mídia, a História rompe com o passado e se lança também a compreender e trabalhar o presente. O acontecimento necessário à História deve passar pela mídia para *existir* na sociedade.

Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. [...] O fato de terem acontecido não os torna históricos. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido (NORA, 1995, p. 181).

São os meios de comunicação de massa que diferenciam o *acontecimento* do *acontecimento histórico*. O *histórico* torna-se conhecido pela sociedade quase que no mesmo tempo em que acontece e perpetua-se na memória.

Ribeiro (1999, p. 28-32) identifica uma semelhança entre “o fato jornalístico” e o “histórico” devido ao “mito da objetividade”, que aproxima os dois discursos e dá ao jornalístico uma “aura de fidelidade”. A produção cotidiana na imprensa, criando discursos sobre o real praticamente ao mesmo tempo em que os fatos sociais acontecem, leva a autora à conclusão: “Os jornais são os diários da humanidade”.

O tempo da História é dividido em três níveis por Braudel (1992, p. 104-5):

Na superfície uma história factual se inscreve no tempo curto: é uma micro-história. A meia encosta, uma história conjuntural segue um ritmo mais largo e mais lento. Foi estudada até aqui sobretudo no plano da vida material, dos ciclos ou interciclos econômicos. [...] Para além desse “recitativo” da conjuntura, a história estrutural, ou de longa duração, coloca em jogo séculos inteiros; está no limite do móvel e do imóvel e, por seus valores fixos há muito tempo, faz figura de invariante em face de outras histórias, mais vivas a se escoar e a se consumir, e que, em suma, gravitam em torno dela.

Braudel (1992) liga o patamar superficial, curto, “à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista”. Continua o historiador:

crônica ou jornal fornecem, ao lado dos grande acontecimentos, ditos históricos, os medíocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Assim, cada um compreenderá que haja um tempo curto de todas as formas da vida econômica, social, literária, institucional, religiosa e mesmo geográfica (uma ventania, uma tempestade) assim como política. (BRAUDEL, 1992, p. 105).

O autor diz que nem toda a produção jornalística se tornará fato histórico. Boa parte desta produção limita-se ao tempo curto, superficial, que será esquecido no futuro próximo. Mas para Nora (1995), desde o século XX, todo fato histórico deve passar pela imprensa. Um acontecimento não noticiado não é capaz de se manter historicamente, pois não fará parte da memória da sociedade. Nessa perspectiva, quando se faz o resgate do passado, faz sentido o slogan da emissora de rádio: *se a Band não deu, o fato não aconteceu*. Se a mídia não comunicou, o fato não é conhecido e não se torna histórico.

4 CORREIO POPULAR E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Este capítulo se propõe a fazer uma breve análise do contexto em que está inserido o objeto de estudo – o Cedoc da Rede Anhangüera de Comunicação (RAC) – a partir do recorte definido para esta pesquisa. O capítulo divide-se em três sessões fundamentais. A primeira traça um perfil sócio-econômico de Campinas. A segunda identifica o grupo empresarial RAC. Por fim, este capítulo trata do Orçamento Participativo.

4.1 Campinas no início do século XXI

O município de Campinas, com população estimada em 1º de abril de 2007 em 1.039.297 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007), é um importante centro regional do interior de São Paulo. Sua influência econômica e política extrapola os limites municipais e tem reflexos em outras cidades, afetando direta ou indiretamente a vida de milhões de pessoas. O município é sede da Região Metropolitana de Campinas (RMC) criada pela Lei Complementar Estadual nº 870, de 19 de junho de 2000, e composta por outros 18 municípios¹. Em 2005, a população projetada para a RMC era de 2.578.033 habitantes, equivalente a 6,45% do total do estado de São Paulo. (AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS, 2006).

A RMC apresenta a mais expressiva concentração industrial do interior de São Paulo, caracterizando-se por abrigar setores modernos e plantas industriais articuladas em grandes e complexas cadeias produtivas. (AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS, 2006)

¹ Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Campinas é também sede de Região Administrativa que por sua vez é composta por sete regiões de governo². Ao todo são 90 municípios, com população de quase 6 milhões de habitantes em 2005³. Cinco municípios surgiram de seu desmembramento: Americana (1924), Cosmópolis (1944), Sumaré (1953), Valinhos (1953) e Paulínia (1964). Outros municípios surgiram de novos desmembramentos: Nova Odessa, que se separou de Americana em 1959, e Hortolândia, emancipada de Sumaré em 1991. (AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS, 2006).

O plantio da cana e a produção de açúcar foram as primeiras atividades econômicas que se destacaram em Campinas, seguidas pela agricultura cafeeira e pela industrialização. Pela sua localização, o município se transformou em pólo gerador de riqueza (BAENINGER; GONÇALVES, 2000). A RMC foi responsável, em 2003, por 9,1% do Produto Interno Bruto (PIB) de São Paulo, o segundo maior do estado. As indústrias que mais se destacam na Região Metropolitana são a de refino de Petróleo (24,8%), produtos químicos (16,1%) e material eletrônico (10,1%). (AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS, 2006).

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) possui uma estrutura industrial diversificada, uma agricultura moderna, articulada à indústria, e um dinâmico setor terciário. A região tem se destacado pela atração de grandes empreendimentos, especialmente indústrias de alta tecnologia e empreendimentos terciários. (SANTOS, 2004).

Na década de 1970, 188 mil migrantes fixaram-se em Campinas. (BAENINGER, 1996, *apud* BAENINGER; GONÇALVES, 2000), atraídos, entre outros motivos pela criação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do Aeroporto de Viracopos, a implantação da Refinaria de Paulínia (Replan) e do pólo petroquímico também em Paulínia. Técnicos e cientistas vieram trabalhar na Unicamp, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puc-Campinas),

² Bragança Paulista, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, São João da Boa Vista, Rio Claro e Campinas.

³ O estado de São Paulo é dividido em 14 regiões administrativas, mais a Região Metropolitana de São Paulo. A Região de Governo de Campinas reúne os municípios da Região Metropolitana, exceto Itatiba, mais os municípios de Itapira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim e Estiva Gerbi. (AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS, 2006).

Telebrás, Instituto Agrônômico. A população de baixa renda buscava empregos na construção civil e no setor terciário (BAENINGER; GONÇALVES, 2000).

Nos anos 1970, a taxa de crescimento da RMC foi de 6,5% ao ano (BAENINGER; GONÇALVES, 2000), mas nas últimas décadas as taxas de crescimento na RMC foram de 2,7% entre 1980 e 1991 e de 1,54% entre 1991 e 2000. Porém, o maior aumento populacional ocorreu nas áreas de favela, com “mais de 8% ao ano na década de 90” (SANTOS, 2004).

Na década de 90, Campinas se consolida como uma metrópole, reunindo as características populacionais (de porte e densidade), econômicas (PEA⁴ ocupada em atividades urbanas), espaciais e de relações complexas entre os municípios que a compõem. Ao mesmo tempo em que se exacerbam as dificuldades e mazelas das grandes aglomerações humanas, tais como: o provimento de infra-estrutura física e social a toda população, a expansão desordenada em detrimento da qualidade ambiental, o crescimento da violência urbana (SANTOS, 2004).

Santos (2004) aponta que Campinas tinha em 2000 cerca de 30% de suas famílias com rendimentos per capita de até um salário mínimo. Na região, os piores índices eram os de Monte Mor, Hortolândia, Engenheiro Coelho e Santo Antônio de Posse, com mais de 48% dos lares. Já em Vinhedo, 23,5% das famílias viviam com até um salário mínimo. Há uma grande desigualdade social dentro dos municípios e também entre eles. Esta divisão é característica também do “espraiamento” dos municípios nos anos 90, diferente da “periferização” percebida nos anos 1970 (SANTOS, 2004).

Campinas é um dos municípios mais ricos do país e está em 24^o lugar no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁵. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2003). No município a desigualdade é visível, com grande diferença entre a região central e norte/leste da cidade (mais rica), para a região sul/sudoeste (mais pobre). (CAMPINAS, 2004).

⁴ População Economicamente Ativa.

⁵ IDH-M é um indicador que atesta a qualidade de vida nos municípios, com base em dados dos censos de 1991 e de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2000, além da criação da Região Metropolitana e de alcançar a marca de um milhão de habitantes, a cidade elegeu um novo prefeito, quando 72% da população reprovava o governo de Francisco Amaral (BRANDT, 2000) e a Prefeitura enfrentava uma dívida pública de R\$ 1,5 bilhão (TONINHO..., 2001). Na disputa pela Prefeitura, foi eleito no segundo turno Antonio da Costa Santos, o Toninho, do PT, com 290.132 votos, ou 59,8% dos votos válidos (BRASIL, 2000). A vitória petista criava a expectativa de uma nova fase no município e uma das propostas do novo governo era a implantação do Orçamento Participativo.

4.2 Orçamento Participativo em Campinas

Orçamento Participativo (OP) é um programa que tem por objetivo democratizar a distribuição dos recursos públicos e propor a participação popular na tomada de decisões. Por apresentar um novo modelo de disputa política, e portanto, disputa hegemônica, é um bom objeto para esta pesquisa. Em 2001, foi implantado em Campinas e teve caráter deliberativo até 2004.

4.2.1 Histórico e conceituação do OP

Em uma das mais importantes e didáticas obras⁶ sobre orçamentos públicos no Brasil, Giacomoni (2002), acrescentou um apêndice nas edições mais recentes para analisar o Orçamento Participativo. O autor considera o mecanismo um

⁶ Ver GIACOMONI, James. Orçamento Público. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. A data da primeira edição é de 1985, antes, portanto, da implantação inicial do Orçamento Participativo, que aconteceu em 1989.

“aperfeiçoamento pela participação da comunidade na análise e discussão dos problemas e na identificação das soluções que mais de perto dizem respeito aos interessados” (GIACOMONI, 2002, p. 226).

O Orçamento de um município é uma lei anual que prevê as receitas e despesas durante um exercício. É uma peça técnica que traz em seu conteúdo o conjunto de decisões políticas tomadas pelo administrador público, aprovadas pelo Poder Legislativo. No âmbito do município, cabe ao Executivo, chefiado pelo prefeito, produzir a proposta de Lei Orçamentária para o ano seguinte e enviá-la à Câmara de Vereadores, que deve aprová-la até o último dia do ano anterior à vigência do Orçamento. Os vereadores podem fazer emendas que alteram as despesas, porém não podem modificar a previsão de receitas.

Pires⁷ (2001, p. 5-6) reúne cinco definições para orçamento público, ou Orçamento-Programa, resumidas abaixo:

- a) previsão de receitas e despesas de uma “unidade de governo para um período futuro”;
- b) “instrumento de planejamento e controle dos recursos” públicos para obter “melhor uso e transparência na aplicação”;
- c) Lei que contém previsão e autorização do Poder Legislativo para que o Executivo, o Judiciário e o próprio Legislativo “façam despesas e obtenham receitas”;
- d) “Conjunto de decisões políticas” que diz respeito à “arrecadação” e “aplicação dos recursos públicos”. São ações com “fins politicamente definidos e meio juridicamente legitimados para a constituição de um plano de ação financeiramente viável”;

⁷ O economista Valdemir Pires foi secretário de Finanças e de Patrimônio Público de Piracicaba (SP) em 1990 e 1991. O município teve duas experiências de Orçamento Participativo, a primeira de 1989 a 1992 e a segunda a partir de 2001.

e) “Uma das faces da intervenção do governo na economia”.

Embora a elaboração e a aplicação do orçamento público tenham exigências legais e técnicas complexas, é um tema que não deve ser tratado apenas à luz das finanças e do direito. Antes de tudo, prever e realizar um orçamento é uma atividade política, pois envolve a tomada de decisões no que diz respeito ao que deve e quanto deve receber de recursos.

Apesar de ser reconhecido como programa do Partido dos Trabalhadores (PT), a proposta de Orçamento Participativo é anterior à sua fundação. Mas o OP não tinha este nome, nem era reconhecido nacional e internacionalmente antes das experiências petistas, em especial em Porto Alegre (RS).

De acordo com Pires (2001, p. 41-3), as primeiras propostas de participação popular na administração pública brasileira aconteceram ainda no final da década de 1970 – chegando a meados da década de 1980 –, em geral em administrações municipais comandadas pelo MDB (mais tarde, PMDB), partido de oposição à ditadura militar. Numa época de grande centralização dos poderes no Governo Federal, a abertura para participação popular se dava com o planejamento participativo. Era uma forma de afrontar e fazer oposição ao Regime nos espaços onde ele tinha menos controle: nos municípios.

O lento processo de abertura democrática iniciado no final dos anos 1970 levou ao surgimento e à reorganização de diversos partidos de oposição, entre eles o Partido dos Trabalhadores. Formado por sindicalistas, intelectuais de esquerda, religiosos seguidores da Teologia da Libertação, políticos do antigo MDB e outros cassados pela ditadura, previa já na sua formação o incentivo à participação popular até então espaço público *privativo* de oligarquias regionais, da elite econômica e seus representantes políticos (PIRES, 2001).

As primeiras experiências de Orçamento Participativo sob o comando do PT aconteceram em 1989 e o caso de maior repercussão foi o de Porto Alegre Na gestão dos prefeitos eleitos em 1988, 20 adotaram o programa no País. Entre 1997

e 2000 eram 70 os municípios com o programa em funcionamento (ANDRADE, 1999).

Foi em Porto Alegre que o OP mais se destacou. A cidade é capital de Estado e nele o programa ainda perdura, um período ininterrupto de 18 anos, mas com várias mudanças na metodologia. Com quatro prefeitos petistas consecutivos⁸, foi possível promover a consolidação do programa, a tal ponto que quando a oposição assumiu com a eleição de José Fogaça (PPS), o OP foi mantido. A participação popular está prevista na Lei Orgânica do Município, no artigo 116, parágrafo 1º:

Fica garantida a participação da comunidade, a partir das regiões do Município, nas etapas de elaboração, definição e acompanhamento da execução do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual (PORTO ALEGRE, 2004).

O Orçamento Participativo prevê uma metodologia complexa e diferente em cada município em que é implantado. Mas pode-se resumir sua estrutura da seguinte forma: assembleias regionais e temáticas – abertas a todos os cidadãos – elegem representantes e apontam prioridades de investimentos. São eleitos os integrantes de conselhos populares e o Conselho do Orçamento Participativo. Em novas assembleias ou reuniões intermediárias dos representantes e conselheiros eleitos, são definidas as prioridades para o ano seguinte. As definições do OP são incorporadas à proposta de Lei Orçamentária Anual, encaminhada pelo Executivo para votação na Câmara de Vereadores. O Conselho do Orçamento Participativo acompanha a aplicação dos recursos durante o ano de vigência do Orçamento.

O OP de Porto Alegre foi reconhecido internacionalmente em 1996 como uma das 40 melhores práticas mundiais na II Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat II), em Stambul. (PIRES, 2001, p. 77-8)

Mas o reconhecimento internacional não garantia ao OP cobertura da imprensa gaúcha. O jornalista Pedro Luiz da Silveira Osório (GENRO, 1997, 38-41),

⁸ Olívio Dutra (1989-1992), Tarso Genro (1993-1996 e 2001-2002), Raul Pont - (1997-2000) e João Verle (2002-2004).

que foi coordenador de Comunicação Social da Prefeitura de Porto Alegre entre 1993 e 1996 criticou a falta de interesse dos meios de comunicação local em cobrir as assembléias e reuniões do OP, embora em sua análise, o OP reunisse diversos requisitos para despertar o interesse dos jornalistas locais:

Trata-se de um acontecimento com características inéditas, reúne milhares de pessoas, ocorre na cidade sede das empresas jornalísticas [...], tem importância social periódica e publicamente confirmada, já foi noticiado pela imprensa do eixo Rio – São Paulo e de outras regiões, teve e tem reconhecimento e repercussões internacionais e diz respeito ao cotidiano de milhares de porto-alegrenses [...] (GENRO, 1997, p. 39).

A “desconsideração jornalística” se deve, segundo o ex-coordenador de comunicação “ao reconhecimento do potencial revolucionário e transformador contido nas práticas, flagrantemente contrárias aos seus interesses [das empresas jornalísticas] e aos grupos sociais que representam”. (GENRO, 1997, p. 38)

Giacomoni (2002) considera que não há “interferência” das instâncias do OP sobre as atribuições do Poder Legislativo, mas uma “qualificação” na elaboração do Orçamento. Como a Câmara de Vereadores aprova despesas normalmente genéricas, o OP detalha estas despesas no âmbito da sua execução pelo Executivo, sem entrar em conflito com as decisões do Legislativo.

Essa qualificação decorre, em primeiro lugar, da maior rigidez concedida à programação dos investimentos, ao contrário da flexibilidade que caracteriza a maneira convencional de programação, e, em segundo lugar, do compartilhamento de escolhas com a comunidade, ao contrário da tradicional decisão monopolizada pelo Poder Executivo (GIACOMONI, 2002, p. 233).

Para Souza (1997)⁹, o OP cria uma combinação da “democracia direta” com a “democracia representativa”, uma vez que reúne e respeita as definições colhidas diretamente da população, mas mantém o respeito a instituições como a Câmara de Vereadores, que é o Poder que aprova o Orçamento do município.

⁹ Ubiratan de Souza foi coordenador geral do Gabinete de Planejamento (Gaplan) da prefeitura de Porto Alegre na primeira gestão do prefeito Tarso Genro (1993-1996),

OP se encaixa como espaço de disputa de projetos dentro da esfera pública e governamental, mas que orienta toda a ação social. Nele, as “contradições da sociedade de classes” são levadas para “um dos centros nervosos do Estado capitalista”: as finanças públicas e sua destinação (PIRES, 2001, p. 64).

A idéia que a esquerda pretende tornar hegemônica através desta proposta de intervenção da sociedade civil é a de um Estado cujas decisões favorecem à maioria, de um Estado distributivista, em detrimento de um Estado claramente comprometido com os interesses imediatos de empresários, especuladores imobiliários, oligarquias etc. (PIRES, 2001, p. 64).

Genro¹⁰ identifica no programa uma nova forma de tomar decisões antes restritas aos espaços políticos formais, de forma que permitiu “distribuição de renda” e “socialização da política”.

Não se tratou simplesmente de “incentivar” a participação popular de uma forma espontânea, “fazer obras” ou simplesmente “azeitar” os mecanismos da democracia formal. Na verdade, foi criado um novo *centro decisório* que, juntamente com o Poder Executivo e o Legislativo, democratizaram efetivamente a ação política e integraram os cidadãos comuns num novo “espaço público”. (GENRO, 1997, p. 12-3)

Numa democracia representativa, como a do Brasil, a elaboração, a aplicação e a fiscalização do orçamento público são atribuídas aos representantes da população eleitos por meio do voto universal.

O Orçamento Participativo representa mais um passo no sentido do aperfeiçoamento político. Nele, não somente os parlamentares devem participar das decisões sobre finanças e políticas públicas: a população organizada, a sociedade civil assume papel ativo, passa a ser agente e não mero paciente. (PIRES, 2001, p. 35-6).

Os resultados do OP, portanto, não deveriam ser medidos apenas pelo sucesso no estabelecimento e na aplicação dos investimentos.

¹⁰ Tarso Genro foi vice-prefeito (1989-1992) e prefeito (1993-1996 e 2001-2002) de Porto Alegre e exerceu importante papel na implementação e no aperfeiçoamento do Orçamento Participativo na capital gaúcha.

A prática continuada da co-gestão leva a que, de um lado, o governo vá paulatinamente abandonando a tentação de fazer valer sempre o seu ponto [de] vista e, de outro lado, a população vai adquirindo visão de conjunto sobre a escassez de recursos e sobre a infinidade de demandas que se apresentam ao governo. Uma nova idéia sobre o modo de governar começa a disputar hegemonia com a visão tradicional, de governo legitimado exclusivamente pelo voto e pelo uso da boa técnica. (PIRES, 2001, p. 36).

O Orçamento Participativo é, portanto, uma forma de disputa hegemônica na sociedade capitalista. Uma das frentes desta disputa é o combate à corrupção e ao clientelismo. Soares e Gondim (2002, p. 69) afirmam que para combater o clientelismo no âmbito do município, é preciso muito mais que ter um prefeito contrário a tal prática. É necessário criar mecanismos para que toda a máquina administrativa funcione sem que haja espaço para a troca de favores.

Genro (1997, p. 14-6) afirma que o OP deve ser entendido como um “caminho” para reformar o Estado “radicalmente” e acredita que esta reforma também muda a forma como a opinião pública é formada, tradicionalmente com uma “uniformização totalitária”. A partir do conhecimento adquirido com a experiência nas assembleias e reuniões de conselhos populares, a população compreende melhor o funcionamento do Estado e é capaz de identificar também as pressões que os veículos de comunicação fazem sobre os governos para que sejam realizados “investimentos pautados por interesses elitistas ou socialmente minoritários.”

Ubiratan de Souza afirma que a grande riqueza do Orçamento Participativo é a mudança do papel do indivíduo na definição de políticas públicas

O cidadão deixa de ser um simples coadjuvante da política tradicional para ser protagonista ativo da gestão pública. [...] Outra contribuição universal do Orçamento Participativo é a criação de uma esfera pública, não estatal, em que a sociedade pode controlar o Estado. (SOUZA, 1997, p. 46)

Gramsci dizia que o Estado é composto pelo Estado coercitivo e pela sociedade civil que exerce papel educador para a conquista da hegemonia¹¹. Na concepção de Souza, o OP é um instrumento para a criação de uma nova

¹¹ Ver Capítulo 3 sobre *Hegemonia e Imprensa*.

hegemonia, com uma classe dirigente formada pelas camadas populares e não mais pelas instituições como imprensa, igreja, sindicatos (patronais ou de trabalhadores).

Cria-se, dessa forma, uma esfera pública não-estatal, em que a sociedade institui tanto o processo de co-gestão (COP-Governo)¹² da cidade, quanto mecanismo de controle social sobre o Estado (SOUZA, 1997, p. 46).

O OP é mais que um projeto técnico em que se transfere dos tecnocratas para a população a definição de onde aplicar os recursos públicos, sempre insuficientes para atender a todas as necessidades da população. É um projeto de transferência de poder. Elimina-se (ou ao menos tenta-se eliminar) o poder centralizado nas mãos do político pressionado pela elite econômica e dá poder ao cidadão comum, que deve agir em grupo para alcançar seus objetivos. É um processo de clara transformação hegemônica dentro do Estado amplo (governos + sociedade civil) de Gramsci.

4.2.2 A experiência de Campinas

O Orçamento Participativo foi implantado em Campinas em 2001, quando o PT assumiu a prefeitura pela segunda vez¹³, sob o comando do prefeito Antonio da Costa Santos, o Toninho. A proposta de Orçamento Participativo constava do Plano de Governo elaborado para as eleições de 2000. Toninho criou em 2001 a Coordenadoria Especial de Participação Popular e Orçamento Participativo (CEPPOP) e nomeou a vice-prefeita Izalene Tiene, também do PT, para comandá-la. Com o assassinato de Toninho em 10 de setembro de 2001, Izalene Tiene tomou posse como prefeita e nomeou o economista José Reinaldo Braga como coordenador do OP – cargo que ocupou até o final do mandato da prefeita, em 31 de

¹² COP é a sigla de Conselho do Orçamento Participativo

¹³ O primeiro petista eleito prefeito de Campinas foi Jacó Bittar, em 1988.

dezembro de 2004. A partir de janeiro de 2005, com a posse do prefeito eleito Hélio de Oliveira Santos, do PDT, a coordenação foi assumida pelo petista Alfredo Luiz Gomes, que já trabalhava na CEPPOP em cargo de confiança.

A CEPPOP dividiu as discussões do OP de duas maneiras diferentes. Uma delas é a divisão geográfica, obedecendo as 18 regiões administrativas do município (14 administrações regionais e quatro distritos: Sousas, Joaquim Egídio, Nova Aparecida e Barão Geraldo). A outra forma de divisão se baseou em assembléias temáticas que aumentaram gradativamente de quatro em 2001 (Educação, Saúde, Assistência Social e Cidadania) para oito em 2004 (somaram-se àquelas as assembléias da Cultura, Esporte e Turismo, do Desenvolvimento Econômico, da Gestão e da Habitação). (Braga, 2005b).

A metodologia empregada no OP também mudou a cada ano, em busca de aperfeiçoamentos e soluções de problemas encontrados ao longo de sua implantação. De maneira geral, o programa previa uma primeira rodada de assembléias (18 regionais mais temáticas) abertas ao público. Nelas eram escolhidos os representantes no Fórum de Representantes do OP. Posteriormente havia a rodada de assembléias intermediárias, quando eram debatidas as demandas da região ou dos temas. Por fim, uma segunda rodada aprovava a lista de demandas e elegia os membros para o Conselho do Orçamento Participativo. Estes conselheiros tinham como atribuição definir quais demandas entrariam no projeto de Orçamento da Prefeitura para o ano seguinte. Os conselheiros iriam também acompanhar a execução do Orçamento e o andamento das demandas por eles defendidas.

Braga (2005a) relaciona dados que demonstram a dimensão do programa durante os quatro anos da administração petista (2001-2004): reuniu 90 mil pessoas em assembléias e reuniões e deliberou sobre mais de R\$ 301 milhões para investimentos. Parte dos recursos, no entanto correspondia a investimentos que já haviam sido incluídos no Orçamento do ano anterior, mas que não haviam sido executados. Em investimentos novos, que não repetiam os do ano anterior, o OP decidiu pela aplicação de R\$ 186,7 milhões.

	2002 (R\$)	2003 (R\$)	2004 (R\$)	2005 (R\$)	Total (R\$)
Recursos Orçados	59.975.880,00	59.408.089,11	86.296.138,92	95.407.480,66	301.087.588,69
Novos investimentos	59.975.880,00	48.412.069,11	27.024.070,00	51.289.205,61	186.701.224,72

Tabela 1. Investimentos decididos pelo OP em Campinas (MARQUES, 2007).

Nem todos os recursos orçados foram efetivamente executados, o que rendeu ao programa inúmeras críticas. Diversos fatores contribuíram para isso, como entraves em licitações, na realização de projetos, dificuldades técnicas de diversas ordens. Marques (2007)¹⁴ faz um resumo das execuções dos recursos destinados pelo OP: em 2002, foram empenhados¹⁵ (45,73%) dos recursos definidos no ano anterior; em 2003 a execução foi de 59,29% e; em 2004, último ano da administração do PT, os recursos executados foram equivalentes a 75% do que foi definido em 2003.

Para Marques (2007), há três motivos para a não realização de parte dos investimentos previstos no OP, principalmente em 2002 e 2003:

o enorme desmonte da máquina pública até então ainda não superado, as dificuldades em que os diversos atores públicos aceitassem este instrumento de planejamento como central e, finalmente, problemas na definição de prioridades por parte do OP, aprovando demandas sem a devida análise técnica e financeira quanto à sua viabilidade no prazo de um ano. (MARQUES, 2007).

Braga (2003) aponta ainda outro motivo:

Bairros com 30, 40 anos, e ainda irregulares, a ponto de não podermos pavimentar o itinerário do ônibus por cortar propriedade particular, ou não podermos asfaltar bairros porque o loteador não cumpriu o compromisso de colocar galerias de água pluvial, guias e sarjetas.

¹⁴ Eduardo Marques, economista, foi Diretor de Orçamento da Prefeitura de Campinas na gestão de Izalene Tiene (2001-2004), em artigo distribuído para petistas por e-mail.

¹⁵ Empenho é enquadrar a despesa no crédito orçamentário e deduzir seu valor do saldo da dotação deste crédito (GIACOMONI, 2002, p. 267), em outras palavras, é autorizar o pagamento da despesa.

Em 2005, o prefeito recém-empossado Hélio de Oliveira Santos anunciou que o OP deixaria de ter caráter deliberativo para ser apenas consultivo (LIMA, 2005). E no mesmo ano o prefeito “congelou” a execução orçamentária dos recursos definidos pelo OP. Os motivos alegados pelo prefeito foram “prejuízos causados pelas chuvas torrenciais de janeiro, as obras emergenciais e preventivas estimadas em R\$ 77 milhões e pelas dívidas” herdadas da administração anterior (LIMA; LIMA, 2005).

A eliminação da participação popular, embora não assumida, fica evidente com o passar do tempo. O Orçamento para 2008 foi “apresentado” à “sociedade civil” e em uma matéria do portal da prefeitura (GONÇALVES; COUTINHO; PÁDUA, 2007), não há referência ao OP, nem à participação popular na discussão do destino das verbas.

Em todo o texto de 6.785 toques¹⁶, há somente uma referência à participação, em uma declaração do prefeito Hélio de Oliveira Santos.

De acordo com o prefeito, levar o orçamento para o conhecimento da sociedade civil é apenas um começo para promover o contato com a população. "A partir de agora nós começamos a estabelecer um contato com os setores de cada segmento para que possamos debater, discutir e a ampliar a participação da sociedade civil na construção da metrópole que é Campinas", afirmou. (GONÇALVES; COUTINHO; PÁDUA, 2007)

A sociedade é convidada a participar depois que o orçamento está pronto, apesar de o Orçamento Participativo existir. Pela metodologia do OP implantada no governo petista, este acompanhamento era feito institucionalmente pelo Conselho do Orçamento Participativo (COP).

¹⁶ A contagem de toques, por se tratar de texto publicado na internet é mais precisa, pois o número de linhas pode variar de acordo com o navegador da internet e as configurações de cada computador. Esta contagem de toques inclui os espaços e acentuação.

4.3 A RAC em Campinas

A Rede Anhangüera de Comunicação (RAC) foi criada em 1997, um ano após o jornal Correio Popular comprar seu concorrente Diário do Povo, até então de propriedade do ex-governador de São Paulo e ex-prefeito de Campinas, Orestes Quércia. Quando foi formada, a RAC reunia os dois jornais, a revista semanal Metrópole, a GrafCorp¹⁷, o DataCorp¹⁸, CorreioNet¹⁹. (INFORMAÇÃO..., 2001).

Atualmente a RAC reúne Correio Popular, Diário do Povo, Gazeta do Cambuí, Gazeta de Piracicaba, Gazeta de Ribeirão, revista Metrópole, Agência Anhangüera de Notícias (AAN), Cosmo On Line e a gráfica e *bureau* GrafCorp (COMUNICAÇÃO..., 2007). O grupo lançou um terceiro diário, o Notícias Já em 2007. A propriedade da RAC é da família Godoy e o cargo de diretor-presidente do grupo cabe ao empresário e sócio, Sylvino de Godoy Neto, que já foi vice-presidente da Associação Paulista de Jornais (APJ) (GUIMARÃES, 2006).

O Correio Popular foi fundado em 1927 por Álvaro Ribeiro, o mesmo fundador do Diário do Povo, que começou a circular em 1912. O Cosmo On Line foi criado em 1997, levando para a internet as produções jornalísticas do Correio Popular e do Diário do Povo. Em 2000, foi criada a AAN, que passou a ser responsável pela produção de parte dos conteúdos jornalísticos publicados pelos jornais e pelo portal. É também a agência quem contrata os jornalistas. A Gazeta do Cambuí, que circula semanalmente no Cambuí, bairro de classe média alta na região central de Campinas, foi criada em 2003, mesmo ano em que foi criada a Gazeta de Piracicaba. No ano seguinte, foi criada a Gazeta de Ribeirão. (GUIMARÃES, 2006).

O Diário do Povo foi comprado pelo Correio Popular em 1996 por US\$ 10 milhões. Dois motivos teriam levado o Correio Popular a comprar o concorrente, segundo o presidente da RAC, Sylvino de Godoy Neto. Um deles seria a “proteção do mercado” contra a possibilidade de o Diário do Povo ser vendido a outro grupo

¹⁷ Empresa gráfica que imprime os jornais do grupo e realiza trabalhos para terceiros.

¹⁸ Empresa de pesquisas de opinião.

¹⁹ Provedor de Internet, vendido em 1999

empresarial. Outro motivo seria “sentimental” pois seria um sonho de Álvaro Ribeiro reunir os dois jornais que fundou no início do século XX. (O RESGATE... 2002).

4.3.1 Breve histórico do Correio Popular

O primeiro jornal publicado em Campinas de que se tem notícia foi a Aurora Campineira, que teve sua primeira edição em 4 de abril de 1858. O jornal começou a circular na cidade de 9 mil habitantes e em 1860 passou a ser o órgão oficial do Partido Conservador, com o novo nome de O Conservador, que circulou por apenas dez meses até seu fechamento definitivo. (MARIANO, 1972).

O jornal mais antigo de Campinas ainda em circulação é o Diário do Povo, pertencente à RAC, fundado em 20 de janeiro de 1912 por Álvaro Ribeiro e Antônio Franco Cardoso (MARIANO, 1972, p. 39). Os sócios se desentenderam e em 4 de setembro de 1927 Álvaro Ribeiro, de volta de um exílio de três anos em Portugal, fundou outro jornal, o Correio Popular “servido desde o primeiro número de máquinas linotipos para a composição e prelo rotativo para rodar as suas edições” (MARIANO, 1972, p.44). A redação era bastante profissionalizada para os padrões jornalísticos da época. A modernidade do Correio Popular provocou mudanças também no Diário do Povo, que adotou novas máquinas em seu parque gráfico para se equiparar ao Correio Popular.

Foi o novo modelo de imprensa implantado em Campinas pelo Correio Popular e seguido pelo Diário do Povo que fez com que os dois jornais dominassem a imprensa campineira. Outros jornais surgiram, como o Jornal de Hoje, A Defesa e o Jornal de Campinas, mas todos sem fôlego para enfrentar a concorrência dos dois veículos já consolidados (MARIANO, 1972, p. 44-6).

Com a morte de Álvaro Ribeiro em 1929, a propriedade e a direção do Correio Popular couberam a seu irmão Antônio Joaquim Ribeiro Jr. e seu sobrinho Ademar Fonseca Ribeiro. A chefia da redação ficou a cargo de Tasso Magalhães que em 1930 apoiou o golpe de Getúlio Vargas. Durante a revolução paulista de 1932, o Correio Popular muda de postura, coloca na chefia de redação Aristides Lemos, na tentativa de impedir o empastelamento do jornal, que por pouco não acontece por duas vezes naquele ano. Com a derrota da revolução, o Correio Popular consegue recuperar seu prestígio na cidade. Mas após 1937, com a implantação do Estado Novo de Vargas, Antônio Joaquim Ribeiro Jr. e Ademar Fonseca Ribeiro decidem vender o jornal. A compra é realizada em 1938, com a criação da Empresa Jornalística Correio Popular S/A, tendo como maior acionista Sylvino de Godoy, e integrantes da direção Pedro Penteado, Gustavo Rodrigues Dória, Azael Lobo e Vicente Torregrossa. Ao contrário de Álvaro Ribeiro, que era político, vereador oposicionista ao governo municipal do Partido Republicano Paulista (PRP), o novo grupo se declarava apolítico. (MARIANO, 1972, p. 75-84).

Sylvino de Godoy presidiu o Correio Popular por 32 anos, até seu falecimento. De 1970 a 1976 a presidência foi ocupada pelo seu filho Edvard De Vita Godoy. Foi neste período que o jornal comprou um terreno na avenida José de Sousa Campos (Norte-Sul), que abrigaria a redação e um novo parque gráfico. Em 1976, com a morte Edvard, a presidência foi assumida pela viúva de Sylvino de Godoy, Carmela De Vita Godoy e transferida dois anos depois para sua filha, Carmen Godoy, que consolidou a transferência do parque gráfico e da redação para a Norte-Sul. Além de ser empresário de imprensa, outras atividades de Sylvino de Godoy também indicam sua presença na elite de Campinas:

presidente da Companhia Nacional de Comércio “Bufarah” S.A., membro do Conselho Consultivo que substituiu a Câmara Municipal após a Revolução de 1930, presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic), responsável pela construção do monumento ao Soldado Constitucionalista, um dos fundadores do Rotary Club, presidente e um dos responsáveis pela construção do Instituto dos Cegos Trabalhadores, o empresário e advogado foi um dos responsáveis pela expansão do pólo industrial em Campinas (DESDE..., 2007)

Ao longo de 80 anos, o Correio Popular conquistou quatro prêmios Esso e uma Menção Honrosa pela cobertura da Copa do Mundo de 1994, nos Estados Unidos.

4.3.2 Correio Popular no início do século XXI

O Correio Popular é o 9º jornal do país em faturamento e tem 2,5 mil clientes anunciantes por mês, segundo entrevista do diretor comercial da RAC, Eduardo Porto Filho, publicado no caderno comemorativo dos 80 anos do jornal (DINAMISMO..., 2007). O Parque Gráfico ocupa uma área de 4,5 mil metros quadrados na Vila Industrial e produz 135 mil impressões coloridas por hora. (PARQUE..., 2007). A equipe jornalística da RAC é formada por 150 profissionais que atuam como repórteres, editores, diagramadores, colunistas e fotógrafos. A maior parte, cerca de 100, trabalha diretamente na produção do Correio Popular (CORRIDA..., 2007)

O editor-executivo da RAC, jornalista Marcelo Pereira, no caderno comemorativo dos 80 anos do Correio Popular, afirma que

muitos leitores enxergam o Correio como mais alguém de sua família, não apenas como um produto que invade a sua casa. O Correio tem uma linha editorial e uma agenda de cobertura muita [sic] definida e clara, que prioriza a defesa do interesse público por meio do desenvolvimento em todas as áreas, seja econômico, tecnológico ou social. Essa é a linha que permeia toda a nossa pauta. Nós defendemos as nossas bandeiras e compramos as nossas brigas para que a cidade ande para frente e com o jornal participando desse processo (EQUIPE..., 2007).

O diretor editorial da RAC Nelson Homem de Mello comenta no caderno comemorativo dos 80 anos do Correio Popular que

[...] o jornal se adianta em questões vitais para o futuro da cidade e para a qualidade de vida do campineiro, procurando pressionar o poder público e aglutinar pessoas em torno de um movimento para que sejam feitas modificações ou que se tome iniciativas em alguma direção que permita que Campinas cresça cada vez mais com qualidade de vida (CREDIBILIDADE..., 2007)

Ao se *adiantar* o jornal assume o papel que lhe cabe enquanto órgão de imprensa em uma sociedade hegemônica: a direção da sociedade. Ao contrário de atender àquilo que a sociedade quer, prefere dizer à sociedade o que ela deve querer, de forma a “aglutinar pessoas em torno de um movimento”. O Correio Popular assume seu papel de direção enquanto órgão de imprensa, pertencente ao plano da sociedade civil e o Centro de Documentação da RAC, por sua vez, faz parte deste processo de direção.

5 O CEDOC DA RAC

Este capítulo reúne a descrição da infra-estrutura e do funcionamento do Centro de Documentação da Rede Anhangüera de Comunicação (RAC). Ele é dividido em uma primeira seção, que analisa os processos pelos quais passam os textos desde que entram no Cedoc até sua recuperação. Em seguida, é feita uma classificação do Cedoc e por fim, é feita a análise dos documentos recuperados que se referem ao Orçamento Participativo. Inicialmente, entretanto, é feita uma breve descrição do Centro de Documentação.

O Cedoc da RAC reúne documentos dos veículos de comunicação impressos do grupo empresarial: Correio Popular, Diário do Povo, Notícias Já (jornais diários), Metrôpole (revista semanal), Gazeta do Cambuí (jornal semanal), Gazeta de Piracicaba, Gazeta de Ribeirão (jornais trissemanais). Também são armazenadas, em arquivo digital, as produções do Cosmo On Line (portal de notícias na internet) e Agência Anhangüera de Notícias (AAN). O Cedoc armazena ainda as fotos produzidas pelos fotógrafos que trabalham na RAC, fotos enviadas para divulgação e compradas de agências.

A multiplicidade de publicações da RAC e as mudanças que o Cedoc sofreu ao longo do tempo fizeram com que o Centro de Documentação se caracterizasse pela diversidade de métodos e tecnologias de tratamento das informações. A compra do Diário do Povo pelo Correio Popular em 1996 resultou na reunião dos acervos dos dois jornais em um mesmo espaço físico. Porém, cada um lidava com as informações de maneira diferente. Aliás, o acervo do Diário do Povo até a unificação é organizado de três maneiras diferentes, cada uma delas aplicada em uma determinada época. Desde 1912, são mais de oito décadas de jornal diário armazenados com metodologias diferentes.

O Cedoc da RAC reúne 25 mil pastas com notícias e fotos de personalidades. Com reportagens e resenhas de filmes, são outras 6 mil. O acervo de fotos digitais

reúne 140 mil imagens, além de um acervo “incalculável” de negativos. A equipe do Cedoc é formada por dez profissionais que atendem, além dos jornalistas da RAC, em média 50 pessoas que procuram o Centro mensalmente para pesquisas. “São historiadores, advogados, que buscam provas para anexar a processos, estudantes, que procuram informações para trabalhos, e até pessoas que procuram por aquilo que foi notícia no dia em que nasceram” (CENTRO..., 2007).

A editora de pesquisa, responsável pelo Cedoc, Andréa Guye faz uma referência ao papel histórico e à característica de retroalimentação da informação publicada pelo Correio Popular e por outros veículos da RAC. “Tudo o que está guardado aqui, além de ser história, é um material que pode ser reutilizado em qualquer momento” (CENTRO..., 2007). Guye afirma que o Cedoc pode servir também como fonte para o surgimento de novas pautas e não apenas de fonte para pautas pré-estabelecidas pela redação. “São comuns pautas surgirem a partir de pesquisas no arquivo. Dia desses, por exemplo, descobrimos que Viracopos já era opção apontada para desafogar Congonhas há 50 anos” (CENTRO..., 2007).

A RAC reconhece a importância histórica de seu acervo. No caderno de 80 anos do Correio Popular, o jornal publicou que “os principais fatos que aconteceram em Campinas e no mundo nos últimos 80 anos estão registrados para a posteridade.” (CENTRO..., 2007). Apesar do reconhecimento da importância do acervo, várias dificuldades são encontradas ao lidar com a informação no arquivo, principalmente as publicadas no século XX, antes que a RAC iniciasse o processo de armazenamento digital. A seguir, é feita a descrição do funcionamento do Cedoc.

5.1 Funcionamento do Cedoc

O Cedoc da RAC utiliza diferentes tecnologias e métodos e isto gera sistemas diversos e independentes e que não estão, necessariamente, conectados uns aos

outros. Em função desta variedade de tratamentos que os documentos recebem, optou-se, nesta pesquisa, por uma apresentação geral do funcionamento, sem aprofundamento em um ou outro método, que não reflete o todo do Cedoc.

Desta forma, podemos identificar que as tecnologias e os métodos empregados para o tratamento de textos são os seguintes:

a) Exemplares impressos – armazenados temporariamente no prédio da Vila Industrial, à Rua 7 de Setembro, 189, em Campinas, onde também funcionam a redação e o parque gráfico. A cada três meses, os exemplares são enviados para encadernação e armazenamento na empresa Cemicles, em Campinas, especializada na preservação de documentos. São enviados todos os exemplares, na íntegra, de todas as publicações impressas da RAC.

b) Microfilmagem – todos exemplares dos veículos impressos são microfilmados integralmente pela empresa Cemicles. Os microfilmes são armazenados na unidade da Vila Industrial, organizados por data. Uma nova máquina leitora de microfilmes, adquirida em 2007, permite a digitalização dos microfilmes em formato PDF¹. O Cedoc está fazendo testes com a digitalização, mas ainda não há um trabalho sistematizado de digitalização dos microfilmes.

c) Hemeroteca – textos com temas selecionados pelos documentalistas são recortados das edições diárias e armazenados em pastas, separadas por assunto e por personalidade;

d) Páginas em PDF – Os arquivos digitais enviados para a impressão são armazenados pelo Cedoc em formato CD-ROM e, a partir de 2007, em DVD-ROM;

¹ *Portable Document Format*, tipo de arquivo de computador desenvolvido pela empresa Adobe Systems e que reproduz em formato digital a imagem da página da mesma forma que ela foi publicada em meio impresso.

e) Texto integral – versão eletrônica dos textos, armazenada em banco de dados e com acesso disponibilizado pela internet e pela intranet.

A partir da identificação acima, é possível fazer uma análise do funcionamento do Cedoc da RAC tomando como referência a proposta de Pérez e Sebastián (2000): aquisição e seleção; análise, síntese e representação; armazenamento; busca, representação e difusão da informação.

5.1.1 Aquisição e seleção

A aquisição de documentos no Cedoc da RAC é feita de variadas formas, em função da utilização de diferentes métodos e tecnologias. São selecionadas todas as publicações do grupo: Correio Popular, Diário do Povo, Notícias Já, Gazeta de Piracicaba, Gazeta de Ribeirão, Gazeta do Cambuí, MetrÓpole, Cosmo On Line e Agência Anhangüera de Comunicação. Das publicações impressas são separados exemplares para a encadernação e para a microfilmagem, enviados a cada três meses.

Todo o material é lido pelos funcionários do Cedoc que fazem a seleção dos textos que devem ser recortados e armazenados em pastas na hemeroteca. Não há uma lista de descritores ou de palavras-chave organizada restrita. Novas pastas podem ser abertas à medida que os funcionários percebem sua necessidade. Quem mais desempenha esta função é Antonio João Boscolo. Por meio do conhecimento tácito adquirido ao longo de quatro décadas trabalhando no Cedoc, ele decide quais os temas (assuntos ou personalidades) merecem ser selecionados. A decisão pauta-se pela importância do tema e também pela atualidade. A redação também sugere, eventualmente, que algum tema seja separado para armazenamento na hemeroteca. Em um texto publicado no próprio Correio Popular, é explicada como é

feita esta seleção: “O Cedoc usa dois temas principais: assuntos (economia, política, esportes, etc) e personalidades (pessoas famosas)”. (CORTEZ, 2004).

Todos os textos jornalísticos publicados no Correio Popular são inseridos na página do jornal² na internet. Para serem inseridos no site, os textos entram no banco de dados chamado de arquivo digital, que reúne o conteúdo integral do Correio Popular desde 2002. A partir da inclusão nas madrugadas, os textos ficam disponíveis permanentemente para acesso dos funcionários por meio da intranet e também dos assinantes por meio da internet.

O Cedoc armazena poucos documentos de outras publicações. São selecionadas as que têm ligação com assuntos da cidade consideradas importantes, como o assassinato do prefeito Antonio da Costa Santos e o aeroporto internacional de Viracopos, localizado em Campinas.

5.1.2 Análise, síntese e representação

As edições completas dos jornais são armazenadas sem que haja análise e síntese de seu conteúdo. Sua representação é feita pelas próprias páginas do jornal, no suporte papel (encadernados) ou em microfilme. Os textos selecionados para armazenamento em pastas também são representados por eles mesmos e não é feito trabalho de elaboração de resumos ou descrição com uso de palavras-chave ou descritores. Existe apenas uma lista, em formato digital, de acesso exclusivo do Cedoc, que reúne os assuntos e personalidades das pastas. O acervo do Diário do Povo reúne documentos em pastas com três métodos de classificação diferentes. Por não ser objeto direto desta pesquisa, não serão estudados aqui esses métodos. O mais importante é destacar que a existência de métodos diferentes dificulta a

² www.cpopular.com.br

recuperação da informação. Consciente disso, a RAC está promovendo a unificação dos arquivos do Diário do Povo e do Correio Popular, adotando um mesmo método de armazenamento na hemeroteca.

Já no arquivo digital, o texto é representado de três formas diferentes: texto completo e *lead*³ (acesso pela intranet) e título (acesso aos assinantes pela internet e aos funcionários pela intranet). As pesquisas pelo texto completo e pelo *lead* podem ser feitas diretamente pela redação e também pelos documentalistas que auxiliam na busca e recuperação dos textos. A representação pelo título é feita automaticamente pelo sistema informatizado.

O Cedoc usava também a representação por meio da anotação diária dos principais assuntos tratados em cada edição. Desenvolvia-se assim, uma lista cronológica de assuntos. A partir de 2002, a anotação foi abandonada com o uso do arquivo digital.

5.1.3 Armazenamento

Os jornais na íntegra são armazenados no Cedoc, na Vila Industrial, e a cada três meses são enviados para encadernação. Depois de encadernados, são encaminhados para uma “empresa especializada no arquivo de documentos, onde fica guardado em condições ideais para conservação” (CENTRO..., 2007). Exemplares adicionais são armazenados pelo período de seis meses para consulta ou para fornecimento a setores da empresa, envios para concursos, atendimento a solicitações diversas. Após seis meses, estes jornais são expurgados com o carimbo

³ *Lead*, ou lide, é a primeira oração ou primeiro parágrafo de um texto jornalístico. É considerada a informação mais importante do texto jornalístico produzido a partir do modelo de pirâmide invertida, que ordena os assuntos conforme o grau de importância atribuída aos fatos pelo jornalista. O *lead* procura responder a seis perguntas básicas sobre o fato: quem, quê, quando, como, onde e por quê?

descarte. Antes de serem encaminhados à reciclagem, são colocados à disposição dos funcionários.

Os recortes são armazenados diariamente em pastas acondicionadas em estantes que recobrem boa parte das paredes do Cedoc na Vila Industrial. O armazenamento é permanente e não são feitos expurgos. Já o armazenamento digital é feito nos servidores da própria RAC para que fiquem disponíveis na intranet e na internet. As páginas em PDF são salvas em CDs e DVDs.

5.1.4 Busca, recuperação e difusão

As edições integrais são utilizadas apenas para pesquisas de jornais antigos, quando é necessário reproduzir a imagem da página. O acesso para leitura é feito por meio dos microfimes das páginas. Para preservar os jornais, o acesso é restrito e feito somente quando estritamente necessário. A edição mais antiga é a de número 1 do Diário do Povo, de 20 de janeiro de 1912. Do Correio Popular também está armazenada a primeira edição, de 4 de setembro de 1927.

A localização por meio de jornais microfilmados depende da apresentação de uma data possível para o assunto. Neste caso, a consulta à lista cronológica de principais assuntos do jornal auxilia os documentalistas quando a pesquisa inclui um período extenso. O usuário pode fazer a pesquisa, embora o microfilme selecionado seja colocado na leitora por um funcionário do Cedoc.

As buscas nas pastas são restritas aos documentalistas que trabalham no Centro de Documentação. Depende da intermediação do funcionário e do seu conhecimento para interpretar o desejo do usuário para saber em que pasta é possível localizar a informação desejada. Apesar de já existir desde 2002, o sistema de armazenamento de texto completo na internet e na intranet, a busca nas pastas é

por vezes mais ágil, por reunir vários documentos do mesmo assunto em um mesmo local, na opinião da responsável pelo Cedoc, Andréa Guye. Ela afirma que "ter o material impresso, às vezes, facilita a pesquisa" (CENTRO..., 2007)

No entanto, a consulta à lista de assuntos publicados pode limitar a pesquisa, pois diversos assuntos podem entrar no jornal sem que tenham sido anotados. Além disso, um texto pode conter informações sobre um assunto, ou sobre uma pessoa, sem que seja seu elemento principal. Quando a busca é feita com períodos curtos de tempo, é possível que seja mais refinada, observando-se com maior atenção o conteúdo das páginas e também com uma leitura mais atenta dos títulos e dos textos. Mas buscas em períodos mais longos podem prejudicar a recuperação da informação. Textos em que o assunto pesquisado não é o principal podem ser facilmente perdidos.

A busca pelo título é a única forma de acesso que o assinante tem para pesquisar os textos sem ter que se dirigir ao Cedoc. A busca traz inúmeras limitações, pois o título pode representar apenas a idéia principal do texto e não todas as idéias. A busca no site não permite ao usuário determinar uma expressão exata com mais de uma palavra, ou a busca por uma ou outra palavra e nem a opção de escolher por palavra completa ou parte das palavras. Desta forma, como será visto adiante, a busca por "OP" (sigla para Orçamento Participativo) foi bastante dificultada, uma vez que "op" aparecia em várias palavras presentes nos títulos, como "opção" e "Viracopos". Foram necessárias estratégias para "driblar" as dificuldades impostas pelo sistema. A busca pela internet só pode ser feita para textos publicados a partir de 2001, apesar de o sistema só funcionar de maneira plena, com a íntegra dos textos, a partir de 2002. Para ter acesso é necessário fazer *login* na página inicial do site⁴, informando nome de usuário e senha, fornecidos apenas para os assinantes do jornal. O acervo de fotos, ilustrações, charges, e outros documentos gráficos não estão disponíveis pela internet. O acesso ao texto é feito com utilização de banco de dados em tecnologia ASP⁵ e não há reprodução

⁴ www.cpopular.com.br

⁵ *Active Server Pages* (ASP) é uma estrutura de programação de computador que usa scripts para a produção de conteúdos dinâmicos na *web*.

dos textos no mesmo formato em que foram impressos⁶. As matérias de mais destaque no jornal, eventualmente, são acompanhadas de uma foto, em baixa resolução, para visualização pela internet. O grupo utiliza o sistema Hermes, desenvolvido pela Unisys e trabalha integrado com os softwares Wire Center (distribuição dos documentos à medida em que são produzidos) e Doc Center (acesso remoto aos documentos armazenados digitalmente).

O acesso ao texto completo ou ao *lead* está disponível no interior da RAC, por meio da Intranet, aberta aos funcionários do grupo. O acesso ao texto completo traz inúmeras vantagens diante dos demais sistemas, pois informações secundárias ou terciárias podem ser localizadas. No entanto, devido ao caráter enciclopédico do jornal diário e à grande quantidade de informações produzidas diariamente⁷, cria dificuldades que só podem ser superadas com um bom motor de busca, que permita o refinamento. Outra saída é a produção de resumos no processo de análise e representação, que poderá permitir uma procura mais ágil, deixando a busca por texto completo apenas a ocasiões em que o outro sistema não permitir.

5.2 Classificação do CEDOC

Após a descrição do funcionamento do Cedoc da Rac, é possível fazer sua classificação, conforme a proposta de Chacon Gutierrez (1994):

⁶ Exceto a primeira página de cada jornal, que fica disponível apenas pelo período de 24 horas na página principal de cada jornal na *web* (www.diariodopovo.com.br e www.cpopular.com.br).

⁷ Durante uma semana, de 29 de setembro a 5 de outubro de 2007, foram colocados à disposição do leitor 460 textos na página de índice do Correio Popular, uma média de 65,7 textos por dia. Não entram neste levantamento os textos dos colunistas do jornal pois não constam do índice. A quantidade de textos foi a seguinte, por dia da semana: domingo, 78 textos; segunda-feira, 56; terça-feira, 60; quarta-feira, 62; quinta-feira, 73; sexta-feira, 59; e sábado, 72.

a) Conectado – o Cedoc conecta-se à internet e à intranet da RAC. No entanto, nem todo seu acervo está disponível por estas redes. O acervo de textos está disponível parcialmente a partir de 2001, quando o sistema foi implantado, e de maneira plena a partir de 2002. É possível acessar, pela intranet o conteúdo das páginas dos veículos impressos publicadas a partir de 2000 no formato PDF. O acesso à intranet é restrito aos funcionários do grupo, e dela fazem uso os jornalistas dos veículos da RAC. Já o acesso pela internet é restrito aos assinantes do jornal Correio Popular⁸.

b) Privado – pertence à Rede Anhangüera de Comunicação, um grupo privado familiar do ramo de comunicação do interior do Estado de São Paulo. O grupo foi formado em 1997, após a compra, no ano anterior do Diário do Povo pelo Correio Popular, jornal de propriedade da família Godoy desde 1938.

c) Semipúblico – aberto à consulta pública no local mediante agendamento prévio e pagamento de taxa de utilização, de R\$ 20,00 por hora se o usuário fizer a pesquisa. Se a pesquisa for feita por um funcionário do Cedoc, o custo é de R\$ 40,00 por hora (CENTRO..., 2007). Estudantes, professores e pesquisadores têm 50% de desconto. São cobradas também as cópias, sendo R\$ 0,10 por página fotocopiada (xérox) e R\$ 1,00 por página impressa a partir de microfilme⁹. Se a pesquisa for em Classificados, o preço cobrado é de R\$ 50,00 a hora. No caso de fotografias, o grupo concede o direito de utilização, com diferentes preços conforme a finalidade.

d) Permanentes – Os textos dos jornais são armazenados permanentemente em diferentes formatos: exemplar do jornal impresso; exemplar do jornal microfilmado; recortes de textos selecionados e distribuídos em pastas; texto completo em meio eletrônico, imagem digital das páginas impressas em formato PDF.

⁸ Os jornais Diário do Povo e Notícias Já são vendidos apenas em banca e não possuem assinantes. A revista MetrÓpole é encartada no Correio Popular. As gazetas do Cambuí, de Piracicaba e de Ribeirão são distribuídas gratuitamente.

⁹ Valores cobrados em julho de 2007.

e) Particular – analisa e armazena apenas os próprios jornais. A quantidade de documentos exteriores selecionados é pequena.

f) De acesso livre e também acesso controlado – utiliza palavras-chave, texto completo e busca pelo título dos textos, o que o caracteriza como um Cedoc de acesso livre. No entanto, utiliza também uma lista controlada de personalidades e assuntos para armazenamento e recuperação de recortes em pastas, o que lhe confere o caráter de acesso controlado.

g) De veículos impressos – é o ramo principal da RAC, embora o grupo esteja também presente no meio eletrônico por meio das páginas dos jornais na internet e do portal Cosmo On Line¹⁰.

5.3 O Orçamento Participativo no Cedoc da RAC

Esta pesquisa buscou informações sobre o Orçamento Participativo em Campinas de 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2004¹¹. Para recuperar os textos produzidos em 2001, foi feita a pesquisa mediante solicitação à equipe do Cedoc. O agendamento foi feito por telefone com dois dias úteis de antecedência e foi solicitada a pesquisa sobre tudo o que foi publicado sobre o Orçamento Participativo durante todo o ano de 2001. No dia agendado, o Cedoc entregou uma pasta contendo 12 documentos. Sete deles eram fotocópias do jornal, que haviam sido selecionadas previamente e estavam armazenados em uma pasta correspondente ao Orçamento Participativo. Outros cinco documentos eram

¹⁰ www.cosmo.com.br

¹¹ Período do governo petista de Antonio da Costa Santos e Izalene Tiene, que implantaram e deram grande ênfase ao OP. O governo seguinte, de Hélio de Oliveira Santos (PDT) retirou o caráter deliberativo do programa e lhe deu poderes apenas consultivos, o que, descaracteriza a proposta inicial de participação popular.

impressões feitas a partir do microfilme. A seleção do microfilme foi feita a partir da indicação da lista de matérias publicadas pelo jornal, o que deu mais agilidade à busca.

A partir de 2002 a busca foi feita pela internet, do computador pessoal do pesquisador, utilizando uma senha de acesso restrito aos assinantes do Correio Popular. Houve muita dificuldade em conseguir os textos desejados devido à utilização do título como critério de busca. Foram feitos vários procedimentos para conseguir o maior número possível de textos sobre o Orçamento Participativo, pois um só critério de pesquisa apresentava resultados insatisfatórios ou muito extensos que mereceriam maior refinamento. Considera-se nesta pesquisa resultado *pertinente* a recuperação de documento que se refere ao que se procurava. Já o *ruído* é o documento recuperado, mas que não tem relação com o que se buscava.

5.3.1 Processo de busca por matérias e artigos

Quando se faz uma pesquisa no site do Correio Popular, não é possível determinar que a busca se limite à palavra inteira. Portanto, a sigla “OP” é entendida também como parte de uma palavra, o que provoca grande nível de ruído. Optou-se então por utilizar uma *estratégia* para conseguir uma busca mais refinada. A pesquisa com a sigla “OP” foi feita três vezes para cada ano, começando em 2001. Na primeira busca foi acrescentado um “espaço” antes de OP; na segunda, um espaço após; e na terceira, um espaço antes e um depois. Utilizando a palavra “orçamento” a pesquisa resultou em respostas mais confiáveis.

A seguir são descritos os resultados obtidos. Em todas as pesquisas, foram definidas as editorias de Cidades e de Opinião. A busca pela internet só retorna resultados a partir de novembro de 2001, mesmo assim, nesta pesquisa preferiu-se pesquisar todo o ano de 2001 para verificar a partir de quando haveria algum

resultado. Foram feitas 16 buscas diferentes, quatro para cada ano: 2001, 2002, 2003 e 2004 e os resultados estão na tabela 2.

Busca	Critério de busca	Textos encontrados	Textos desejados	Pertinência %	Ruído %
2001-A	Espaço+OP	4	1	25	75,0
2001-B	OP+espaço	0	0	-	-
2001-C	Espaço+OP+espaço	0	0	-	-
2001-D	Orçamento	3	1	33	66,7
Total 2001		7	2	28	71,4
2002-A	Espaço+OP	61	12	20	80,3
2002-B	OP+espaço	12	9	75	25,0
2002-C	Espaço+OP+espaço	9	9	100	0
2002-D	Orçamento	10	6	60	40,0
Total 2002		92	36	39	60,9
2003-A	Espaço+OP	58	31	53	46,6
2003-B	OP+espaço	23	20	87	13
2003-C	Espaço+OP+espaço	18	18	100	0,0
2003-D	Orçamento	3	2	67	33,3
Total 2003		102	71	70	30,4
2004-A	Espaço+OP	32	11	34	65,4
2004-B	OP+espaço	11	6	54	45,5
2004-C	Espaço+OP+espaço	3	3	100	0,0
2004-D	Orçamento	7	6	86	14,3
Total 2004		53	26	49	50,9
Total 2001-2004		254	135	53	46,9

Tabela 2. Quantidade de textos sobre OP e Orçamento localizados no site do Correio Popular

Como a busca foi feita com diferentes critérios, houve duplicidade de resultados que, ao serem filtrados, o ruído aumentou (tabela 3).

Busca	Critério de busca	Textos encontrados	Textos desejados	Pertinência %	Ruído %
2001-A	Espaço+OP	4	1	25	75,0
2001-B	OP+espaço	0	0	-	-
2001-C	Espaço+OP+espaço	0	0	-	-
2001-D	Orçamento	3	1	33,3	66,7
Total 2001		7	2	28,6	71,4
2002-A	Espaço+OP	61	12	19,7	80,3
2002-B	OP+espaço	12	0	0	100
2002-C	Espaço+OP+espaço	9	0	0	100
2002-D	Orçamento	10	6	60	40,0
Total 2002		92	18	19,6	80,4
2003-A	Espaço+OP	58	31	53,4	46,6
2003-B	OP+espaço	23	2	8,7	91,3
2003-C	Espaço+OP+espaço	18	0	0	100
2003-D	Orçamento	3	2	66,7	33,3
Total 2003		102	35	34,3	65,7
2004-A	Espaço+OP	32	11	34,4	65,6
2004-B	OP+espaço	11	3	27,3	72,7
2004-C	Espaço+OP+espaço	3	0	0	100
2004-D	Orçamento	7	5	71,4	28,6
Total 2004		53	19	35,9	64,2
Total 2001-2004		254	74	29,1	70,9

Tabela 3. Quantidade de textos sobre OP e Orçamento localizados no site do Correio Popular, sem ocorrência de duplicidade

A busca em 2001 retornou sete documentos, sendo que apenas dois (28,6%) tratavam do assunto desejado e cinco (71,4%) eram ruídos. Dos sete resultados, quatro foram respostas à pesquisa 2001-A (“espaço+op”) e três, respostas à pesquisa 2001-D (“orçamento”). Isto significa que a expressão “op” encontrada ou era uma palavra iniciada com “op” ou era a sigla “OP” aplicada no fim da frase.

O pleno funcionamento do sistema digital durante todo o ano de 2002 permitiu resultados melhores que em 2001. Foram encontrados 92 textos com “op” ou “orçamento” no título, mas desses, apenas 36 se referiam ao Orçamento Participativo. Como foram feitas quatro buscas diferentes, metade dos textos se repetia em uma segunda busca, o que reduz o número de documentos recuperados para 18, equivalente a 19,6% do total, com 80,4% de ruído. A busca 2002-A, feita com o critério “espaço+op”, foi a que mais respostas ofereceu (61), porém com alto

índice de ruído (80,3%). Ao todo, foi possível recuperar 12 documentos utilizando este critério. Os critérios “op+espaço” (2002-B) e “espaço+op+espaço” (2002-C) forneceram resultados mais confiáveis (75% e 100% de acerto, respectivamente). No entanto, cada busca apresentou nove resultados que interessavam à pesquisa, número 25% inferior aos 12 obtidos com a pesquisa 2002-A “espaço+op”. Em resumo, a segunda e a terceira buscas permitem a recuperação mais rápida, pois os resultados são mais fiéis. No entanto, em comparação com a busca 2002-A apresentam maior perda de documentos.

A busca feita em documentos do ano de 2003 apresentou um quadro semelhante ao de 2002, com a diferença de que o ruído foi menor. Nas quatro buscas, foram encontrados 102 documentos, sendo 71 pertinentes à pesquisa (69,6%) e 31 não desejados (30,4% de ruído). Com a exclusão dos documentos repetidos, restaram 35 textos interessantes à pesquisa (34,3%) com ruído de 65,7% (67 documentos). Novamente o critério “espaço+op” retornou a maior quantidade de resultados, porém com maior índice de ruído: 58 documentos ao todo, 31 desejados e ruído de 46,6%. A busca 2002-B recuperou 23 documentos, sendo 20 pertinentes à pesquisa e ruído de 13,1%. Novamente, o critério “espaço+op+espaço” foi o mais fiel, sem a existência de ruído. Foram recuperados, na busca 2003-C, 18 documentos, todos de interesse para a pesquisa. Porém, mais uma vez, apesar da eliminação do ruído, este critério apresentou uma grande falha ao não localizar diversos documentos (17) que também interessavam. A perda foi de 48,6%. Com a palavra “orçamento” na pesquisa 2003-D, foram encontrados três textos, com dois pertinentes e ruído de 33,3%. Assim como nas buscas de anos anteriores, apesar de recuperar poucos documentos, foi importante pois respondeu com textos que não haviam sido identificados em nenhuma das buscas anteriores.

O volume de documentos pertinentes encontrados nas publicações de 2004 foi sensivelmente menor que em 2003. Levando em consideração todos os documentos, a queda foi quase que pela metade: 53, ante 102 do ano anterior. A pertinência foi de 49,1% (26 textos) e, com a exclusão de textos duplicados, o índice caiu para 35,9% e a busca apresentou ruído de 74,1%. Mostra-se sensível a diminuição da cobertura dispensada ao OP, embora o programa continuasse com as

mesmas características. Na primeira busca, *2004-A*, foram recuperados 32 documentos, sendo 11 de interesse da pesquisa e ruído de 65,6%. Na busca *2004-B* foram encontrados 11 documentos, seis desejados e três deles diferentes dos resultados obtidos na busca *2004-A*. A terceira busca, *2004-C*, respondeu com três documentos, todos pertinentes à pesquisa, mas que já haviam sido localizados anteriormente. Mais uma vez esta busca apresenta a qualidade de eliminar ruídos, porém não recupera a maior parte (84%) dos textos pertinentes. A pesquisa *2004-D* localizou sete textos, sendo seis pertinentes e cinco que não haviam sido localizados pelas buscas anteriores. O índice de ruído foi de 28,6%.

Fica evidente, a partir da análise dos resultados obtidos com a pesquisa que a busca feita apenas pelo título dificulta a recuperação de documentos desejados. Considerando-se todas as buscas, foram encontrados 254 documentos, sendo 135 pertinentes. Com a exclusão dos textos duplicados, foram localizados 74 textos publicados durante quatro anos. O índice de ruído nas buscas foi de 70,9%. Para que a pesquisa chegasse aos 74 documentos desejados, foi necessária a análise de títulos e *leads* de 254 textos diferentes. A pesquisa não permitiu identificar, mas é possível afirmar a partir da leitura dos documentos, que textos pertinentes não foram localizados por não constarem em seus títulos nenhum dos critérios utilizados na busca.

Somando-se os 74 documentos encontrados na pesquisa pela internet como assinante do jornal, mais outros 12 conseguidos mediante solicitação no Cedoc, foram localizados 86 textos publicados sobre o Orçamento Participativo durante quatro anos. Dos documentos recuperados pela internet, três são artigos opinativos publicados na editoria de Opinião. O restante são textos informativos publicados na editoria de cidades. Dos textos recuperados no Cedoc, três deles não constam a data e em nove não constam a editoria. Um foi publicado em Cidades e dois em Política, editoria que foi incorporada à Cidades em 2001. Uma observação importante é que em alguns documentos recuperados existem mais de um texto, embora todos estejam ligados à mesma temática. Em jornalismo, textos secundários ligados a um tema principal são chamados de retrancas ou submatérias. Para efeito desta pesquisa, as retrancas não foram contadas à parte, levando em consideração

apenas o número de documentos recuperados, com todos os seus textos sendo contados uma única vez.

5.3.2 Análise das matérias recuperadas no Cedoc

A partir dos textos recuperados, é possível analisar padrões de manipulação e o caráter persuasivo de seus conteúdos e identificar que o Cedoc disponibiliza informações que buscam o convencimento de uma visão de mundo sobre determinado tema. Utilizando-se o recorte tempo definido de 2001 a 2004, período em que o Orçamento Participativo funcionou em Campinas com caráter deliberativo, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), foram selecionados 17 textos (tab. 3), equivalente a 20% do total de matérias encontradas.

27/09/2001	Orçamento Participativo põe Segurança como 7ª prioridade
25/01/2001	Falta de verba trava Orçamento do PT
07/01/2002	Prefeitura define cronograma de obras do OP
03/07/2002	Líder de camelôs representa comércio e indústria no OP
01/10/2002	Orçamento para 2003 prevê mais verbas para Saúde e Educação
02/12/2002	Segurança e Cultura atrasam obras previstas no OP este ano
09/03/2003	Morosidade no OP agrava problemas com as chuvas
02/04/2003	Prefeitura barganhou para barrar CEI do OP na Câmara
03/04/2003	Prefeita nega explicação sobre desvio de verba do OP
11/05/2003	69% dos campineiros desconhecem o OP - Manchete Principal
03/07/2003	Uso do OP na reposição de aulas gera polêmica
27/08/2003	OP pode ficar incompleto, admite Prefeitura
30/09/2003	Izalene aumenta verba para obras do OP em ano eleitoral
11/01/2004	Falhas na execução mudam diretrizes do OP
05/02/2004	Manobra no Orçamento favorece publicidade
14/05/2004	Futuro prefeito herdará conta de R\$ 30 mi do OP
06/06/2004	OP da habitação conclui só 30 de 103 demandas

Tabela 4. Reportagens do Correio Popular sobre o OP selecionadas para análise.

Definidas as quantidades, optou-se pela escolha de reportagens que tenham tido maior destaque no jornal nas editorias de Cidades e Política. Desta forma, textos menores foram eliminados, para dar lugar a reportagens mais amplas, com

espaço no alto da página e com a ocorrência de retrancas. Foram excluídos também os artigos de opinião e entrevistas no formato pingue-pongue¹² por se tratarem de textos que trazem argumentos e a retórica de outro emissor, que não o jornalista e o jornal. Foram também eliminados textos que não eram de autoria da reportagem do Correio Popular ou da Agência Anhangüera. Outro critério foi a utilização de apenas um documento que tratasse de determinado tema específico ligado ao OP. Este critério permite maior variedade de pautas na cobertura do programa..

Para fazer a análise das reportagens, foi utilizada a classificação de Abramo (2003) que considera que a mídia trabalha com cinco padrões de manipulação da realidade, sendo quatro aplicáveis ao jornalismo impresso. A manipulação se dá para adequar a realidade aos objetivos da empresa jornalística e dos interesses comerciais e políticos de seus proprietários. Os padrões apresentados por Abramo (2003, p. 25-37) são:

- a) Ocultação: a imprensa escolhe o que é o que não é *fato jornalístico*. A decisão não está no fato, mas no jornalista, ou na empresa jornalística que o observa. “[...] as características jornalísticas, quaisquer que elas sejam, não residem no objeto da observação, e sim no sujeito observador e na relação que este estabelece com aquele”. Ao definir que um fato não é jornalístico, a imprensa exclui do cidadão o direito de conhecê-lo. E mais: exclui deste fato a possibilidade de se tornar fato histórico;
- b) Fragmentação: o fato definido como jornalístico é retirado de seu contexto, é fragmentado. “O todo real é estilhaçado”. Esta decomposição faz com que o fato perca sua ligação com outros, perde a relação de causa e consequência. O fato “perde o significado original e real para permanecer no limbo, sem significado aparente” ou recebe “outro significado”;
- c) Inversão: depois de fragmentado, o fato é reordenado, alterando-se a importância de seus elementos.

¹² Perguntas e respostas.

d) Indução: a imprensa reconstrói os fatos, ligando-os artificialmente a outros, criando uma realidade “artificial”, “inventada”. Perseu Abramo diz que por meio desta conexão entre fatos “o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja”;

e) Padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio: se divide em três etapas: exposição do fato, apresentação de detalhes e dos “personagens” e, finalmente, a fala da autoridade que apresenta soluções para o problema.

A partir da identificação destes padrões de manipulação no acervo do Correio Popular Cedoc da RAC será possível compreender a narrativa sobre o Orçamento Participativo – uma proposta de mudança hegemônica – dentro do acervo e como estes padrões podem perpetuar uma visão manipuladora.

Em seguida foi feita a análise retórica. As definições de Leach (2003, p. 293) para retórica são:

- a) o ato de persuadir;
- b) a análise dos atos de persuasão;
- c) uma cosmovisão sobre o poder persuasivo do discurso.

A primeira definição compreende que todos os discursos, sejam eles orais ou textos, ou ainda outras formas de comunicação, carregam em si alguma forma de persuasão. Leach (2003, p. 294) torna esta idéia mais clara ao citar o discurso dos políticos identificados facilmente como atos de retórica: “eles organizam o discurso para ser persuasivo”. Para Reboul (1998, p. XIV), “retórica é a arte de persuadir pelo discurso”. A segunda definição de retórica compreende a análise dos discursos com o objetivo de identificar por que eles são persuasivos. Por fim, a terceira definição para retórica é que ela representa uma cosmovisão, uma concepção de mundo,

uma crença no poder da linguagem e do discurso, para estruturar fundamentalmente nosso pensar, nossos sistemas de representação, e mesmo nossa percepção do mundo natural. Esta última questão traz a análise retórica bem próxima da análise ideológica, da análise ética e de outros enfoques da teoria social. (LEACH, 2003, p. 294).

É importante ressaltar que este trabalho também se vale da retórica como forma de persuasão e convencimento, como destacou Roldão (2005, p. 25) em sua dissertação de mestrado em que usou a análise retórica como metodologia de estudo: “[...] ao optar pela Análise Retórica para decifrar a intencionalidade dos discursos, estou ciente de que também estruturo o meu próprio discurso a partir da retórica analisada e me coloco como sujeito ativo na pesquisa”.

Os clássicos gregos foram os primeiros a identificar a retórica como discurso persuasivo, há cerca de 2.500 anos. “Platão sugere que a retórica é, até certo ponto, diferente da ‘verdade’. Isto é, o que as pessoas falam no seu mundo da vida pode não ser como as coisas realmente são no mundo das idéias” (LEACH, 2003, p. 295).

Leach argumenta que não só os discursos explicitamente persuasivos, como os discursos dos políticos, tentam nos convencer de algo. Discursos e textos identificados, ou reivindicados, como objetivos também têm seu poder de persuasão, mesmo que oculta, como os textos científicos ou jornalísticos.

O ato de persuadir por meio da retórica pode ser reconhecido por meio de três tipos de argumentos, elencados por Aristóteles (REBOUL, 1998, p. 47): “*ethos* e *pathos*, que são de ordem afetiva, e *logos*, que é racional. O *ethos* (REBOUL, 1998, p. 48) diz respeito à credibilidade de quem fala, no caso desta pesquisa, o Correio Popular. É o argumento que está ligado ao orador, à fonte da informação, ao emissor da mensagem. O *pathos* diz respeito ao “auditório” (REBOUL, 1998, p. 48), ao público receptor ou usuário da informação. “[...] É o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso.” Neste tipo de argumento surgem emoções e sentimentos como raiva, piedade, compaixão, alegria. Já o *logos* é composto pelos argumentos racionais do discurso, em que se busca o convencimento pelo uso da razão (REBOUL, 1998, p. 49).

O *ethos* no discurso jornalístico se dá, num primeiro momento, pela própria estrutura do texto e pelo posicionamento da imprensa. Charaudeau (1983, p. 100-1, *apud* AMARO, 1991, p. 17) afirma que o discurso jornalístico tem como característica básica “contratos de fala de autenticidade e de seriedade sobre a cena do real”. Amaro afirma que segundo Charaudeau

o **contrato de autenticidade** justifica a própria atividade da informação (o jornalismo), pois em função desse contrato, o evento deve ser narrado da maneira como é produzido no real. Por outro lado, pelo **contrato de seriedade**, o jornalismo participa de um contrato moral que liga todo sujeito informador (o jornalista ou o jornal) a uma obrigação com a objetividade e a uma obrigação com a transmissão da informação, ou seja a informação não pode permanecer secreta, deve ser compartilhada (AMARO, 1991, p. 17-8, grifos da autora).

Para Amaro, o “contrato de autenticidade” faz com que o leitor compreenda a notícia como “um **evento real**” (grifos da autora).

Além disso, dado o contrato de seriedade, os eventos noticiados têm o caráter da objetividade e são considerados como os únicos eventos ocorridos, independente do processo de seleção inerente à atividade jornalística. (AMARO, 1991, p. 18)

Assim, as credenciais que o discurso retórico precisa para dar credibilidade ao orador já estão implícitas no texto jornalístico. A objetividade e a distância que o jornalista estabelece – ou tenta estabelecer – em relação ao fato, garantem os contratos de autenticidade e de seriedade. O jornal utiliza a credibilidade do discurso jornalístico e da imprensa de maneira geral para persuadir o público de que os fatos que publicam não são uma versão do real, mas são a própria realidade.

O *ethos* também pode ser identificado quando o jornal publica opiniões ou versões de pessoas que têm posição de “autoridade” sobre o assunto. Especialistas, gestores públicos, lideranças de classe, dão legitimidade ao discurso jornalístico. E apesar de buscar a objetividade e a isenção em relação aos acontecimentos, é inegável que o discurso jornalístico provoca sensações e emoções no público. Assim, o discurso busca o *pathos*, os argumentos afetivos que buscam o convencimento pela emoção e pelas sensações. Por último, aquele que parece mais

claro, o jornalismo busca o convencimento pela razão, pela apresentação racional de argumentos.

Seguem agora as análises de 17 reportagens do Correio Popular recuperadas no Cedoc da RAC.

5.3.2.1 Baixo índice de investimento

Dia 25 de abril de 2001, o Correio Popular publicou a matéria “Falta de verba trava Orçamento do PT”, de autoria de Angélica Muller.

Falta de verba trava Orçamento do PT

Prefeitura de Campinas terá apenas R\$ 38 milhões de investimento para o exercício do próximo ano

O baixo índice de investimentos previstos pela Secretaria de Finanças de Campinas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vai permitir uma margem de manobra modesta por parte do cidadão comum no primeiro ano de exercício do Orçamento Participativo (OP). A previsão é de que apenas 5% do Orçamento/2002 (cerca de R\$ 38 milhões) possam estar sendo geridos pela participação popular. O montante, de acordo com os valores pesquisados pelo vereador Roberto Frati (PTB), poderia ser utilizado na construção de 1.407 casas populares de 47m² ou na construção de 271 creches (valores apenas da construção dos espaços físicos, sem contar equipamentos e pessoal).

O OP, que foi um dos principais pontos da campanha petista para a Prefeitura de Campinas, será consolidado amanhã, às 20h, no Teatro Castro Mendes. Significa que todo cidadão de Campinas, interessado em participar da definição das prioridades da cidade no próximo ano, poderá fazê-lo em conjunto com os demais interessados.

O baixo índice de investimentos previstos diante de um Orçamento total estimado em R\$ 842 milhões, decorre da difícil situação financeira em que a Prefeitura se encontra. Por isso, antes de iniciar a elaboração do OP/2002, o prefeito Antonio da Costa Santos (PT) vai “abrir a caixa preta da Prefeitura” e mostrar como foi que a dívida global do município atingiu a cifra de R\$ 1,5 bilhão.

Mas a fase que se inicia amanhã já foi precedida de outras 18 reuniões, com as lideranças de associações de moradores das 14 administrações regionais (ARs e das quatro subprefeituras de

Campinas, conforme relata a coordenadora de Participação Popular e Orçamento Participativo, a vice-prefeita Izalene Tiene (PT). “Entre 13 de março e 10 de abril nós realizamos reuniões nesses 18 locais. Conseguimos reunir 1.020 pessoas para explicarmos o que é o OP. Nesta fase, entretanto, as demandas já começaram a surgir e, com base no que nos foi relatado e sugerido, constituímos a ordem de prioridade que já está fixada na LDO”.

De acordo com a vice-prefeita, a reunião na região central de Campinas foi a que menos mobilizou a população. Enquanto as demais reuniões traziam em média 100 pessoas, no Centro não passou de 20 o número de interessados em discutir o Orçamento. “Acredito que isso tenha ocorrido porque na periferia as questões parecem mais urgentes, pois falta muita infra-estrutura ainda”, disse. Izalene explicou que, após o lançamento oficial do OP, sua coordenadoria vai voltar às 18 regiões. “Nesta segunda fase, cada região vai se organizar e escolher seu delegado. Em maio faremos também assembleias temáticas, para tratar de saúde, educação e assistência, levando todas as diferenças (gênero, etnia e geração) em consideração. Isso é o que chamamos de orçamento transversal”, disse a vice-prefeita.

A previsão da Prefeitura é de que em julho todas as demandas sejam apresentadas. Nesta fase, todos os conselheiros do OP serão eleitos pela comunidade, para assumirem função deliberativa. Entre agosto e setembro, os conselheiros vão elencar as prioridades do Município que, de fato, entrarão na peça orçamentária oficial a ser enviada à Câmara para a apreciação dos vereadores.

Para a coordenadora do OP, o fato de os investimentos serem tímidos para o próximo ano não afeta o grau de envolvimento e participação da população neste novo modelo de gestão dos recursos públicos. “Entre outras coisas, o OP vai mostrar para a população que tem verba que já vem carimbada e não pode ser mexida, que já há limitações na gestão dos recursos públicos”, afirmou Izalene.

Jornal oficial explica processo ao cidadão

Para ajudar a população a compreender melhor o que é Orçamento Participativo (OP), a Prefeitura de Campinas lançou uma publicação oficial, que desde sábado tem sido distribuída por voluntários em locais de grande concentração de público em Campinas, como por exemplo, a Lagoa do Taquaral. A iniciativa do jornal do Orçamento Participativo é da diretoria de Comunicação Social da Prefeitura, que usou verba disponível no Orçamento corrente para produzir os 100 mil exemplares do informativo.

De acordo com o diretor de Comunicação Social da Prefeitura, Joel Zito Almeida Araújo, a Prefeitura gastou R\$ 6.181,80 para produzir, somente com o pessoal da redação do departamento, os 100 mil exemplares do primeiro número. “tomamos todo o cuidado para não fazer da publicação algo que tivesse uma conotação de propaganda da administração pública. Não há nomes ou fotos de autoridades, pois isso configuraria uso da máquina pública para promoção pessoal”, afirmou.

A publicação sintetiza alguns conceitos básicos que regem os orçamentos públicos, traz a estruturação da implantação do OP em Campinas e mostra ainda os cronogramas das novas rodadas de discussão popular.

O diretor de Comunicação explicou ontem que este jornal é o primeiro de uma série, que tem o objetivo de informar e envolver toda a sociedade na discussão da destinação da verba de investimentos municipais.

Ele acredita que, da forma como tem sido distribuído, o jornal do OP atinja apenas 1/3 da população campineira. “Achamos que esse tipo de informação mereceria uma distribuição melhor, mais sistemática. O ideal é que cada residência recebesse um exemplar, mas o caixa modesto da Prefeitura nos impede de ir tão longe, por enquanto. De qualquer forma, o pontapé inicial foi dado”, disse Araújo.

Padrão de Inversão: embora fosse a primeira vez que o cidadão campineiro poderia interferir diretamente na elaboração do orçamento municipal, o jornal enfoca a matéria na escassez de recursos públicos. Pela visão do jornal, o mais importante é que o Orçamento Participativo terá um poder limitado, devido à baixa capacidade de investimentos da Prefeitura.

Padrão de fragmentação: o texto não informa quais foram os valores destinados a investimentos nos anos anteriores, nem compara Campinas com outros municípios. O leitor é informado que há poucos recursos, mas não tem acesso a informações que podem ajudá-lo a compreender esta limitação orçamentária.

Logos (argumentos lógicos)

- *Prefeitura de Campinas terá apenas R\$ 38 milhões de investimento [...]*
- *A previsão é de que apenas 5% do Orçamento/2002 (cerca de R\$ 38 milhões) possam estar sendo geridos pela participação popular.*
- *[...] poderia ser utilizado na construção de 1.407 casas populares de 47m² ou na construção de 271 creches [...]*
- *O OP, que foi um dos principais pontos da campanha petista para a Prefeitura de Campinas, será consolidado amanhã, às 20h, no Teatro Castro Mendes.*
- *O baixo índice de investimentos previstos diante de um Orçamento total estimado em R\$ 842 milhões, decorre da difícil situação financeira em que a Prefeitura se encontra. Por isso, antes de iniciar a elaboração do OP/2002, o prefeito Antonio da Costa Santos (PT) vai “abrir a caixa preta da Prefeitura” e mostrar como foi que a dívida global do município atingiu a cifra de R\$ 1,5 bilhão.*
- *“Entre 13 de março e 10 de abril nós realizamos reuniões nesses 18 locais. Conseguimos reunir 1.020 pessoas para explicarmos o que é o OP. Nesta fase, entretanto, as demandas já começaram a surgir e, com base no que nos foi relatado e sugerido, constituímos a ordem de prioridade que já está fixada na LDO”.*
- *[...] em julho todas as demandas sejam apresentadas. Nesta fase, todos os conselheiros do OP serão eleitos pela comunidade, para assumirem função deliberativa. Entre agosto e setembro, os conselheiros vão elencar as prioridades do Município que, de fato, entrarão na peça orçamentária oficial a ser enviada à Câmara para a apreciação dos vereadores.*

Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Falta de verba trava Orçamento do PT</i> - <i>Prefeitura de Campinas terá apenas R\$ 38 milhões de investimento [...]</i> - <i>O baixo índice de investimentos [...] vai permitir uma margem de manobra modesta por parte do cidadão comum no primeiro ano de exercício do Orçamento Participativo (OP). A previsão é de que apenas 5% do Orçamento/2002 (cerca de R\$ 38 milhões) possam estar sendo geridos pela participação popular.</i> - <i>O OP, que foi um dos principais pontos da campanha petista para a Prefeitura de Campinas, será consolidado amanhã, às 20h, no Teatro Castro Mendes.</i> - <i>[...] a reunião na região central de Campinas foi a que menos mobilizou a população.</i>
Ethos (credibilidade)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>[...] investimentos previstos pela Secretaria de Finanças de Campinas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)[...]</i> - <i>[...] de acordo com os valores pesquisados pelo vereador Roberto Frati (PTB),[...]</i> - <i>[...] conforme relata a coordenadora de Participação Popular e Orçamento Participativo, a vice-prefeita Izalene Tiene (PT).</i> - <i>A previsão da Prefeitura [...]</i> - <i>Para a coordenadora do OP, [...]</i>

Quadro 1. Elementos de retórica em “Falta de verba trava Orçamento do PT”

Análise Retórica: o título faz o primeiro apelo emocional, com a informação de que o orçamento será travado. A expressão *trava* indica imobilidade, dificuldades em realizar uma ação. O texto, no entanto, não trata disso. Embora afirme que há poucos recursos, não informa que haverá paralisia ou travamento das ações. A afirmação de que o orçamento é do PT também desvia o rumo da matéria, que aborda a falta de recursos para o Orçamento Participativo. O título leva o leitor à conclusão de que trata-se de um orçamento partidário, ou de um programa partidário e não do município.

Vários elementos lógicos dão sustentação ao texto, com a indicação de valores e percentuais a serem aplicados. A comparação com dos valores com casas populares e creches também são argumentos lógicos para dar dimensão aos valores tratados. A apresentação de datas, locais e fases do Orçamento Participativo também colaboram para o convencimento de como funcionará o OP.

Os apelos emocionais aparecem também no texto, além do título. A palavra *apenas* indica que é pouco, embora não sejam apresentados elementos lógicos para a comparação. “Margem de manobra pequena” é outra expressão que convence por

seu apelo às sensações do leitor. A partidarização do programa é apontada ao afirmar que o OP foi “um dos principais pontos” da campanha do PT à Prefeitura. A indicação de que a reunião da região central “foi a que menos mobilizou a população” também traz um conteúdo emotivo, pois faz comparações com a média, mas não indica qual foi a região que mais atraiu pessoas.

O jornal busca a credibilidade ao atribuir as informações do texto à coordenadora do OP e vice-prefeita Izalene Tiene, e ao vereador Roberto Frati. Também credita à Secretaria de Finanças e à LDO os valores citados na matéria.

5.3.2.2 A segurança pública no Orçamento Participativo

No dia 27 de setembro de 2001, o Correio Popular publicou matéria com o título “Orçamento Participativo põe segurança como 7ª prioridade”. O chapéu era “Administração Pública” e a linha fina “Proposta para 2002 chega à Câmara prevendo apenas R\$ 2 mi para o setor”. Um olho ainda afirmava que “População foi orientada a entender que setor fica a cargo do Estado”.

Orçamento Participativo põe Segurança como 7ª prioridade

A Segurança Pública está longe de ser uma prioridade para a Prefeitura de Campinas em 2002. Pelo menos é o que ficou definido na primeira edição do Orçamento Participativo (OP), projeto em implantação e uma das bandeiras da Administração do PT. A população ouvida nas assembléias nos quatro cantos da cidade definiu como principais metas os setores da Saúde, Saneamento Básico, Educação e Pavimentação. O tema Segurança aparece em sétimo lugar, superado ainda pelos itens Cultura, Esportes e Lazer e Transportes.

As prioridades eleitas nas plenárias setorializadas do OP, nas quais participaram 7.180 pessoas, serviram de base para a elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), que será entregue amanhã à Câmara. O Legislativo tem prazo até 31 de dezembro para votar o projeto como ele está ou apresentar emendas.

A proposta do governo petista é reservar para investimentos apenas R\$ 38 milhões dos 860 milhões estimados para o Orçamento de

2002. O valor de investimentos representa 4,5% do total estimado do Orçamento.

Do montante de investimentos previstos no projeto original, a Segurança fica com R 2 milhões. Já a Saúde, definida como prioridade número um, receberia R\$ 6,3 milhões. Há uma semana, o secretário municipal de Finanças, Luís Carlos Afonso, declarou à agência Anhangüera que o principal investimento em Segurança será na capacitação dos guardas municipais. “A população entendeu que a Segurança é um problema a ser resolvido principalmente, pelo Estado (*governo estadual*)”, disse ele. Pesquisa do Instituto Datacorp, realizada e publicada em julho, mostrava que a população pensava diferente. Na época, 42,48% dos entrevistados avaliaram a Segurança como principal problema que a Prefeitura não estava resolvendo.

As plenárias do OP que definiram as prioridades da Administração Municipal em 2002 foram realizadas durante o primeiro semestre e encerradas em agosto, antes do assassinato do prefeito Antonio da Costa Santos (PT) – tragédia que acabou evidenciando caos na área de Segurança em Campinas. Durante as plenárias, conforme foi constatado pelo Correio na época, representantes da Administração salientavam antes das votações, que Segurança era, sobretudo, “responsabilidade do Estado”.

Para a presidente do Conselho de Segurança (Conseg) do jardim Campos Elíseos, Miriam Becker, se as plenárias do OP fossem realizadas hoje, as prioridades seriam invertidas. “Não sei como isso foi definido, mas lembro que no meu bairro a população pediu a instalação de uma creche”, comenta. “Agora, como poderemos ter postos de saúde, escolas e áreas de lazer se não temos segurança?”, questiona.

A presidente do Conseg do Cambuí, Lúcia Pellegrini, tem opinião semelhante. “Se estivermos vivos para usufruir as prioridades definidas pelo OP, vai ser ótimo”, ironiza.

POLÍTICAS SOCIAIS

Para o líder do governo na câmara, vereador Sebastião Arcanjo (PT), as críticas são naturais devido à atual conjuntura. “Os últimos acontecimentos evidenciaram a demanda por segurança”, admitiu. “Mas isso não significa que as prioridades eleitas pelo OP estejam equivocadas”, observou.

Segundo ele, o desenvolvimento de políticas sociais nas áreas de Saúde, Educação, Cultura e Lazer deve contribuir para a diminuição dos índices de violência. Além disso, ele destaca que o Orçamento ainda será votado pela Câmara e poderá ser alterado, contemplando maiores investimentos na área de Segurança. “Mas sempre respeitando o que for definido pelo conselho do OP”, salientou.

Padrão de ocultação: o jornal omite fatos importantes em defesa de sua posição. Embora a matéria mencione que “a população ouvida nas assembléias” definiu mais verbas do Orçamento para setores de saúde, saneamento básico, educação e pavimentação, não há referências sobre o que foi definido para estas áreas. A reportagem também não aborda quais são os problemas destas áreas que conseguem afligir mais a população que a violência urbana;

Padrão de fragmentação: sem abordar os problemas que levaram a população a definir outros setores como prioritários, o jornal fragmenta a realidade e não contextualiza as decisões. A matéria é elaborada sob um clima de comoção, 26 dias após o assassinato do prefeito. No entanto, as assembleias foram realizadas sob condições “normais”, em que não havia comoção na cidade;

Padrão de inversão: com a omissão de informações importantes e a retirada do fato de seu contexto, o jornal inverte a lógica do fato que fica evidente no título: “Orçamento Participativo põe segurança como 7ª prioridade”. O título ignora as outras seis áreas consideradas prioritárias, ou que mereceriam mais investimentos;

Padrão de indução: o público é levado a ver o fato sob a ótica do jornal, e não sob a sua própria interpretação. Assim, a reportagem conduz o leitor à conclusão: *o Orçamento Participativo não escolheu como prioridade a segurança, que na visão do jornal é o principal problema na cidade.*

Quanto à análise retórica, o quadro a seguir identifica os pontos que a matéria tenta persuadir a partir da razão (*logos*), da emoção (*pathos*) e da autoridade (*ethos*).

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - “[...] representantes da administração salientavam, antes das votações, que segurança era, sobretudo, responsabilidade do Estado”. - “População foi orientada a entender que setor fica a cargo do Estado” - “As plenárias do OP que definiram as prioridades da Administração Municipal em 2002 foram realizadas durante o primeiro semestre e encerradas em agosto, antes do assassinato do prefeito Antonio da Costa Santos (PT) – <u>tragédia que acabou evidenciando o caos na área de Segurança em Campinas</u>” - “[...] se as plenárias do OP fossem realizadas hoje, as prioridades seriam invertidas” <p>“Pesquisa do Instituto Datacorp, realizada e publicada em julho, mostrava que a população pensava diferente. Na época, 42,48% dos entrevistados avaliaram a <u>Segurança como principal problema que a Prefeitura não estava resolvendo.</u>”</p>
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - Proposta para 2002 chega à Câmara prevendo <u>apenas</u> R\$ 2 mi para o setor - Segurança pública <u>está longe</u> de ser uma prioridade para a Prefeitura de Campinas em 2002. - “O tema Segurança aparece em sétimo lugar, <u>superado ainda</u> pelos itens Cultura, Esportes e Lazer e Transportes.”

Ethos (credibilidade)
- <i>“Durante as plenárias, conforme foi <u>constatado pelo Correio na época[...]”</u></i>
- <i>“Para a <u>presidente do Conselho de Segurança (Conseg) do Jardim Campos Elíseos, Miriam Becker [...]”</u></i>
- <i>“<u>A presidente do Conseg do Cambuí, Lúcia Pellegrini, tem opinião semelhante”</u></i>

Quadro 2. Elementos de retórica em “Orçamento Participativo põe Segurança como 7ª prioridade”

Análise retórica: o argumento principal é que a população não escolheu a segurança como tema prioritário por ter sido induzida pelos governantes que organizavam as assembleias. Se os administradores não fizessem essa orientação, o resultado seria outro, segundo a tese do jornal. O Correio ainda leva a crer que os problemas com a segurança pública não estavam evidentes até a morte do prefeito. Se fossem realizadas após o assassinato, o resultado seria outro. Leva ainda à leitura de que as assembleias não foram capazes de traduzir o sentimento da população preocupada com a segurança pública.

A palavra “apenas” transmite a sensação de que é pouco. Não há comparação com outras áreas e nem com outros anos. O leitor é levado a concluir que o valor destinado é pouco sem ter elementos para comparações. Num momento de comoção, são usados argumentos emotivos com a expressão “está longe”, que denota falta de interesse ou de compromisso por parte da administração municipal. O jornal não diz claramente, mas leva ao leitor à sensação de que cultura, esportes, lazer e transportes são necessidades menores que a segurança.

Quanto à credibilidade, o jornal se utiliza da autoridade de veículo jornalístico para comprovar um fato. Não são apresentados elementos que provem a afirmação, mas se o jornal diz, deve ser compreendido pelo leitor como verdade. Duas representantes da população, eleitas em seus bairros, são ouvidas dando autoridade à tese de que o OP está equivocado. Uma delas é de um bairro de classe média baixa e outra de classe média alta, o que provoca a sensação de que foram ouvidos representantes de todos os segmentos da cidade. O Cambuí era, em 2002, o bairro de Campinas com melhor índice de desenvolvimento humano (1,00), enquanto que o Campos Elíseos figura em 32º lugar, com índice de -0,17. Ou seja, de um total de 83 Unidades Territoriais Básicas (composta por pelo menos um bairro), o Campos

Elíseos figura entre a metade da cidade com melhor IDH. Embora possa parecer que o jornal buscou dois lados (aqueles com mais e com menos qualidade de vida), o índice demonstra que não houve essa oposição. Em situação pior ao Campos Elíseos estão 51 unidades territoriais. (CAMPINAS, 2004)

5.3.2.3 O cronograma de aplicação das verbas do OP

Em sete de janeiro de 2002, o Correio Popular publicou a seguinte reportagem:

Prefeitura define cronograma de obras do OP

O cronograma das obras reivindicadas pela população durante o processo de elaboração do Orçamento Participativo (op) será definido esta semana, informou ontem a prefeita de Campinas, Izalene Tiene (PT). As 90 ações elencadas pela população para receberem os investimentos de R\$ 50 milhões, estão agora sendo analisadas em escala de prioridade. O Orçamento Participativo definiu também que outros R\$ 8,6 milhões, do orçamento da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (Sanasa), serão destinados a obras de saneamento.

A prefeita explicou que a população definiu, primeiro, quais as obras essenciais para a cidade dentro do volume de recursos destinados a investimentos que estarão disponíveis em 2002. Esta semana, o Conselho Municipal do Orçamento Participativo definirá a escala de prioridade na relação de obras escolhidas nas reuniões para a elaboração do OP.

"Com o cronograma, a população poderá acompanhar e fiscalizar a execução de pavimentação, construção de creches, centros de saúde, enfim, tudo o que a cidade precisa e que nós nos comprometemos a atender", afirmou.

Ontem, durante a manhã, ela participou do lançamento da primeira obra do Orçamento Participativo, a pavimentação de parte do Jardim São Domingos. "Começamos pela região que estava mais esquecida ao longo dos últimos anos", afirmou. A obra terá início hoje.

O orçamento municipal deste ano vai destinar R\$ 8,8 milhões para pavimentar as ruas de vários bairros de Campinas. A pavimentação dos bairros é a segunda prioridade de aplicação dos recursos definida pela população. A primeira é Educação, que vai receber R\$ 12,3 milhões para construir, principalmente, centros de educação infantil.

Na Habitação serão investidos R\$ 3,3 milhões; a Saúde vai receber R\$ 6,3 milhões e a Assistência Social R\$ 4 milhões. A área de Planejamento e Meio Ambiente será contemplada com investimentos de R\$ 2,5 milhões, Cultura com R\$ 3,3 milhões e Transporte com R\$ 800 mil. A Sanasa prevê investimentos de R\$ 8,6 milhões em seu orçamento, para obras de saneamento.

O Orçamento de 2002 é cerca de 14% superior ao Orçamento aprovado para 2001. Nas áreas sociais o crescimento é de 30% em relação ao Orçamento de 2001. Dos 25% da Educação, R\$ 11,6 milhões são de novos investimentos. (Maria Teresa Costa/Correio Popular)

Outra parte do bairro também quer asfalto

Moradores do Jardim São Domingos, em Campinas, que integram a área que será desapropriada para a ampliação do Aeroporto de Viracopos, querem que as ruas sejam pavimentadas mesmo correndo o risco da desapropriação. São 180 lotes nessa situação e que foram excluídos do Plano Comunitário de Pavimentação que começa a ser executado a partir de hoje para atender 620 lotes.

A prefeita de Campinas, Izalene Tiene (PT), que fez ontem o lançamento da primeira obra prevista no Orçamento Participativo (OP), acha que os moradores que estão reivindicando o asfalto têm razão em querer a pavimentação. O asfalto pode trazer mais qualidade de vida e também valorizar aqueles lotes. Ela defende que a pavimentação seja feita. "Mas os moradores terão que aderir ao Plano Comunitário", afirmou.

Essa parte do Jardim São Domingos que ficou fora do projeto foi excluída por decisão dos próprios moradores que achavam que não valia a pena gastar dinheiro já que seriam desapropriados logo. Mas as informações de que a desapropriação não acontecerá antes de 2006 fez com que repensassem a decisão.

"Eu quero o asfalto, sim. Ninguém sabe quando a desapropriação virá, se é que virá. Ninguém mais está acreditando nessa história", disse Rose Pacheco, uma das proprietárias de lotes que serão desapropriados.

"Vamos tentar unir o povo e exigir o asfalto. Faz mais de 15 anos que compramos os lotes, ninguém fez nada pelo bairro por causa dessa história de Viracopos, meus pais morreram sem ver uma melhora sequer aqui".

A prefeita defende a pavimentação, mas observa que isso só poderá ser feito se a população aderir ao Plano Comunitário. "A Prefeitura não tem como arcar com esse custo", informou.

Serão asfaltados 52 mil metros quadrados de rua, instalados 11,2 mil metros quadrados de guia e 3,21 metros de galeria. Os proprietários de terrenos pagarão de acordo com a metragem de frente dos lotes e a Prefeitura arca com os custos das áreas públicas. Quem tem lote de 10 metros de frente, por exemplo, pagará R\$ 1,3 mil à vista ou em 36 vezes. A obra está orçada em R\$ 2,6 milhões e prevista para ser concluída em dois anos.

Padrão de ocultação: o início da primeira obra que foi definida pelo OP não se torna notícia neste dia, pois já havia sido tratada em outro texto dois dias antes: "Prefeitura de Campinas inicia 1ª obra do Orçamento Participativo". A exigência pelo

ineditismo faz com que um importante fato do dia anterior seja ignorado pelo jornal, que busca um novo enfoque. Não se quer dizer que o fato escolhido pela reportagem (anúncio do novo cronograma pela prefeita) não seja também notícia. Mas esta escolha leva à ocultação da notícia sobre o início das obras que acontecia no momento. A única referência a esse fato está em um parágrafo. Todo o restante do texto refere-se a algo que ainda vai acontecer, de números já anunciados e uma retranca que fala de outro lado do bairro que ainda esperava por obras.

Padrão de fragmentação: o texto faz referência à definição da população quanto à aplicação das verbas públicas. No entanto, não é citado o processo de participação, nem o termo *assembléia*. O texto também não traz a quantidade de pessoas que participaram da definição das prioridades no ano anterior.

Padrão de inversão: a matéria foi publicada no dia seguinte ao início da primeira obra definida pelo Orçamento Participativo do ano anterior. No entanto, a retranca trata da parte do bairro que não foi beneficiado. Há entrevistas da prefeita Izalene Tiene e de uma moradora da parte não atendida, Rose Pacheco. Nenhum morador da parte atendida é citado. A própria matéria indica a inversão, pois informa que o asfalto não chegará a 180 lotes, mas que contemplará outros 620.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - Na Habitação serão investidos <u>R\$ 3,3 milhões</u>; a Saúde vai receber <u>R\$ 6,3 milhões</u> e a Assistência Social <u>R\$ 4 milhões</u>. A área de Planejamento e Meio Ambiente será contemplada com investimentos de <u>R\$ 2,5 milhões</u>, Cultura com <u>R\$ 3,3 milhões</u> e Transporte com <u>R\$ 800 mil</u>. A Sanasa prevê investimentos de <u>R\$ 8,6 milhões</u> em seu orçamento, para obras de saneamento. - O Orçamento de 2002 é cerca de <u>14% superior ao Orçamento aprovado para 2001</u>. Nas áreas sociais o crescimento é de <u>30% em relação ao Orçamento de 2001</u>. Dos 25% da Educação, <u>R\$ 11,6 milhões</u> são de novos investimentos. - As 90 ações elencadas pela população para receberem os investimentos de R\$ 50 milhões, estão agora sendo <u>analisadas em escala de prioridade</u>. - [...] o <u>Conselho Municipal do Orçamento Participativo definirá a escala de prioridade na relação de obras escolhidas nas reuniões para a elaboração do OP</u> - [...] <u>jachavam que não valia a pena gastar dinheiro já que seriam desapropriados logo</u>. - A prefeita <u>defende a pavimentação, mas observa que isso só poderá ser feito se a população aderir ao Plano Comunitário</u>. "A Prefeitura <u>não tem como arcar com esse custo</u>", informou.
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - <u>Essa parte do Jardim São Domingos que ficou fora do projeto foi excluída por decisão dos próprios moradores [...]</u> - <u>"Vamos tentar unir o povo e exigir o asfalto. Faz mais de 15 anos que compramos os lotes,</u>

ninguém fez nada pelo bairro por causa dessa história de Viracopos, meus pais morreram sem ver uma melhora sequer aqui”.

Ethos (credibilidade)

- O cronograma das obras reivindicadas pela população durante o processo de elaboração do Orçamento Participativo (op) será definido esta semana, informou ontem a prefeita de Campinas, Izalene Tiene (PT).
- Esta semana, o Conselho Municipal do Orçamento Participativo definirá a escala de prioridade na relação de obras escolhidas nas reuniões para a elaboração do OP
- Na Habitação serão investidos R\$ 3,3 milhões; a Saúde vai receber R\$ 6,3 milhões e a Assistência Social R\$ 4 milhões. A área de Planejamento e Meio Ambiente será contemplada com investimentos de R\$ 2,5 milhões, Cultura com R\$ 3,3 milhões e Transporte com R\$ 800 mil. A Sanasa prevê investimentos de R\$ 8,6 milhões em seu orçamento, para obras de saneamento.

Quadro 3. Elementos de retórica em “Prefeitura define cronograma de obras do OP”

Análise retórica: o texto apresenta uma série de valores de investimentos futuros (R\$ 3,3 milhões, R\$ 6,3 milhões, R\$ 4 milhões, R\$ 2,5 milhões, R\$ 3,3 milhões, R\$ 800 mil, e R\$ 8,6 milhões), que levam o leitor a se convencer de que as decisões são concretas e que se converterão em investimentos. A comparação com o orçamento do ano anterior (14% superior, crescimento de 30%) é um argumento lógico da relevância do texto e do assunto tratado, e leva ao convencimento de que há mais recursos disponíveis para investimentos que anteriormente. O texto considera que os investimentos futuros de fato acontecerão. Os verbos no futuro do indicativo ou uma locução verbal iniciada pelo verbo *ir* na terceira pessoa do presente do indicativo, não dão margem à dúvida. O Conselho do Orçamento Participativo “definirá”, na Habitação “serão” investidos, “a Saúde vai receber”.

A matéria também aponta para a necessidade de organização das demandas populares que serão “analisadas em escala de prioridade”. Significa, num primeiro momento, que as definições populares passam para uma segunda fase para se tornarem obras efetivas. Mas também significa que há um processo de depuração das demandas por alguém, mais capacitado que a população em geral, para organizar as demandas. Mais adiante, o texto revela que este “alguém” é o Conselho do Orçamento Participativo. No entanto, não esclarece que o conselho é formado por representantes da população, eleitos pelos participantes das assembléias.

É no segundo texto, “Outra parte do bairro também quer asfalto”, que surgem os elementos emocionais. Parte da população do bairro foi “excluída” pelos “próprios

moradores”, mas em seguida, há um raciocínio lógico que justifica a exclusão: aquela parte do bairro será desapropriada para a ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos. Portanto, não “valia a pena gastar dinheiro”. O depoimento de uma moradora, Rose Pacheco, é recheado de argumentos emotivos, levados ao conhecimento do leitor pela reportagem. Há “mais de 15 anos” os moradores esperam o asfalto, nenhum governante se preocupa com o bairro, pois “ninguém faz nada” e os pais dela “morreram” sem ver o asfalto chegar. São argumentos que justificam a preocupação do jornal com os 180 moradores que foram excluídos pelos vizinhos do processo de definição das obras.

A posição da prefeita deixa dúvidas quanto à viabilidade da obra. Segundo o texto, ela “defende [...], mas [...]” coloca condições para que isto aconteça. O uso da conjunção adversativa *mas* é um argumento lógico de que a solução não depende apenas da vontade. E a solução apontada pela prefeita demonstra que o Orçamento Participativo não é a solução para todos os problemas. Aquela questão, em particular, deve ser conseguida de outra forma, por meio de Plano Comunitário¹³.

A reportagem fortalece o poder do OP enquanto programa que define obras públicas que atendam à população, mas não deixa claro o poder da participação popular no processo. Ao contrário, demonstra uma possível distorção do projeto como a exclusão de parte dos moradores do benefício que todos desejam.

5.3.2.4 A presença dos camelôs no OP

Em 28 de junho de 2002 uma assembléia escolheu a presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal, Maria José Salles para representar o

¹³ Forma de financiamento de obras públicas, em que a Prefeitura custeia a obra, mas cobra o pagamento por parte da população, muitas vezes em condições favoráveis para famílias de baixa renda.

segmento de Desenvolvimento Econômico e Trabalho no Conselho do Orçamento Participativo. No dia 3 de julho o Correio Popular publicou texto da jornalista Maria Tereza Costa, sobre a eleição e a reação do setor formal da economia.

Líder de camelôs representa comércio e indústria no OP

A eleição da presidente do Sindicato da Economia Informal, Maria José Salles, para o Conselho Municipal do Orçamento Participativo (OP) da Prefeitura de Campinas está abrindo nova crise entre os setores formais da economia e a Administração. A líder dos camelôs foi eleita na última sexta-feira para representar, no OP, os interesses dos setores do comércio, da indústria, do serviço, dos microempresários e dos sindicalistas na destinação dos recursos do orçamento municipal para 2003.

“Isso é inadmissível. Como é que a Prefeitura pode juntar a economia formal, que paga os impostos que formam o orçamento da cidade, com os camelôs, que não pagam imposto nenhum? E vai ser a representante dos ilegais que vai defender nossos interesses? Não vamos aceitar isso”, criticou o diretor do Sindicato dos Lojistas (Sindlojas), Fernando Piffer.

Na assembléia do OP realizada no Clube Semanal de Cultura Artística compareceram 564 pessoas, representantes de cinco segmentos da economia. Eles foram eleger, além do conselheiro e suplente, as dez prioridades da temática “Desenvolvimento Econômico e Tributação” do OP. O secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Gerardo Mendes de Melo, coordenou a assembléia.

Os camelôs foram maioria presente e elegeram, com 64% dos votos, a líder da categoria para representar as demais no Orçamento Participativo.

Os representantes da Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic) e da Câmara dos Diretores Lojistas (CDL) se retiraram da assembléia, em protesto.

“Não tinha a menor condições de participar. Como iríamos discutir com camelôs? Aquela assembléia estava direcionada. Pensávamos que seria uma assembléia democrática, mas quando vimos a quantidade de camelôs presente, percebemos que tudo estava dirigido”, afirmou o presidente do CDL, Edvaldo Souza Pinto.

O presidente da Acic, Mário Dino Gadioli, afirmou que até agora “está pasmo” em ver o que está acontecendo. “Vamos ter que repensar essa situação e o Gerardo (secretário Gerardo Mendes Melo) vai ter que rever essa situação”, afirmou.

Gadioli afirmou que as entidades vão tentar reverter a eleição, porque não consideram que a líder dos camelôs possa representar a economia formal. “Foi um erro político muito grande. Como quem paga imposto pode ser liderado por quem não paga?”, perguntou. Ele afirmou que espera explicações do secretário Gerardo Mendes de Melo.

Já o representante da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Pedro Celso Gonçalves, que na reunião chegou a se inscrever em uma chapa como candidato, disse que a assembléia foi constrangedora diante da presença dos camelôs.

“O secretário (Melo) nos disse que depois de definidas as dez prioridades dentro do tema, quem fosse eleito teria que defender essas prioridades no OP. Mas como é que a informalidade poderá fazer isso?”, questiona.

Ele lembra que se tivesse havido omissão total do setor formal da economia na assembleia, nenhum interesse do setor teria sido incluído nas prioridades.

Mesmo assim, das dez prioridades elencadas, apenas três são de interesse direto do setor formal. As demais são do interesse da economia informal (leia texto ao lado).

O secretário Gerardo Melo não foi localizado ontem. A Prefeitura foi procurada, por meio de sua assessoria de Imprensa, mas não retornou às ligações até as 20h.

De dez prioridades, 7 são ligadas aos informais

O desconforto gerado pela eleição da líder dos camelôs para o Conselho Municipal do Orçamento Participativo deve-se ao fato de que, agora, Maria José Salles é quem irá defender no OP os interesses empresariais, mesmo que nas prioridades definidas em assembleia o setor formal tenha conseguido incluir apenas três itens. Os setores do comércio, indústria e serviço conseguiram incluir como prioridades no orçamento de 2003 a definição de um projeto na área de segurança urbana e rural, a implantação da Sala do Empreendedor e ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos. Já o setor informal emplacou sete itens como prioridade: local de trabalho para as cooperativas, a reforma do Terminal Central, isenção de tarifas públicas para os desempregados, Banco do Povo, equipamentos para as cooperativas, capacitação profissional e creche na região central. Maria José Salles, conhecida como “Zezé”, não foi localizada.

Ela terá a incumbência, como integrante do Conselho da OP, de discutir e organizar, a partir das prioridades indicadas pelas regiões e assembleias temáticas, a proposta orçamentária. Depois, em 30 de setembro, os conselheiros entregam, junto com o governo municipal, o Orçamento da cidade para 2003 à Câmara e acompanham os debates sobre a peça orçamentária.

O Conselho também sistematiza as obras e serviços que deverão ser realizadas no ano seguinte e acompanha a execução orçamentária depois de aprovada.

A situação que acabou por dar mais poderes aos informais foi resultado, na avaliação de um lojista que preferiu não se identificar, da ausência de união do setor formal da economia. Os camelôs apareceram em peso na assembleia, enquanto o comércio e serviços estiveram praticamente ausentes. (MTC)

Padrão de ocultação: apesar de ser jornal diário, o Correio Popular demorou quatro dias (de 29 de junho a 3 de julho) para publicar a notícia de que Maria José havia sido eleita. A eleição de Maria José não poderia ser notícia por si só. Teve que vir acompanhada das críticas das principais lideranças do comércio formal de Campinas. Na visão do jornal, a eleição da camelô é notícia quando é criticada.

Padrão de fragmentação: embora informal, o trabalho dos camelôs no Centro de Campinas está em processo de regularização. Eles só podem montar barracas quando autorizados pela Prefeitura. Apesar de não recolher impostos, o comércio informal tem certa dose de regularização e de reconhecimento. As falas dos entrevistados são sentido oposto: “os camelôs, que não pagam imposto nenhum”, “Como quem paga imposto pode ser liderado por quem não paga?”. O texto não apresenta outras condições em que o comércio informal é reconhecido, o que convalida a argumentação dos empresários e retira uma importante compreensão do contexto, a de que o OP permite a participação dos indivíduos por considerá-los cidadãos, sendo ou não contribuintes.

Padrão de inversão: no dia em que a notícia é publicada, o texto aborda principalmente as reações contrárias à sua eleição vindas do empresariado. Não há entrevistas com trabalhadores informais que defendam a votação. Apesar da demora em publicar a matéria, a eleita não é localizada para entrevista. A notícia deixa de transmitir o que a maioria dos presentes à assembléia pensa ao votar. Ao contrário, a minoria derrotada obtém o maior espaço no texto.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - [...] para <u>representar</u>, no OP, <u>os interesses</u> dos setores do comércio, da indústria, do serviço, dos microempresários e dos sindicalistas - [...] Como é que a Prefeitura pode juntar a economia formal, que <u>paga os impostos</u> que <u>formam o orçamento</u> da cidade, com os camelôs, <u>que não pagam imposto nenhum</u>? E vai ser <u>a representante dos ilegais</u> que vai defender nossos interesses? [...] (declaração de Fernando Piffer). - [...] compareceram <u>564 pessoas</u>, representantes de cinco segmentos da economia [...] - <u>O secretário</u> de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Gerardo Mendes de Melo, <u>coordenou</u> a assembléia. - Os camelôs foram <u>maioria presente</u> e elegeram, com <u>64% dos votos</u>, a líder da categoria para representar as demais no Orçamento Participativo. - [...] “Foi um erro político muito grande. Como quem <u>paga imposto</u> pode ser liderado por quem <u>não paga</u>?” (declaração de Mário Dino Gadioli) - A situação que acabou por dar mais poderes aos informais foi resultado, na avaliação de um lojista que preferiu não se identificar, da <u>ausência de união</u> do setor formal da economia. - Os camelôs apareceram em peso na assembléia, enquanto o comércio e serviços estiveram <u>praticamente ausentes</u>.
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - [...] está abrindo <u>nova crise</u> entre os setores formais da economia e a Administração. - “Pensávamos que seria uma assembléia <u>democrática</u>, mas quando vimos a quantidade de camelôs presente, percebemos que tudo estava <u>dirigido</u>”, afirmou o presidente do CDL, Edvaldo

<p>Souza Pinto.</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Aquele assembléia estava <u>direcionada</u>.” (declaração de Edvaldo Souza Pinto) - Mesmo assim, das dez prioridades elencadas, <u>apenas</u> três são de interesse direto do setor formal. As demais são do interesse da economia informal. - [...] a assembléia foi <u>constrangedora</u> diante da presença dos camelôs. (declaração de Pedro Celso Gonçalves) - “Vamos ter que repensar essa situação e o Gerardo (secretário Gerardo Mendes Melo) <u>vai ter que rever</u> essa situação” (declaração de Mário Dino Gadioli). - Os representantes da Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic) e da Câmara dos Diretores Lojistas (CDL) se <u>retiraram</u> da assembléia, em protesto.
Ethos (credibilidade)
<ul style="list-style-type: none"> - [...] criticou o <u>diretor do Sindicato dos Lojistas (Sindlojas)</u>, Fernando Piffer - Os <u>representantes da Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic) e da Câmara dos Diretores Lojistas (CDL)</u> se <u>retiraram</u> da assembléia, em protesto. - [...] afirmou o <u>presidente do CDL</u>, Edvaldo Souza Pinto. - O <u>presidente da Acic</u>, Mário Dino Gadioli, afirmou [...] - Já o <u>representante da Associação Paulista de Supermercados (Apas)</u>, Pedro Celso Gonçalves, [...]

Quadro 4. Elementos de retórica em “Líder de camelôs representa comércio e indústria no OP”

Análise retórica: o texto começa com a afirmação de que a eleição da liderança dos informais “está abrindo nova crise” entre o governo municipal e setores empresariais. A palavra *crise* indica conflito, disputa, incompreensão, desacordo, informa que uma situação instável está se instalando. A palavra *nova* indica que não é a primeira vez e que outras situações de instabilidade e conflito já aconteceram. No entanto, no restante do texto, não há referência à outra situação de *crise*, a não ser a que teria sido gerada pela eleição de Maria José. Quase todo o texto seguinte traz informações que buscam, por meio de argumentos lógicos, justificar a afirmativa de que uma crise se instala nas relações entre o empresariado e a administração.

Um dos argumentos centrais é que a camelô foi escolhida para “representar [...] os interesses dos setores do comércio, da indústria, do serviço, dos microempresários e dos sindicalistas”. Esta afirmação indica uma instabilidade, com o empresariado submetido ao adversário. O texto omite, no entanto, que as regras do OP definidas anteriormente estabeleciam a eleição de um representante no Conselho do Orçamento Participativo para representar todos os setores presentes na plenária. Portanto, se um empresário fosse eleito seria ele o representante dos

camelôs. A eleição é questionada, mas as regras para a eleição não o são. A omissão neste caso é importante para não desmontar a hipótese da “nova crise”.

O OP abre aos cidadãos o direito de participar, mas o discurso dos empresários baseia-se na legalidade nas relações comerciais, ou seja, quem paga, tem mais direito que aquele que não paga. O dirigente Fernando Piffer utiliza estes argumentos de maneira clara e questiona

[...] como é que a Prefeitura pode juntar a economia formal, que paga os impostos que formam o orçamento da cidade, com os camelôs, que não pagam imposto nenhum? E vai ser a representante dos ilegais que vai defender nossos interesses? [...] (grifos nossos).

Por não pagarem impostos, os camelôs ficam na ilegalidade, segundo o raciocínio de Piffer e portanto não têm condições de representar aqueles que estão dentro da legalidade porque pagam impostos. A mesma argumentação é sustentada por outro empresário, Mário Dino Gadioli. Ele divide os cidadãos em duas categorias: os que pagam e os que não pagam impostos. E não é possível que estes liderem aqueles.

A reportagem indica que a eleição da camelô foi provocada por falta de articulação do empresariado, mas não afirma isto claramente. O distanciamento da jornalista do fato e a falta de explicitação das regras da Assembléia deixam o texto confuso, que favorece os argumentos das lideranças empresariais. Algumas alegações parecem transferir para o empresariado a responsabilidade pela derrota, embora eles questionem a Administração pelo que aconteceu. Em pontos diferentes, o texto afirma que havia “564 pessoas” na assembléia, que representavam “cinco segmentos da economia”, que os camelôs eram a maioria e que Maria José obteve 64% dos votos. Um empresário que não é identificado, afirma que os empresários estavam “desunidos” e “ausentes” no processo do OP. Essas razões são apresentadas isoladamente na matéria. . A jornalista também se abstém de informar como foi o processo de votação e de participação dos diferentes segmentos. Estas informações poderiam ajudar a compreender o que aconteceu. Ao contrário, lança mão de dados que corroboram com as declarações dos entrevistados. Entre eles, a afirmação de que “O secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Gerardo

Mendes de Melo, coordenou a assembléia”, o que transferiria para a administração a responsabilidade pela derrota do empresariado. Esta informação está no terceiro parágrafo do texto principal. As declarações do lojista não identificado, que aponta a desunião e a ausência dos empresários está no último parágrafo da retranca.

Os argumentos dos empresários tentam sensibilizar a jornalista que transfere aos leitores o apelo às emoções. O lojista Edvaldo Souza Pinto, ao perceber que os camelôs estão em maior quantidade, afirma que a assembléia está “dirigida” e “direcionada”, mas não diz por quem. Para ele, a adesão em massa dos camelôs faz com que a reunião não seja “democrática”. Para Pedro Celso Gonçalves, a presença dos camelôs foi “constrangedora”, evidentemente para a minoria. Segundo o texto, representantes empresariais “se retiraram da assembléia, em protesto”. O leitor percebe a insatisfação e a revolta da classe e a solução para o impasse é colocada nas mãos da administração municipal que terá que “rever essa situação”, nas palavras de Mario Dino Gadioli. A matéria também demonstra que os empresários tiveram poucas conquistas no OP e isto tenta convencer o leitor de que a revolta do setor é legítima, pois de dez prioridades, *apenas* três foram apresentadas pelo setor formal da economia. O advérbio *apenas* indica que é pouco, insuficiente, o uso repetitivo deste advérbio denota já um juízo de valor emitido pela empresa jornalística.

A credibilidade de quem enuncia é característica marcante do texto. A jornalista abre mão da apuração do fato e sustenta o texto em declarações de “autoridades” do meio empresarial. Quem sustenta a afirmação da *nova crise* é o diretor do Sindicato dos Lojistas, o presidente da Câmara dos Diretores Lojistas, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas e um representante da Associação Paulista de Supermercados. Não foram ouvidas “autoridades” dos camelôs nem da Prefeitura. O texto afirma que a presidente do sindicato Maria José Salles e o secretário de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Gerardo Mendes de Mello não foram encontrados. Não há referência se outras lideranças dos informais e do governo foram procuradas. Apenas uma pessoa que não é reconhecida com “autoridade concede entrevista, o lojista que não foi identificado.

O texto, sob o título “Líder de camelôs representa comércio e indústria no OP”, tenta convencer da crise e transfere a responsabilidade à administração. Apesar de ter sido eleita uma representante dos trabalhadores do comércio informal, apenas lideranças empresariais tiveram opiniões publicadas. O argumento da diferenciação entre quem paga imposto e quem não paga é a questão central para defender quem pode e quem não pode representar a economia no Orçamento Participativo.

5.3.2.5 Entrega da proposta orçamentária para 2003

Em 1º de outubro de 2002, o Correio Popular publicou matéria da Agência Anhangüera de Notícias, sem assinatura de jornalista, sobre a entrega do Projeto de Lei Orçamentária para 2003 à Câmara de Vereadores.

Orçamento para 2003 prevê mais verbas para Saúde e Educação

Do orçamento de R\$ 1 bilhão previsto para 2003, a Prefeitura de Campinas irá aplicar 54,5% – cerca de R\$ 545 milhões – nas secretarias municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança e Cultura. A informação é do secretário municipal de Finanças, Luís Carlos Fernandes Afonso. Ele e a prefeita Izalene Tiene (PT) entregaram ontem à Câmara Municipal o projeto que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2003.

"Deste ano para o ano que vem, o orçamento da Educação terá um aumento de aproximadamente R\$ 35 milhões e de Saúde, de cerca de R\$ 30 milhões", afirmou o secretário. Afonso afirmou também que a Secretaria de Saúde terá o maior orçamento da Administração, saltando de R\$ 218 milhões, em 2002, para R\$ 248 milhões no próximo ano.

A LOA foi entregue no último dia do prazo regimental. Ela tem por objetivo controlar o uso do dinheiro público pela Administração. O valor do orçamento irá aumentar 16% em 2003, na comparação com este ano, que teve previsão de R\$ 861,2 milhões.

Dos R\$ 56 milhões previstos para investimentos, R\$ 45 milhões serão destinados a novas obras e serviços. Os outros R\$ 11 milhões serão aplicados na continuidade de obras apontadas pela população no Orçamento Participativo de 2001, que está sendo executado este ano. O número de demandas no OP aumentou de 151, em 2001, para 179, em 2002, bem como a participação dos bairros, saltando de 476 para 539, respectivamente.

Levando-se em conta apenas o montante disponível para investimento, a área de Educação, com R\$ 9.347.100,00, é a que terá mais recursos em 2003. A verba será usada, segundo a Prefeitura, para a reforma de 14 escolas municipais de ensino fundamental (Emefs) e de 15 unidades de educação infantil (Emeis), além da aquisição de imobiliários e equipamentos, capacitação de profissionais e programas de inclusão educacional e informática. O segundo maior investimento é para a Saúde, com R\$ 8,64 milhões. Para a área, está prevista a ampliação de equipes de Saúde, criação do programa para redução de danos para usuários de silicone, reforma de cinco unidades e construção de outras duas, desapropriação do Complexo Ouro Verde e aumento do número de leitos hospitalares.

A Habitação vem em terceiro lugar, com R\$ 7.528.863,00 alocados para investimentos. Segundo a Administração Municipal, os recursos serão usados para regularizações fundiárias, produção de unidades habitacionais para reassentamento de áreas de risco, cadastro social, continuidade de obras, concessão de títulos, topografias, projetos de urbanização e estruturação da Secretaria.

O item pavimentação, iluminação e obras vem em quarto lugar, com investimentos previstos em R\$ 5.434.317,00. O dinheiro será usado para a pavimentação de seis bairros e alguns trechos de ruas, iluminação dos bairros Gargantilha e Jardim Uruguai e da Estrada do Careca, que liga o Parque Imperador à Rodovia Campinas-Mogi Mirim (SP-340), dentre outras obras.

Emendas

Agora, os vereadores poderão propor emendas ao projeto, que deve ser discutido e aprovado até o dia 31 de dezembro. O presidente da Câmara Municipal, vereador Romeu Santini (PSDB), informou que, antes de ser aprovado, o projeto precisa passar por uma audiência pública.

"O vereador não pode antecipar o voto sem conhecer a peça orçamentária, que acabou de chegar", disse. "A Câmara vai discutir amplamente o projeto com a população em geral para votar consciente. Se a Câmara não aprovar como está, ou seja, propor emendas, estará no seu papel e isto não significará desfazer do trabalho do OP."

Projeto pede abertura de créditos especiais

O Executivo pede autorização na Lei Orçamentária Anual (LOA), por meio do artigo 12, para abrir créditos especiais, se necessário, para terminar os projetos definidos no orçamento de 2002 e que não forem concluídos até 31 de dezembro. Isso sem contar os R\$ 11 milhões alocados para dar continuidade a obras, definidos no Orçamento Participativo (OP). O secretário de Finanças, Luís Carlos Fernandes Afonso, garantiu que não haverá aumento de imposto. "Não estamos trabalhando com qualquer alteração de alíquota de imposto", garantiu.

"Estamos trabalhando para um esforço maior na arrecadação de receitas próprias através de um controle mais rígido, com uma queda na inadimplência e com a inclusão de novos serviços e imóveis, sendo este último por meio do recadastramento imobiliário para correção de distorções em valores do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)", disse.

A receita do IPTU deverá aumentar de R\$ 145 milhões em 2002, para R\$ 181 milhões em 2003. Já a do Imposto Sobre Serviço de

Qualquer Natureza (ISSQN) pulará de quase R\$ 129 milhões para 147 milhões, respectivamente, e do Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI), de R\$ 14 milhões para R\$ 17,5 milhões.

Segundo Afonso, a despesa com pessoal em 2003 irá representar quase 52% do valor do orçamento, ficando abaixo do máximo fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (54%). Entre as obras já concluídas pelo Orçamento Participativo estão a reforma da Emef João Alves dos Santos e a pavimentação do Parque Shangai. Está em andamento ainda a construção da Cemei do Parque Via Norte. (AAN)

Padrão de ocultação: o Orçamento Participativo, com suas assembleias, participação popular e definição de prioridades, recebe pouco destaque. Além disso, a matéria ignora que cerca de 500 pessoas acompanharam a entrega da proposta de Lei Orçamentária na Câmara. Como não havia espaço suficiente no plenário da Câmara, um telão e 300 cadeiras foram colocados no saguão do Paço Municipal para que todos pudessem acompanhar a entrega (VITOR, 2002). O jornal opta pelo caráter técnico da notícia e não aborda a forma de construção do orçamento.

Padrão de fragmentação: a elaboração da proposta de Lei Orçamentária para 2003 foi feita com a realização de assembleias abertas à população. No entanto, este contexto desaparece e apenas os critérios técnicos são amplamente explorados. A reportagem apresenta os aumentos nos valores e percentuais de investimentos e gastos em áreas sociais. Mas nada é relacionado ao OP.

Logos (argumentos lógicos)

- [...] a Prefeitura de Campinas irá aplicar 54,5% – cerca de R\$ 545 milhões – nas secretarias municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança e Cultura.
- “[...] o orçamento da Educação terá um aumento de aproximadamente R\$ 35 milhões e de Saúde, de cerca de R\$ 30 milhões”, afirmou o secretário.
- A LOA foi entregue no último dia do prazo regimental. Ela tem por objetivo controlar o uso do dinheiro público pela Administração.
- Dos R\$ 56 milhões previstos para investimentos, R\$ 45 milhões serão destinados a novas obras e serviços. Os outros R\$ 11 milhões serão aplicados na continuidade de obras apontadas pela população no Orçamento Participativo de 2001, que está sendo executado este ano. O número de demandas no OP aumentou de 151, em 2001, para 179, em 2002, bem como a participação dos bairros, saltando de 476 para 539, respectivamente.
- “A Câmara vai discutir amplamente o projeto com a população em geral para votar consciente. Se a Câmara não aprovar como está, ou seja, propor emendas, estará no seu papel e isto não significará desfazer do trabalho do OP.”(Declaração Romeu Santini)
- Entre as obras já concluídas pelo Orçamento Participativo estão a reforma da Emef João Alves dos Santos e a pavimentação do Parque Shangai. Está em andamento ainda a construção da Cemei do Parque Via Norte. (AAN)

Ethos (credibilidade)
<ul style="list-style-type: none"> - [...] A informação é do secretário municipal de Finanças, Luís Carlos Fernandes Afonso. - Ele [Afonso] e a prefeita Izalene Tiene (PT) entregaram ontem à Câmara Municipal o projeto que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2003. - o orçamento da Educação terá um aumento de aproximadamente R\$ 35 milhões e de Saúde, de cerca de R\$ 30 milhões", afirmou o secretário. - "A Câmara vai discutir amplamente o projeto com a população em geral para votar consciente. Se a Câmara não aprovar como está, ou seja, propor emendas, estará no seu papel e isto não significará desfazer do trabalho do OP."(Declaração Romeu Santini)

Quadro 5. Elementos de Retórica em “Orçamento para 2003 prevê mais verbas para Saúde e Educação”

Análise retórica: o texto procura a burocratização da notícia, ou seja, transforma apenas em técnico aquilo que é também político: o fechamento de uma proposta discutida com a população da cidade e que gerou conflitos em sua elaboração. Basta perceber a reação do empresariado, citada no texto analisado anteriormente, para verificar que há disputas. A reportagem traz diversos valores de investimentos e raramente os associa às definições da população no Orçamento Participativo. O texto também confere à Lei Orçamentária Anual o poder de “controlar o uso do dinheiro público”. Ignora instituições políticas, como a Câmara de Vereadores e o Conselho do Orçamento Participativo, que têm esta atribuição.

Ao se referir aos investimentos, a reportagem atribui ao Orçamento Participativo apenas aqueles que foram definidos em 2001. Quanto às aplicações definidas em 2002, não há menção direta ao OP. Apenas o leitor mais atento ou que conheça melhor o mecanismo do Orçamento Participativo poderá compreender que os R\$ 45 milhões de novos investimentos para 2003 foram definidos com participação popular. Quando são apresentados os valores para cada secretaria, não há referência explícita ao programa.

Há, no entanto, uma menção clara ao OP, que demonstra como o programa também se desenvolveu no segundo ano em relação ao primeiro. O texto cita o aumento no número de demandas e no número bairros que participaram. Não apresenta, porém, o número de pessoas que participaram do processo, que naquele ano foi de 30.599 (MARQUES, 2007). A participação popular aparece em uma declaração do presidente da Câmara, vereador Romeu Santini, que fala em fazer

uma discussão “ampla” com a população e que os vereadores têm o direito de alterar a proposta e que isso não significa “desfazer o trabalho do OP”. A única referência ao modelo de discussão pública é a realização de uma audiência. No final do texto, há referências às obras já realizadas ou em execução que foram definidas pela população a partir do OP. Porém, não há referência à participação popular.

Quanto aos critérios de credibilidade, o discurso técnico em que valores são apresentados sem o envolvimento do jornalista confere ao texto a característica de neutralidade e credibilidade. As fontes ouvidas também são consideradas “autoridades”, que fortalecem a credibilidade das informações. São elas: a prefeita Izalene Tiene, o secretário de Finanças Luiz Carlos Afonso e o presidente da Câmara Romeu Santini. Assim como em outras matérias, a população que participou da elaboração da proposta orçamentária é ignorada.

O texto relega ao plano secundário as questões políticas que envolvem a definição de recursos públicos e trata de questões técnicas, como valores comparados entre secretarias e com o ano anterior. Não há referência no texto ao envolvimento de 30 mil pessoas na elaboração da proposta orçamentária. Ao contrário, apenas as autoridades são citadas, como se somente delas fosse a responsabilidade pelo projeto entregue à Câmara.

5.3.2.6 Atrasos nas obras

No final de 2002, os problemas de atrasos na realização de obras do Orçamento Participativo começam a ser alvo de reportagens do Correio Popular, como esta, de 2 de dezembro.

Segurança e Cultura atrasam obras previstas no OP este ano

Bases regionais da Guarda Municipal e praças esportivas continuam no papel

As Secretarias de Cultura, Esportes e Turismo e de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública estão em baixa com o Orçamento Participativo (OP) de Campinas. As duas pastas foram as que menos concluíram as obras demandadas em 2001 e que deveriam ser executadas ainda no exercício de 2002.

A implantação do Orçamento Participativo foi a principal bandeira do PT, da prefeita Izalene Tiene, durante as eleições de 2000. "A execução fiel do OP aprovado constitui-se no principal elemento de credibilidade de todo o processo, tornando o OP uma realidade." A frase consta na página 20 no programa de governo do PT para os anos de 2001 a 2004.

A área mais atrasada é a da Segurança. Das cinco bases regionais da Guarda Municipal que deveriam ser implantadas nos bairros Castelo Branco, Jardim Chapadão, Centro, e nos distritos de Barão Geraldo e Sousas, nenhuma delas saiu do papel. Outras três bases regionais que seriam construídas com orçamento da Secretaria de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública também não foram executadas. De acordo com a Secretaria Municipal da Administração, o processo para o início das licitações das oito bases entrou na pasta no último dia 21. As obras, orçadas em R\$ 1 milhão, só deverão ser concluídas em 2003.

A implantação de um Disque-Denúncia para atender ocorrências contra homossexuais também não foi concretizada. A aquisição de equipamentos para as bases é a única demanda que a Secretaria admite ter atendido. No entanto, a Prefeitura não soube explicar se os materiais foram comprados com o recurso previsto pelo OP, R\$ 720 mil, ou com o recurso enviado pelo Ministério da Justiça para equipar a Guarda, R\$ 1 milhão.

Na área de Cultura, Esportes e Turismo, foram traçadas 27 demandas. Desse total, 19 são obras, das quais apenas seis, ou seja, 31,5% foram concluídas entre julho e outubro – a maioria é intervenção em praças públicas. As demais devem ficar para 2003.

A construção de uma praça de esportes no Jardim Parque Imperador só teve o início do processo licitatório liberado na última quarta-feira porque o projeto constava em um CD. Outras demandas também só entraram na Secretaria da Administração para dar início à licitação neste mês: a construção de um Centro de Juventude (dia 21), uma praça de esportes no bairro Jardim Lafayette Álvaro (dia 22), um centro de cultura e esportes na Vila Costa e Silva (dia 25), a reorganização de espaços de lazer com sala de leitura no Jardim Baronesa (dia 21), no Jardim Carlos Lourenço (dia 25) e no Jardim Tamoio (deu entrada no Gabinete da prefeita dia 25) e um centro cultural no distrito de Barão Geraldo (dia 21). Ainda não houve entrada no início do processo licitatório para a construção da Casa de Cultura Tainá, de um centro cultural e esportivo no Parque Jardim Jambeiro e de um centro comunitário cultural no distrito de Joaquim Egídio. Não há informações na Prefeitura sobre a construção de um instituto cultural. A instalação da Casa do Hip Hop também não foi concluída, mas há uma promessa recente da secretaria de que a demanda será atendida ainda neste ano.

Morosidade

A burocracia da máquina administrativa é apontada pelo coordenador da Participação Popular e do Orçamento Participativo de Campinas, José Reinaldo Braga, como a principal responsável pelo atraso do cronograma das demandas. "Essa é a consequência de uma estrutura administrativa com carência de elementos básicos, como arquitetos e pessoal na Comissão de Licitações e no departamento jurídico", disse. Questionado se a reestruturação da máquina administrativa não deveria ter sido realizada antes da implantação do OP para evitar "frustrações", Braga respondeu: "Se fôssemos esperar a eficiência da máquina, não sei quanto tempo demoraríamos para termos o Orçamento Participativo."

"Claro que ninguém gosta dos atrasos no cronograma, mas o importante para nós é que as verbas para o OP estão garantidas", afirmou o coordenador. Para o cientista político da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Plínio Dentzen, as reuniões do Orçamento Participativo resultam em "negociações limitadas". "As assembleias contam com as participações de alguns setores organizados que o PT conhece. A máquina é lenta, não há novidade nisso. Mas também não há nenhuma grande mobilização contra isso."

Braga, no entanto, afirmou que as novas mudanças no secretariado, anunciadas na última quinta-feira pela prefeita, "vão contribuir para agilizar a máquina".

Câmara faz hoje 1ª votação da Lei Orçamentária

A Câmara de Campinas realiza hoje a primeira votação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2003. A peça orçamentária prevê receita de R\$ 1 bilhão, o que torna Campinas a segunda maior arrecadação do Estado, de acordo com a Secretaria Municipal das Finanças. O Orçamento deste ano foi previsto em R\$ 861 milhões, mas deverá atingir R\$ 900 milhões, segundo estimativa do secretário municipal Luís Carlos Fernandes Afonso.

Do total do Orçamento de 2003, R\$ 56 milhões são destinados para investimentos. No entanto, R\$ 11 milhões dos R\$ 56 milhões serão para dar continuidade em obras apontadas pelo Orçamento Participativo do ano passado. Na última sexta-feira, o secretário participou de uma audiência pública no Legislativo para sanar dúvidas dos vereadores.

Destino

Os recursos do Orçamento de 2003 estão assim distribuídos: Câmara Municipal (R\$ 41,3 milhões), Gabinete da Prefeita (R\$ 21 milhões), Administração (R\$ 13,5 milhões), Assuntos Jurídicos e da Cidadania (R\$ 8 milhões), Finanças (R\$ 18,3 milhões), Recursos Humanos (R\$ 36,7 milhões), Educação (R\$ 176,5 milhões), Saúde (R\$ 248 milhões), Assistência Social (R\$ 30,7 milhões), Obras e Projetos (R\$ 41 milhões), Cultura, Esportes e Turismo (R\$ 26,3 milhões), Transportes (R\$ 3,9 milhões), Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (R\$ 6,3 milhões), Cooperação Internacional (R\$ 1,6 milhões), Habitação (R\$ 11 milhões), Segurança (R\$ 13 milhões), encargos gerais do município (R\$ 99,4 milhões), encargos gerais de Previdência dos Servidores (R\$ 119 milhões), Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (R\$ 4,2 milhões) e Serviços Públicos e de Coordenadoria das Administrações (R\$ 80,9 milhões). (RL)

Pasta culpa editais; Valter Pomar se cala

A Secretaria de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública de Campinas justificou, por meio da assessoria, que encontrou dificuldades para a elaboração dos editais para realizar as licitações das construções das bases regionais da GM, definidas pelo OP. De acordo com a assessoria, o edital sairá no próximo dia 4 de dezembro e a licitação será aberta no dia 20 do mesmo mês. Pela programação da Secretaria, os contratos serão assinados ainda em dezembro, assim como o empenho do recurso para a realização das obras. Elas deverão estar concluídas até março de 2003. Segundo informou a assessoria, a dificuldade na realização do edital é que as bases regionais serão construídas em praças públicas, o que exige que determinados critérios sejam atendidos na íntegra. Uma lei municipal, por exemplo, proíbe que as obras em praças públicas sejam realizadas em alvenaria, segundo informou a assessoria. A Secretaria de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública de Campinas, que conta atualmente com 528 homens na GM, informou que cada base deverá contar com 40 ou 50 guardas municipais. Segundo a pasta, há outros 200 homens aprovados em concurso público e pelo menos a metade deles será chamada no início do próximo ano. Em relação à implantação do Disque-Denúncia para atender ocorrências contra homossexuais, a Secretaria informou que o grupo exige a contratação de pessoal especializado para o atendimento. No entanto, segundo informou a assessoria, "o governo está com dificuldades para contratar devido à Lei de Responsabilidade Fiscal (LFR)". A Secretaria afirmou, porém, "que há possibilidade de as contratações serem realizadas ainda neste ano".

Já o secretário de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, Valter Pomar, não quis comentar o desempenho da pasta em relação às demandas do OP. "O que eu tenho que esclarecer sobre o cronograma das obras eu já esclareci para o Conselho do Orçamento Participativo, que é para quem eu devo explicações", declarou o secretário municipal.

Metodologia

O atual Conselho do Orçamento Participativo vai reavaliar a metodologia adotada para definir as demandas. O método deverá ser discutido no Congresso da Cidade, que será programado para ser realizado em julho de 2003. O congresso vai discutir um plano de desenvolvimento da cidade para a próxima década. Por isso, a eleição do novo conselho – mandato é de um ano – ainda não tem data para acontecer. (RL)

Padrão de ocultação: o jornal aponta as duas secretarias mais atrasadas com a execução de obras e serviços determinados pela população por meio do OP. No entanto, não faz nenhuma referência às outras secretarias com obras em andamento. Ao leitor não é dado o direito de saber quais são as pastas que estão com as execuções mais adiantadas. O jornal compara, mas oculta os dados desta comparação do leitor.

Padrão de fragmentação: o texto limita-se a abordar duas secretarias. Ao não fazer nenhuma referência das outras pastas da administração, a reportagem retira do contexto de como estão todas as obras. É uma construção que parte do específico, para dar a impressão do geral.

Padrão de indução: a reportagem resgata parte do programa de governo do PT, que cita o Orçamento Participativo, para levar o leitor à compreensão de que duas secretarias da administração petista não seguem o programa de governo. Os motivos para os atrasos são elencados mais abaixo, no caso da Secretaria de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública. Já a Secretaria de Cultura, Esportes Turismo não expôs os motivos do atraso para o jornal.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>As duas pastas foram <u>as que menos concluíram</u> as obras demandadas em 2001 e que deveriam ser executadas ainda no exercício de 2002.</i> - <i>A implantação do Orçamento Participativo foi <u>a principal bandeira do PT</u>, da prefeita Izalene Tiene, durante as eleições de 2000</i> - <i>Na área de Cultura, Esportes e Turismo, foram traçadas 27 demandas. Desse total, 19 são obras, das quais apenas seis, ou seja, <u>31,5%</u> foram concluídas entre julho e outubro – a maioria é intervenção em praças públicas. As demais <u>devem ficar para 2003</u>.</i> - <i>Questionado se a reestruturação da máquina administrativa não deveria ter sido realizada <u>antes</u> da implantação do OP para evitar "frustrações", Braga respondeu: [...]</i> - <i>O atual Conselho do Orçamento Participativo <u>vai reavaliar</u> a metodologia adotada para definir as demandas.</i>
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>As Secretarias de Cultura, Esportes e Turismo e de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública <u>estão em baixa</u> com o Orçamento Participativo (OP) de Campinas</i> - <i>Das cinco bases regionais [...], <u>nenhuma delas saiu do papel</u>.</i> - <i>A aquisição de equipamentos para as bases é a <u>única demanda</u> que a Secretaria <u>admite</u> ter atendido. No entanto, a Prefeitura <u>não soube explicar</u> se os materiais foram comprados com o recurso previsto pelo OP, R\$ 720 mil, ou com o recurso enviado pelo Ministério da Justiça para equipar a Guarda, R\$ 1 milhão.</i>
Ethos (credibilidade)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>A frase consta na <u>página 20</u> no programa de governo do PT para os anos de 2001 a 2004.</i> - <i>A burocracia da máquina administrativa é apontada pelo <u>coordenador da Participação Popular e do Orçamento Participativo</u> de Campinas, José Reinaldo Braga, como a principal responsável pelo atraso do cronograma das demandas.</i> - <i>Para o <u>cientista político da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)</u> Plínio Dentzen, as reuniões do Orçamento Participativo resultam em "<u>negociações limitadas</u>". "As assembleias contam com as participações de alguns setores organizados que o PT conhece. A máquina é lenta, não há novidade nisso. Mas também não há nenhuma grande mobilização contra isso."</i> - <i>A Secretaria de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública de Campinas justificou, <u>por meio da assessoria</u>, que encontrou dificuldades para a elaboração dos editais para realizar as</i>

licitações das construções das bases regionais da GM, definidas pelo OP.

- *O atual Conselho do Orçamento Participativo vai reavaliar a metodologia adotada para definir as demandas.*
- *Já o secretário de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, Valter Pomar, não quis comentar o desempenho da pasta em relação às demandas do OP*

Quadro 6. Elementos de retórica em “Segurança e Cultura atrasam obras previstas no OP este ano”

Análise retórica: ao afirmar que duas secretarias são as mais atrasadas na execução do OP, o Correio Popular argumenta que as pastas estão em desacordo com o programa do PT. Para dar credibilidade, cita uma página do programa e reproduz entre aspas uma frase do documento. São utilizados argumentos lógicos, com idéias encadeadas, mas a autora Raquel Lima mantém a distância do texto. Conduz o leitor ao raciocínio, sem afirmar categoricamente a conclusão. A jornalista levanta uma hipótese, que não é assumida como de autoria do jornal. No texto, há referência sobre uma questão feita ao coordenador do OP, mas não declara de quem é o questionamento. A hipótese seria de que primeiro a administração deveria ter feito uma reforma administrativa para depois realizar o Orçamento Participativo. Por detrás da pergunta, pode-se ler o argumento lógico de que o Orçamento Participativo não tinha condições de ser implantado naquele momento em Campinas e que os problemas que surgiam naquela época era consequência de um programa equivocado. O coordenador refuta a afirmação, mas outro entrevistado sustenta a hipótese do jornal. Revestido de credibilidade por ser cientista político da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O entrevistado aponta falhas na metodologia do OP e também no funcionamento da máquina administrativa. O Conselho do Orçamento Participativo também é citado como comprovação da tese, por *reavaliar* a metodologia empregada até então.

À exceção do cientista da Unicamp, as fontes da reportagem são oficiais: o coordenador do OP, a assessoria da Secretaria de Segurança e o secretário de Cultura, Esportes e Turismo. Dão credibilidade ao conteúdo enunciado. A população que participa do processo não é ouvida. O Conselho do Orçamento Participativo é ouvido, mas o jornal não cita quem falou em nome do Conselho.

O jornal também se utiliza de expressões que buscam convencer a população por meio das sensações que elas provocam. Na primeira frase do texto é citada que

duas secretarias estão “em baixa” com o OP, ou seja, estão *em dívida*, ou, estão com atraso. Estar *em baixa* significa algo negativo. Mais adiante, o texto afirma que há obras que não “saíram do papel”, ou seja, estão ainda na fase de projeto. Por se tratar de uma administração pública, o andamento de processos burocráticos é indispensável e por vezes exige mais tempo que o desejado, tanto pela população, como pelos governantes. Afirmar que “não saiu do papel” pode causar a sensação de imobilidade e paralisia, sem esclarecer de fato se o processo está parado, ou se encontra entraves burocráticos até que chegue à fase de execução.

Em outra passagem afirma que a Secretaria de Segurança “admite” que apenas uma obra está em execução e que “não soube explicar” se foi realizada ou não com dinheiro previsto pelo OP. A primeira construção leva a Secretaria a uma condição de submissão, como se ela confessasse um delito, no caso, que um serviço foi realizado. A segunda leva o leitor a perceber a incapacidade da Secretaria de gerenciar seus próprios procedimentos internos.

O texto constrói uma narrativa de problemas burocráticos tomando por base duas secretarias e não aborda o que acontece nas demais. Não é possível saber se no restante da administração acontece o mesmo, ou se a situação é diferente. Os comentários dos entrevistados (o coordenador do OP e o cientista da Unicamp) e a colocação a respeito do COP dão a entender que o problema é generalizado. Mas isto não é especificado na reportagem.

5.3.2.7 O OP e as chuvas

De acordo com os documentos recuperados do Cedoc da RAC, foi em 2003 que o Correio Popular publicou o maior número de matérias sobre o Orçamento Participativo. A primeira reportagem selecionada para esta pesquisa foi publicada em 9 de março, de autoria de Fábio Gallaci.

Morosidade no OP agrava problemas com as chuvas

Foi-se a enxurrada, mas ficaram os números. Ao ser lançado em Campinas pela atual Administração Municipal, o Orçamento Participativo (OP) foi apontado como uma alternativa democrática para que a própria população escolhesse como o dinheiro público deveria ser empregado, principalmente no que diz respeito a obras que garantam a infra-estrutura dos bairros. Dispostos a lutar por melhorias em suas comunidades, os moradores dos Núcleos Residenciais Gênesis e Parque São Quirino, na região Norte da cidade, marcaram presença nas reuniões e conquistaram, ao lado da Vila Iza e Dom Bosco, o direito de contarem com um orçamento de R\$ 642,6 mil em serviços na área habitacional, que deveriam ter sido concluídos no ano passado. No último dia 17, a demora cobrou um alto preço.

Várias casas e barracos dos dois locais foram invadidos pela água e pela lama do Ribeirão Quilombo. Para a população, restou apenas correr para salvar a própria vida. Além disso, as comunidades dos Núcleos Residenciais Getúlio Vargas, Independência, Vila Iza e Cafezinho também têm o direito de serem investidos em seus “quintais” mais R\$ 33 mil em habitação. Outra verba que não apareceu em forma de mudanças para o bem-estar dos moradores. Todas estas comunidades estão na área da Administração Regional 3 (AR-3).

A comprovação sobre a existência da verba e o destino que ela deveria ter tomado – estudo para transferência de área de risco (topografia e análise técnica do terreno) – estava, até a última sexta-feira, data de fechamento desta edição, na página oficial da Prefeitura na Internet (<http://www.pmc.sp.gov.br>) no ícone que trata especificamente do OP. Questionada sobre o problema, na sexta-feira, a prefeita Izalene Tieni (PT) afirmou que “não lembrava dos números de cabeça” e sugeriu que a reportagem procurasse diretamente José Braga, coordenador do OP na cidade (leia texto nesta página).

Braga e a secretária interina de Finanças, Assunta Helena Milani, foram convidados por vereadores a explicar, entre a próxima terça e quarta-feira, na Câmara, sobre os atrasos na execução das obras do OP previstas para serem executadas no ano passado. A morosidade foi mostrada em reportagem publicada pelo Correio no último domingo.

A Companhia de Habitação Popular (Cohab-Campinas) também informou, por intermédio de sua assessoria, que tem o papel de executar as obras determinadas pelo OP, mas que a liberação do dinheiro para que isso aconteça depende exclusivamente do governo municipal.

Enquanto isso, o pedreiro Antônio Lopes da Silva, que vive em um barraco no Parque São Quirino, não consegue dormir se o céu estiver ameaçando um novo pé d’água. “Essa última chuva foi muito doída para todo mundo aqui. Minha casa foi inundada e perdi as coisas que lutei para comprar”, lamentou. A força das águas do Quilombo desmoronou boa parte das margens e seu barraco agora está ameaçado de cair no ribeirão. O sono tranquilo e a tragédia completa agora convivem separados apenas por centímetros.

A poucos metros dali, o funileiro Erinaldo Celestino de Oliveira e sua família ainda pisam no barro deixado pela chuva do dia 17. “Ficamos oito dias para tirar a lama dos móveis. Minha casa ainda ficou toda

cheia de rachaduras. O certo era derrubar e construir outra mais segura”, disse.

Escada

O desespero é tanto que a dona de casa Alaíde de Jesus da Silva, moradora do Cafezinho, descobriu uma ferramenta para fugir de novas enchentes que não depende da Prefeitura: uma escada de madeira. Basta chover um pouco mais forte para que ela, os filhos e os netos corram para um sótão que existe em sua casa. Pendurados, todos rezam para que a água não os alcance. No último temporal, a inundação superou os dois metros de altura no local e quase atingiu o refúgio da família, que se espreme de medo. “Perdi tudo, estou vivendo de doações. A lama aqui não acaba nunca”, comentou Alaíde, do alto da escada salvadora.

Obras já começaram, diz Braga

O coordenador do Orçamento Participativo (OP) de Campinas, José Braga, afirma que já existe um trabalho sendo realizado nas áreas dos Núcleos Residenciais Parque São Quirino, Dom Bosco, Vila Iza, Genesis, Cafezinho, Independência e Getúlio Vargas. Segundo ele, profissionais estão fazendo levantamentos topográficos e análises técnicas nestes locais para futuras obras no setor de habitação. As verbas orçamentárias do OP-2002 estariam servindo para isso.

Paralelamente, houve o anúncio, na semana passada, da liberação de uma verba de R\$ 7 milhões proveniente do governo do Estado para a construção de 800 casas populares nas áreas de risco da cidade, cada uma delas custando R\$ 8,5 mil. Este dinheiro seria capaz de atender 80% das mil famílias que moram em regiões de risco iminente, principalmente após a chuva do último dia 17. Os últimos registros apontam que Campinas conta com 3,5 mil famílias em locais problemáticos em relação a enchentes e desmoronamentos de encostas. (FG/AAN/Colaborou Zezé de Lima)

Padrão de ocultação: há uma simplificação que transfere para o Orçamento Participativo um problema que não é de sua competência: a execução das obras. O OP é um programa que define onde serão aplicados os recursos públicos e isto é inserido na Lei Orçamentária Anual. No entanto, a execução cabe a diversos setores da administração pública. Esta informação é importante para que o leitor compreenda os mecanismos e a extensão da atuação do OP. No entanto, é uma informação negada ao leitor no texto acima. Enquanto a reportagem oculta, o título informa erroneamente “Morosidade no OP agrava...” O processo do Orçamento Participativo não apresenta morosidade. A execução das obras não cabe ao OP, nem à Coordenadoria responsável pelo programa, a CEPPOP.

Padrão fragmentação: os problemas das famílias citadas no texto não começaram junto com o OP. Campinas é uma cidade que cresceu rápido, com a vinda de milhares migrantes, muitos ocupando áreas de risco. No dia 17 de fevereiro

foram registrados 107 milímetros de chuva na Embrapa Monitoramento por Satélite, o que corresponde ao índice médio de todo o mês. Entre as 16h e 16h30 foram registrados 36,9 milímetros, que corresponde a 20% da chuva esperada para o mês. (MIRANDA; et al., 2003). Estas informações são fundamentais para a compreensão dos efeitos da chuva e não a simples culpa do OP por conta dos atrasos.

Padrão de indução: a começar pelo título e por uma leitura desatenta do texto, compreende-se de que os moradores dos bairros citados na reportagem só sofreram com as fortes chuvas de 17 de fevereiro de 2003 porque as obras previstas no Orçamento Participativo estavam atrasadas. Se fossem realizadas no prazo previsto (ano de 2002), o sofrimento dos moradores não teria acontecido. A leitura atenta aponta para a armadilha proposta pela reportagem, com informações que estão lá, mas não ficam claras. A população havia definido pela aplicação de R\$ 642,6 mil para a realização de “estudo para transferência de área de risco (topografia e análise técnica do terreno)”. Logo, mesmo que os estudos tivessem sido executados, as famílias estariam no mesmo lugar, e nas mesmas condições, pois a realização de obras de habitação para retirar as famílias da situação de risco dependia da liberação de R\$ 7 milhões do governo estadual. A liberação do dinheiro havia sido anunciada naquela semana, ou seja, posteriormente à tempestade.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Dispostos a lutar por melhorias em suas comunidades, os moradores dos Núcleos Residenciais Gênesis e Parque São Quirino, na região Norte da cidade, <u>marcaram presença e conquistaram</u>, ao lado da Vila Iza e Dom Bosco, o direito de contarem com um orçamento de R\$ 642,6 mil em serviços na área habitacional, que <u>deveriam ter sido concluídos</u> no ano passado.</i> - <i>Várias casas e barracos dos dois <u>locais foram invadidos</u> pela água e pela lama do Ribeirão Quilombo.</i> - <i>A <u>comprovação</u> sobre a existência da verba e o destino que ela deveria ter tomado – estudo para transferência de área de risco (topografia e análise técnica do terreno) – estava, até a última sexta-feira, data de fechamento desta edição, na página oficial da Prefeitura na Internet (http://www.pmc.sp.gov.br) no ícone que trata especificamente do OP.</i> - <i>Braga e a secretária interina de Finanças, Assunta Helena Milani, foram convidados por vereadores a explicar, entre a próxima terça e quarta-feira, na Câmara, sobre os atrasos <u>na execução das obras do OP</u> previstas para serem executadas no ano passado.</i> - <i>A força das águas do Quilombo <u>desmoronou</u> boa parte das margens e seu barraco agora está <u>ameaçado de cair</u> no ribeirão.</i> - <i>[...] profissionais estão <u>fazendo levantamentos</u> topográficos e análises técnicas nestes locais para futuras obras no setor de habitação.</i> - <i>Paralelamente, houve o <u>anúncio</u>, na semana passada, da liberação de uma verba de R\$ 7 milhões proveniente do governo do Estado para a construção de 800 casas populares nas áreas</i>

<p>de risco da cidade, cada uma delas custando R\$ 8,5 mil. Este dinheiro seria capaz de atender 80% das mil famílias que moram em regiões de risco iminente, principalmente após a chuva do último dia 17. Os últimos registros apontam que Campinas conta com 3,5 mil famílias em locais problemáticos em relação a enchentes e desmoronamentos de encostas.</p>
<p>Pathos (apelo à emoção)</p>
<ul style="list-style-type: none"> - <u>Morosidade</u> no OP <u>agrava</u> problemas com as chuvas - Foi-se a <u>enxurrada</u>, mas ficaram os <u>números</u>. - [...]Jo Orçamento Participativo (OP) <u>foi</u> apontado como uma alternativa democrática [...] - No último dia 17, a <u>demora cobrou um alto preço</u>. - Para a população, <u>restou apenas correr</u> para salvar a própria vida. - [...] <u>prefeita Izalene Tiene (PT) afirmou</u> que “<u>não lembrava dos números de cabeça</u>” - Enquanto isso, o <u>pedreiro Antônio Lopes da Silva</u>, que vive em um barraco no Parque São Quirino, <u>não consegue dormir</u> se o céu estiver ameaçando um novo pé d’água. - Outra verba que <u>não apareceu em forma de mudanças</u> para o bem-estar dos moradores. - As verbas orçamentárias do OP-2002 <u>estariam servindo</u> para isso. - Essa última chuva foi <u>muito doída</u> para todo mundo aqui. Minha casa foi inundada e <u>perdi as coisas que lutei para comprar</u>”, lamentou. - <u>O sono tranquilo e a tragédia completa</u> agora convivem separados apenas por centímetros. - O <u>desespero é tanto</u> que a dona de casa <u>Alaíde de Jesus da Silva</u>, moradora do Cafezinho, descobriu uma ferramenta para fugir de novas enchentes que <u>não depende da Prefeitura</u>: uma escada de madeira.
<p>Ethos (credibilidade)</p>
<ul style="list-style-type: none"> - A morosidade foi <u>mostrada em reportagem</u> publicada pelo Correio no último domingo. - na página oficial da Prefeitura na Internet (http:// www.pmc.sp.gov.br) - Obras já começaram, diz <u>Braga</u>

Quadro 7. Elementos de retórica em “Morosidade no OP agrava problemas com as chuvas”

Análise retórica: argumentos racionais e emotivos misturam-se o tempo todo no texto. Não há dúvidas de que o drama dos moradores de áreas de risco é legítimo, principalmente após uma tempestade como a de fevereiro de 2003. Porém, a reportagem estabelece um culpado pelo drama: a morosidade da execução das obras do Orçamento Participativo. O título não explica a cadeia lógica que faz levar a esta conclusão, mas é importante afirmá-la como a principal informação da matéria. A primeira frase “Foi-se a enxurrada, mas ficaram os números” informa pouco, mas chama a atenção de leitores que viram uma forte tempestade que resultou em sete mortes (ALVES FILHO, 2003). A associação com números trágicos é inevitável.

Em seguida, o autor afirma que o OP “foi visto como uma alternativa democrática [...]”. O verbo no passado indica que esta concepção já não mais existe.

O tempo verbal leva o leitor a compreender que aquilo que era, já não é mais. Não há referência explícita de que o OP deixou de ser esta alternativa, mas o convencimento se dá pelas sensações. Assim, o autor afirma que “a demora cobrou um alto preço”. O que teria demorado seria a execução de serviços com os R\$ 642,6 mil decididos pelo Orçamento Participativo para investimentos em habitação. O texto não deixa claro, no entanto, que o dinheiro não seria usado para solucionar o problema, mas como uma primeira etapa de estudos para se chegar à solução. De acordo com o texto, sem a execução dos serviços, as casas foram invadidas pela enchente, mesmo havendo dinheiro disponível para resolver o problema, pois consta do site da prefeitura sua existência e destino. O endereço do site é publicado para dar credibilidade à informação. Outro fator que atesta a veracidade da hipótese é a convocação do coordenador do OP e da secretária interina de Finanças para explicar os motivos dos atrasos das obras à Câmara de Vereadores. A morosidade foi publicada pelo próprio Correio Popular, uma semana antes. Por outro lado, os problemas do OP parecem não ser considerados a sério, segundo o texto, uma vez que a prefeita não se lembra dos números “de cabeça”. Para o leitor, enquanto a prefeita *esquece* de dados importantes, os moradores não conseguem dormir. Os depoimentos são trágicos, o que é compreensível, e as afirmações do texto amplificam esta gravidade, entre “o sono tranqüilo e a tragédia completa”, o “desespero” a soluções *independentes* da prefeitura, afinal “As verbas orçamentárias do OP-2002 estariam servindo para isso”. O uso do verbo no futuro do pretérito deixa a dúvida se o dinheiro está realmente sendo empregado. A solução para o problema apontado pela reportagem seria a chegada da verba destinada pelo governo estadual que não passa pelo Orçamento Participativo.

Ao contrário dos outros textos analisados, esta reportagem busca fontes não oficiais, junto à população. Mas ao contrário do foco da participação, a procura acontece justamente como crítica ao modelo participativo do OP, que não deu conta de resolver, em pouco mais de um ano, o grave problema das famílias que moram em situações de risco.

5.3.2.8 As suspeitas sobre o OP

No final de março e início de abril, vereadores de Campinas tentaram instalar uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar os atrasos nas obras do OP, definidas em 2001 para serem executadas em 2002. No dia 2 de abril de 2003, o Correio Popular publicou matéria de Raquel Lima.

Prefeitura barganhou para barrar CEI do OP na Câmara

Vereadores negociaram execução de obras e votação de projetos com o Executivo

A fidelidade ao governo Izalene Tiene (PT) na votação da instauração de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar o Orçamento Participativo (OP), principal bandeira petista, foi acordada pela base de sustentação da atual Administração na Câmara de Campinas em dois pontos, segundo apurou o Correio: no compromisso do Executivo de agilizar o atendimento das demandas dos vereadores que votassem contrários à abertura da Comissão e sobre o projeto de lei que cria o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade GLTT (Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais). Nos bastidores, também fala-se até na negociação de cargos. A CEI do OP foi rejeitada na noite de anteontem com 14 votos contrários e seis favoráveis.

Na última quinta-feira, quatro dias antes de ocorrer a votação da CEI, o secretário municipal de Governo e Gabinete, Lauro Camara Marcondes, homem forte do governo Izalene, se reuniu com 11 vereadores da base de sustentação do governo municipal, em um hotel, no Centro.

A protelação da votação do projeto de lei n.º 328/02, de autoria do ex-parlamentar da Casa Sebastião Arcanjo (PT), o Tiãozinho, hoje deputado estadual, foi umas das condições propostas pela bancada do PDT, formada por três vereadores, dois deles evangélicos: Luiz Franco, pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, e Antônio Flores, da Igreja do Nazareno. Ainda segundo apurou o Correio, quando o projeto for votado, os vereadores da base que não forem do PT estão liberados pelo governo a votarem contrários ou não votarem. A bancada petista continuará com a posição favorável. A bancada evangélica e católica (representada pelo tucano Campos Filho) da Câmara de Campinas já havia conseguido aprovar, por dez votos contra nove, um requerimento que retirou a urgência do projeto.

O Correio procurou no final da tarde de ontem os vereadores Flores e Franco, mas eles não foram localizados. No entanto, após o almoço da última quinta-feira, Flores chegou a afirmar à reportagem que o PDT havia manifestado ao secretário que não votaria a favor do projeto que cria o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade GLTT.

O líder de Governo na Câmara de Campinas, Paulo Búfalo (PT), disse ontem que "projetos que envolvem questões de âmbito moral e religioso" foram discutidos no encontro com o secretário Marcondes. "Mas não foi falado especificamente sobre o projeto que cria o conselho da comunidade GLTT", declarou.

O deputado estadual Sebastião Arcanjo declarou que espera que a agenda de votação do seu projeto de lei seja mantida. "Fiz um pedido ao PT para que seja realizada uma audiência pública sobre o projeto ainda neste mês de abril. Minha expectativa é que a criação do conselho seja aprovada até o próximo dia 28 de junho, que é o Dia Internacional dos Direitos dos Homossexuais", afirmou Arcanjo.

Agilidade

A agilidade para atender as demandas dos vereadores teria sido um dos motivos que fizeram o tucano Pedro Serafim a votar contra a CEI do OP, segundo apurou a reportagem. Ele foi um dos sete parlamentares da Casa que assinaram o requerimento de instauração da Comissão e o único deles que mudou de posição no momento da votação e optou por vetar a abertura da CEI. "Assinei o requerimento para que ele fosse protocolizado, mas o Dário Saadi (autor do pedido de CEI e líder da bancada tucana) me deixou à vontade para votar da forma como eu achasse correta", alegou Serafim.

Saadi defendia a CEI para investigar as causas da não execução de 42% das obras demandas no OP de 2001 e que deveriam ser concluídas no ano passado, além do desvio de R\$ 28 milhões do OP para outros projetos da Administração. "Não concordo, mas respeito a posição de Serafim", afirmou ontem o líder do PSDB.

Governo nega qualquer tipo de negociação

O governo Izalene Tiene (PT) negou ontem, por meio da assessoria de imprensa do Gabinete da prefeita, qualquer tipo de negociação do Executivo com a base de sustentação no Legislativo para barrar a aprovação da CEI do OP. Para o governo municipal, "os vereadores se convenceram de que não há nenhuma irregularidade na execução do Orçamento Participativo, e que não houve desvio, e sim remanejamento de verba". Ainda de acordo com a assessoria de imprensa, "o que o governo petista fez foi colocar à disposição dos vereadores, tanto da base aliada como aqueles da oposição, todas as informações sobre a execução do OP".

Na última quinta-feira, quando se reuniu com os vereadores da base de sustentação do governo, o secretário de Governo e Gabinete, Lauro Camara Marcondes, negou que o encontro tivesse sido motivado pela votação da CEI. Ele chegou a afirmar que a tentativa de instauração da comissão não foi sequer discutida pelo grupo. Marcondes disse à reportagem, logo após o almoço, que durou cerca de duas horas e meia, que a reunião teve como tema principal o Plano de Desenvolvimento Executivo Urbano e Rural de Campinas.

No mesmo dia, o líder do Governo na Câmara, Paulo Búfalo (PT), disse que o objetivo do almoço era aumentar a "sintonia política" entre o Executivo e o Legislativo, "porque, a partir de agora, o cenário político vai pesar", referindo-se aos indícios de uma oposição mais atuante com a proximidade das eleições de 2004.

O vereador petista Ângelo Barreto disse ontem que sua intenção era justificar, em tribuna, seu voto contrário à CEI do OP. "Como ex-sindicalista, defendo que, quando se levanta alguma suspeita sobre algo, é preciso dar oportunidade para se investigar. Não vejo

problema em investigar o OP, mas segui a orientação da bancada do partido para votar contrário à instauração da CEI. Mas, se o voto fosse liberado, eu votaria favorável. Não justifiquei o voto para não criar constrangimentos e tumultuar a sessão." (RL)

Padrão de indução: o texto faz uma leitura da realidade que não é possível comprovar. Para isso, apresenta indícios que fundamentam a hipótese de que o governo “barganhou” para impedir a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito que investigaria a aplicação de verbas do Orçamento Participativo. O jornal inicialmente sustenta sua tese com a afirmação de que *apurou*. No entanto, não revela como foi feita esta apuração, se é com base em documentos, em declarações em *off*¹⁴, ou outro tipo de método de investigação. O texto lança mão de informações desconstruídas, comportamentos de vereadores que indicam que a hipótese é verossímil¹⁵. As declarações contraditórias entre o secretário de Governo e Gabinete e o líder de Governo na Câmara, a duração da reunião, o posicionamento dúbio do vereador Pedro Serafim. São peças de um quebra-cabeça que sustentam a hipótese, mas não a confirmam. Com todas estas informações, o leitor é levado a concluir que a barganha existiu, embora o jornal não a comprove. Na negociação, até nomeações políticas para cargos estariam em jogo. O jornal apresenta esta hipótese, que é abandonada ao longo do texto, porém os indícios apontados na reportagem sustentam a idéia de que é possível – se não for provável – de que a *barganha* com cargos públicos efetivamente ocorreu.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - Vereadores <u>negociaram</u> execução de obras e votação de projetos com o Executivo - [...] agilizar o <u>atendimento das demandas dos vereadores</u> que votassem contrários à abertura da Comissão [...] - <u>A CEI do OP foi rejeitada</u> na noite de anteontem com 14 votos contrários e seis favoráveis. - Na última quinta-feira, <u>quatro dias antes</u> de ocorrer a votação da CEI, o secretário municipal de Governo e Gabinete, Lauro Camara Marcondes, <u>homem forte</u> do governo Izalene, <u>se reuniu com 11 vereadores</u> da base de sustentação do governo municipal, em um hotel, no Centro. - <u>A protelação da votação</u> do projeto de lei n.º 328/02, de autoria do ex-parlamentar da Casa Sebastião Arcanjo (PT), o Tiãozinho, hoje deputado estadual, <u>foi umas das condições</u> propostas pela bancada do PDT - Ainda segundo <u>apurou</u> o Correio, quando o projeto for votado, os vereadores da base que não forem do PT estão <u>liberados pelo governo</u> a votarem contrários ou não votarem [...].

¹⁴ Declaração em que o entrevistado pede para que sua identidade não seja revelada.

¹⁵ Verossímil não significa verdadeiro. É verossímil aquilo que se parece com a verdade, que é plausível, mas pode não ser a verdade.

<ul style="list-style-type: none"> - A bancada <u>evangélica e católica</u> (representada pelo tucano Campos Filho) da Câmara de Campinas já havia conseguido aprovar, por dez votos contra nove, um requerimento que retirou a urgência do projeto. - Flores chegou a afirmar à reportagem que o PDT havia manifestado ao secretário que <u>não votaria a favor do projeto</u> [...] - O líder de Governo na Câmara de Campinas, Paulo Búfalo (PT), disse ontem que "<u>projetos que envolvem questões de âmbito moral e religioso</u>" foram discutidos no encontro com o secretário Marcondes. "Mas não foi falado <u>especificamente</u> sobre o projeto que cria o conselho da comunidade GLTT", declarou. - <u>A agilidade para atender as demandas dos vereadores teria sido um dos motivos que fizeram o tucano Pedro Serafim a votar contra a CEI do OP, segundo apurou a reportagem.</u> - <u>[...] o único deles que mudou de posição no momento da votação [...].</u> - Saadi defendia a CEI para investigar as causas da <u>não execução de 42% das obras demandas no OP de 2001</u> e que deveriam ser concluídas no ano passado, além <u>do desvio de R\$ 28 milhões do OP para outros projetos da Administração</u> [...]. - Lauro Camara Marcondes, <u>negou que o encontro tivesse sido motivado pela votação da CEI.</u> - [...] o almoço, que <u>durou cerca de duas horas e meia</u> [...]. - [...] a reunião teve como <u>tema principal o Plano de Desenvolvimento Executivo Urbano e Rural de Campinas.</u> - No mesmo dia, o líder do Governo na Câmara, Paulo Búfalo (PT), disse que <u>o objetivo do almoço era aumentar a "sintonia política"</u> [...]. - "[...] <u>seguir a orientação da bancada do partido</u>" [...].
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - Prefeitura <u>barganhou</u> para barrar CEI do OP na Câmara - Nos <u>bastidores</u>, também <u>fala-se</u> até na <u>negociação de cargos</u>. - [...] o secretário municipal de Governo e Gabinete, Lauro Camara Marcondes, <u>homem forte do governo Izalene</u> [...] - [...] além <u>do desvio de R\$ 28 milhões do OP para outros projetos da Administração</u> [...] - [...] <u>je que não houve desvio, e sim remanejamento de verba</u> [...]
Ethos (credibilidade)
<ul style="list-style-type: none"> - [...] segundo apurou o Correio: [...]. - Ainda segundo apurou o Correio, [...]. - O Correio procurou no final da tarde de ontem os vereadores Flores e Franco, mas eles não foram localizados.

Quadro 8. Elementos de retórica em "Prefeitura barganhou para barrar CEI do OP na Câmara"

Análise retórica: o texto faz uma série de conexões lógicas para comprovar a hipótese da *barganha* que resultou no arquivamento do pedido de instalação da CEI. No entanto, há elementos que apelam à emoção e também que buscam dar credibilidade ao texto a partir da autoridade do jornal.

O primeiro elemento emotivo está no título, com a utilização da palavra *barganhou*. Sinônimo de trocar e de negociar, barganhar remete a uma negociação

espúria, indevida, ilícita. “trocar favor e/ou privilégio de forma pouco ética [...]”, em especial na política (BARGANHAR, [2001]). Há uma acusação de falta de ética na negociação, que os argumentos da matéria tentarão demonstrar e convencer.

Outra afirmação que busca o convencimento pelas sensações é a de que “nos bastidores, também fala-se até na negociação de cargos”. Esta afirmação é abandonada na seqüência do texto, porém apela às sensações do público, uma vez que a troca de cargos políticos por apoio no Legislativo é prática condenada pelo senso comum. A expressão “nos bastidores” dá o caráter de segredo revelado, algo descoberto para o bem do público.

O secretário de Governo e Gabinete é chamado de *homem forte*, o que demonstra o peso de seu encontro com os vereadores e de como ele está credenciado a negociar, ou barganhar, com eles. A expressão utilizada quer deixar claro que não se trata apenas do secretário que está mais próximo à prefeita, é também aquele que tem mais poderes.

Outro mecanismo de apelar às sensações e sentimentos da população está no uso da palavra *desvio* para indicar que R\$ 28 milhões de recursos que tinham destinação definida pelo Orçamento Participativo foram utilizados em outras áreas da administração. O secretário de governo afirma que não houve *desvio*, mas *remanejamento*. Em princípio, tanto uma palavra quanto a outra podem significar a mesma coisa. Porém, a expressão *desvio de verba*, como é o caso, por se tratar de dinheiro público, pode ser entendida como “extravio fraudulento; descaminho, desfalque, sumiço” (DESVIO, [2001]), enquanto que remanejamento pode ser compreendido como “modificação” (REMANEJAMENTO, [2001]). A escolha da palavra *desvio* remete à fraude, à ilegalidade, ao mau uso do dinheiro público, enquanto que a denúncia do jornal se refere à aplicação em finalidade diferente daquela que havia sido definida no âmbito da administração pública, sem que houvesse fraude ou uso do dinheiro público para fins particulares.

Para dar credibilidade à sua argumentação, o nome do jornal é utilizado três vezes no texto. Em duas passagens, afirma-se que o “Correio apurou” as

informações e em outra “segundo apurou a reportagem”. Por isso, o leitor pode acreditar nelas, apesar de que o jornal não explique como foi feita esta apuração e de que possui provas para se sentir à vontade para publicá-las. O nome do jornal também é usado para dizer que dois vereadores foram procurados, mas não foram encontrados. Prática comum nos jornais, tenta demonstrar que a apuração foi isenta e que a todos os envolvidos foi dado o direito de se manifestar. Não caberia, portanto, dúvida quanto à seriedade da apuração.

A argumentação lógica é composta por uma teia de informações que isoladas não são capazes de comprovar a existência da *barganha*, porém unidas umas às outras, demonstram a verossimilhança da hipótese sustentada pelo diário. O texto começa com a afirmativa de que houve a negociação e quais foram as condições: arquivamento da CEI em troca de agilização de obras e serviços pedidos pelos vereadores e adiamento da votação de um projeto que encontra resistência entre parlamentares evangélicos e católicos. O arquivamento da CEI, com 14 votos contrários e seis favoráveis é um indício de que a negociação teve sucesso. Quatro dias antes, o homem forte, ou seja, aquele que detém mais poderes, depois da prefeita, reuniu-se em um hotel com 11 vereadores, para um almoço que durou duas horas e meia. Foi, portanto, um encontro em um local privado, para um almoço que demorou mais que o normal para um encontro descompromissado, com tempo suficiente para que a negociação acontecesse. O governo permitiu aos vereadores da situação que votem como quiserem no projeto de criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade GLTT (Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais). O projeto encontrava resistências entre os vereadores religiosos, que já haviam conseguido uma vitória sobre o governo, retirando o projeto do regime de urgência. Um dos vereadores da base, Antonio Flores, declarou que seria contrário ao projeto. O líder de governo não admite a negociação, mas diz que "projetos que envolvem questões de âmbito moral e religioso' foram discutidos no encontro". O posicionamento dubio do vereador Pedro Serafim, único que assinou o requerimento de instalação da CEI e que depois votou contra, é também um indício de que houve a negociação. O secretário de Governo e Gabinete negou que a CEI tivesse sido o motivo do encontro, e afirmou que na pauta estava o Plano de Desenvolvimento Executivo Urbano e Rural de Campinas. Porém, o líder de governo apresenta outro motivo para o almoço, que seria “aumentar a sintonia política” da prefeitura com os

vereadores. Outro indício é que o PT determinou à bancada que votasse contra a CEI, demonstrando a posição contrária do governo à instalação da comissão. Um dos vereadores petistas declarou que votou em obediência à bancada.

Essa teia de argumentos tem o objetivo de conduzir o leitor à conclusão de que a *barganha* existiu, sem comprovar se houve, sem verificar se os pedidos dos vereadores passaram a ter outro tipo de encaminhamento na administração.

5.3.2.9 A hipótese do desvio de verba

No dia 3 de abril de 2003, o Correio publicou matéria de autoria de Raquel Lima sobre a negativa da prefeita em dar explicações sobre o remanejamento de verbas do OP. O título “Prefeita nega explicação sobre desvio de verba do OP” conta apenas uma face da verdade. Abaixo segue a íntegra do texto.

Prefeita nega explicação sobre desvio de verba do OP

‘Não há necessidade de detalhar isso’, declarou ontem Izalene Tiene (PT) à reportagem

A prefeita de Campinas, Izalene Tiene (PT), se recusou ontem a explicar a execução da verba de cerca de R\$ 28 milhões do Orçamento Participativo de 2002 que foi remanejada para outros projetos da Administração. Questionada sobre o assunto pelo Correio, a petista afirmou: “Não há necessidade de detalhar isso”. E “recomendou” à reportagem que a pergunta fosse feita ao novo secretário de Finanças, Sérgio Vital Silva. Izalene afirmou também que o governo municipal ainda não apresentou os dados sobre onde foi investido o dinheiro do OP que foi desviado para outras finalidades “para não deixar o jornal sem assunto”.

As declarações da prefeita foram feitas após ela apresentar ao Legislativo a prestação de contas e os resultados da viagem de oito dias que ela realizou à Europa com outros quatro integrantes da Administração. A viagem custou R\$ 65 mil (leia texto abaixo).

Após as afirmações da petista, o Correio procurou, por meio da assessoria de imprensa da Prefeitura, o secretário municipal das Finanças. Ele respondeu, por meio da assessoria, que não poderia falar sobre o assunto por telefone, mas que atenderia a reportagem hoje, em seu gabinete. As respostas da petista repercutiram mal

entre os vereadores da oposição, que tentaram a instauração de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar o OP. A tentativa foi frustrada na última segunda-feira, com 14 votos contrários e seis favoráveis.

“A Câmara não pode aceitar o fato de não saber onde parte dos recursos previamente destinados para o Orçamento Participativo foi aplicado. É uma questão de honra. A prefeita é quem tem autoridade sobre o secretário de Finanças e, portanto, a responsável final por dar explicações sobre os atos do governo é da chefe do Executivo”, afirmou o tucano Dário Saadi, autor do requerimento que pedia abertura da CEI. “É obrigação da prefeita responder sobre o que faz com o dinheiro público. A recusa da prefeita (em explicar a execução do OP) é mais um capítulo do PT que diz ‘faça o que eu falo mas não faça o que eu faço’”, completou Tadeu Marcos (PMDB).

O Correio tentou falar ontem à noite por várias vezes, durante a sessão ordinária da Câmara, com o líder de governo no Legislativo, Paulo Búfalo (PT), mas ele não conversou com a reportagem sob a alegação de que precisava falar na tribuna. Após o final da sessão, a reportagem ligou em seu celular, mas ninguém atendeu.

Em relação à votação da CEI do OP, a prefeita de Campinas disse que considera o resultado “inteligente e de bom senso”. “Todos os dados foram apresentados para os vereadores dentro da nossa proposta de transparência.”

Na edição de ontem, o Correio revelou que os votos contrários à CEI custaram ao governo do PT o compromisso de agilizar o atendimento das demandas dos vereadores que derrubassem a comissão e a protelação da votação do projeto de lei que cria o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade GLTT (Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais), o que foi negado pela Administração. Nos bastidores, também fala-se na negociação de cargos.

Pedido de CEE surpreende PT

A bancada do PT na Câmara de Campinas foi pega de surpresa, na sessão de ontem à noite, com um requerimento da vereadora Terezinha de Carvalho (sem partido) que pedia a constituição de uma Comissão Especial de Estudos (CEE) para analisar o Orçamento Participativo (OP). A alegação é que haveria “constrangimento”. A “sorte” da base de sustentação do governo é que o documento foi protocolado com apenas uma assinatura, a da própria vereadora. Para ser apreciado pela Casa, o requerimento precisa de sete assinaturas.

Na busca por seis outros nomes, Terezinha admitiu ter encontrado dificuldades. “O problema é que os outros vereadores não têm a mesma visão que eu. É preciso sim estudar o processo e a eficácia do Orçamento Participativa mas, como legalista, sei que existem outros instrumentos antes de recorrermos ao remédio mais grave”, disse a vereadora que votou contra a instauração da CEI do OP.

Se a vereadora conseguir as sete assinaturas, o requerimento voltará para votação na próxima sessão, na segunda-feira, segundo informou a Câmara.

“É lastimável que após a rejeição de uma CEI alguém venha propor estudar o que precisa ser investigado”, afirmou Dário Saadi (PSDB), autor do requerimento da CEI do OP. “Se essa CEE for aprovada, será uma prova de que estão querendo encobrir o sol com a peneira”, disse o vereador Jota Silva (PMDB). (RL)

Padrão de Inversão: o fato de a prefeita não explicar aonde foram R\$ 28 milhões do Orçamento de 2002, destinados a obras e serviços do OP, tornou-se o fato principal da matéria. No entanto, a recusa é acompanhada de encaminhamento: que seja procurado o secretário de Finanças, que poderá dar as explicações solicitadas. O secretário recusa-se a dar entrevista sobre o tema por telefone e concorda em conceder entrevista pessoalmente no dia seguinte. Apesar da disposição, a negativa da prefeita é colocada como se a administração toda se recusasse a falar. Para compreensão do contexto é importante analisar a situação. Izalene Tiene havia voltado há três dias de uma viagem de uma semana à Europa. Estava na Câmara na tarde de 2 de abril para apresentar um relatório da viagem aos vereadores. Pouco antes da viagem, o Correio Popular publicou as primeiras matérias sobre o “desvio” de R\$ 28 milhões do OP. Enquanto ela estava na Europa, o jornal publicou uma série de notícias sobre o desvio e a tentativa da oposição de instalar uma CEI. É plausível supor que a prefeita estivesse informada do noticiário e dos acontecimentos na Câmara. Mas também é possível que, naquela tarde em que havia se preparado para falar da viagem com os vereadores, a prefeita não tivesse em mãos dados e informações suficientes para responder à jornalista. Portanto, a negativa da prefeita poderia, sim, ser digna de registro no jornal. Mas transformá-la em notícia de grande destaque é característico do padrão de inversão.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>A prefeita de Campinas, Izalene Tiene (PT), <u>se recusou</u> ontem a explicar a execução da verba de cerca de R\$ 28 milhões do Orçamento Participativo de 2002 que foi remanejada para outros projetos da Administração.</i> - <i>Após as afirmações da petista, o Correio procurou, por meio da assessoria de imprensa da Prefeitura, o secretário municipal das Finanças. Ele respondeu, por meio da assessoria, que <u>não poderia falar sobre o assunto por telefone</u>, mas que atenderia a reportagem hoje, em seu gabinete.</i>
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Prefeita <u>nega explicação</u> sobre desvio de verba do OP</i> - <i>'<u>Não há necessidade de detalhar isso</u>', declarou ontem Izalene Tiene (PT) à reportagem</i> - <i>E <u>"recomendou"</u> à reportagem que a pergunta fosse feita ao novo secretário de Finanças, Sérgio Vital Silva.</i> - <i>Izalene afirmou também que o governo municipal ainda não apresentou os dados sobre onde foi investido o dinheiro do OP que foi desviado para outras finalidades "<u>para não deixar o jornal sem assunto</u>".</i> - <i>As respostas da petista <u>repercutiram mal</u> entre os vereadores da oposição [...].</i> - <i>"A Câmara <u>não pode aceitar o fato de não saber</u> onde parte dos recursos previamente destinados para o Orçamento Participativo foi aplicado. É uma questão de honra. A prefeita é quem tem autoridade sobre o secretário de Finanças e, portanto, <u>a responsável final</u> por dar</i>

<p><i>explicações sobre os atos do governo <u>é da chefe do Executivo</u>”, afirmou o tucano Dário Saadi,</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>“<u>É obrigação</u> da prefeita responder sobre o que faz [...]” (declaração do vereador Tadeu Marcos).</i> - <i>Após o final da sessão, a reportagem ligou em seu celular, <u>mas ninguém atendeu</u>.</i> - <i>Em relação à votação da CEI do OP, a prefeita de Campinas disse que considera o resultado <u>“inteligente e de bom senso”</u>. “Todos os dados foram apresentados para os vereadores dentro da nossa proposta de transparência.”</i> - <i>Na edição de ontem, <u>o Correio revelou</u> que os votos contrários à CEI <u>custaram</u> ao governo do PT o <u>compromisso de agilizar</u> o atendimento das demandas dos vereadores que derrubassem a comissão e a <u>protelação da votação</u> do projeto de lei que cria o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade GLTT (Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais), o que foi negado pela Administração.</i> - <i>Nos <u>bastidores</u>, também <u>fala-se na negociação</u> de cargos.</i>
Ethos (credibilidade)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>[...] <u>o Correio procurou</u>, por meio da assessoria de imprensa da Prefeitura, o secretário municipal das Finanças.</i> - <i><u>O Correio tentou falar ontem à noite por várias vezes</u>, durante a sessão ordinária da Câmara, com o líder de governo no Legislativo, Paulo Búfalo (PT),</i> - <i>[...] <u>a reportagem ligou</u> em seu celular,</i> - <i>Na edição de ontem, <u>o Correio revelou [...]</u></i>

Quadro 9. Elementos de retórica em “Prefeita nega explicação sobre desvio de verba do OP”

Análise retórica: o texto credita à prefeita três declarações contraditórias. Na primeira, ela diz que “não há necessidade de detalhar” para onde foi o dinheiro destinado a obras e serviços do OP. A segunda indica que o jornal pode conseguir as informações que deseja com o secretário de Finanças, que se prontificou a atender a repórter pessoalmente no dia seguinte. A terceira declaração é uma ironia da prefeita ao comportamento do jornal, que há vários dias publicava reportagens sobre o tema. No entanto, título e linha fina da reportagem destacam apenas a negativa da prefeita. Ao dizer no título que a prefeita “nega explicação” o jornal transmite ao leitor de que há algo a ser escondido.

Uma série de argumentos sustenta a hipótese de que há dados não revelados. O posicionamento do jornal na tentativa de obter a informação desejada é notado três vezes no texto: “o Correio procurou”, o “Correio tentou falar” e “a reportagem ligou”. O leitor é informado de que o jornal procurou a informação, mas que não encontrou a resposta. Assim, acredita-se que a resposta está escondida.

A hipótese da informação negada e escondida é reafirmada com entrevistas e tentativas de entrevistas. A negativa do secretário de Finanças em atender a

reportagem por telefone é o primeiro argumento que reforça a negação, embora o secretário tenha se colocado à disposição para atender a jornalista no dia seguinte.

A repercussão das respostas foi negativa entre os vereadores da oposição. O texto não deixa claro, mas duas hipóteses são mais prováveis: os vereadores ouviram as respostas ou foram informados pela reportagem de seu conteúdo. A repercussão reforça a hipótese de que a prefeita esconde informações do jornal e, portanto, do público. O vereador Dário Saadi, do PSDB, partido de oposição, que disputou com o PT o segundo turno das eleições de 2000, afirma que “a câmara não pode aceitar” não saber para onde foi o dinheiro previsto para obras do OP e que a prefeita é a autoridade máxima que deve explicações sobre a aplicação dos recursos. Outro vereador de oposição, Tadeu Marcos, reforça com o argumento de que é “obrigação” da prefeita fornecer as informações. Por outro lado, a negativa do líder do governo em conversar com a reportagem, reforça a sensação de que existem informações mantidas em segredo.

Uma quarta declaração da prefeita, desta vez sobre o arquivamento do pedido de CEI, é usada para reafirmar a idéia de que há algo escondido. A prefeita diz que a decisão de derrubar a instalação foi “inteligente e de bom senso”. Na seqüência, o texto afirma que o jornal “revelou” que a decisão da Câmara foi tomada com base em troca de favores entre Executivo e Legislativo. Para o leitor, fica a sensação de que a Prefeita esconde informações, enquanto o jornal revela a verdade.

5.3.2.10 O desconhecimento acerca do OP

No dia 11 de maio, domingo, o Correio Popular publica reportagem de Raquel Lima, que foi manchete do jornal, sobre o desconhecimento do que é o Orçamento Participativo por parte da população de Campinas. “69% dos campineiros

desconhecem o OP” é o título que sustenta que o programa da administração não permite a participação dos cidadãos de fato, pois a população não o conhece.

69% dos campineiros desconhecem o OP

Segundo pesquisa DataCorp, apenas três em cada sete eleitores de Campinas dizem saber o que é o Orçamento Participativo

Após quase dois anos e meio de governo do PT em Campinas, o Orçamento Participativo (OP), uma das principais bandeiras do partido, ainda é desconhecido por 69% dos eleitores da cidade. Esse é o resultado da pesquisa DataCorp realizada nos últimos dias 25 e 26, que apontou também que a maior parte da população se sente desinformada em relação às ações e trabalhos da Prefeitura e ao rumo dado ao dinheiro público.

O DataCorp é o instituto de pesquisa da Rede Anhangüera de Comunicação (RAC), publicadora dos jornais Correio Popular e Diário do Povo, e detentora do portal Cosmo On Line (www.cosmo.com.br) e da Agência Anhangüera de Notícias (AAN).

Para obter o índice de 69% de desconhecimento do projeto Orçamento Participativo, foi dada mais uma chance de resposta aos entrevistados que não souberam dizer, na primeira vez, se conheciam ou já tinham ouvido falar sobre a sigla OP. O eleitor foi questionado se já tinha ouvido falar no "Orçamento Participativo". Além disso, foram feitos testes como garantia de consistência das respostas: quando o entrevistado respondia positivamente sobre o conhecimento da sigla OP, era perguntado o significado e, quando a resposta estava errada, então foi considerada como "não sabe".

Segundo a pesquisa, dos 31,3% eleitores que afirmaram conhecer o Orçamento Participativo, 26,1% ficaram sabendo do OP por meio da TV. O mesmo percentual soube do projeto por meio de jornal e 22,3% por anúncios publicitários. Em seguida, aparecem as associações de bairro (8,5%), boca a boca (4,8%), rádio (3,7%), escola (2,1%), campanha eleitoral (1,6%), Prefeitura (1,6%), serviço (1,1%) e faculdade, mídia, palestra e programa do PT, com 0,5% cada um.

Quase 80% (79,8%) dos entrevistados que afirmaram conhecer o OP nunca participaram de uma reunião do OP. Entre os que já participaram, 36,8% foram apenas uma vez às assembleias do OP. Ainda dentro desse grupo, 60,5% participaram de uma reunião do OP pela última vez em 2002, enquanto que para 29%, a última presença em uma reunião do projeto foi neste ano e, para 10,5%, em 2001, quando foi implantado o OP em Campinas.

Prefeitura x OP

Para 57,9% dos entrevistados que disseram conhecer o OP, a Prefeitura de Campinas respeita em parte o Orçamento Participativo. Outros 23,7% responderam que o governo Izalene Tiene (PT) desrespeita o OP. Já 10,5% consideram que o Executivo respeita totalmente o OP. Um grupo de 7,9% não soube responder à pergunta.

Metade dos eleitores de Campinas que conhecem o OP disse aprovar em parte o projeto do Orçamento Participativo. A aprovação é total por 35,10% dos eleitores desse grupo. O OP é reprovado por 7,45% dos eleitores. O mesmo percentual não soube se posicionar sobre o projeto petista.

Falhas

Em Campinas, dos R\$ 51,5 milhões reservados para as obras e projetos do Orçamento Participativo de 2002, apenas R\$ 16,5 milhões foram executados dentro do prazo, ou seja, até dezembro do ano passado, o equivalente a 32%. A oposição ao governo Izalene na Câmara tentou instaurar uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar o atraso e o destino dos R\$ 35 milhões restantes dos recursos do OP. No entanto, a CEI foi rejeitada por 14 votos contrários e seis favoráveis.

O descontentamento da população em relação às informações públicas não estão restritas ao Orçamento Participativo. Dos eleitores entrevistados, 70,8% afirmaram estarem desinformados em relação ao rumo dado ao dinheiro público. Outros 21,50% responderam estarem pouco informados sobre o assunto. O índice de entrevistados que declararam estarem "informados" e "muito bem informados" sobre o destino do recurso da Prefeitura é 4,2% e 3,5%, respectivamente.

O mesmo ocorre em relação às ações e trabalhos da Prefeitura de Campinas: desinformados (43%), pouco informados (43,8%), informados (8,2%) e muito bem informados (5%).

Coordenador rechaça imagem e fala em controle social

O coordenador do Orçamento Participativo (OP) de Campinas, José Reinaldo Braga, disse que não é propósito da Administração Municipal fazer do OP "um instrumento de marketing e de vitrine do governo". "O nosso objetivo é fazer do Orçamento Participativo um controle social sobre o dinheiro público", declarou Braga, ao comentar os resultados da pesquisa.

Na análise do coordenador, o OP ser conhecido por 31% do eleitorado "é um resultado positivo". "Ainda estamos no terceiro ano do OP. Campinas tem 1 milhão de habitantes. Nós optamos em iniciar os trabalhos de divulgação do projeto a partir das lideranças de bairro, até porque precisávamos construir a metodologia do OP", afirmou. "Não podemos desconsiderar a história do País, onde a população nunca teve esse tipo de participação no governo. Hoje, quem conhece o OP, entende como a máquina administrativa funciona", completou.

O coordenador de Comunicação da Prefeitura de Campinas, Artur Scavone, disse que os resultados da pesquisa DataCorp em relação ao nível de conhecimento da população sobre o Orçamento Participativo, ações e trabalhos da Prefeitura e o rumo dado ao dinheiro público do Município "têm fundamento". Segundo o coordenador, a capacidade de divulgação do governo municipal "é baixa". "Não temos estrutura para uma comunicação adequada", afirmou.

Scavone declarou ainda que "o Correio foi feliz na campanha oposicionista eleitoral contra o governo popular e democrático de Izalene Tiene". "A grande parte da sensação de desinformação da população é causada por essa campanha política de oposição declarada", disse Scavone. De acordo com o coordenador de Comunicação, os trabalhos desenvolvidos no ano passado, quando foram gastos cerca de R\$ 2 milhões, "não tiveram caráter de campanha de mídia de massa". "É o que vamos tentar fazer neste ano", disse. Segundo Scavone, em 2003 deverão ser gastos R\$ 2,4 milhões com comunicação. "É um valor irrisório", afirmou o coordenador, indicado pelo secretário Lauro Camara Marcondes

(Governo e Gabinete). "Nossa função será dar holofote a determinados assuntos da Administração", declarou Scavone ao chegar à Coordenadoria de Comunicação da Prefeitura.

A assessoria de imprensa da prefeita Izalene Tiene (PT) informou que a prefeita não poderia receber a reportagem do Correio por "motivo de agenda". A avaliação da petista sobre a pesquisa DataCorp foi encaminhada por meio de nota oficial por sua assessoria. (leia a íntegra do documento nesta página). (RL)

Pesquisa ouviu 600 eleitores

O DataCorp entrevistou, pessoalmente, 600 eleitores nos dias 25 e 26 de abril. O plano amostral levou em conta dados relativos a variáveis como sexo, faixa etária, escolaridade e renda. As fontes utilizadas foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A cidade foi dividida em regiões e seguiu critérios de densidade populacional e eleitoral, passando por teste de proporcionalidade e compreendendo toda a área urbana, periferia e distritos. As fontes foram as Administrações Regionais (ARs) e a Secretaria da Saúde. A margem de erro máxima é de 4,3% para mais ou para menos, em um intervalo de 95%. O diretor do DataCorp é Marco Aurélio Matallo Pavani. (RL)

PONTO DE VISTA

Teoria e prática

Gaudêncio Torquato

Os dados da pesquisa mostram que a comunidade não tem conhecimento de conceitos mais técnicos. O OP, por si só, já é um termo complexo, que afasta grupos de eleitores avessos a questões mais técnicas. A pesquisa evidencia ainda que o PT não conseguiu popularizar o OP. Isso é uma falha na comunicação do governo. Também pode ser um receio das administrações em quererem massificar demais o que trata de recursos públicos. Pode haver uma intenção de não se mexer muito em assunto que pode gerar polêmica. A verdade é que o OP é um discurso eleitoral muito bem arrumado de como tratar o dinheiro público. Mas prometer é uma coisa e executar é outra. Esse é o momento de colocar em prática o que foi prometido em campanha. Caso contrário, esses dados poderão ser usados, com competência, pela oposição.

Gaudêncio Torquato é cientista político da USP e consultor de comunicação política

Padrão de Fragmentação: o fato é retirado de seu contexto. O desconhecimento do OP pela maioria da população, sem dúvida é um fato relevante. Mas em que contexto ele se insere? A matéria fornece poucas informações ao leitor para que ele compreenda a pesquisa. As informações presentes a respeito da contextualização são o tempo em que o PT está no governo ("quase dois anos e meio") e que o programa é uma das principais bandeiras do partido, as falhas da aplicação dos recursos em Campinas, a tentativa de instalar uma CEI na Câmara. O texto não traz dados importantes que poderiam colaborar na contextualização, como

por exemplo: nunca houve na cidade e nem no estado de São Paulo nenhum programa de popularização do Orçamento Municipal, não há dados sobre o conhecimento da população sobre orçamento público anteriores à administração petista. Não há referência a pesquisas como esta realizada anteriormente e isto permite apenas um “retrato” do momento, sem que haja qualquer possibilidade de comparação. Desta forma, toda leitura é possível, como fica evidente a diferença de enfoque entre o jornal, que abordou a desconhecimento de 69% da população e o do coordenador do OP, que prefere ver que 31% dos eleitores conhecem o programa implantado há pouco tempo. A pesquisa foi realizada pelo DataCorp, instituto de pesquisa pertencente à RAC. No entanto, a reportagem também não informa qual o objetivo da pesquisa e se será realizada novamente, em outro período. A ausência dessas informações leva a crer que a pesquisa foi feita especialmente para identificar o conhecimento e a aprovação do OP naquele momento, sem preocupação com o passado ou com o futuro. Ao leitor, as avaliações acima nem sempre são claras e o mais importante parece ser o desconhecimento da população em relação ao OP, sem que haja preocupação com o contexto em que este desconhecimento ocorra.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - [...] o Orçamento Participativo (OP), uma das principais bandeiras do partido, ainda é <u>desconhecido por 69%</u> dos eleitores da cidade. - [...] foi dada <u>mais uma chance</u> de resposta aos entrevistados - [...] dos <u>31,3%</u> eleitores que afirmaram conhecer o Orçamento Participativo, <u>26,1%</u> ficaram sabendo do OP por meio da TV. [...] - Quase <u>80% (79,8%)</u> dos entrevistados que afirmaram conhecer o OP nunca participaram de uma reunião do OP[...] - Para <u>57,9%</u> dos entrevistados que disseram conhecer o OP, a Prefeitura de Campinas respeita em parte o Orçamento Participativo. Outros <u>23,7%</u> responderam que o governo Izalene Tiene (PT) desrespeita o OP. Já <u>10,5%</u> consideram que o Executivo respeita totalmente o OP. - <u>Metade</u> dos eleitores de Campinas que conhecem o OP disse aprovar em parte o projeto do Orçamento Participativo. [...] - Em Campinas, dos R\$ 51,5 milhões reservados para as obras e projetos do Orçamento Participativo de 2002, apenas <u>R\$ 16,5 milhões foram executados dentro do prazo</u>, ou seja, até dezembro do ano passado, o equivalente a 32%.
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - Após <u>quase dois anos e meio</u> de governo do PT em Campinas, o Orçamento Participativo (OP), <u>uma das principais bandeiras do partido, ainda é desconhecido</u> [...] - [...] <u>apenas R\$ 16,5 milhões foram executados dentro do prazo</u>, [...] - Scavone declarou ainda que "o Correio foi feliz na <u>campanha oposicionista eleitoral</u> contra o governo popular e democrático de Izalene Tiene". "A grande parte da sensação de

<p>desinformação da população é causada por essa campanha política de oposição declarada", disse Scavone.</p>
<p>Ethos (credibilidade)</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Esse é o resultado da pesquisa <u>DataCorp</u> realizada nos últimos dias 25 e 26, - O <u>DataCorp</u> é o <u>instituto de pesquisa da Rede Anhangüera de Comunicação (RAC)</u>, - <u>O eleitor foi questionado se já tinha ouvido falar no "Orçamento Participativo"</u>. - Além disso, foram feitos testes como <u>garantia de consistência</u> das respostas: quando o entrevistado respondia positivamente sobre o conhecimento da sigla OP, era perguntado o significado e, quando a resposta estava errada, então foi considerada como "não sabe". - O <u>DataCorp</u> entrevistou, pessoalmente, <u>600 eleitores</u> nos dias 25 e 26 de abril. - [...] <u>não é propósito da Administração Municipal fazer do OP "um instrumento de marketing e de vitrine do governo"</u>. (declaração do Coordenador do OP) - Na análise do coordenador, o OP ser conhecido por 31% do eleitorado "<u>é um resultado positivo</u>". [...] - O coordenador de Comunicação da Prefeitura de Campinas, Artur Scavone, disse que os resultados da pesquisa <u>DataCorp</u> em relação ao nível de conhecimento da população sobre o Orçamento Participativo, ações e trabalhos da Prefeitura e o rumo dado ao dinheiro público do Município "<u>têm fundamento</u>". - Os dados da pesquisa mostram que a comunidade <u>não tem conhecimento de conceitos mais técnicos</u>. O OP, por si só, já é um termo complexo, que afasta grupos de eleitores avessos a questões mais técnicas. A pesquisa evidencia ainda que <u>o PT não conseguiu popularizar o OP</u>. Isso é uma falha na comunicação do governo. (declaração de Gaudêncio Torquato) - A verdade é que o OP <u>é um discurso eleitoral</u> muito bem arrumado de como tratar o dinheiro público. Mas prometer é uma coisa e <u>executar é outra</u>. (declaração de Gaudêncio Torquato)

Quadro 10. Elementos de retórica em "69% dos campineiros desconhecem o OP

Análise retórica: a reportagem explora argumentos lógicos para demonstrar o desconhecimento da população. São diversos índices percentuais que comprovam o enunciado do título. Embora o texto trate também de outros assuntos, serão analisados aqui apenas os aspectos que dizem respeito ao Orçamento Participativo.

A matéria inicia mesclando argumentos lógicos com emocionais. Embora diga que 69% dos campineiros desconheçam o OP, salienta que ele foi implantado há "quase dois anos e meio", de que é uma "das principais bandeiras do PT" e que "ainda" é desconhecido. Este enunciado leva o leitor a refletir que há tanto tempo em implantação e com a importância que têm para o PT, o programa já deveria ser mais conhecido. A leitura provavelmente seria outra se a construção fosse "implantado há apenas dois anos e meio o Orçamento Participativo já é conhecido por 31% dos eleitores de Campinas". São diferenças que não alteram o conteúdo, mas a forma de percepção da informação.

Convencido de que o OP é pouco conhecido, o Correio apresenta uma série de dados que comprovam a hipótese. Diversos índices percentuais são apresentados, o que dão à notícia o caráter de ser verdadeira, por poder ser comprovada quantitativamente. Também são apresentados os valores previstos efetivamente aplicados no município em 2002.

Além da primeira oração, o restante do texto também traz outros argumentos emotivos, como a afirmação de que “*apenas* R\$ 16,5 milhões foram executados dentro do prazo” previsto. Tratando-se de serviço público no Brasil, o investimento de tal valor dentro do prazo poderia ser considerado uma vitória, desde que para isso houvesse alguma comparação.

O coordenador de Comunicação da Prefeitura atribui à “campanha oposicionista eleitoral” do jornal os resultados da pesquisa. A resposta parece ser uma apelação aos resultados indesejados, que comprovariam sua veracidade.

O jornal publica como foi realizada a pesquisa e este é um dos fatores que dá a ela credibilidade. É informado quem fez (DataCorp), de quem é o instituto (RAC) e a metodologia utilizada. Além disso, fica evidente que o eleitor teve condições de responder sem que houvesse margem de dúvida, com a realização de “testes como garantia de consistência das respostas”.

As declarações dos responsáveis pela administração, embora tentem amenizar os aspectos negativos da pesquisa, dão a ela credibilidade, por não questionarem os resultados. O coordenador do OP, por exemplo, tenta inverter a leitura do jornal, ao afirmar que 31% de reconhecimento é “positivo”. Já o coordenador de Comunicação diz que os resultados “têm fundamento”. Por fim, a credibilidade da pesquisa é atestada pela opinião de um cientista político que confirma que a população, em geral, “não tem conhecimento de conceitos mais técnicos” e que o PT não conseguiu popularizar o OP. Afirma ainda que o programa é um “discurso eleitoral” e que é diferente promê-lo de executá-lo.

Fecha-se assim uma página em que o OP é apresentado como programa eleitoral que não encontrou ressonância junto ao eleitorado por falhas em sua aplicação. Não foi possível analisar a nota da prefeita, que segundo o texto, foi publicada na mesma página, mas que pela pesquisa por meio da internet, a nota não foi recuperada.

5.3.2.11 O OP como instrumento pedagógico na educação formal

O uso do OP pela Secretaria de Educação como instrumento pedagógico é objeto de uma série de matérias no Correio Popular. Aqui será analisada uma delas, publicada em 3 de julho de 2003, sob o título “Uso do OP na reposição de aulas gera polêmica”, escrita pelos jornalistas Rose Guglielminetti e Diego Zanchetta.

Uso do OP na reposição de aulas gera polêmica

Secretaria de Educação quer aproveitar atividades do Orçamento Participativo nas escolas para compensar os dias parados durante a greve

A sugestão da secretária de Educação de Campinas, Co-rinta Geraldí, de incluir atividades do Orçamento Participativo (OP) na rede municipal de ensino como forma de compensar os dias de aulas perdidos com a greve dos servidores municipais, que durou 47 dias, provocou diferentes reações entre especialistas, parlamentares e no próprio conselho das escolas. O OP é a principal bandeira das administrações municipais petistas. A proposta de levar os estudantes às atividades do projeto foi publicada na última terça-feira no Diário Oficial do Município. Outras indicações foram feitas para repor os dias perdidos com a paralisação do funcionalismo, como aulas aos sábados, domingos e feriados e a participação dos estudantes e professores no projeto A Escola é Nossa.

As atividades dos alunos durante as assembleias do OP seriam avaliadas como trabalho pedagógico da disciplina denominada Educação, Relações Econômicas e Tecnologias (Eret). A matéria pode reprovar o estudante que tiver frequência inferior a 75% nas aulas. O principal questionamento de profissionais ligados à área de Educação é adequar o conteúdo pedagógico proposto com a sugestão do OP ao conteúdo pedagógico definido antes do início do ano letivo.

A Secretaria de Educação considera que o OP é apenas mais um recurso para repor as aulas, incentivando a construção da cidadania

dos alunos, preceito presente tanto na Constituição Federal como na Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

"O nosso objetivo é ensinar o aluno a exercitar o controle social do dinheiro público, independente de que governo estiver. Como educadora você tem que propor ações que visem a gestão democrática na escola. Sugerir o OP não é uma bandeira ideológica, mas uma política de inclusão dos alunos na fiscalização do dinheiro público", afirmou a secretária de Educação.

Para o vereador Roberto Frati (PDT), porém, a decisão da Prefeitura é "absurda" ao incluir no sistema municipal de ensino o programa de governo do PT. "O OP é a principal bandeira do PT. Você levar os alunos às assembleias é querer convertê-los à ideologia adotada pelo atual governo", criticou Frati, que não descartou a possibilidade de convocar a secretária de Educação para depor na Câmara Municipal sobre o assunto a partir de agosto, quando os vereadores voltam do recesso parlamentar.

Corinta, por sua vez, explicou que o projeto de sugerir o OP não se resume apenas à participação nas assembleias do projeto petista, mas também pretende inserir os alunos na fiscalização da prestações de contas de obras realizadas no seu próprio bairro, além de incentivar os estudantes a verificar a prioridade das pautas sociais definidas pelos representantes do OP.

"São processos que tentam inserir os jovens no processo de cidadania. Queremos que eles saibam cobrar e que eles tenham senso crítico para avaliar as prioridades para sua comunidade", disse a secretária.

A forma de repor as aulas na rede municipal, no entanto, será submetida à aprovação do conselho de cada escola, representado por pais, alunos e professores. Durante a greve, a adesão média entre as 190 escolas municipais foi de 10%. Cerca 10 mil estudantes terão que repor aulas em função da paralisação, encerrada apenas na última segunda-feira.

Restrições

O representante da Educação no OP, Jason Goulart Nunes, não aprovou a sugestão da Administração. Nunes argumenta que é difícil agregar o projeto pedagógico às atividades do OP. "Apesar de não conhecer os detalhes, acho complicado adequar às atividades do OP à reposição de aulas. Isso não agrega valores, principalmente porque estamos finalizando as assembleias", apontou o conselheiro.

Para o representante do Conselho das Escolas Municipais Henry Maeda, o direcionamento é ideológico. "Qualquer atividade de reposição deve estar dentro do contexto da própria escola", afirmou. Na próxima reunião com os integrantes do Conselho que representa as 190 unidades de educação municipal, Maeda vai propor a inclusão de explicações da secretária sobre essa medida. "Essa decisão deveria ter sido discutida com antecedência com os conselheiros das escolas."

MEC

A reposição das aulas por meio da participação em atividades no OP é reprovada pela Secretaria de Educação Fundamental, ligada ao Ministério da Educação (MEC). Segundo informou a Secretaria, por intermédio de sua assessoria de imprensa, em Brasília, embora considere que a participação de alunos nesse tipo de atividade possa servir como aula de cidadania, para o MEC, o melhor tipo de

reposição deve ocorrer em sala de aula, para que o aluno não "saia perdendo".

O MEC informou ainda que a atividade proposta pela Secretaria de Educação de Campinas só tem aceitação parcial, no caso de reposição da carga horária do professor, porque exige a presença do aluno. (Com Agência Folha)

Secretária diz cumprir lei federal

A secretária municipal de Educação, Corinta Geraldi, disse que, ao propor as atividades do Orçamento Participativo (OP) como conteúdo programático para reposição de aulas, a rede municipal de ensino está cumprindo a legislação que rege a Educação no Brasil. Segundo ela, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental determinam que o ensino público deve incluir no currículo escolar atividades de gestão democrática.

"Nós temos que instrumentalizar o aluno para o exercício da cidadania. Ao incentivarmos a participação em projetos como o OP, estamos implantando a gestão democrática", considerou. "(...) as escolas deverão explicitar em suas propostas curriculares processos de ensino voltados para as relações com sua comunidade local, regional e planetária, visando à interação entre a educação fundamental e a vida cidadã (...)", diz o inciso V, do artigo 3º, da resolução do Conselho Nacional de Educação, publicada em abril de 1998.

A professora da PUC-Campinas Iginia Caetana Finelli diz que a adoção da gestão democrática no ensino público ainda é tímida. "O ideal é incluir efetivamente como matéria envolvendo pais, alunos e professores", ressaltou. (RG e DZ/AAN)

Educadores vêm proposta com ressalvas

A diretora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria do Carmo Martins, considera que a sugestão da adoção das atividades do OP na reposição de aulas é ousada e bastante pertinente. Porém, ela ponderou que o momento político é inadequado e que é preciso tomar cuidado para que a proposta não seja ideológica. Para isto, a docente disse que é necessário analisar como o projeto será montado, como serão obtidas as informações pelos alunos e como os dados serão revertidos em discussão.

"Acho arriscado propor isso após uma greve tão conturbada. Agora, todo projeto pedagógico tem proposição política. O que não precisa ser é ideológico (converter o aluno para a doutrina). Em princípio, não há nada que me diga que é de caráter ideológico e partidário", disse.

A professora ressaltou que todo processo de reposição tem que ser feito em forma de projeto especial. "Como houve uma ruptura, não é possível estabelecer a rotina. Agora, não sou favorável a saída (do aluno) da escola sem ter um conteúdo pedagógico", alertou.

Perigo

Já a professora da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) Iginia Caetana Finelli da Silva disse que a adoção do OP como proposta sem partidismo e conotação ideológica é saudável. "Não existe democracia sem participação e a discussão das atividades do OP é espaço que incentiva as discussões sobre cidadania entre os alunos. Porém, não deve haver panfletarismo ou partidismo. Este espaço

deve ser usado para a discussão que visa a construção da cidadania", disse.

O perigo, de acordo com a docente, é não se trabalhar a parte do conteúdo pedagógico. "Se for usado como um 'tapa-buraco' para repor aulas, a sugestão é ruim. O ideal é implantar a gestão democrática na vida diária da escola", ressaltou. (RG e DZ/AAN)

Padrão de inversão: uma greve de 47 dias prejudicou o desenvolvimento do ano letivo nas escolas municipais e a reposição das aulas é necessária. Para não prejudicar a conclusão do ano letivo, a Secretaria de Educação propõe uma série de medidas para que a reposição possa ser feita. O texto diz que podem ser realizadas aulas aos sábados e domingos, participação no projeto A Escola é Nossa¹⁶ e participação nas assembleias do OP. O texto afirma que a inclusão no OP como possibilidade de reposição "gerou polêmica". Não há referência se as outras formas também não geraram polêmica, ou se não foram questionada pela reportagem aos entrevistados. Abordando apenas o Orçamento Participativo como instrumento para reposição, encontram-se opiniões diversas e contraditórias, o que é comum na sociedade democrática. A confirmação de que há posições diversas, serve de argumento para justificar o amplo espaço concedido ao tema.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - [...] provocou <u>diferentes reações</u> entre especialistas, parlamentares e no próprio conselho das escolas. - A matéria <u>pode reprovar</u> o estudante que tiver frequência inferior a 75% nas aulas. - O principal questionamento de profissionais ligados à área de Educação é <u>adequar o conteúdo pedagógico</u> proposto com a sugestão do OP ao conteúdo pedagógico definido antes do início do ano letivo. <p><i>"Você levar os alunos às assembleias é querer convertê-los à ideologia adotada pelo atual governo" (declaração de Roberto Frati)</i></p>
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - O OP é a principal bandeira das administrações municipais petistas. - "[...] Essa decisão deveria ter sido discutida com <u>antecedência</u> com os conselheiros das escolas." (declaração de Henry Maeda) - Educadores vêem proposta com <u>ressalvas</u> - <u>Perigo</u>

¹⁶ Projeto da prefeitura que abre as escolas municipais nos finais de semana para atividades educativas, culturais, de esportes e de lazer.

<i>O perigo, de acordo com a docente (Iginia Caetana Finelli da Silva), é não se trabalhar a parte do conteúdo pedagógico.</i>
Ethos (credibilidade)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>A sugestão da secretária de Educação de Campinas, Co-rinta Geraldi, de incluir atividades do Orçamento Participativo</i> - <i>Para o vereador Roberto Frati (PDT), porém, a decisão da Prefeitura é "absurda" ao incluir no sistema municipal de ensino o programa de governo do PT.</i> - <i>O representante da Educação no OP, Jason Goulart Nunes, não aprovou a sugestão da Administração</i> - <i>Para o representante do Conselho das Escolas Municipais Henry Maeda, o direcionamento é ideológico.</i> - <i>A reposição das aulas por meio da participação em atividades no OP é reprovada pela Secretaria de Educação Fundamental, ligada ao Ministério da Educação (MEC).</i> - <i>A diretora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria do Carmo Martins, considera</i> - <i>Já a professora da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) Iginia Caetana Finelli da Silva disse que a adoção do OP como proposta sem partidarismo e conotação ideológica é saudável.</i>

Quadro 11. Elementos de retórica em “Uso do OP na reposição de aulas gera polêmica”

Análise retórica: após fazer a opção pela abordagem da polêmica, o jornal colhe diferentes opiniões. Uma delas é a da secretária de Educação, que explica e justifica a proposta. Os argumentos lógicos demonstram o motivo da polêmica. Um deles é que a disciplina que poderá usar as assembleias do OP como reposição pode reprovar os alunos. Há também o questionamento quanto à adequação do conteúdo pedagógico às atividades do OP. E em terceiro, um alerta do vereador Roberto Frati quanto ao uso ideológico das reposições.

O jornal recorre a pessoas e instituições que se destacam no meio educacional para justificar a tese da polêmica. Há declarações do vereador e professor Roberto Frati, do representante da Educação no OP, do representante do Conselho das Escolas Municipais, da Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação, da diretora da Faculdade de Educação da Unicamp e da professora da Faculdade de Educação da Puc-Campinas.

A abordagem que o jornal faz do OP tenta convencer o leitor da ameaça de partidarização do ensino, ao afirmar que o programa é “a principal bandeira das administrações municipais petistas”, ignorando que modelos de participação no

Orçamentos são anteriores ao PT e que administrações de outros partidos também lançam mão do OP, assim como governos petistas não aplicam o programa.

O representante do Conselho das Escolas Municipais sugere que a discussão deveria ter sido feita com antecedência, o que remete à sensação de imposição, embora a proposta da Secretaria pudesse ser acatada ou não em cada escola.

Duas professoras de educação no ensino universitário são ouvidas, uma da Unicamp e outra da Puc-Campinas. Ambas aprovaram a medida, embora façam alertas para que não sejam usadas incorretamente. O título da retransmissão em que estão as opiniões das duas não menciona a aprovação, mas apenas a ressalva. Na mesma retransmissão há o intertítulo¹⁷ “Perigo” que reforça esta impressão. A palavra perigo foi escolhida porque a professora da Puc-Campinas fala que há o risco de que o conteúdo pedagógico não seja trabalhado. No entanto, a entrevistada aprovava o uso do OP como ferramenta pedagógica.

Mais do que relatar um fato, o texto jornalístico busca transmitir opiniões a respeito de um tema, obviamente polêmico, por envolver aspectos pedagógicos e políticos. Dificilmente haveria consenso sobre tema assim. A escolha de títulos colabora para a impressão de que há opiniões negativas a respeito do uso do OP na reposição das aulas, levando o leitor à impressão de uso partidário.

5.3.2.12A falta de recursos para o OP

O Orçamento Participativo começa a acumular problemas de execução, principalmente com a perspectiva de queda da arrecadação municipal. Após mais da

¹⁷ Pequeno título no interior de um texto jornalístico. Por vezes tem o caráter de indicar a mudança de assunto, mas pode ser também apenas uma opção estética para tornar a leitura mais agradável.

metade do governo petista, os problemas do programa são tratados pelo Correio Popular de maneira intensa. A reportagem “OP pode ficar incompleto, admite Prefeitura”, de Raquel Lima, relata que as dificuldades devem levar as obras para além de 2004, quando terminaria a administração.

OP pode ficar incompleto, admite Prefeitura

Coordenador do Orçamento Participativo afirma que não há garantias de que as obras sejam concluídas até o fim do atual mandato

O coordenador do Orçamento Participativo (OP) de Campinas, José Reinaldo Braga, admitiu que não há como a Administração petista garantir que todas as obras do OP, uma das principais bandeiras do partido, serão concluídas até o final do próximo ano, quando termina o mandato da prefeita Izalene Tiene (PT). Além do atraso em atender as demandas, um fator, até então negado pelo governo, pode dificultar a conclusão integral das obras e dos serviços apontados como prioridade pela população: a escassez de recursos financeiros. “A política econômica adotada pelo governo federal trouxe um processo de quebra de municípios. Esse novo componente conjuntural pode nos levar a uma situação desse tipo (a falta de dinheiro)”, disse o líder de governo da Câmara, o vereador Paulo Bufalo (PT).

No entanto, o governo Izalene Tiene diz que vai empenhar todas as demandas do Orçamento Participativo até 30 de junho de 2004, ano em que os petistas tentarão se manter no poder. O empenho é a contratação de um serviço e o compromisso do Executivo de arcar com a despesa. Segundo Braga, até o primeiro semestre deste ano, 65,41% das demandas do OP de 2002 e 2003 estavam concluídas, em execução ou em processo licitatório. A meta do governo era, pelo menos, concluir nos primeiros seis meses deste ano, as demandas de 2002. Ele não soube informar quando a totalidade estará efetivamente concluída.

Com a proximidade das eleições, o discurso da Administração do PT toma um rumo mais realista. A orientação ao Conselho do Orçamento Participativo (COP) é que sejam definidas para o próximo ano variáveis e planos dos quais o governo tenha condições de executar. “Não vamos assumir responsabilidade de coisas que não vamos fazer”, declarou Braga. “Essa postura não tem nada a ver com a eleição de 2004. É uma atitude responsável e de respeito com o COP”, garantiu.

“O OP perdeu todo o crédito”, disse Isaac Martins da Silva, presidente do Conselho Regional dos Moradores do Campo Grande (Coregran). Na região, grande parte da população ainda aguarda a pavimentação das ruas, demanda aprovada durante o primeiro ano do Orçamento Participativo, em 2001.

Desvio

Dos R\$ 51,5 milhões previstos para atender as demandas que deveriam ser implantadas em 2002, apenas R\$ 16 milhões foram utilizados para o OP. O restante, R\$ 35,5 milhões, foi desviado para outras ações do governo municipal. De forma genérica, a Administração do PT alega que o dinheiro foi utilizado nas áreas da Saúde e da Educação, além de gastos com pessoal. “Quero saber

quais os gastos que serão anulados para empenhar todas as demandas que deveriam ter sido concluídas em 2002”, questionou o líder do PSDB no Legislativo, Dário Saadi, que não conseguiu instaurar uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar a execução do OP em Campinas. “O OP é um tiro no escuro”, completou o vereador Tadeu Marcos, líder do PMDB na Casa.

O coordenador do OP de Campinas disse que “de onde é retirado o recurso depende de uma série de fatores”. “O valor não utilizado corresponde a 3,5% do Orçamento de Campinas para 2003. É um percentual que está dentro do reajuste do Orçamento”, justificou.

Os investimentos previstos para o OP deste ano são de R\$ 56 milhões. Para 2004, ainda não há previsão de recursos, segundo Braga. No entanto, a definição ocorrerá até o próximo dia 30 de setembro, quando o Executivo deve encaminhar à Câmara a peça orçamentária para o próximo ano.

Além disso, dos R\$ 20,8 milhões que deveriam ser investidos nos primeiros seis meses de 2003 (não apenas em demandas do OP), somente R\$ 5,1 milhões foram efetivamente concluídos. “Não esperávamos uma greve de 47 dias dos servidores públicos”, justificou Braga. Ele afirmou que a intenção do governo em empenhar todas as demandas do OP até a metade de 2004 está baseada no fato de hoje “a capacidade da Prefeitura de concluir projetos e realizar licitações é maior em relação aos primeiros anos de administração”. “Hoje a máquina administrativa funciona melhor em comparação com aquela que herdamos”, declarou.

População amarga prioridades não cumpridas

A população carente do Jardim Satélite Íris 2, na região do Campo Grande, ainda aguarda a promessa de ver o itinerário do ônibus pavimentado e parte das ruas do bairro com iluminação pública. As duas demandas foram aprovadas como prioridades durante o primeiro ano do Orçamento Participativo e deveriam estar concluídas ainda em 2002. Não há sequer previsão de início das obras. “O governo alega que a área é irregular, mas pagamos impostos”, garante Isaac Martins da Silva, presidente da associação dos moradores do bairro. A precariedade das ruas obrigou os veículos de transporte coletivo a mudar o caminho. “Quando chovia, o ônibus não conseguia passar por aqui”, contou uma moradora.

“A verdade é que não há diálogo e o governo municipal não gosta de ser cobrado pelas obras do Orçamento Participativo”, disse Sebastião Gomes, diretor do Conselho Regional dos Moradores do Campo Grande (Coregran). “Muitos bairros da região ainda esperam a pavimentação”, disse.

O conselheiro do OP Juliano Ribeiro da Costa disse que a situação de irregularidade das áreas impediu a realização das obras, mas admitiu que “muitas vezes falta agilidade ao governo municipal”. “O compromisso do empenho até a metade de 2004 existe, mas não é dada aos conselheiros a certeza de que as obras serão concluídas até o final do próximo ano”, declarou. “O OP não é lei. É um compromisso do Executivo com a sociedade civil”, completou.

Costa citou o Centro de Saúde Itajaí. “Não há previsão de quando ele será inaugurado”, disse. “Ainda é preciso contratar recursos humanos”, afirmou.

Quem passa em frente ao Centro de Saúde, vê um prédio concluído. Pequenas obras ainda são realizadas no exterior. Os portões são fechados com cadeado. Um vigia também faz a segurança do local.

“A obra está pronta há cerca de quatro meses, mas faltam equipamentos e pessoal para atender”, disse um vendedor que trabalha em frente ao centro de saúde e que se identificou apenas como Manoel. “A população está prejudicada”, completou o morador.

Padrão de fragmentação: o presidente da Associação de Moradores do Jardim Satélite Íris 2, aponta para um grave problema que não é explorado pela reportagem: o asfalto não sai porque o bairro está irregular, embora os moradores paguem os impostos. Há um indício, na declaração do morador, de uma situação de irregularidade muito maior que a não realização da obra. O fato é ignorado no decorrer da reportagem, para que outros moradores declarem sua insatisfação com o Orçamento Participativo. O programa é alvo de críticas por problemas que não poderia resolver. A regularização do bairro é um problema mais complexo e que deve ser resolvido antes do asfaltamento. O jornal ignora o contexto, para trabalhar sua hipótese principal: de que o OP não será capaz de cumprir com o prometido.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - [...] <u>não há como a Administração petista garantir que todas as obras do OP, uma das principais bandeiras do partido, serão concluídas até o final do próximo ano, quando termina o mandato da prefeita Izalene Tiene (PT).</u> - [...] a <u>escassez</u> de recursos financeiros. - [...] o governo Izalene Tiene diz que <u>vai empenhar</u> todas as demandas do Orçamento Participativo até 30 de junho de 2004, [...] - [...] até o primeiro semestre deste ano, <u>65,41%</u> das demandas do OP de 2002 e 2003 estavam concluídas, em execução ou em processo licitatório. - [...] O restante, <u>R\$ 35,5 milhões</u>, foi desviado para outras ações do governo municipal. - De forma genérica, a Administração do PT alega que <u>o dinheiro foi utilizado nas áreas da Saúde e da Educação, além de gastos com pessoal.</u> - “O valor não utilizado corresponde a <u>3,5%</u> do Orçamento de Campinas para 2003. É um percentual que está dentro do reajuste do Orçamento”, justificou. - [...] apenas <u>R\$ 16 milhões</u> foram utilizados para o OP[...] - Além disso, dos <u>R\$ 20,8 milhões</u> que deveriam ser investidos nos primeiros seis meses de 2003 (não apenas em demandas do OP), somente <u>R\$ 5,1 milhões</u> foram efetivamente concluídos. - Ele afirmou que a intenção do governo em empenhar todas as demandas do OP até a metade de 2004 está baseada no fato de hoje “<u>a capacidade da Prefeitura de concluir projetos e realizar licitações é maior em relação aos primeiros anos de administração.</u>” - Quem passa em frente ao Centro de Saúde, vê <u>um prédio concluído</u>. Pequenas obras ainda são realizadas no exterior. Os portões são <u>fechados com cadeado</u>. Um vigia também faz a segurança do local.
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - [...] todas as obras do OP, uma das principais bandeiras do partido, [...] - [...] um fator, até então negado pelo governo, [...]

- [...]No entanto, o governo Izalene Tiene diz que vai empenhar todas as demandas do Orçamento Participativo até 30 de junho de 2004, ano em que os petistas tentarão se manter no poder.
- A meta do governo era, pelo menos, concluir nos primeiros seis meses deste ano, as demandas de 2002. Ele não soube informar quando a totalidade estará efetivamente concluída.
- Com a proximidade das eleições, o discurso da Administração do PT toma um rumo mais realista.
- “O OP perdeu todo o crédito”, disse Isaac Martins da Silva, presidente do Conselho Regional dos Moradores do Campo Grande (Coregran).
- De forma genérica, a Administração do PT alega que o dinheiro foi utilizado nas áreas da Saúde e da Educação, além de gastos com pessoal.
- [...] grande parte da população ainda aguarda a pavimentação das ruas, demanda aprovada durante o primeiro ano do Orçamento Participativo, em 2001.
- Desvio
- [...] apenas R\$ 16 milhões foram utilizados para o OP[...]
- “O OP é um tiro no escuro”, [...]
- Além disso, dos R\$ 20,8 milhões [...] somente R\$ 5,1 milhões [...]
- População amarga prioridades não cumpridas
- A população carente do Jardim Satélite Íris 2, na região do Campo Grande, ainda aguarda a promessa de ver o itinerário do ônibus pavimentado e parte das ruas do bairro com iluminação pública.

Ethos (credibilidade)

- O coordenador do Orçamento Participativo (OP) de Campinas, José Reinaldo Braga, admitiu [...]
- [...] disse o líder de governo da Câmara, o vereador Paulo Bufalo (PT).
- Segundo Braga, até o [...]
- [...] disse Isaac Martins da Silva, presidente do Conselho Regional dos Moradores do Campo Grande (Coregran)
- [...] questionou o líder do PSDB no Legislativo, Dário Saadi,
- [...] completou o vereador Tadeu Marcos, líder do PMDB na Casa.
- O coordenador do OP de Campinas disse [...]
- Para 2004, ainda não há previsão de recursos, segundo Braga.
- “Não esperávamos uma greve de 47 dias dos servidores públicos”, justificou Braga.
- [...] garante Isaac Martins da Silva, presidente da associação dos moradores do bairro.
- [...], diretor do Conselho Regional dos Moradores do Campo Grande (Coregran).
- O conselheiro do OP Juliano Ribeiro da Costa disse que [...]

Quadro 12. Elementos de retórica em “OP pode ficar incompleto, admite Prefeitura”

Análise retórica: os elementos de retórica (ethos, pathos e logos) misturam-se ao longo de todo o texto. São utilizados intercalados, uns com os outros. Identificam-se recursos utilizados para dar credibilidade, com a citação de fontes que têm autoridade para falar do assunto: coordenador do OP, vereadores da situação e da oposição, lideranças populares e moradores dos bairros e conselheiro do OP.

O título reúne dois argumentos retóricos diferentes. O primeiro é racional que destaca a possibilidade de que as obras previstas no OP poderão ficar incompletas. O segundo argumento dá credibilidade ao primeiro, pois quem *admite* esta possibilidade não é o jornal, mas a *Prefeitura*.

Ao longo do texto, os argumentos lógicos vêm acompanhados de apelos emocionais. A primeira oração da matéria é um exemplo desta combinação, que inclui também argumentos de credibilidade. A afirmação de que a administração não tem como garantir a realização das obras até o final de 2004 é um argumento lógico. Quem afirma não é o jornal, mas o coordenador do OP, que confere credibilidade à notícia. O OP é “uma das principais bandeiras” do PT e 2004 é o ano em que termina o mandato da prefeita. Apela para as sensações do leitor para que ele reconheça a incompetência do PT de realizar aquilo que é o mais importante para o partido e que saiba que em 2004 termina o mandato e haverá nova eleição.

A oração seguinte também é recheada de alegações diversas. O argumento lógico principal é de que podem faltar verbas para a realização das obras. Mas esta possibilidade era negada pelo governo, o que demonstra que a administração ou mentia, ou não tinha conhecimento da realidade. Isto é somado ao problema do atraso. O jornal apela para a sensibilidade do leitor quanto ao acúmulo de problemas e a incompetência ou falta de caráter do governo, quanto a um problema real: a falta de dinheiro, que na seqüência é confirmada pelo líder do governo na câmara. Continua o texto que, mesmo reconhecendo dificuldades (apelo emocional), o governo tentará cumprir a meta (argumento lógico) de empenhar todas as demandas até junho de 2004, ano eleitoral (novo apelo emocional, pois faz uma associação dos objetivos do governo com os eleitorais do partido).

Pouco mais de 65% das obras estavam concluídas, em execução ou em licitação (argumento lógico), conforme informações do coordenador do OP (credibilidade). Mas o próprio coordenador “não soube informar” qual o prazo para que tudo fique pronto. Encerra-se o parágrafo com um apelo emocional à imprecisão do coordenador, que pode indicar que ele realmente não sabe, portanto é um

desinformado, ou que não tem condições efetivas de saber, o que indica a incompetência do governo.

O parágrafo seguinte começa com novo apelo emocional, ligando mais uma vez o calendário eleitoral às ações do governo. O “discurso” da administração se torna “mais realista” à medida que a eleição se aproxima.

As dificuldades para executar as obras provocam a reação de um conselheiro, que comenta que o “OP perdeu todo o crédito”, que é um argumento emocional, seguido de um argumento lógico, que é a falta de asfaltamento nas ruas. A expressão “grande parte da população” potencializa o problema, sem identificar claramente quão grande é esta parcela. Portanto, é mais um argumento emocional que se mistura aos lógicos para ampliar o poder de convencimento sobre o leitor.

O intertítulo “Desvio” faz novo apelo emocional, pois, por se tratar de dinheiro público, remete ao mau uso desse dinheiro com finalidade pouco ética e até para fins privados. O que não era o caso em questão. Além dos argumentos lógicos, que são os valores enunciados na primeira oração após o intertítulo, o advérbio *apenas* transmite a sensação de que é pouco. O jornal não dá ao leitor a possibilidade de definir se os valores são poucos, suficientes ou razoáveis. O texto já anuncia que são poucos, empregando a palavra *apenas*. Em seguida, outra expressão que conduz o leitor: *de forma genérica*, demonstrando que o governo não detalha as respostas que dá sobre a aplicação dos recursos, o que configura novo apelo à emoção, seguido de apelos à razão. Em seguida, dois vereadores criticam a falta de detalhamento, que dão credibilidade à informação de que os esclarecimentos são insuficientes. Um deles comenta que o OP é um “tiro no escuro”, uma frase de efeito que convence pela sua força emotiva, pois não tem apelo racional. Vinda de um vereador, líder de partido, a frase emotiva torna-se mais poderosa, pois carrega também a credibilidade de quem a emitiu.

No quarto parágrafo após o intertítulo são descritos argumentos lógicos, com valores que deveriam ser aplicados e quanto efetivamente foi investido. A expressão *somente* faz o apelo emocional, novamente conduzindo o leitor à conclusão de que

é pouco. Para justificar que realmente é pouco, o coordenador do OP afirma que a greve foi um problema, o que dá credibilidade à informação anterior de que pouco foi investido. E prevê que o ritmo será mais acelerado no futuro, o que também confirma a hipótese de que o investimento foi pequeno.

O título da retranca “População amarga prioridades não cumpridas” faz um claro apelo às sensações do leitor. A palavra *amarga* remete ao destinatário da mensagem o sofrimento dos moradores de uma forma que ele consegue imaginar, pela metáfora usada com a sensação do paladar. O texto começa com novo apelo emocional: a população *carente*. Não há referência à condição sócio-econômica dos moradores do bairro. A palavra *carente* dá conta de transmitir ao leitor do Correio que é uma população em que os serviços públicos têm grande importância em suas vidas. O fato de *ainda* aguardarem também demonstra que a espera não é nova. São argumentos emocionais seguidos de racionais, que indicam a ausência de itinerários de ônibus asfaltados e de iluminação pública nas ruas e que ambos os problemas deveriam ter sido resolvidos no ano anterior.

Lideranças do bairro e da região são ouvidas e dão credibilidade ao problema narrado pelo jornal. No último parágrafo, a descrição física de um prédio pronto e trancado também trabalha com argumentos emotivos e racionais. A descrição precisa convence pela razão, mas também emociona, por possibilitar ao leitor criar uma imagem do local e da incoerência de um prédio pronto, mas fechado ao público.

5.3.2.13 O OP em ano eleitoral

Em 30 de setembro de 2003, um dia após a prefeita Izalene Tiene entregar à Câmara de Vereadores a proposta de Lei Orçamentária para 2004, o Correio Popular publicou matéria de Diego Zanchetta que associava o aumento de investimentos às eleições municipais do ano seguinte.

Izalene aumenta verba para obras do OP em ano eleitoral

R\$ 86,2 milhões serão usados para concluir as demandas do Orçamento Participativo

A Prefeitura de Campinas vai investir R\$ 86,2 milhões do Orçamento previsto para 2004, de R\$ 1,15 bilhão, para tentar concluir as demandas incluídas no Orçamento Participativo (OP) durante os últimos três anos. O reforço de caixa ocorre em ano eleitoral. No entanto, do total destinado ao principal projeto do governo petista para o próximo ano, apenas R\$ 27,02 milhões serão aplicados em novos investimentos decididos pela população como prioridade de obras.

Mais de R\$ 10 milhões serão usados para a contratação de 520 novos servidores, que serão lotados somente nas obras do OP em fase de conclusão, além de R\$ 35,5 milhões para a execução das obras em andamento e outros R\$ 13,4 milhões para os custeios incorporados em novas escolas, creches e postos de saúde.

A verba destinada ao OP de 2004 aumentou em 68%, comparada ao valor destinado neste ano. Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2003 foram previstos para as demandas do OP R\$ 51,1 milhões. Durante a apresentação da LOA do próximo ano, ontem, na Câmara, a prefeita Izalene Tiene (PT) divulgou ainda que a Administração estima um aumento de R\$ 152 milhões no Orçamento de 2004, principalmente devido à emissão de todos os carnês atualizados do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Entre as principais reivindicações incluídas no OP de 2004 estão um sistema de transporte integrado exclusivo para pessoas portadoras de deficiências, a urbanização do Jardim Satélite Íris e obras de saneamento básico orçadas em mais de R\$ 6 milhões. “Vamos atender todas as demandas do OP até o final do governo. Mas é lógico que muitas obras ainda estarão em andamento após o final do próximo ano e que terão de ter continuidade”, afirmou a prefeita de Campinas.

Presente durante a divulgação da LOA de 2004 no Legislativo, o coordenador do OP, José Reinaldo Braga, afirmou que nos últimos dois anos o governo ampliou as discussões sobre a principal bandeira do governo petista junto à população. “Por isso mesmo estamos otimizando a distribuição dos recursos para atender da melhor forma e com mais rapidez as demandas da população”, justificou.

Sobre a admissão de 520 novos servidores para serem lotados nas obras do OP, o que vai gerar um impacto inicial de R\$ 10 milhões no Orçamento, o secretário de Finanças, Sérgio Vital Brasil, disse que a contratação “visa aumentar a capacidade de atendimento da máquina administrativa, por isso se trata de um investimento”.

Críticas

Alguns parlamentares de oposição na Câmara foram enérgicos ontem ao atacar a verba destinada pela Prefeitura para a contratação de 520 servidores que serão lotados nas obras do OP. “Isso é uma festa e depois quem paga a conta é a população”, disse Tadeu Marcos, sem partido. O parlamentar foi endossado pelo vereador Romeu Santini (PMDB). “Primeiro, a Prefeitura não dá reajuste aos servidores alegando falta de dinheiro. E agora gasta R\$ 10 milhões para admitir novos funcionários do OP. É muito estranho”, comentou Santini.

O vereador Roberto Frati (PSDB) prometeu pedir explicações sobre o destino dos R\$ 10 milhões para a contratação de servidores somente para obras do OP. “Dar reajuste zero ao funcionalismo e depois tirar R\$ 10 milhões do nada para garantir funcionários nas obras do OP, em ano de eleições, precisa ser explicado com mais detalhes”, contestou Frati.

A LOA de 2004 ainda não tem previsão para ir à votação no Legislativo. “O OP para 2004 mostra que a maioria das obras dos anos anteriores não foi atendida”, completou Dário Saadi (PSDB).

Administração planeja aumentar Orçamento em 15%

O governo Izalene espera aumentar em R\$ 152 milhões o Orçamento de 2004, projetado em R\$ 1.155.189.710 bilhão. O aumento é de 15%, se comparado ao R\$ 1.003.097.533,95 bilhão previsto para este ano.

A elevação na Lei Orçamentária Anual de 2004 tem como respaldo a emissão dos novos carnês de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) após o final do recadastramento imobiliário, previsto para o segundo semestre de 2004.

Com a projeção de aumento na arrecadação, a Prefeitura elevou a previsão de investimentos na maioria das áreas, como Educação, Saúde e Transportes.

Além de prever uma arrecadação maior em IPTU, a Prefeitura espera receber R\$ 32 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), verba que será destinada à informatização de toda a máquina administrativa. O governo, porém, manteve a previsão de gastos com os cerca de 20 mil servidores inativos e ativos da Administração – 52% de todo o Orçamento de 2004.

Entre as áreas com a previsão de aumento estão Saúde (de R\$ 248 milhões em 2003 para R\$ 282 milhões no próximo ano), Educação (de R\$ 217 milhões para R\$ 243 milhões) e Segurança Pública (de R\$ 13,5 milhões para R\$ 17,2 milhões em 2004). (DZ/AAN)

Padrão de indução: no título e no *lead* o Correio afirma que a ampliação de recursos se dá em ano eleitoral. No texto, no entanto, não há argumentos lógicos que liguem um fato a outro. Quatro vereadores da oposição foram ouvidos e criticaram o aumento de investimentos, mas sem apresentar informações que indicassem uso eleitoral do dinheiro público. A construção do texto principal, ao contrário de justificar a associação feita pelo jornal, apresenta uma série de argumentos que explica e justifica o maior valor de investimentos previstos para 2004. Mas independente destes argumentos, fica a impressão, devido à associação sem comprovação, de que a motivação dos investimentos é a eleição de 2004.

Padrão de fragmentação: o formato jornalístico, que prioriza as informações consideradas *mais importantes* ou de *maior impacto* leva à construção de um texto que não dá conta de explicar didaticamente os motivos da ampliação dos recursos.

A contratação de novos servidores e a incorporação de custeios à lista de investimentos são citadas no texto, mas são explicadas de maneira fragmentada e sucinta. Isto dificulta uma compreensão global da complexa montagem do orçamento municipal e facilita a sensação de que o título está correto, de que o aumento se deve à proximidade do ano eleitoral.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - [...] R\$ 86,2 milhões serão usados para concluir as demandas do Orçamento Participativo [...] - A Prefeitura de Campinas <u>vai investir R\$ 86,2 milhões</u> do Orçamento previsto para 2004, de R\$ 1,15 bilhão, para tentar <u>concluir as demandas incluídas</u> no Orçamento Participativo (OP) durante os últimos três anos. - No entanto, do total destinado ao principal projeto do governo petista para o próximo ano, apenas <u>R\$ 27,02 milhões serão aplicados em novos investimentos</u> decididos pela população como prioridade de obras [...] - Mais de <u>R\$ 10 milhões serão usados para a contratação de 520 novos servidores</u>, que serão lotados somente nas obras do OP em fase de conclusão, além de <u>R\$ 35,5 milhões</u> para a execução das obras em andamento e outros <u>R\$ 13,4 milhões</u> para os custeios incorporados em novas escolas, creches e postos de saúde. - A verba destinada ao OP de 2004 <u>aumentou em 68%</u>, comparada ao valor destinado neste ano. - Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2003 foram previstos para as demandas do OP <u>R\$ 51,1 milhões</u>. - [...] estima um aumento de <u>R\$ 152 milhões</u> no Orçamento de 2004, principalmente devido à <u>emissão de todos os carnes atualizados</u> do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). - Entre as principais reivindicações incluídas no OP de 2004 estão um <u>sistema de transporte integrado exclusivo para pessoas portadoras de deficiências</u>, a <u>urbanização</u> do Jardim Satélite Íris e <u>obras de saneamento básico</u> orçadas em mais de <u>R\$ 6 milhões</u>. - Sobre a admissão de 520 novos servidores para serem lotados nas obras do OP, o que <u>vai gerar um impacto inicial de R\$ 10 milhões</u> no Orçamento, o secretário de Finanças, Sérgio Vital Brasil, disse que a contratação “visa <u>aumentar a capacidade de atendimento da máquina administrativa</u>, por isso se trata de um investimento”. - O governo Izalene espera aumentar em <u>R\$ 152 milhões</u> o Orçamento de 2004, projetado em <u>R\$ 1.155.189.710 bilhão</u>. O aumento é de <u>15%</u>, se comparado ao R\$ 1.003.097.533,95 bilhão previsto para este ano. - A elevação na Lei Orçamentária Anual de 2004 tem como respaldo a <u>emissão dos novos carnes</u> de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) após o final do cadastramento imobiliário, previsto para o segundo semestre de 2004. - Além de prever uma arrecadação maior em IPTU, a Prefeitura <u>espera receber R\$ 32 milhões</u> do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), [...]
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - Izalene aumenta verba para obras do OP em <u>ano eleitoral</u> - O reforço de caixa ocorre em <u>ano eleitoral</u>. - No entanto, do total destinado ao principal projeto do governo petista para o próximo ano, <u>apenas R\$ 27,02 milhões</u> serão aplicados em novos investimentos decididos pela população como prioridade de obras - [...] serão lotados <u>somente</u> nas obras do OP [...] - [...] o governo ampliou as discussões sobre <u>a principal bandeira do governo petista</u> junto à

<p>população.</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Alguns parlamentares de oposição na Câmara foram <u>enérgicos</u> [...]</i> - <i>“Isso é uma <u> festa </u> e depois <u> quem paga a conta é a população </u>”, disse Tadeu Marcos, sem partido.</i> - <i>Primeiro, a Prefeitura <u> não dá reajuste </u> aos servidores alegando falta de dinheiro. E agora <u> gasta R\$ 10 milhões para admitir novos funcionários </u> do OP. <u> É muito estranho </u> [...]</i> (declaração de Romeu Santini) - <i>Dar <u> reajuste zero </u> ao funcionalismo e depois <u> tirar </u> R\$ 10 milhões do nada para garantir funcionários nas obras do OP, <u> em ano de eleições </u>, precisa ser explicado com mais detalhes</i> (declaração de Roberto Frati) - <i>O OP para 2004 mostra que a <u> maioria </u> das obras dos anos anteriores <u> não foi atendida </u> [...]</i> (declaração de Dário Saadi)
Ethos (credibilidade)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>[...] afirmou a prefeita de Campinas.</i> - <i>[...] o <u> coordenador do OP </u>, José Reinaldo Braga, afirmou que [...]</i> - <i>[...] o <u> secretário de Finanças </u>, Sérgio Vital Brasil [...]</i> - <i>[...] disse Tadeu Marcos, sem partido.</i> - <i>O parlamentar foi <u> endossado </u> pelo <u> vereador Romeu Santini </u> (PMDB).</i> - <i>O <u> vereador Roberto Frati </u> (PSDB) prometeu pedir explicações [...]</i> - <i>[...] completou <u> Dário Saadi </u> (PSDB) [...]</i>

Quadro 13. Elementos de retórica em “Izalene aumenta verba para obras do OP em ano eleitoral”

Análise retórica: o título utiliza uma informação racional “Izalene aumenta verba”, mas associa este enunciado com outro que provoca sensações no leitor: “em ano eleitoral”. No Brasil, o senso comum diz que os políticos adotam medidas para agradar a população nos anos em que há eleição, desejando com isso obter bons resultados nas urnas. O título não diz isso, mas provoca no leitor a sensação de que para obter votos, a prefeita vai aumentar a verba do OP. A linha fina apenas complementa a informação do valor do investimento.

O primeiro parágrafo utiliza argumentos lógicos para afirmar quanto será utilizado do Orçamento para investir nas obras e serviços previstos no OP. Também faz referência ao fato de que R\$ 27 milhões serão usados em demandas novas. O restante será aplicado em definições que já haviam sido feitas em anos anteriores. Mas no *lead* também é mencionado o ano eleitoral, que reforça as sensações provocadas pelo título. E é feita uma ressalva, ao dizer que “no entanto”, “apenas” R\$ 27 milhões serão investidos em novas demandas. A expressão “no entanto” chama a atenção do leitor para que ele perceba o detalhe, e apenas indica que uma parte pequena será investida em novos serviços.

O parágrafo seguinte detalha a divisão dos recursos para investimentos, utilizando-se de argumentos lógicos, mas a palavra “somente” demonstra o direcionamento das contratações, indicando que outros serviços que talvez também precisassem de mais servidores, não poderão contar com as contratações. Desperta no leitor a sensação de que o OP é privilegiado em detrimento de outras áreas da administração, como se o OP não fosse um programa que envolvesse a administração como um todo.

O terceiro parágrafo também utiliza argumentos lógicos para explicar os motivos que levaram à previsão de aumento da arrecadação. E no quarto parágrafo, são descritos os principais destinos dos investimentos, com um comentário da prefeita, que dá credibilidade às informações.

É no quinto parágrafo que a matéria informa que o OP é a principal bandeira do PT, despertando no leitor o reconhecimento da importância que o programa tem para o partido. Declarações do Coordenador do OP sobre mudanças no funcionamento do programa dão credibilidade ao conteúdo da matéria. O sexto parágrafo do texto principal explica porque existe a necessidade de contratar novos funcionários (argumento lógico), com declaração do secretário de Finanças (argumento de credibilidade).

O intertítulo “Crítica” já prepara o leitor para um conteúdo adverso do que vinha sendo pregado pelo governo nos parágrafos anteriores. Opiniões de quatro vereadores da oposição foram publicadas e segundo o jornal, foram “enérgicas”, o que leva o leitor a criar a imagem dos parlamentares irritados ou incisivos em suas críticas. Não seriam, portanto, manifestações leves, mas contundentes.

As críticas dos vereadores fazem apelos emocionais que lançam mais dúvidas que esclarecimentos. E o texto não dá respostas a estes questionamentos. Desta forma, o leitor também é levado à dúvida. O primeiro comentário é do vereador Tadeu Marcos, que chama de “festa” o anúncio da contratação de 520 servidores e diz que quem paga a conta é a população, ou seja, o leitor. Outro parlamentar, Romeu Santini, associa as novas contratações à ausência de reajuste aos

servidores municipais, que fizeram uma greve de 47 dias no primeiro semestre daquele ano. Tadeu Marcos chamou de “festa” e Santini diz que o fato é “muito estranho”. Roberto Frati também lembra da ausência do reajuste e diz que as novas contratações devem ser explicadas com mais detalhes. O texto não apresenta mais dados e, por isso, deixa o leitor com a mesma sensação dos vereadores, de que faltam respostas, de que há algo “estranho” ou ainda de que existe uma “festa” com dinheiro público. E Dario Saadi relembra que obras e serviços do OP nos anos anteriores não foram realizados no prazo.

Uma retranca intitulada Administração planeja aumentar Orçamento em 15% fornece algumas respostas aos questionamentos dos vereadores. O texto traz argumentos lógicos, fundamentalmente dados sobre a arrecadação e a aplicação dos recursos do orçamento de 2004. Destaca o aumento de arrecadação com o IPTU e também um convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Também apresenta uma divisão dos valores entre as secretarias que receberão mais recursos no ano seguinte. O texto não cita a fonte das informações e também não responde diretamente aos questionamentos dos vereadores.

5.3.2.14 As mudanças no último ano

O início de 2004, ano de eleições municipais, trouxe à tona a discussão sobre os rumos do Orçamento Participativo. O PT iniciava a preparação para as eleições municipais e as discussões sobre mudanças no OP, que constariam do programa de governo. Esses temas foram tratados em matéria de Zezé de Lima, publicada em 11 de janeiro.

Falhas na execução mudam diretrizes do OP

Diretório Municipal do PT estuda avaliação prévia de viabilidade das propostas populares antes de inclui-las no Orçamento

As dificuldades na execução do Orçamento Participativo (OP) nos dois anos da Administração Municipal Izalene Tiene (PT) provocaram um debate dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) de Campinas que vai levar à revisão do processo de inclusão das demandas da população na peça apresentada anualmente à Câmara Municipal. Um novo formato de confecção do OP estará detalhado no programa de governo do partido para o próximo mandato, caso o candidato petista vença as eleições municipais de outubro, disse João Leite, presidente do Diretório Municipal. O OP foi uma das principais bandeiras petistas nas eleições de 2000.

De acordo com Leite, as mudanças ainda estão sendo debatidas e serão anunciadas junto com o programa, provavelmente em março. “O programa contemplará não apenas o OP, com as alterações aprovadas, mas vários outros segmentos como segurança, saúde, educação”, enumerou o presidente do diretório.

Uma das alterações que tem sido consenso nas discussões ainda informais – com grande possibilidade de estar entre as efetivadas –, de acordo com Leite, é a realização de um estudo prévio de todas as demandas aprovadas pelas assembléias. Para serem elencadas como projetos dentro do OP, as sugestões passariam por uma avaliação de viabilidade e detecção de problemas que poderiam dificultar a sua realização, como litígios e mesmo extensos trabalhos de preparação para a execução do projeto propriamente dito.

Leite acredita que, com a implementação do estudo prévio, será possível resolver essas dificuldades que, junto com uma máquina administrativa obsoleta, mostraram ao longo dos últimos dois anos ser “gargalos da execução”. Essas questões mal-avaliadas impediram a execução de quase 80% do OP de 2001 – previsto para ser levado a cabo em 2002. Leite admite que a expectativa gerada com a inclusão de muitas demandas não cumpridas tornou-se um problema para o governo municipal, um desgaste desnecessário com as cobranças da população e a entrega de munição farta para a oposição – leia-se o PSDB.

Os vereadores tucanos se dizem traídos pelo Governo por terem ajudado a aprovar, na Câmara, o Orçamento sem emendas para honrar a vontade expressa da população. “A incompetência do PT na elaboração das prioridades, permitindo a inclusão de obras que não poderiam ser realizadas no ano seguinte, transformou o OP em um engodo para a população e a Câmara”, criticou Dário Saadi, líder da bancada tucana.

Saadi quase conseguiu um estrago maior no ano passado ao propor uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar o destino dos R\$ 36 milhões dotados para o OP, mas não utilizados em 2002. O secretário de Governo e Gabinete, Lauro Camara Marcondes, teve que entrar em ação para barrar a aprovação.

A interferência frustrou a população. Na região do Campo Grande foi colocada uma placa com os nomes de todos os vereadores divididos em duas colunas: os que votaram a favor da CEI e os contrários. Isaac Martins, presidente da Associação dos Moradores do Jardim Satélite Íris, encabeçou os protestos. Ainda hoje, Martins é cético em relação ao OP. “Espero que não tenha OP nunca mais”, afirmou. “Aqui (no Campo Grande), eles não fizeram nada, nada, nada”, disse, prometendo uma nova placa para essa semana comparando as realizações do governo Izalene para o bairro com as de outras administrações.

Apesar de críticas como as de Martins, Luciano Zica (PT), um dos candidatos às prévias do PT para disputar as eleições municipais – ele foi indicado por Izalene –, acredita que o OP será mais positivo para a campanha do partido que negativo. “Debatemos o OP tranqüilamente”, disse.

De acordo com Zica, as mudanças visando o aperfeiçoamento têm que vir mesmo, entre elas, as que garantam a execução de todas as demandas listadas pela população. “Mas o OP não se consolida em um mandato. No Rio Grande do Sul, está no quarto e ainda se consolidando”, avaliou.

Capacidade dobrada

José Reinaldo Braga, coordenador do OP de Campinas, disse que a análise prévia das demandas já foi implementada no OP de 2002, executado em 2003. A medida, junto com o reforço da máquina administrativa – de uma, as comissões de licitação passaram para seis e foram descentralizadas –, pelo menos duplicou a capacidade de execução do Orçamento Participativo de Campinas, de acordo com o coordenador, que preferiu não apresentar números.

Para exemplificar os resultados da prática da análise prévia das demandas, Braga citou o caso da pavimentação do bairro Vida Nova, uma reivindicação antiga dos moradores. Por se tratar de uma obra grande e custo elevado, não entrou como uma das 10 demandas da região no OP de 2003. No entanto, de acordo com ele, a pavimentação foi debatida, as questões levantadas e todas as alternativas para a viabilização estudadas. “As próprias lideranças hoje estão capacitadas para essa avaliação”, afirmou Braga.

O coordenador disse também que ainda não foi chamado para debater, dentro do partido, as experiências da Administração na execução do OP, da qual é encarregado desde 2002, quando Izalene assumiu a Prefeitura com o assassinato do prefeito eleito Antonio da Costa Santos, o Toninho. Se for consultado, Braga disse que sua principal sugestão será o avanço da participação popular na totalidade do Orçamento Municipal.

“Não sei se vai passar, mas vou defender isso, que se pergunte à população se ela acha, por exemplo, que é correto gastar 54% do montante do Orçamento com a folha de pagamento dos funcionários. Também perguntar sobre as receitas, o que ela acha do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), do ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), além de levar as experiências cotidianas”, exemplificou.

Em 2002, apenas 23% das demandas foram cumpridas

As maiores manifestações de descontentamento com o Orçamento Participativo em Campinas foram verificadas em 2002 quando, ao final do ano, apenas 23% das 179 demandas elencadas haviam sido cumpridas. Para 2003, ainda não foi apresentado o balanço. José Reinaldo Braga, coordenador do OP em Campinas, aceitou passar uma estimativa aproximada que indica que a capacidade de execução duplicou no ano passado com a avaliação prévia das demandas e a agilização da máquina administrativa.

Ao considerar as estimativas de Braga, com base nos dados de 2002, dá para projetar a realização de cerca de 50% das demandas. Porém, não é possível afirmar se o percentual refere-se ao OP de 2002 ou ao que deixou de ser feito no OP de 2001.

Na época, a Prefeitura criou a expectativa de que os 80% das demandas que ficaram para trás em 2002, mesmo sem dotação

orçamentária – já que os recursos foram usados para cobrir outras despesas –, seriam realizadas em 2003 junto com as demandas de 2002, essas com dotação.

A promessa foi vista com desconfiança, principalmente pelos moradores da região do Campo Grande, onde nenhuma reivindicação levada ao OP de 2001 foi atendida. O maior entrave, segundo disse na época o coordenador do OP em Campinas, José Reinaldo Braga, foram os problemas fundiários e a máquina administrativa emperrada. (ZL/AAN)

Projeto foi suspenso em outras duas cidades

Campinas não é a única cidade que “patina” para executar as demandas elaboradas pela população nas assembleias do Orçamento Participativo. As dificuldades na execução do OP se espalham pelo Estado. Em Ribeirão Preto, onde a experiência foi implantada pelo então prefeito e hoje ministro da Fazenda, Antonio Palocci, as assembleias foram suspensas no ano passado em função do acúmulo de demandas atrasadas do OP de 2001.

Um caminho parecido com o de Ribeirão foi trilhado em Piracicaba. Em 2003, também não foram eleitas demandas nas assembleias, segundo Isaac Jorge Roston Júnior, gerente do programa. De acordo com ele, a determinação partiu do prefeito petista José Machado. A ordem é tentar finalizar as 87 demandas da população eleitas em 2001 e 2003 para serem implementadas com um orçamento de R\$ 24 milhões, somados os dois anos.

Roston disse que 71 demandas, que consumiram 83% do orçamento, foram realizadas. As 16 que sobraram ainda dependem de recursos. “Ainda não temos perspectiva de realizá-las”, assume Roston.

O petista de Campinas Durval de Carvalho, da Executiva Nacional do PT, classifica de “fiasco” a experiência do OP no Estado de São Paulo, inclusive em Campinas. De acordo com ele, a experiência que projetou o Rio Grande do Sul para o mundo, foi mais um instrumento de poder dos governos em São Paulo.

Carvalho acredita que se o partido quiser que o OP seja de fato um instrumento da cidadania em todo Brasil, como é no Rio Grande do Sul, terá que promover mais mudanças do que as que vêm sendo pensadas pelo PT de Campinas.

Carvalho cita as assembleias, onde, de acordo com ele, “o governo disputa os mandatos com as lideranças populares”. “Você vê assessores de deputados, de vereadores, pessoas com vínculo com a Prefeitura disputando vaga de conselheiro no Conselho do OP. Isso é um absurdo; eles já têm o partido. O Conselho é para o cidadão, para ele decidir no gerenciamento da verba pública. Se não for assim, a Prefeitura que decida sozinha, sem manipular para dar a impressão de que o cidadão está decidindo”, criticou Carvalho.

O presidente do diretório estadual do PT, Paulo Frateschi, no último dia 17, em Campinas, disse que as alterações vêm sendo pensadas para serem propostas aos municípios. José Genoino, presidente nacional do PT, prefere não fazer uma avaliação da condução do OP pelas prefeituras petistas antes de ouvir cada um. Ele disse que as experiências do OP de todas as cidades serão apresentadas em abril na conferência eleitoral já programada.

De acordo com ele, a discussão pode resultar em uma orientação do partido para a elaboração da peça orçamentária para investimentos em cada município. “Mas vamos esperar primeiro. Não vamos baixar

uma determinação de cima para baixo. Temos que ouvir as experiências”, disse Genoino. (ZL/AAN)

Padrão de indução: o texto reúne um conjunto de dados e opiniões que demonstram as falhas da aplicação do programa em Campinas e em outras duas importantes cidades do estado, Piracicaba e Ribeirão Preto, ambas governadas pelo PT. A reunião das informações num mesmo texto tem o objetivo de fazer o leitor crer que o OP é um programa mal-aplicado e que não apresenta bons resultados. São informações escolhidas dentro de um amplo contexto, de sucessos e insucessos. Mas a narrativa é toda negativa.

Padrão de fragmentação: as informações negativas são escolhidas em detrimento das positivas que poderiam surgir. O texto cita o exemplo do líder comunitário da região do Campo Grande, que faz duras críticas ao programa. O Campo Grande é uma grande região periférica de Campinas. Mas não é a única. Não existiriam outras lideranças comunitárias com visão positiva, ou ao menos, não tão negativa quanto aquela expressa? A matéria não responde a essa pergunta e a impressão que fica é que os moradores de toda a periferia de Campinas condenam o OP. A decisão do PT de modificar o OP se dá com base nos problemas que a execução do programa apresentou. No entanto, não há no texto nenhuma referência aos aspectos positivos do programa, que o PT gostaria de manter a partir de 2005, caso vencesse as eleições. Também falta a explicação de que o OP apresentou os mesmos problemas em todas as cidades de São Paulo onde foi implantado, ou apenas nas duas citadas (Piracicaba e Ribeirão Preto). O texto não cita mais administrações que implantaram o OP e não há informações sobre se deram certo ou não. Uma das fontes escolhidas é o membro da Executiva Nacional do PT, Durval de Carvalho, que tece duras críticas ao modelo de aplicação do OP em Campinas. A reportagem texto não informa, no entanto, que Durval era secretário de Governo do prefeito assassinado Antonio da Costa Santos, o Toninho, e foi demitido do cargo por Izalene Tiene.

Logos (argumentos lógicos)

- *As dificuldades na execução do Orçamento Participativo (OP) [...] provocaram um debate dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) de Campinas que vai levar à revisão do processo de inclusão das demandas da população [...].*

- *Um novo formato de confecção do OP estará detalhado no programa de governo do partido para o próximo mandato, [...]*
- *Uma das alterações que tem sido consenso nas discussões ainda informais – [...] de acordo com Leite, é a realização de um estudo prévio de todas as demandas aprovadas pelas assembleias.*
- *Para serem elencadas como projetos dentro do OP, as sugestões passariam por uma avaliação de viabilidade e detecção de problemas que poderiam dificultar a sua realização,[...].*
- *Essas questões mal-avaliadas impediram a execução de quase 80% do OP de 2001*
- *Na região do Campo Grande foi colocada uma placa com os nomes de todos os vereadores divididos em duas colunas: os que votaram a favor da CEI e os contrários. Isaac Martins, presidente da Associação dos Moradores do Jardim Satélite Íris, encabeçou os protestos.*
- *Em 2002, apenas 23% das demandas foram cumpridas*
- *[...] a Prefeitura criou a expectativa de que os 80% das demandas que ficaram para trás em 2002, mesmo sem dotação orçamentária [...] seriam realizadas em 2003 [...].*
- *[...] as assembleias foram suspensas no ano passado em função do acúmulo de demandas atrasadas do OP de 2001.*
- *Em 2003, também não foram eleitas demandas nas assembleias,[...]*
- *[...]“o governo disputa os mandatos com as lideranças populares”[...] (declaração de Durval de Carvalho)*
- *[...] as alterações vêm sendo pensadas para serem propostas aos municípios.*
- *[...] a discussão pode resultar em uma orientação do partido para a elaboração da peça orçamentária para investimentos em cada município.*

Pathos (apelo à emoção)

- *Falhas na execução mudam diretrizes do OP*
- *Essas questões mal-avaliadas impediram a execução de quase 80% do OP de 2001*
- *Os vereadores tucanos se dizem traídos pelo Governo por terem ajudado a aprovar, na Câmara, o Orçamento sem emendas para honrar a vontade expressa da população.*
- *“A incompetência do PT na elaboração das prioridades, permitindo a inclusão de obras que não poderiam ser realizadas no ano seguinte, transformou o OP em um engodo para a população e a Câmara”, criticou Dário Saadi, líder da bancada tucana.*
- *A interferência frustrou (sic) a população.*
- *Ainda hoje, Martins é cético em relação ao OP. “Espero que não tenha OP nunca mais”, afirmou*
- *Capacidade dobrada*
- *Em 2002, apenas 23% das demandas foram cumpridas*
- *As maiores manifestações de descontentamento com o Orçamento Participativo em Campinas foram verificadas em 2002 [...]*
- *A promessa foi vista com desconfiança, principalmente pelos moradores da região do Campo Grande, onde nenhuma reivindicação levada ao OP de 2001 foi atendida.*
- *Campinas não é a única cidade que “patina” para executar as demandas elaboradas pela população nas assembleias do Orçamento Participativo. As dificuldades na execução do OP se espalham pelo Estado.*
- *classifica de “fiasco” a experiência do OP no Estado de São Paulo, inclusive em Campinas.*

Ethos (credibilidade)

- *[...] disse João Leite, presidente do Diretório Municipal.*
- *[...] criticou Dário Saadi, líder da bancada tucana.*
- *De acordo com Zica, [...]*

- *José Reinaldo Braga, coordenador do OP de Campinas, [...]*
- *[...] segundo Isaac Jorge Roston Júnior, gerente do programa.*
- *O petista de Campinas Durval de Carvalho, da Executiva Nacional do PT, [...]*
- *O presidente do diretório estadual do PT, Paulo Frateschi, [...]*
- *José Genoio, presidente nacional do PT, prefere [...]*

Quadro 14. Elementos de retórica em “Falhas na execução mudam diretrizes do OP”

Análise retórica: a reportagem sustenta no título que as falhas encontradas na aplicação do Orçamento Participativo serão revistas pelo PT de Campinas. Argumentos racionais são relacionados para sustentar esta hipótese. Primeiro, o texto aponta que o partido já iniciou as discussões para apresentar um “novo formato” de OP, que preveja um “estudo prévio” das demandas apontadas pela população para impedir que elas fiquem emperradas na máquina administrativa. Quase 80% das demandas definidas anteriormente não foram executadas no prazo. Vereadores, por sua vez, reclamaram que não apresentaram emendas ao orçamento acreditando que o OP seria atendido. A população da região do Campo Grande se mobilizou contra as falhas do OP. Por sua vez, a administração argumenta que em outras regiões foi possível dialogar com a população, como no caso do bairro Vida Nova. Os problemas do OP foram identificados também em Ribeirão Preto e Piracicaba, em que as definições de demandas chegaram a ser suspensas para que as prefeituras pudessem realizar as obras. O PT no Estado iria ouvir as prefeituras para preparar um documento com recomendações aos diretórios municipais do partido para implantação do OP onde elegerem o prefeito.

Uma série de argumentos que apelam à emoção é encontrada no texto entrelaçada à idéias racionais. O título “Falhas na execução mudam diretrizes do OP” já chama para os problemas do programa como fator fundamental para as mudanças. No início do texto, a afirmação de que o OP é uma das “principais bandeiras do PT” já indica ao leitor que se trata de um programa partidário e que, portanto, pode ter viés eleitoral. Afirma que durante a definição das demandas, houve questões “mal-avaliadas”, que remete à incompetência de quem deve fazer esta avaliação. Os vereadores de oposição se sentiram “traídos” é mais uma colocação que recorre aos sentimentos do leitor. As declarações dos vereadores reforçam as sensações provocadas anteriormente pelo texto. Dário Saadi fala da

“incompetência do PT.” Sem comprovar, o jornal diz que o OP “frustrou” a população e cita apenas um exemplo, provocando uma generalização que o leitor desatento pode não perceber e ficar convencido de que a reprovação é mesmo geral. Uma liderança popular da região do Campo Grande é “ainda” hoje cética em relação ao OP. Não se informa “desde” quando esta liderança não acredita no programa. A palavra *ainda*, portanto, nada mais é do que uma forma de seduzir o leitor, sem transmitir informação precisa.

O intertítulo alerta para a “capacidade dobrada” na execução das obras e programas definidos no Orçamento Participativo. Uma série de argumentos lógicos é apresentada para justificar a capacidade ampliada. Na retranscrição a palavra “apenas” no título já indica para qual sentido o jornal quer conduzir o raciocínio de quem lê a notícia. O texto diz que foi em 2002 que surgiram as principais manifestações de insatisfação com o OP, embora não sejam apresentados dados que comprovem esta afirmação. A reação de moradores da cidade, especialmente da região do Campo Grande, é descrita como “desconfiança”, embora apenas um morador seja citado como entrevistado. Um último comentário, do petista Durval de Carvalho, classifica o OP de “fiasco”.

Para obter credibilidade, o Correio Popular credita as informações publicadas a várias “autoridades”: os presidentes municipal, estadual e nacional do PT, o vereador e líder do PSDB Dário Saadi, o deputado federal do PT e pré-candidato a prefeito Luciano Zica, o coordenador do OP, o gerente do OP de Piracicaba e o membro da executiva nacional do PT, Durval de Carvalho.

É um texto rico em argumentos lógicos que se somam aos emotivos e de credibilidade para seduzir o leitor e esconder as deficiências na apuração e o uso de diversos fragmentos para criar um contexto que sustente a hipótese principal.

5.3.2.15 O incremento de verbas

O Orçamento Participativo deixa de ser o foco da reportagem do dia 5 de fevereiro, quando recebeu uma dotação extra de R\$ 1,3 milhão para a execução de três obras. No título, o enfoque é outro: “Manobra no Orçamento favorece publicidade”. O texto é assinado por Raquel Lima e Rose Guglielminetti.

Manobra no Orçamento favorece publicidade

Prefeitura redireciona verba que era destinada ao pagamento da dívida pública para os gastos com propaganda do governo petista

A prefeita de Campinas, Izalene Tiene (PT), baixou ontem três decretos transferindo cerca de R\$ 5,1 milhões destinados no Orçamento de 2004 ao pagamento da dívida pública para custear obras do Orçamento Participativo (OP), parte da revitalização do Centro e gastos com publicidade do governo petista.

Na divisão do bolo, R\$ 2,5 milhões foram transferidos para a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo para o pagamento das obras de remodelação da Rua 13 de Maio. Outra fatia de R\$ 1,3 milhão irá para a Secretaria de Obras e Projetos para bancar três obras do OP que estavam definidas no ano passado, mas não foram incluídas no Orçamento. Por último, R\$ 1,3 milhão serão gastos com comunicação.

As alterações na peça orçamentária foram publicadas no Diário Oficial do Município (DO). Neste ano, a Administração municipal havia reservado cerca de R\$ 92 milhões para o pagamento da dívida pública. A assessoria de imprensa informou apenas que a Administração não irá deixar de pagar a dívida, mas não soube informar se irá conseguir saldar a previsão inicial, anunciada aos vereadores na última semana pelo secretário municipal de Finanças, José Luis Pio Romera.

O governo municipal vai publicar nos próximos dias no DO a abertura do processo licitatório para a escolha da nova empresa responsável pela publicidade do governo. O contrato com a PG Comunicação, que foi prorrogado quatro vezes pela Prefeitura, vence no próximo mês de abril.

De acordo com a coordenadora de Comunicação da Prefeitura de Campinas, Rosana Ramos, o remanejamento de recursos do Orçamento para o setor inclui os gastos com a licitação. Ainda de acordo com ela, a suplementação não vai ultrapassar o limite permitido de gastos com publicidade em ano eleitoral, fixado na média dos últimos três anos do governo: R\$ 2,4 milhões.

Dívida aumenta

Na última semana, o secretário Pio Romera disse que, em três anos de governo petista, a dívida pública cresceu R\$ 654 milhões. Para este ano, a previsão orçamentária para o pagamento seria de R\$ 92 milhões. Hoje, o valor devido está em R\$ 1,457 bilhão, ou seja,

quase os mesmos R\$ 1,577 bilhão herdados pelo prefeito assassinado Antonio da Costa Santos, quando assumiu a Prefeitura em 2001. O crescimento vertiginoso da dívida foi atribuído pelo secretário aos juros altos praticados no País.

Segundo Romera, grande parte do dinheiro utilizado para saldar o débito pagou apenas os juros e não o principal. De acordo com os decretos, a prefeita está remanejando a verba sobre os juros. Em 2003, foram pagos R\$ 89 milhões da dívida. Os débitos foram contraídos em governos anteriores.

O vereador Dário Saadi (PSDB) criticou o remanejamento de verba para o pagamento de outros compromissos que não o da dívida pública, como estava previsto no Orçamento de 2004. “Destinar dinheiro do pagamento da dívida para publicidade é uma tentativa desesperada de reverter a imagem de um governo que está desgastada”, criticou o tucano.

OP terá reserva de R\$ 15 milhões para sair do papel

O governo petista de Campinas também anunciou que vai reservar R\$ 15 milhões do Orçamento deste ano para garantir a execução das obras do Orçamento Participativo (OP), um das principais bandeiras do PT, e “dar uma resposta positiva” ao funcionalismo, que no ano passado não teve reajuste salarial. Além de segurar a verba do Orçamento, o Executivo municipal também determinou a adoção de cotas trimestrais (25%) para movimentação e empenho de recursos por parte da Administração direta, autarquias, fundações, Fundos Especiais de Despesas e as sociedades em que a Prefeitura detenha a maioria do capital social com direito a voto. O governo municipal reconhece que a medida vai criar uma espécie de “engessamento” da máquina administrativa, mas argumenta que é “necessário”.

A Administração defende a tese de que o Orçamento de 2004, previsto em R\$ 1,15 bilhão, “é um Orçamento de governo e não de Secretaria ou órgão”.

As dotações relacionadas ao pagamento do funcionalismo, além de recursos destinados para o pagamento da dívida e da previdência dos servidores estão excluídos da reserva de R\$ 15 milhões e do novo sistema de cotas. As exceções serão tratadas pela Secretaria Municipal de Finanças, segundo o titular da pasta, José Luís Pio Romera.

Para a oposição na Câmara de Campinas, a imposição de cota máxima de 25% por trimestre vai prejudicar as licitações. A oposição defende a revisão dos valores de grandes contratos, como o de limpeza pública urbana e da vigilância terceirizada.

O decreto com as normas para a execução orçamentária deste ano foi publicada pelo presidente da Câmara de Campinas, Carlos Francisco Signorelli (PT), enquanto ocupou interinamente o cargo de prefeito da cidade. Foram 16 dias, período em que a prefeita Izalene Tiene (PT) esteve de viagem à Índia, onde participou do 4º Fórum Social Mundial. (RL e RG/AAN)

Padrão de inversão: a parte se sobrepõe ao todo. A verba remanejada tinha três destinos, porém um deles (a publicidade) é explorado no título, linha fina e no *lead*. O valor destinado para o OP é o mesmo que para a publicidade (R\$ 1,3 milhão, equivalente a 25% do remanejamento). Outros 50% foram redistribuídos

para a obra de revitalização do calçadão da rua 13 de Maio, no centro comercial da cidade. O texto é mais equânime, citando os três destinos no mesmo parágrafo. O 4º e o 5º parágrafos tratam apenas da publicidade. No entanto, há uma retranca com mais informações sobre o OP, embora não seja exatamente sobre o remanejamento de verbas em questão.

Padrão de fragmentação: o remanejamento de verbas anterior, que o Correio explorou em várias edições em 2003 como *desvio*, não foi mencionado neste texto. O remanejamento foi feito no sentido oposto, ou seja, com o aumento de verbas para o Orçamento Participativo. Em 2003, foram publicados vários textos que tratavam ou citavam o uso de parte de dinheiro de obras do OP em outras áreas da administração. A redistribuição ao contrário em 2004 compensaria parte das perdas passadas. O tratamento dispensado pelo jornal mudou em 2004. À exceção do título, que chama o remanejamento de “manobra” (mas refere-se exclusivamente à publicidade), o texto fala em transferência e alteração. Em 2003, o uso de dinheiro de obras do OP em outras áreas foi tratado pelo jornal como “desvio”.

Como o texto trata de diversos assuntos, será analisado apenas o que se refere diretamente ao OP, ou que haja alguma ligação indireta com o programa.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - Prefeitura <u>redireciona verba</u> que era destinada ao pagamento da dívida pública para os gastos com propaganda do governo petista - A prefeita de Campinas, Izalene Tiene (PT), <u>baixou</u> ontem <u>três decretos</u> transferindo cerca de <u>R\$ 5,1 milhões</u> destinados no Orçamento de 2004 ao <u>pagamento da dívida pública</u> para <u>custear obras do Orçamento Participativo (OP)</u>, parte da <u>revitalização do Centro</u> e gastos com <u>publicidade do governo petista</u>. - Na divisão do bolo, <u>R\$ 2,5 milhões</u> foram transferidos para a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo para o pagamento das obras de <u>remodelação da Rua 13 de Maio</u>. Outra fatia de <u>R\$ 1,3 milhão</u> irá para a Secretaria de Obras e Projetos para bancar <u>três obras do OP</u> que estavam definidas no ano passado, mas não foram incluídas no Orçamento. Por último, <u>R\$ 1,3 milhão</u> serão gastos com <u>comunicação</u>. - As alterações na peça orçamentária foram <u>publicadas no Diário Oficial do Município (DO)</u>. - Neste ano, a Administração municipal havia <u>reservado</u> cerca de <u>R\$ 92 milhões</u> para o pagamento da dívida pública. - OP terá <u>reserva de R\$ 15 milhões</u> para sair do papel - [...] vai <u>reservar R\$ 15 milhões</u> do Orçamento deste ano para <u>garantir a execução das obras do Orçamento Participativo (OP)</u>, um das principais bandeiras do PT, e “dar uma resposta positiva” ao funcionalismo, que no ano passado não teve reajuste salarial.

Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - <i><u>Manobra</u> no Orçamento favorece <u>publicidade</u></i> - <i>Prefeitura redireciona verba que era destinada ao pagamento da dívida pública para os gastos com <u>propaganda do governo petista</u></i> - <i>OP terá reserva de R\$ 15 milhões <u>para sair do papel</u></i> - <i>[...] Orçamento Participativo (OP), um(sic) das principais bandeiras do PT [...].</i>
Ethos (credibilidade)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>As alterações na peça orçamentária foram <u>publicadas no Diário Oficial do Município (DO)</u>.</i>

Quadro 15. Elementos de retórica em “Manobra no Orçamento favorece publicidade”

Análise retórica: o título faz um apelo à emoção ao chamar de “manobra” o remanejamento de verbas. Não há referência à ilegalidade ou à falta de legitimidade da operação, feita por decreto. A expressão “manobra” transmite a impressão de uma operação, ainda que não ilegal, que se aproveita de brechas legais para ser feita. Não parece ser o caso, pois aparentemente foi uma transferência de recursos explícita e comum na administração pública. A escolha da palavra publicidade também faz um apelo, uma vez que o remanejamento não era exclusivo para esta finalidade. Outro fator é que publicidade remete à propaganda oficial. E nem todas as despesas de publicidade de um governo são propagandas. O conteúdo do texto não esclarece para onde exatamente será destinado o dinheiro. Há apenas uma referência de que será usado em uma licitação para contratação de agência de publicidade. É, portanto, subjetivo, compreender que o dinheiro para a realização de uma licitação de publicidade é dinheiro gasto com publicidade, ou não. O título não deixa esta opção ao leitor. O jornal faz a sua leitura e a impõe.

A linha fina utiliza a expressão “propaganda do governo petista” o que leva ao leitor a mensagem de que dinheiro será gasto com peças de publicidade de um governo de um partido, ou mesmo das ações partidárias, o que é proibido, por se tratar de dinheiro público. O texto apresenta mais argumentos racionais que emotivos. Informa os valores e onde será feita a aplicação. Argumenta que o remanejamento foi publicado no Diário Oficial (o que também confere credibilidade) e informa o quanto já foi pago da dívida pública naquele ano. Uma retransmissão chama a atenção para a reserva de R\$ 15 milhões para que o OP conclua obras decididas pela população. O texto repete a informação, porém não apresenta muitos detalhes

da operação e trata de outro assunto ligado ao orçamento: o limite de 25% de gastos em cada secretaria a cada três meses.

No título da retranca, mais um apelo emotivo: o dinheiro reservado para o OP servirá para que obras *saíam do papel*. A expressão pretende transmitir a impressão de que as obras estão paralisadas, não permitindo a compreensão de que podem estar cumprindo um rito burocrático que faz parte da gestão pública. No texto, é lembrado que o OP é uma das “bandeiras do PT”, ligando o projeto ao partido e, portanto, as eleições que seriam realizadas no segundo semestre.

5.3.2.16 A herança do OP

A proximidade das eleições que aconteceriam em menos de cinco meses faz com que o jornal associe a futura administração com o OP. No dia 14 de maio de 2004, é publicada a matéria de Raquel Lima e Rose Guglielminetti sob o título “Futuro prefeito herdará conta de R\$ 30 mi do OP”

Futuro prefeito herdará conta de R\$ 30 mi do OP

Pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, obras planejadas pelo Orçamento Participativo em 2003 e iniciadas este ano só serão pagas em 2005

O governo do PT em Campinas vai deixar uma nota promissória para o próximo prefeito. Dos R\$ 93,5 milhões previstos de investimento na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005 da Prefeitura de Campinas, cerca de R\$ 30 milhões (32%) estarão comprometidos com a continuidade de obras do Orçamento Participativo (OP) definidas em 2003 e iniciadas neste ano. A previsão é da Secretaria Municipal de Finanças e da própria coordenação do OP. Assim, o próximo chefe do Executivo campineiro terá R\$ 63,5 milhões para novos investimentos, sendo que metade desse valor ainda depende da aprovação de um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O diretor de Orçamento da Secretaria de Finanças de Campinas, Eduardo Marques, avalia que o futuro prefeito "terá dificuldades da mesma natureza que a atual gestão". "Não há nada de novo", disse. "Ainda não é possível detalhar as obras que serão iniciadas neste

ano e que deverão ser terminadas em 2005, mas um exemplo são as pavimentações e aquelas que dependem de contratação de pessoal", afirmou o coordenador do OP de Campinas, José Reinaldo Braga. Na execução orçamentária de Campinas em 2002, apenas 22% das 199 demandas incluídas no OP daquele ano foram cumpridas no prazo com recursos da ordem de R\$ 16 milhões, valor que corresponde a apenas 31% dos R\$ 51,5 milhões autorizados pela Câmara Municipal para serem gastos com as obras do projeto petista. Os R\$ 35,5 milhões que não foram usados pelo OP foram transferidos para o Orçamento de 2003.

O coordenador do OP de Campinas ainda não apresentou o balanço da execução do Orçamento Participativo do ano passado. Ontem, Braga informou que pretende concluir até amanhã o balanço dos três anos do OP no município.

A Administração municipal estima um crescimento de 6% da receita em relação a este ano. A previsão da Secretaria de Finanças é arrecadar R\$ 1,176 bilhão contra R\$ 1,1,5 bilhão do ano passado. Para 2005, a despesa prevista para 2005 é de R\$ 1,162 bilhão.

Impasse

O processo de habilitação da Prefeitura de Campinas no Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), do BNDES está parado desde 2002 porque o governo municipal está inscrito no Cadip (cadastro de inadimplentes do mercado financeiro) em razão de uma dívida de 1996. No total, a Prefeitura pleiteia o empréstimo de R\$ 110 milhões. Na primeira etapa, o governo municipal espera receber os R\$ 30 milhões que engrossariam o poder de investimento da Administração em 2005, explicou o diretor de Orçamento.

Além disso, a Prefeitura de Campinas possui uma dívida de R\$ 1,5 bilhão. Atualmente, a Administração municipal gasta com juros e amortizações da dívida cerca de R\$ 90 milhões por ano. A dívida foi contraída no período de 1983 a 2000, segundo dados da Prefeitura.

A prefeita Izalene Tiene (PT) conseguiu suspender cobrança judicial de uma dívida de R\$ 143 milhões em negociação com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Assim, a dívida do governo municipal com o INSS caiu de R\$ 430 milhões para R\$ 287 milhões.

Pré-candidatos já estudam mais alternativas

Os pré-candidatos à Prefeitura de Campinas prevêem que terão de buscar outras fontes de receita para poder realizar as obras que avaliam ser necessárias. O deputado estadual e pré-candidato do PSB, Jonas Donizette, disse que os restos a pagar do OP para a próxima Administração demonstra erro de programação do atual governo. "Acumular obras e pagamentos de um ano para o outro são os grandes erros do OP", disse. Em relação à capacidade de investimento para 2005 o deputado disse: "temos que usar a criatividade e buscar alternativas para conseguir verbas de outras fontes", declarou.

O vereador e pré-candidato a prefeito do PMDB, Romeu Santini, segue a mesma linha de seu futuro adversário nas urnas. "Irei analisar profundamente o orçamento e preparar um bom plano de governo para fazer bons projetos e buscar recursos até no exterior", disse.

A solução do deputado federal e pré-candidato do PDT, Hélio de Oliveira Santos para não se tornar refém da pequena fatia de investimento para o próximo ano é renegociar a dívida pública de R\$

1,5 bilhão e agilizar a máquina pública para dificultar a sonegação de impostos. "É possível diminuir a dívida com renegociação. Além disso, ao ter a máquina administrativa funcionando poderemos diminuir a elisão (eliminação) fiscal e a sonegação. E olha que neste caso prevemos que 30% (cerca de R\$ 450 milhões) deixam de entrar para os cofres públicos", explicou.

Para conseguir capacidade de investimentos, o pedetista disse que é possível desenvolver uma política de investimentos que busque investimentos externos com agentes privados, como o Banco Mundial. "Ao analisarmos o macro a dívida de R\$ 30 milhões do OP fica diluída", disse Oliveira Santos.

Guilherme Campos, pré-candidato pelo PFL, "se as obras definidas pelo OP forem necessárias, elas devem ser concluídas". "O problema do OP é que se faz muita reunião para se concluir o óbvio", declarou.

O deputado federal e pré-candidato a prefeito de Campinas pelo PSDB, Carlos Sampaio, não foi localizado ontem para falar sobre o assunto. O pré-candidato do PT em Campinas, o deputado federal Luciano Zica, não havia retornado à ligação da reportagem até o fechamento desta edição.

Artigo estabelece apenas quatro prioridades

Um artigo no projeto da LDO de 2005 de Campinas determina prioridades de utilização em apenas quatro itens: pagamento da folha de funcionários, amortização e encargos da dívida pública, contrapartida de operações de crédito e cumprimento de princípios constitucionais, como por exemplo garantia à saúde e ao ensino fundamental. A Prefeitura de Campinas teve de remanejar em dezembro passado R\$ 32,2 milhões do Orçamento de 2003 para pagar a folha dos servidores públicos, principalmente daqueles lotados nas secretarias de Educação e Saúde, além de cobrir despesas de pastas que gastaram além do previsto na peça orçamentária. O montante remanejado incluiu recursos inicialmente reservados para a realização de obras e serviços de manutenção da cidade, como a construção de Centros Municipais de Educação Infantil (Cemeis), praças e unidades de saúde.

Para este ano, o governo do PT em Campinas já anunciou que vai contingenciar R\$ 15 milhões do Orçamento para garantir a execução das obras do OP, principal bandeira do partido, e "dar uma resposta positiva" ao funcionalismo. Além do "corte", o Executivo também determinou a adoção de cotas trimestrais para movimentação e empenho de recursos. (RL/AAN)

O que é

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é uma lei que o Executivo encaminha ao Legislativo para discussão e aprovação. Na LDO estão as diretrizes que vão orientar a elaboração e a execução do Orçamento do ano seguinte. A LDO determina, em linhas gerais, a previsão de arrecadação e despesa da Administração, além dos riscos fiscais para o cumprimento dessas metas. O detalhamento da aplicação dos recursos do Município só é feito no Orçamento, que deve chegar à Câmara até 30 de setembro e ser aprovado até o final do ano.

Padrão de ocultação: o texto aborda apenas as obras e serviços inconclusos que o futuro prefeito teria que terminar. Mas não aborda as obras e serviços criados a partir do OP, que permitiram melhora no atendimento ao serviço público. Ao abordar apenas uma face do OP, o jornal conduz o leitor à impressão que o programa deixou para a cidade somente uma dívida e não um processo de participação popular e obras e serviços executados na cidade.

Padrão de fragmentação: a reportagem não apresenta o contexto de que no Brasil são comuns casos de obras públicas não terminadas por um governo e abandonadas pelo seguinte. A continuidade é uma necessidade na administração pública. Colocada como uma “promissória”, o texto aponta a necessidade de continuidade como algo negativo e exclusivo da administração que terminava.

Logos (argumentos lógicos)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Dos R\$ 93,5 milhões previstos de investimento na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005 da Prefeitura de Campinas, cerca de R\$ 30 milhões (32%) estarão comprometidos com a continuidade de obras do Orçamento Participativo (OP) definidas em 2003 e iniciadas neste ano.</i> - <i>Assim, o próximo chefe do Executivo campineiro terá R\$ 63,5 milhões para novos investimentos, sendo que metade desse valor ainda depende da aprovação de um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).</i> - <i>O diretor de Orçamento da Secretaria de Finanças de Campinas, Eduardo Marques, avalia que o futuro prefeito "terá dificuldades da mesma natureza que a atual gestão".</i> - <i>"Ainda não é possível detalhar as obras que serão iniciadas neste ano e que deverão ser terminadas em 2005, mas um exemplo são as pavimentações e aquelas que dependem de contratação de pessoal", afirmou o coordenador do OP de Campinas, José Reinaldo Braga.</i> - <i>Na execução orçamentária de Campinas em 2002, apenas 22% das 199 demandas incluídas no OP daquele ano foram cumpridas no prazo [...]</i> - <i>O coordenador do OP de Campinas ainda não apresentou o balanço da execução do Orçamento Participativo do ano passado. Ontem, Braga informou que pretende concluir até amanhã o balanço dos três anos do OP no município.</i> - <i>A Administração municipal estima um crescimento de 6% da receita em relação a este ano. A previsão da Secretaria de Finanças é arrecadar R\$ 1,176 bilhão contra R\$ 1,15 bilhão do ano passado.</i> - <i>Os pré-candidatos à Prefeitura de Campinas prevêem que terão de buscar outras fontes de receita para poder realizar as obras que avaliam ser necessárias.</i> - <i>"Ao analisarmos o macro a dívida de R\$ 30 milhões do OP fica diluída", disse Oliveira Santos.</i> - <i>Para este ano, o governo do PT em Campinas já anunciou que vai contingenciar R\$ 15 milhões do Orçamento para garantir a execução das obras do OP, principal bandeira do partido, e "dar uma resposta positiva" ao funcionalismo.</i>
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Futuro prefeito herdará conta de R\$ 30 mi do OP</i> - <i>O governo do PT em Campinas vai deixar uma nota promissória para o próximo prefeito.</i>

- Na execução orçamentária de Campinas em 2002, apenas 22% das 199 demandas incluídas no OP daquele ano foram cumpridas no prazo com recursos da ordem de R\$ 16 milhões, valor que corresponde a apenas 31% dos R\$ 51,5 milhões autorizados pela Câmara Municipal para serem gastos com as obras do projeto petista.
- O deputado estadual e pré-candidato do PSB, Jonas Donizette, disse que os restos a pagar do OP para a próxima Administração demonstra erro de programação do atual governo.
- Guilherme Campos, pré-candidato pelo PFL, "se as obras definidas pelo OP forem necessárias, elas devem ser concluídas" . "O problema do OP é que se faz muita reunião para se concluir o óbvio" , declarou.
- Para este ano, o governo do PT em Campinas já anunciou que vai contingenciar R\$ 15 milhões do Orçamento para garantir a execução das obras do OP, principal bandeira do partido, [...]

Ethos (credibilidade)

- A previsão é da Secretaria Municipal de Finanças e da própria coordenação do OP.
- O diretor de Orçamento da Secretaria de Finanças de Campinas, Eduardo Marques, avalia que
- O coordenador do OP de Campinas ainda não apresentou o balanço da execução do Orçamento Participativo do ano passado. Ontem, Braga informou que pretende concluir até amanhã o balanço dos três anos do OP no município.
- O deputado estadual e pré-candidato do PSB, Jonas Donizette, disse que os restos a pagar do OP para a próxima Administração demonstra erro de programação do atual governo.
- "Ao analisarmos o macro a dívida de R\$ 30 milhões do OP fica diluída" , disse Oliveira Santos.
- Guilherme Campos, pré-candidato pelo PFL, "se as obras definidas pelo OP forem necessárias, elas devem ser concluídas" . "O problema do OP é que se faz muita reunião para se concluir o óbvio" , declarou.
- O deputado federal e pré-candidato a prefeito de Campinas pelo PSDB, Carlos Sampaio, não foi localizado ontem para falar sobre o assunto. O pré-candidato do PT em Campinas, o deputado federal Luciano Zica, não havia retornado à ligação da reportagem até o fechamento desta edição.

Quadro 16. Elementos de retórica em “Futuro prefeito herdará conta de R\$ 30 mi do OP”

Análise retórica: as autoras utilizam muitos argumentos lógicos, com dados precisos sobre os valores que ficarão para a futura administração. Declarações de funcionários de alto escalão da prefeitura (diretor de Orçamento, coordenador do OP) complementam as alegações lógicas, além de dar credibilidade ao enunciado.

O título e o *lead* fazem um apelo emotivo ao afirmarem que o futuro prefeito “herdará conta” e ao chamarem de “nota promissória” os valores que devem ser gastos com as obras definidas pela população. *Herança de conta* e *nota promissória* são coisas costumeiramente indesejáveis. O texto leva o leitor a uma analogia com sua vida privada e tem a sensação de que o governo que termina deixa algo ruim. O “governo” é identificado como “do PT”, com uma associação da “promissória” com o partido. São usados argumentos emocionais como o advérbio “apenas” para indicar a quantidade de demandas do OP concluídas no prazo e o valor gasto com as obras

e a afirmação de que o OP é uma “bandeira do PT”, ligando o programa à vida partidária e forçando uma relação com as eleições que se aproximam.

O texto traz críticas de pré-candidatos a prefeito ao programa: “erro de programação”, “problema” e “muita reunião para se concluir o óbvio” são referências feitas pelos adversários. Dos seis pré-candidatos citados, cinco são parlamentares (três deputados federais, um deputado estadual e um vereador), suas indicações aumentam a confiabilidade das críticas. Os dois que não foram localizados, do PSDB e do PT, conferem credibilidade por terem sido procurados. Se suas opiniões não estão expressas na matéria, não seria, portanto, por culpa do jornal.

5.3.2.17 A complexidade da habitação

A complexidade dos problemas da habitação foi abordada em reportagem de 6 de junho de 2004, por Raquel Lima. No entanto, no título e no *lead*, a complexidade deu lugar à simplificação:

OP da habitação conclui só 30 de 103 demandas

Índice de atendimento às prioridades definidas pela população ficou em 29% nos três anos do Orçamento Participativo em Campinas

Balanço da área de habitação dos três anos de Orçamento Participativo (OP) em Campinas revela que das 103 prioridades apontadas pela população no setor, apenas 30 (ou 29%) foram concluídas. Os dados foram publicados na edição da última terça-feira do Diário Oficial do Município (DO). Poucas mudanças ocorreram nas problemáticas de habitação do município, de acordo com informações da própria Companhia de Habitação Popular de Campinas (Cohab). Há 5.326 famílias morando em área de risco. Desde que o PT assumiu a Prefeitura até agora, o déficit habitacional passou de 35.626 para 32.957: redução de 7,5 pontos percentuais. Campinas conta ainda com 121 ocupações, 82 favelas, 20 núcleos residenciais e dez ocupações em fase de regulamentação. Números que permanecem inalterados desde 1999.

Das 18 demandas na área de regularização fundiária, nenhuma foi concluída. O próprio programa de governo de 2000 do PT alerta sobre a morosidade do trabalho. “A regularização fundiária das

ocupações será uma tarefa difícil, mas prioritária para a nossa Administração. As metas quantitativas para os quatro anos de gestão serão definidas no início do governo, sem a ilusão de que atinjam um número expressivo”, informa o documento.

“Os problemas fundiários geralmente são complexos e têm obstáculos que não dependem do Município, como o Código Florestal Brasileiro e a Constituição Estadual”, explicou a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) Laura Machado de Mello Bueno. “Por outro lado, cabe ao Município buscar recursos dos órgãos estaduais e federais. O problema financeiro de Campinas é grave e o setor de habitação acaba não sendo muito contemplado com obras”, completou Laura.

Na análise do ex-secretário de Habitação Ari Fernandes, atual presidente da Fundação José Pedro de Oliveira, o desempenho do governo petista na área é “satisfatório”. “Se a Administração aumentar três ou quatro núcleos urbanos (favelas regularizadas) até o final da gestão está bom demais, devido à dificuldade do trabalho”, declarou. “Lamento que as condições objetivas não tenham permitido avançar mais. Faltam recursos”, completou.

A Cohab tem um orçamento de R\$ 13 milhões. Desde a sua fundação, em 1965, a empresa construiu cerca de 30 mil casas, de acordo com a sua assessoria.

O presidente da Cohab Campinas e secretário municipal de Habitação, Fernando Vaz Pupo (PCdoB), afirma que o governo do PT “promoveu a retomada da política de habitação em Campinas”. “Fizemos um trabalho razoável. Além dos problemas burocráticos, há uma escassez de recursos. Sem a somatória Estado, Município e União é inviável pensar no fim do déficit habitacional”, afirmou. De acordo com Pupo, cada unidade habitacional custa em média R\$ 20 mil. Assim, seriam necessários R\$ 659 milhões para resolver o déficit em Campinas. “Não podemos dar habitação. É uma política diferente da saúde e da educação”, completou.

O coordenador do OP de Campinas, José Reinaldo Braga, informou que não falaria sobre o assunto. Ele alegou que o secretário municipal de Habitação seria a pessoa “mais adequada” para comentar as demandas do OP no setor.

Prefeitura perdoa dívida da Cohab

A Prefeita de Campinas, Izalene Tiene (PT), sancionou na última terça-feira uma lei que perdoa uma dívida de R\$ 3,5 milhões da Companhia de Habitação Popular de Campinas (Cohab) referentes a débitos com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de mutuários e imóveis de propriedade da empresa municipal que são utilizados pela população, como equipamentos de lazer.

A empresa adquiriu a dívida porque os compradores dos imóveis populares, apesar de ter isenção do pagamento do IPTU, não pedem o benefício à Prefeitura e, por causa disso, o débito recai sobre a Cohab. A lei municipal 11.111/01 desobriga o pagamento do IPTU por parte dos proprietários que tenham imóveis com área construída de até 80 metros quadrados (horizontal) ou até 50 metros quadrados (vertical). Além disso, a empresa municipal também assume os custos do tributo em imóveis que são utilizados como equipamento de lazer pela população.

A diretoria jurídica da Cohab explica que, apesar da Prefeitura de Campinas ter 99,98% do capital social da Cohab, ela é obrigada a

fazer a cobrança judicial. São 3.138 ações, sendo 1,4 mil referentes aos mutuários que têm direito a isenção.

Com a nova lei, a Cohab também deixará de pagar outros tributos, como o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Sobre a Transmissão Intervivos (ITBI), taxas, emolumentos e preços públicos para a aprovação de projetos imobiliários para população de baixa renda. A Cohab alega que chegava a pagar taxas de R\$ 2 mil a R\$ 5 mil reais à Prefeitura de Campinas para pedir aprovação de projetos arquitetônicos.

Conferência

No próximo mês, a Prefeitura vai promover a 2ª Conferência Municipal de Habitação. O objetivo é discutir as realizações da política municipal relacionada à questão habitacional deliberada na 1ª Conferência realizada no ano de 2002.

O evento é uma parceria entre a Secretaria Municipal de Habitação, Cohab, Coordenadoria Especial de Habitação Popular (Cehap) e Coordenadoria Especial de Regularização Fundiária (Cerf).

A conferência vai discutir o déficit habitacional da cidade, a regularização fundiária, além de fornecer diretrizes e critérios de prioridades para a questão da moradia em Campinas nos próximos anos, de acordo com o governo municipal.

Padrão de inversão: o texto aborda tema complexo e demonstra esta complexidade em diversos momentos, quando resgata um trecho do programa de governo do PT, quando reproduz declarações do ex-secretário e do então secretário de habitação e também de uma professora de urbanismo da Puc-Campinas. Porém, no título e *lead*, a complexidade dá lugar à simplificação. A construção leva a crer que o governo do PT foi incompetente para resolver os problemas da habitação. Somente a partir do segundo parágrafo a complexidade começa a transparecer.

Logos (argumentos lógicos)

- *OP da habitação conclui só 30 de 103 demandas*
- *Índice de atendimento às prioridades definidas pela população ficou em 29% nos três anos do Orçamento Participativo em Campinas*
- *Balanço da área de habitação dos três anos de Orçamento Participativo (OP) em Campinas revela que das 103 prioridades apontadas pela população no setor, apenas 30 (ou 29%) foram concluídas.*
- *Há 5.326 famílias morando em área de risco. Desde que o PT assumiu a Prefeitura até agora, o déficit habitacional passou de 35.626 para 32.957; redução de 7,5 pontos percentuais. Campinas conta ainda com 121 ocupações, 82 favelas, 20 núcleos residenciais e dez ocupações em fase de regulamentação. Números que permanecem inalterados desde 1999.*
- *Das 18 demandas na área de regularização fundiária, nenhuma foi concluída.*
- *O próprio programa de governo de 2000 do PT alerta sobre a morosidade do trabalho. “A regularização fundiária das ocupações será uma tarefa difícil, mas prioritária para a nossa Administração. As metas quantitativas para os quatro anos de gestão serão definidas no início do governo, sem a ilusão de que atinjam um número expressivo”, informa o documento.*

<ul style="list-style-type: none"> - “Os problemas fundiários geralmente são complexos e têm <u>obstáculos que não dependem do Município</u>, como o Código Florestal Brasileiro e a Constituição Estadual”, explicou a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) Laura Machado de Mello Bueno. - A Cohab tem um orçamento de <u>R\$ 13 milhões</u>. Desde a sua fundação, em 1965, a empresa <u>construiu cerca de 30 mil casas</u>, de acordo com a sua assessoria. - O presidente da Cohab Campinas e secretário municipal de Habitação, Fernando Vaz Pupo (PCdoB), afirma que o governo do PT “promoveu a <u>retomada da política de habitação em Campinas</u>”. “Fizemos um trabalho razoável. Além dos problemas burocráticos, <u>há uma escassez de recursos</u>. Sem a somatória Estado, Município e União é inviável pensar no fim do déficit habitacional”, afirmou. De acordo com Pupo, cada unidade habitacional custa em média R\$ 20 mil. Assim, <u>seriam necessários R\$ 659 milhões</u> para resolver o déficit em Campinas.
Pathos (apelo à emoção)
<ul style="list-style-type: none"> - OP da habitação conclui <u>só 30</u> de 103 demandas - [...] das 103 prioridades apontadas pela população no setor, <u>apenas 30</u> (ou 29%) foram concluídas. - <u>Poucas</u> mudanças ocorreram nas problemáticas de habitação do município - Na análise do ex-secretário de Habitação Ari Fernandes, atual presidente da Fundação José Pedro de Oliveira, o desempenho do governo petista na área é “<u>satisfatório</u>”. “Se a Administração aumentar três ou quatro núcleos urbanos (favelas regularizadas) até o final da gestão <u>está bom demais</u>, devido à dificuldade do trabalho”, declarou.
Ethos (credibilidade)
<ul style="list-style-type: none"> - Os dados foram publicados na edição da última terça-feira do <u>Diário Oficial do Município (DO)</u>. - [...] de acordo com informações da própria Companhia de Habitação Popular de Campinas (Cohab). - [...] explicou a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) Laura Machado de Mello Bueno. - [...] de acordo com informações da própria Companhia de Habitação Popular de Campinas (Cohab).

Quadro 17. Elementos de retórica em “OP da habitação conclui só 30 de 103 demandas”

Análise retórica: o apelo emocional destaca-se em meio a dados que lidam com o raciocínio lógico. A informação precisa de que 29% das obras da Habitação foram realizadas, é complementada com os advérbios *só* (título) e *apenas* (texto). Já indicam o que leitor deve entender: foi pouco, insuficiente. Aliás, *poucas* é o pronome indefinido usado para afirmar que o quadro da habitação no município continua parecido com aquele encontrado na cidade quando começou a administração petista. Os comentários de entrevistados reforçam essa idéia. O ex-secretário de habitação fala em resultados “satisfatórios” e que se avançar mais “três ou quatro núcleos urbanos [...] está bom demais”. Desta forma, confirma-se a sensação de que as mudanças foram realmente *poucas*, ou pequenas.

Há um grande volume de dados no texto (argumentos lógicos) que reforçam a hipótese de que a habitação não apresentou bons resultados em mais de três anos. Declarações de entrevistados reforçam a tese e ajudam a compreender o problema. A professora da Puc-Campinas, Laura Machado de Mello Bueno, diz que há obstáculos que não dependem do município. O programa de governo do PT já dizia, antes mesmo de o partido vencer as eleições, que a tarefa era difícil e demorada. O secretário de Habitação, Fernando Vaz Pupo, afirma que houve uma retomada dos programas de habitação no município e que a prefeitura é incapaz de resolver o problema sozinho.

Toda a estrutura da reportagem é creditada a alguma fonte, o que a torna crível. O Diário Oficial do Município, programa de governo do PT, secretário e ex-secretário de Habitação e professora de urbanismo da Puc-Campinas. São fontes de informações de credibilidade que indicam ao leitor que ele deve acreditar no que ele está lendo, de que *pouco mudou na habitação* em Campinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o processo de sistematização e organização das informações e os mecanismos de busca do Centro de Documentação da Rede Anhangüera de Comunicação. A pesquisa evidencia uma série de problemas para uma recuperação eficaz e eficiente da informação desejada. A multiplicidade de métodos de armazenamento e de recuperação é um dos problemas encontrados. Inexiste também um método de busca e recuperação que dê conta de uma pesquisa mais abrangente, como foi o caso utilizado neste estudo, com a tentativa de levantar tudo o que foi publicado sobre o Orçamento Participativo em Campinas entre 2001 e 2004.

As dificuldades em levantar o material começam com as restrições impostas pelo Cedoc aos usuários. Os conteúdos anteriores a 2002 só podem ser consultados no local e quem não é funcionário da RAC deve pagar para ter acesso à pesquisa. Os conteúdos a partir de 2002, apesar de digitalizados, ainda necessitam de ferramentas de busca mais eficazes, além de mais amplas. Apenas os assinantes do jornal – além, é claro, de funcionários da RAC – têm acesso ao conteúdo digital.

Devido à limitação do sistema, pela internet a busca só pode ser feita pelos títulos dos textos, característica que além de limitar a pesquisa, por não permitir o acesso ao texto completo, ou a resumos ou palavras-chave, filtra as informações a partir de importante mecanismo ideológico do jornal. No título, a linha editorial da empresa torna-se mais expressa e a busca por esta ferramenta é passível de maior manipulação (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994). Ao ler o conteúdo dos textos recuperados é possível perceber que houve perdas de documentos importantes, que não puderam ser recuperados por meio da estratégia de busca adotada.

As dificuldades para a recuperação de documentos no Cedoc tornam os resultados das pesquisas parciais e impossibilitam o acesso a informações importantes para a compreensão do objeto estudado. A taxa de ruído de 71%

encontrada no caso do Orçamento Participativo prejudica a recuperação de informações sobre o programa. A presença do ruído e a incapacidade de encontrar textos desejados podem levar a uma leitura distorcida do fato ou ampliar a distorção.

Os resultados demonstram grande dificuldade de recuperação e pouca confiabilidade nos resultados obtidos. Até 2001, a pesquisa foi feita em microfimes e em pastas de documentos impressos criados pelo Cedoc. Não houve garantia de que foi recuperada a maior parte dos documentos desejados. Os resultados dependem, e muito, de como os arquivos foram selecionados e armazenados na época de sua publicação. E estes critérios são subjetivos, pois estão sujeitos ao documentalista que o faz, pois não existe um método claro de como esta seleção e armazenamento devem ser feitos.

A pesquisa teve como objetivo específico compreender se – e como – um Cedoc pode perpetuar a manipulação da informação e a visão de mundo da empresa jornalística. A partir da literatura pesquisada, pode-se afirmar que os Cedocs são mais que arquivos de jornais antigos, são também espaços onde se dá um processo de comunicação. No Cedoc realiza-se um Processo Documental (CHACÓN GUTIÉRREZ, 1994) que tem entre suas etapas, a aquisição, seleção, síntese, representação, armazenamento, busca, recuperação e difusão da informação (PÉREZ; SEBASTIÁN, 2000). A informação contida no Cedoc não é imóvel. Ao contrário, é passível de recuperação e difusão, constituindo um novo processo comunicacional. A informação armazenada, quando recuperada e difundida, pode gerar novo conhecimento.

Segundo a bibliografia consultada, a capacidade de comunicação de um Cedoc se dá fundamentalmente de duas formas. Uma delas é a retroalimentação, que faz com que a informação armazenada seja reutilizada para a construção de um novo texto jornalístico. A outra, é a busca dos documentos jornalísticos por pesquisadores. Os fatos históricos na contemporaneidade são, fundamentalmente, aqueles divulgados pela imprensa. Fatos ignorados pela imprensa têm poucas chances de se tornarem históricos, por serem desconhecidos do conjunto da sociedade. Desta forma, os Cedocs jornalísticos reúnem informações que ajudarão a

compor a História. Como a produção jornalística é influenciada por fatores subjetivos do jornalista e da empresa jornalística, o conteúdo dos documentos do Cedoc reproduz esta influência. Os Centros de Documentação têm, ainda, a característica de transformar em perene a informação jornalística, efêmera por natureza.

Por serem abertos a jornalistas, pesquisadores e público em geral, os Cedocs jornalísticos disponibilizam documentos que reforçam a função da imprensa, que é de colaborar para o controle hegemônico da sociedade, segundo os interesses de uma classe dirigente (GRAMSCI, 2000, 1978, 1995). A direção da sociedade por uma classe, no sentido de obtenção de consentimento, é conseguida por uma “ideologia estatal-empresarial” (CHOMSKY, 1992, p. 24), em que grupos empresariais dominam os conteúdos informacionais que transitam pelos meios de comunicação de massa. A alta concentração observada nos Estados Unidos se reproduz, em menor escala, também no interior do Brasil e a RAC se apresenta como um grupo familiar empresarial com grande número de veículos de comunicação: seis jornais impressos, uma revista semanal, uma agência de notícias e um portal na internet. O Cedoc da RAC, portanto, cumpre papel de manutenção de hegemonia, conforme os interesses do grupo empresarial e da classe social que dirige a sociedade e os meios de comunicação.

O Centro de Documentação Jornalística da RAC torna disponíveis informações que reforçam, de maneira perene, a visão de mundo presente nas páginas dos veículos publicados pelo grupo empresarial. Neste estudo, tomando por base uma pesquisa sobre textos do Correio Popular, publicado pela RAC, sobre o Orçamento Participativo, foi possível fazer uma leitura a partir do ponto de vista do jornal.

Quanto à análise dos documentos que tratam do Orçamento Participativo, observou-se que quando o OP era uma novidade, em 2001, primeiro ano de sua aplicação, foi recuperado o menor número (14) de documentos dos quatro anos. Quando os problemas do Orçamento Participativo se agravaram, em 2003, o número de textos recuperados foi maior (35).

Por ser um programa que busca a democratização do orçamento municipal e a participação popular, é sensível a distância que o jornal mantém da população, ao reproduzir fundamentalmente declarações e opiniões de “autoridades”, como a prefeita, secretários, vereadores. A presença de cidadãos ditos “comuns” torna-se mais intensa em 2003, quando o OP apresenta problemas e algumas lideranças populares passam a criticá-lo. Portanto, enquanto programa que propõe uma nova cultura política, a cobertura por parte do Correio Popular manteve-se tradicional e não refletiu a proposta inovadora. A leitura possível a partir dos textos recuperados é limitada à visão tradicional do jornal, que dá mais credibilidade às fontes oficiais que à população da cidade.

O Correio Popular utilizou-se de três argumentos de retórica para demonstrar que o Orçamento Participativo fracassou em Campinas. Usou argumentos lógicos, emocionais e de credibilidade, que muitas vezes se confundem no mesmo texto. Utilizou também de mecanismos de manipulação descritos por Abramo (2003), para levar ao leitor uma realidade distorcida, uma versão recriada da realidade. E esta versão, analisada em conjunto no Cedoc se reproduz nas páginas recuperadas.

Outra característica é a utilização de argumentos emotivos (pathos) para convencer o leitor da hipótese do jornal. Por mais que o raciocínio lógico já indicasse possíveis conclusões, o jornal reforçava a idéia com o uso de palavras e expressões. O advérbio *apenas* foi utilizado 15 vezes neste sentido em 17 textos analisados. Nos títulos, as ocorrências de apelos emocionais eram mais evidentes e constantes que nos textos. Apesar do uso de elementos emotivos, não se percebeu um padrão.

Para cada matéria publicada, uma construção diferente foi percebida. Foram identificados quatro padrões de manipulação apontados por Abramo (2003) nos textos: ocultação, fragmentação, inversão e indução. Cada texto lança mão de um ou mais padrões de manipulação diferentes.

A abordagem feita pelo Correio Popular variou também com o tempo. Em 2003, foi dado o maior destaque, justamente quando as matérias críticas ao programa se acentuaram.

Outra observação importante é que não foram identificadas matérias que destacassem o processo de atuação popular dentro do Orçamento Participativo. O programa era visto por fora, à distância. O jornal, pela análise dos 17 textos selecionados, não se dedicou a fazer uma cobertura a partir da visão dos moradores que participaram do programa. O afastamento tornou o conteúdo das matérias com o viés de convencer o leitor de que o OP foi um fracasso em Campinas, que não conseguiu cumprir suas metas. Não há informações, nos textos lidos, da quantidade de pessoas envolvidas, nem da forma com que as assembléias e reuniões ocorriam. As referências a isso eram muito superficiais, característicos de uma cobertura que não se prontificou a analisar o programa.

A avaliação das reportagens publicadas mostra que a preocupação do Correio Popular não era informar a população sobre o que era o OP, como funcionava e para que servia, mas era de criticá-lo e a tentativa de provar que não daria certo. Nesse caso, o jornal se utiliza de ferramentas de persuasão para manter o *status quo* na cidade, inviabilizar um projeto de participação popular, num claro esforço de manter a hegemonia existente na sociedade.

A leitura dos textos obtidos por meio da pesquisa sobre o Orçamento Participativo não leva à dimensão do programa, nem mesmo em seu primeiro ano, quando era novidade. A leitura que se faz é de um programa com inúmeros problemas, orientação partidária e incapacidade da administração para cumpri-lo. O Cedoc permite o acesso àquilo que foi publicado ao longo de quatro anos e que reforçam a interpretação que o jornal fez dos acontecimentos. Assim como a imprensa, o Centro de Documentação se configura também como um aparelho de hegemonia.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 63p.

AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS. **Relatório**: Estrutura econômica da Região Metropolitana de Campinas. São Paulo: Fundação Seade, 2006. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/estudos/estrutura_economica.pdf>. Acesso em 29 set. 2007.

ALVES FILHO, M. Chove mais, e cada vez com mais intensidade. **Jornal da Unicamp**. Campinas, 15 a 21 set. 2003. p. 9. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2003/ju229pg09.html>. Acesso em 13 out. 2007.

AMARO, R. K. O. F. **Contribuição da análise do discurso para a análise documentária**: o caso da documentação jornalística. 1991. 87f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDRADE, P. Até PFL adere ao Orçamento Participativo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 mar. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc01039909.htm>>. Exclusivo para o assinante da Folha de São Paulo ou do UOL. Acesso em: 23 mai. 2007.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1986. 443p.

BAENINGER, R. A.; GONÇALVES, R. F. P. Novas espacialidades no processo de urbanização: a Região Metropolitana de Campinas In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000, v.1. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt11_3.pdf>. Acesso em: 6 out. 2007.

BAENINGER, R. A. **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996. Coleção Campiniana, nº 5, *apud* BAENINGER, R. A.; GONÇALVES, R. F. P. Novas espacialidades no processo de urbanização: a Região Metropolitana de Campinas In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000, v.1. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt11_3.pdf>. Acesso em: 6 out. 2007.

BARBOSA, S. **Jornalismo digital e a informação de proximidade**: o caso dos portais regionais, com estudo sobre o UAI e o iBahia. 2002. 294 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BARGANHAR. In: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. [Rio de Janeiro]: Objetiva, [2001]. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/houaiss>>. Acesso em 13 out. 2007. Acesso exclusivo a assinantes do UOL.

BARRETO, A. A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, jul./set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Nov 2006.

BARRETO, A. A. Os destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama. **DataGamaZero**: Revista de Ciência da Informação, n.0 dez. 1999. Disponível em <http://www.dgz.org.br/dez99/Art_03.htm>. Acesso em 07 mai. 2006

BELKIN, N. J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **Canadian Journal of information Science**, v.5, p.133-143, 1980, apud LE COADIC, Y. F. **A ciência da Informação**. 2ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124p.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. **Journal of Doc.**, 34, p.55-85, 1978, apud INGWERSEN, Peter. Conceptions of Information Science. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (ed.) **Conceptions of Library and Information Science**: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992, p. 299-312.

BOLAÑO, C.; HERSCOVICI, A. La sociedad de la información es un concepto inventado. **Eptic on line**. v.5, n. 2, mai./ago. 2003, p.74-81. Disponível em <<http://www.eptic.com.br/portugues/EPTIC%20V-2.pdf>>. Acesso em 2 out. 2007

BORGES, V. P. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 84p. (Primeiros Passos).

BRAGA, J. R. O Orçamento Participativo em Campinas e sua relação com o SUS, o SUAS e a questão do território. **Cadernos de serviço social**. Campinas: 2005a. N. 26/27, p. 77-110.

BRAGA, J. R. OP e exclusão social. **Correio Popular**, Campinas, 21 abr. 2005b Opinião, p. 3. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1360975&area=2190&authent=666208D809FEE25EF0304A316CDACC>. Acesso em 19 mai. 2007. Acesso exclusivo aos assinantes do Correio Popular.

BRAGA, J. R. OP: Garantia na execução de obras e projetos. **Correio Popular**, Campinas, 12 abr. 2003, Opinião, p. 3. disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=362672&area=2190&authent=69BFD61569AAC3157CBFC30069BFD6>. Acesso em 19 mai. 2007. Acesso exclusivo aos assinantes do Correio Popular.

BRANDT, R. Governo Chico é ruim ou péssimo para 72%. **Folha de S. Paulo**. Caderno Folha Campinas. Campinas, 30 jul. 2000. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/campinas/cm3007200011.htm>>. Acesso em 7 out. 2007. Acesso exclusivo a assinantes do UOL ou da Folha de S. Paulo.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado da eleição 2000**. Brasília, DF, 2000. Disponível em <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em 7 out. 2007.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2ªed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 296p.

BUCI-GLUCKMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 499p.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45 n.5 p. 351-360, 1991. Disponível em: <<http://www.sims.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 28 mai. 2006.

BURGUÍÈRE, A. (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. 776p.

CAMPINAS. **Campinas: Exclusão/Inclusão Social**. Campinas, 2004. CD-ROM.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Princípios de organização e representação do conhecimento na construção de hiperdocumentos. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v.6, n.6, dez. 2005. Disponível em: <<http://dgz.org.br>>. Acesso em 04 jun. 2006.

CARVALHO, V. S. **Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC**. 2004, 175f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Campinas.

CENTRO de Documentação guarda tesouro de notícias. **Correio Popular**. Caderno Correio, 80 anos. Campinas, 04 set. 2007. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1531184&area=2091&authent=80014C932A8FE3A9826510030CCA2A>. Acesso em: 29 set. 2007. Acesso exclusivo para assinantes.

CHACÓN GUTIÉRREZ, I. **La fiabilidad del proceso documental del discurso periodístico, como fuente de información: análisis, método y valoración**. 1994. 412 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) - Facultad de Ciencias de La Información, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

CHACÓN GUTIÉRREZ, I. La mediación documental. **Cuadernos de Documentación Multimedia**, n.4, jun. 1995. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/cuadern4/chacon.html>>. Acesso em 14 mai. 2006

CHARAUDEAU, P. **Langage et discours: éléments de sémiolinguistique**. Paris: Hachette Université, 1983, apud AMARO, R. K. O. F. **Contribuição da análise do discurso para a análise documentária: o caso da documentação jornalística**. 1991. 87f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHOMSKY, N. **Contendo a Democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 520p.

CHOMSKY, N. **Ilusiones necesarias**: control del pensamiento en las sociedades democraticas. Madrid: Libertarias/Prodhufi, 1992. 494 p.

CHOMSKY, N; HERMAN, E. **Manufacturing consent**: the political economy of the mass media. New York: Pantheon Books, 1988, *apud* CHOMSKY, N. **Ilusiones necesarias**: control del pensamiento en las sociedades democraticas. Madrid: Libertarias/Prodhufi, 1992. 494 p.

COMUNICAÇÃO em Rede com o melhor do interior paulista. **RAC**, Campinas, 2007. Disponível em < <http://www.rac.com.br/apresentacao.asp>>. Acesso em 28 set. 2007.

CORRIDA frenética contra o tempo mobiliza a Redação. **Correio Popular**. Caderno Correio, 80 anos. Campinas, 04 set. 2007. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1531163&area=2091&authentic=6EEFA2045DF893476C8B87747BBAC4>. Acesso em: 28 set. 2007. Acesso exclusivo para assinantes.

CORTEZ, G. Jornalista e arquivista Antônio José Scarpinetti faz palestra na RAC. **Cosmo On line**, Campinas, 04 mai. 2004. Disponível em <http://www.cosmo.com.br/cidades/campinas/2004/05/04/materia_cps_80740.shtm>. Acesso em 17 set. 2007.

COUTINHO, C. N. **A dualidade de poderes**: introdução à teoria marxista de estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985. 80p. (Primeiros Vôos).

CREDIBILIDADE é o maior patrimônio. **Correio popular**. Caderno Correio, 80 anos. Campinas, 4 set. 2007. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1531149&area=2091&authentic=4CCD808EF75233654EA90DDED11AE6>. Acesso em 28 set. 2007. Acesso exclusivo para assinantes.

DE LIMA, V. A. **Mídia**: Teoria e Política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, 366p.

DESDE 1927, um lema a seguir em prol do interesse coletivo. **Correio Popular**. Caderno Correio, 80 anos. Campinas, 04 set. 2007. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1531195&area=2091&authentic=91105D923B9EF3B8937411121DDA3B>. Acesso em: 29 set. 2007. Acesso exclusivo para assinantes.

DESVIO. In: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. [Rio de Janeiro]: Objetiva, [2001]. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/houaiss>>. Acesso em 13 out. 2007. Acesso exclusivo a assinantes do UOL.

DINAMISMO incentiva novos projetos. **Correio Popular**. Caderno Correio, 80 anos. Campinas: 04 set. 2007. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1531143&area=2091&authentic=4CCD80245DF893654EA9A7747BBAE6>. Acesso em: 28 set. 2007. Acesso exclusivo para assinantes.

EQUIPE afinada nas idéias e nos ideais. **Correio Popular**. Caderno Correio, 80 anos. Campinas, 04 set. 2007. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1531137&area=2091&authent=3BBAF71019BCD31239DE93303FFA91>. Acesso em: 29 set. 2007. Acesso exclusivo para assinantes.

GALDÓN LOPEZ, G. **Principios operativos de la documentación periodística**. Madrid: Dossat, 1989. 86 p. *apud* CHACÓN GUTIÉRREZ, I. **La fiabilidad del proceso documental del discurso periodístico, como fuente de información: análisis, método y valoración**. 1994. 412 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) - Facultad de Ciencias de La Información, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

GALDÓN LÓPEZ, G. **Principios operativos de la Documentación Periodística**, Madrid: Dossat, 1989 *apud* PÉREZ, A. H.; SEBASTIÁN, M. C. Documentación escrita en los centros de documentación de los medios de comunicación. In MOREIRO, José Antonio (org). **Manual de Documentación Informativa**. Cátedra, Madrid: 2000. p. 37-82.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Análisis Documental del Discurso Periodístico**. Madrid: Centro de Tratamiento de la Documentación, 1992. 160 p. *apud* CHACÓN GUTIÉRREZ, I. **La fiabilidad del proceso documental del discurso periodístico, como fuente de información: análisis, método y valoración**. 1994. 412 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) - Facultad de Ciencias de La Información, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Elementos de lingüística en sistemas de información y documentación. **Revista Latina de Comunicación Social**, La Laguna (Tenerife), n. 7, jul. 1998: La Laguna (Tenerife). Disponível em <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/66ant.htm>>. Acesso em: 10 out. 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Estructura Lingüística de la Documentación: Teoría y Método**. Murcia: Universidad, Secretaría de Publicaciones, 1990. 166 p. *apud* CHACÓN GUTIÉRREZ, I. **La fiabilidad del proceso documental del discurso periodístico, como fuente de información: análisis, método y valoración**. 1994. 412 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) - Facultad de Ciencias de La Información, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A.; LUCAS FERNANDEZ, R. **Documentación automatizada en los medios informativos**. Madrid: Paraninfo, 1987. 264 p. *apud* CHACÓN GUTIÉRREZ, I. **La fiabilidad del proceso documental del discurso periodístico, como fuente de información: análisis, método y valoración**. 1994. 412 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) - Facultad de Ciencias de La Información, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

GASPARI, E. A Câmara quer criar o Bolsa Gazeta. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 08 jul. 2007. Caderno Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0807200712.htm>>. Acesso em 13 jul. 2007. Acesso exclusivo para assinantes do UOL ou da Folha de S. Paulo.

GENRO, T. Orçamento Participativo e democracia. In: GENRO, T. SOUZA, U. **Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 7-41

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 11^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

GINSBERG, B. **The captive public**. [?]: Basic Books, 1986, *apud* CHOMSKY, N. **Ilusiones necesarias: control del pensamiento en las sociedades democraticas**. Madrid: Libertarias/Prodhufo, 1992. 494 p.

GODOI, G. C. S. Os exemplos de lá e de cá. **Observatório da Imprensa**. 29 Jun. 2004. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=283SAI002>>. Acesso em 26 ago. 2007

GÓMEZ, M.N.G. *et al.* A representação da comunicação e da Ciência da Informação na era da virtualização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24, set. 2001, Campo Grande. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2001.

GONÇALVES, L. COUTINHO, P. PÁDUA, C. Orçamento Municipal para 2008 é apresentado para a sociedade civil. **Prefeitura Municipal de Campinas**. Campinas, 05 out. 2007. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=16601>. Acesso em: 6 out. 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.3.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, 341 p.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, A. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978. 424p.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 348 p.

GUIMARÃES, B. V. Rede regional de comunicação: uma experiência em progresso. SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 11, 2006, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** São Paulo: Intercom/Portcom, 2006. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/19358/1/Bruna+Guimaraes.pdf>>. Acesso em 28 set.2007.

GUIMARÃES, J. A. C.. A Análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos teóricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I.

(org). **Organização e Representação do Conhecimento**. 1ª ed. Brasília: Teshaurus, 2003. p. 100-117.

HERNÁNDEZ, A.L. **Informática y telecomunicaciones para documentalistas de prensa**. Sevilla: Editorial Mad, 1999, p, 375-416. *apud* PÉREZ, A. H.; SEBASTIÁN, M. C. Documentación escrita en los centros de documentación de los medios de comunicación. In: MOREIRO, J. A. (org). **Manual de Documentación Informativa**. Madrid: Cátedra, 2000. p. 37-82.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 600 p.

INFORMAÇÃO ao alcance de todos. **Cosmo On Line**. Campinas, 26 set. 2001. disponível em <http://www.cosmo.com.br/especial/rac5anos/materias/010926_pg02_01.shtml>. Acesso em 28 set. 2007.

INGWERSEN, P. Conceptions of Information Science. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (ed.) **Conceptions of Library an Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992. p. 299-312.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contagem da População 2007 e Estimativas da População 2007: UF: São Paulo. 5 out. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/SP.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2007.

IRENE BRASIL, M. et. al. Vocabulário sistematizado: a experiência da Fundação Casa de Rui Barbosa. **Fundação Casa de Rui Barbosa**, [Rio de Janeiro], [2002?]. Disponível em: < http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_Vocabul%C3%A1rio_sistematizado_a_experiencia_da_Fundacao_Casa_de_Rui_Barbosa.pdf>. Acesso em: 24 set. 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001. 288p.

LATOURETTE, B. Ces réseaux que la raison ignore; laboratoires, bibliothèques, collections. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (org). **De pouvoir des bibliothèques: la mémoire des livres en Occident**. Paris: Albin Michel, 1996. p. 24-25 *apud* CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Princípios de Organização e Representação do Conhecimento na construção de Hiperdocumentos. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v.6 n.6, dez. 2005. Disponível em: <<http://dgz.org.br>>. Acesso em 04 jun. 2006.

LE COADIC, Y. F.. **A ciência da Informação**. 2ª ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124p.

LE GOFF, J. **Memoria**. Torino: Einaudi, 1982. 70p. (Coleção Piccola Biblioteca on line). Disponível em www.einaudi.it. Acesso em 01 mai. 2007.

LEACH, J. Análise Retórica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 293-318.

LIMA, R.; LIMA, Z. Hélio suspende execução do OP este ano. **Correio Popular**. Campinas, 4 fev. 2005. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1348047&area=2020&auth ent=46E8B8F993767264CA9ADBB1545046>. Acesso em 10 mai. 2007.

LIMA, Z. Hélio retira poder de decisão do Orçamento Participativo. **Correio Popular**. Campinas, 18 mar. 2005. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1355139&area=2020&auth ent=305212BABC9892127030989EBAB030>. Acesso em 10 mai. 2007.

LÓPEZ YEPES, J. La documentación en la empresa informativa: notas para el estudio de sus fundamentos. In: JORNADAS SOBRE DOCUMENTACIÓN E MEDIOS DE COMUNICACIÓN, 1996, Zaragoza. Cuadernos de documentación multimedia, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2002. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1025922&orden=29129&info=link>>. Acesso em 23 set. 2007.

MACHADO, E. A intranet como modelo de gestão no jornalismo digital. **PJ:BR**, São Paulo, ed. 4, 2º sem. 2004, . Disponível em: <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/monografia4_d.htm>. Acesso em 20 out. 2006.

MACHADO, E. O jornal digital como epicentro das redes de circulação de notícias. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24, 2001. Campo Grande. **Anais...** São Paulo: Intercom/Portcom, 2001. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4369/1/NP2MACHADO.pdf>>. Acesso em 17 out. 2006.

MARIANO, J. **História da Imprensa em Campinas**. Campinas: [Associação Campineira de Imprensa], 1972. 134p.

MARQUES, E.; BRAGA, J. R. OP: compromissos e resultados. **Correio Popular**, Campinas, 14 fev. 2005. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1349489&area=2190&auth ent=94DB9182773222AC49A9104FA01A3E>. Acesso em 19 mai. 2007.

MARQUES, E. OP Campinas: reflexões sobre a participação popular, o planejamento participativo e o investimento público. Publicação eletrônica [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por <wanderleygarcia@yahoo.com.br> em 13 abr. 2007

MATTOS, F. A . M. Exclusão digital e exclusão social: elementos para uma discussão". **Revista Transinformação**. Campinas: PUC-Campinas, v.15 Ed. Especial, set./dez. 2003.

MCCHESENEY, R. W. **Rich media, poor democracy: communication politics in dubious times**. New York: The New Press, 2000. 428 p. Impresso no Canadá.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 200 p.

MIRANDA, E. E. de. et al. **Subsídios para Elaboração e Implantação da Agenda 21 do Município de Campinas - SP**. Campinas, Embrapa Monitoramento por Satélite, 2003. Disponível em:
<<http://www.agenda21cps.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 12 out. 2007.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 358 p.

NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (org.). **História**: novos problemas. Rio De Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 179-93.

O RESGATE do sonho de Álvaro Ribeiro. **Correio Popular**. Correio Popular 75 anos. Campinas, 04 set. 2002. Disponível em:
<http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=51370&area=2191&authent=6CCBA46518EFF3275D9BD7701FDEA3>. Acesso em: 28 set. 2007. Acesso exclusivo para assinantes.

PARQUE Gráfico põe a cidade no topo do mercado impresso. **Correio Popular**. Caderno Correio, 80 anos. Campinas, 04 set. 2007. Disponível em:
<http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1531162&area=2091&authent=6EEFA2154CE983476C8B96656AAAC4>. Acesso em: 28 set. 2007. Acesso exclusivo para assinantes.

PÉREZ, A. H. **Documentación audiovisual**: Metodología para el análisis documental de la Información Periodística Audiovisual. 1992. Tese (Dourorado em Ciencias da Informação) - Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, *apud* CHACÓN GUTIÉRREZ, I. **La fiabilidad del proceso documental del discurso periodístico, como fuente de información**: análisis, método y valoración. 1994. 412 f. Tese (Doutorado em Ciencias da Informação) - Facultad de Ciencias de La Información, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

PÉREZ, A. H.; SEBASTIÁN, M. C. Documentación escrita en los centros de documentación de los medios de comunicación. In: MOREIRO, J. A. (org). **Manual de Documentación Informativa**. Madrid: Cátedra, 2000. p. 37-82.

PIRES, V. **Orçamento Participativo**: o que é, para que serve, como se faz. Barueri: Manole, 2001. 152 p.

POPPER, K. R. **Lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1978 *apud* ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, 262 p.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 142 p. (Pensamento Crítico, v. 7).

PORTO ALEGRE. **Lei Orgânica do Município de Porto Alegre**. Porto Alegre, RS: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2004. Disponível em

<http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/pgm/usu_doc/Lei_Organica.pdf>
Acesso em 19 mai. 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 6 out. 2007.

RAC. Desenvolvido pela Rede Anhanguera de Comunicação, 2007. Apresenta textos sobre produtos e serviços. Disponível em: <http://www.rac.com.br/correio_produto.asp?top=correio>. Acesso em 04 mai. 2007.

RAMONET, I. **A Tirania da Comunicação**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 142 p.

RAYWARD, W. B.. The origins of information science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v.48 n.4 p. 289-300, 1997.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 254 p.

REMANEJAMENTO. In: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. [Rio de Janeiro]: Objetiva, [2001]. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/houaiss>>. Acesso em 13 out. 2007. Acesso exclusivo a assinantes do UOL.

RIBEIRO, A. P. G. **A história do seu tempo: A imprensa e a produção do sentido histórico**. 1995. 160 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, A. P. G. Mídia e história: ambigüidades e aparentes paradoxos. **Eco**-Publicação da Pós Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ. Rio de Janeiro: v.4, n. 1, p. 5-10, 1999.

ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, 262 p.

ROLDÃO, C. G. **Conselho de Comunicação Social: um instrumento para a democratização da comunicação?** 2005. 249 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

SAID, G. F. **Níveis, durações e tempos na leitura de um jornal: A Folha de São Paulo e a construção histórica dos saques a supermercados**. 1998. 168 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, S. M. M. Campinas nos anos 90: Perspectivas e Realidade. IN: SEMINÁRIO 230 ANOS DE CAMPINAS: TERRITÓRIO, URBANISMO E PLANEJAMENTO. 2004, Campinas. **Seminário...** Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/camp230/camp2303semipal3.htm>>. Acesso em: 06 out. 2007.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, v.1 n. 1 p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/include/getdoc.php?id=393&article=5&mode=pdf>>. Acesso em 03 mai. 2007.

SCHLESINGER, P. Newsmen and their time machine. **British Journal of Sociology**, 28, 1977, *apud* SAID, G. F. **Níveis, durações e tempos na leitura de um jornal: A Folha de São Paulo e a construção histórica dos saques a supermercados**. 1998. 168 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SHANNON, C. E. A Mathematical Theory of Communication. **The Bell System Technical Journal**. v. 27, p. 379–423, 623–656, jul./out. 1948. Reimpressão com correções. Disponível em: <<http://cm.bell-labs.com/cm/ms/what/shannonday/shannon1948.pdf>>. Acesso em 10 set. 2007.

SILVA JÚNIOR, J. A. **A relação das interfaces enquanto mediadoras de conteúdo do jornalismo contemporâneo: Agências de notícias como estudo de caso**. Recife: 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/junior-jose-afonso-interfaces-mediadoras.pdf>>. Acesso em 22 out. 2006.

SOARES, J. A.; GONDIM, L. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: SOARES, J. A.; BAVA, S. C. (org). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 2002. 192 p.

SOUZA, U. A experiência de Porto Alegre. In: GENRO, T. SOUZA, U. **Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 43-69

TÁLAMO, M. F. G. M. A Pesquisa: recepção da informação e produção do conhecimento. In: **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, art. 1. v. 5 n. 2, abr. 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br/abr04/art_01.htm>. Acesso em: 24 fev. 2005.

TONINHO confirma dívida de R\$ 1,5 bilhão. **Folha de S. Paulo**. Caderno Folha Campinas. Campinas, 27 abr. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/campinas/cm2704200101.htm>>. Acesso em: 7 out. 2007. Acesso exclusivo a assinantes do UOL ou da Folha de S. Paulo.

UNESCO. **Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri**. Paris: The Organization, [1973]. 37p.

VITOR, R. M. B. Lei Orçamentária Anual amplia verbas para os setores sociais. **Prefeitura Municipal de Campinas**. Campinas, 2 out. 2002. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=1055>. Acesso em 12 out. 2002.

ZANGHERI, R. Bloco Histórico. **Gramsci e o Brasil**. ACESSA.com, 2006 Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=127>>. Acesso em: 4 abr. 2007.

GLOSSÁRIO

Chapéu – palavra ou expressão curta colocada acima do título de uma matéria, para designar o assunto a que ela se refere.

Lead ou lide – primeiro parágrafo de um texto jornalístico construído dentro do conceito de *pirâmide invertida*, em que as informações consideradas mais relevantes são colocadas inicialmente no texto, seguidas em ordem decrescente de relevância.

Linha fina – texto colocado sob o título que tem a função de complementá-lo.

Matéria – texto jornalístico informativo. Diferencia-se da reportagem por seu caráter mais fragmentado do fato, sem ter, necessariamente, análise de contextos, de causas e conseqüências.

Redação - Espaço onde trabalham os jornalistas na produção de textos e páginas de jornais.

Reportagem – matéria de jornal, geralmente com abordagem ampla sobre o tema tratado, com grande número de fontes e, no caso de jornal impresso, grande maior espaço.

Retranca – também chamada de submatéria, é o texto jornalístico secundário. Nos jornais, vão na mesma página que o texto principal, porém com menor destaque. Abordam o mesmo tema que o texto principal, porém é uma variação deste, que pode ser uma contextualização, uma nota explicativa, uma entrevista que complementa o assunto.

Título – frase ou expressão que vai acima do texto da reportagem, com destaque gráfico, normalmente com letras de tamanho (corpo) maior e que geralmente resume a idéia principal do texto, segundo a visão do editor.

APÊNDICE A – Matérias recuperadas em papel e microfilme no Cedoc

12/1/2001	Participação popular no Orçamento só em 2002
11/1/2001	Orçamento Participativo terá plebiscito no Sul
14/1/2001	PT busca recuperar IMA para usá-la no Orçamento Participativo
4/2/2001	Seminário defende participação popular
27/9/2001	Orçamento Participativo põe Segurança como 7ª prioridade
[?]2001	Prefeitura aposta no OP para 'salvar' as finanças
10/6/2001	Primeira fase do OP tem adesão abaixo da esperada
[?]2001	Orçamento vai à Câmara com R\$ 50 mi para investimento
25/4/2001	Falta de verba trava Orçamento do PT
[?]2001	Crise faz OP ser implantado às avessas nas gestões petistas
8/8/2001	Posse do Conselho abre nova fase do Orçamento Participativo
6/2/2001	Orçamento Participativo vai ser lançado em março

APÊNDICE B – Matérias recuperadas pelo site do correio popular

21/11/2001	Governo PT se articula contra emendas para preservar OP
21/12/2001	Orçamento para 2002 também é aprovado
5/1/2002	Prefeitura de Campinas inicia 1ª obra do Orçamento Participativo
7/1/2002	Prefeitura define cronograma de obras do OP
25/3/2002	Orçamento Participativo 2002 é lançado hoje com mudanças
26/3/2002	Izalene usa lançamento do OP para ato anticapitalismo
23/4/2002	Docentes questionam inclusão do OP na bibliografia
17/6/2002	Comunidade Negra discute metas no OP
25/6/2002	Rede de esgoto pedida no OP é entregue
3/7/2002	Líder de camelôs representa comércio e indústria no OP
4/7/2002	Líder dos camelôs no OP é legítimo, diz prefeita
14/7/2002	Líder camelô fala em priorizar o social no OP 2003
16/7/2002	Prefeitura gasta R\$ 110 mil na divulgação do OP 2003
14/9/2002	Conselho do OP vota hoje verba para reforma do Paço
17/9/2002	Remanejamento de verba do OP reduz investimentos em 11,8% para 2003
1/10/2002	Orçamento para 2003 prevê mais verbas para Saúde e Educação
4/11/2002	Prefeitura quer fatia de R\$ 113 mi de orçamentos
2/12/2002	Segurança e Cultura atrasam obras previstas no OP este ano
3/12/2002	Orçamento de 2003 é aprovado em 1ª discussão
12/12/2002	Câmara aprova orçamento feito por Izalene
6/3/2003	Comissão questiona morosidade do OP
7/3/2003	Explicação sobre OP será na próxima semana
9/3/2003	Morosidade no OP agrava problemas com as chuvas
10/3/2003	Verba do OP é usada para outros projetos
12/3/2003	PT 'abafa' e minimiza desvio de verbas destinadas ao OP
18/3/2003	Coordenador do OP explica desvio de verba
19/3/2003	Desvio do OP compromete obras, admite coordenador
20/3/2003	Valor desviado do OP é de R\$ 28 milhões
25/3/2003	Oposição quer CEI para investigar OP
27/3/2003	Oposição articula apoio para votar investigação sobre OP
28/3/2003	Governo tenta abafar CEI do OP em almoço
29/3/2003	Ameaçada por CEI, Prefeitura sai em defesa do OP de 2003
1/4/2003	Em meio a protestos, Câmara veta CEI para investigar OP
2/4/2003	Prefeitura barganhou para barrar CEI do OP na Câmara
3/4/2003	Prefeita nega explicação sobre desvio de verba do OP
20/4/2003	Lideranças vão à Promotoria para apurar o desvio do OP
1/5/2003	Prefeitura 'igualava' comércio e camelô no OP - Manchete Principal
11/5/2003	69% dos campineiros desconhecem o OP - Manchete Principal
14/6/2003	Izalene revê Orçamento e estuda cortes
21/6/2003	Começa hoje segunda rodada do OP
3/7/2003	Uso do OP na reposição de aulas gera polêmica
4/7/2003	Fumec utiliza OP em aulas desde 2002
5/7/2003	Câmara quer explicações de secretária sobre aulas e OP
7/7/2003	OP quer aumentar vagas na pré-escola
11/7/2003	Escolas rejeitam repor aulas com OP

24/7/2003	Diário Oficial omite desvio de verba do OP
27/8/2003	OP pode ficar incompleto, admite Prefeitura
15/9/2003	Bairros cobram realização de obras do OP
23/9/2003	Prefeitura quer repassar obras do OP para o Estado
30/9/2003	Izalene aumenta verba para obras do OP em ano eleitoral
18/10/2003	Membro da ONU dá receita sobre OP
2/12/2003	Câmara aprova Orçamento de R\$ 1,15 bi para o próximo ano
2/1/2004	Prefeitura reforça verba para Orçamento Participativo de 2004
9/1/2004	Burocracia pára principal obra do OP em Piracicaba
11/1/2004	Falhas na execução mudam diretrizes do OP
15/1/2004	Ampliação de camelódromo tem verba garantida do OP
17/1/2004	Descompasso do OP é alvo de críticas em encontro petista
27/1/2004	Município muda Orçamento para garantir obras do OP
5/2/2004	Manobra no Orçamento favorece publicidade
3/3/2004	OP é revisto e aumenta a base com poder de decisão
12/4/2004	Museu de arte afro recebe verba do OP
25/4/2004	Prefeitura prepara balanço sobre o OP
14/5/2004	Futuro prefeito herdará conta de R\$ 30 mi do OP
16/5/2004	Prioridades em Educação para OP são definidas
20/5/2004	Prefeitura omite dados do balanço do OP
27/5/2004	OP conclui apenas 31% das obras nas Regionais
6/6/2004	OP da habitação conclui só 30 de 103 demandas
19/6/2004	Hélio fecha com o PFL e fala em manter OP
30/9/2004	Orçamento será de R\$ 1,283 bi, 10,71% maior do que neste ano
3/12/2004	Hélio vai propor alterações para o Orçamento de 2005
16/12/2004	Câmara vota o Orçamento para 2005

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)